MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019 - 2023

Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução n° 84, de 11 de dezembro de 2018.

PDI IFRS 2019 - 2023 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Educação

Rossieli Soares da Silva

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Romero Portella Raposo Filho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Reitor *pro tempore* do IFRS

Júlio Xandro Heck

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura Figueiredo

Pró-reitor de Ensino

Lucas Coradini

Pró-reitora de Administração

Tatiana Weber

Pró-reitora de Extensão

Marlova Benedetti

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Eduardo Girotto

DIRETORES DE *CAMPUS*

Diretor-geral do *Campus* Alvorada

Fábio Marçal

Diretora-geral do *Campus* Bento Gonçalves

Soeni Bellé

Diretor-geral do *Campus* Canoas

Mariano Nicolao

Diretor-geral do *Campus* Caxias do Sul

Juliano Cantarelli Toniolo

Diretor-geral do *Campus* Erechim

Eduardo Angonesi Predebon

Diretor-geral do *Campus* Farroupilha

Leandro Lumbieri

Diretor-geral do *Campus* Feliz

Giovani Forgiarini Aiub

Diretora-geral do *Campus* Ibirubá

Migacir Trindade Duarte Flôres

Diretor-geral do *Campus* Osório

Claudino Andrighetto

Diretor-geral do *Campus* Porto Alegre

Marcelo Augusto Rauh Schmitt

Diretor-geral do *Campus* Restinga

Gleison Samuel do Nascimento

Diretor-geral do *Campus* Rio Grande

Alexandre Jesus da Silva Machado

Diretor-geral do *Campus* Rolante

Jesus Rosemar Borges

Diretor-geral do *Campus* Sertão

Odair José Spenthof

Diretor-geral do *Campus* Vacaria

Gilberto Luiz Putti

Diretor-geral do *Campus* Avançado Veranópolis

Erik Schüler

Diretor-geral do *Campus* Viamão

Alexandre Martins Vidor

Comissão Central PDI 2019-2023

(Portaria nº 1.122 de 23/08/2018)

Letícia Martins de Martins – Prodi

Rafael Kirchhof Ferret – Coad

Marcos Vinícios Luft – Codi

Fábio Yoshimitsu Okuyama – Coen

Roberto Carlos Pereira – Coex

Rafael Corrêa – Coppi

Cediane Luz da Silva – Consup/Discente

Luane Vieira Figueiredo – Consup/Discente

André Rosa Martins – Consup/Docente

Gregorio Durlo Grisa – Consup/Docente

Éder José Morari – Consup/TAE

Sigrid Régia Huve – Consup/TAE

Paulo Ricardo Corrêa Bernardes – Consup/Sociedade Civil

Rui Paulo Dias Muniz – Consup/Sociedade Civil

Comissões Temáticas

Comissão de Perfil Institucional e Planejamento Estratégico

(Portaria nº 914 de 03/07/2018)

Letícia Martins de Martins – Prodi

Adriana Troczinski Storti – Coppi

Bruno Diniz Machado – Prodi

Carolina Wiedemann Chaves – Codi

Claudio Fioreze – Coex

Fabrício Sobrosa Affeldt – Coad

Pâmela Perini – Coen

Comissão de Oferta de Cursos e Vagas

(Portaria nº 862 de 27/06/2018)

Letícia Martins de Martins – Prodi

Diego Moreira da Rosa – Codi

Jaqueline Morgan – Proppi

Leonardo Cury da Silva – Coppi

Moisés Nivaldo Cordeiro – Coex

Noemi Luciane dos Santos – Coen

Patrícia Nogueira Hübler – Proen

Rosangela Ferreira – Proex

Comissão de Infraestrutura

(*Portaria nº 861 de 27/06/2018*)

Renato Pereira Monteiro – DPO

Constance Manfredini – Prodi

Uady Rocha Sessim – Coad

Márcio Cristiano dos Santos – Proad

Liziane Garcia Torchelsen – Codi

Comissão Gestão de Pessoas e Organização Administrativa

(Portaria nº 863 de 27/06/2018)

Marc Emerin – DGP

Adriana de Farias Ramos – CIS

Letícia Martins de Martins – PRODI

Marcos Daniel Schimidt de Aguiar – CPPD

Comissão EaD

(Portaria nº 434 de 03/04/2018)

Julia Marques Carvalho da Silva – Proen

Adriana Ferreira Boeira – Nead

Maria Isabel Accorsi – Proen

Murilo Pereira Azevedo – Nead

Comissão de Atendimento Estudantil

(Portaria nº 1.101 de 15/08/2018)

Neudy Alexandro Demichei – Proen

Anderson Rodrigues Corrêa – GTPAE

Cediane Luz da Silva -Discente

Leila de Almeida Castilhos – GTPAE

Leila Schwarz – Proex

Margarete de Quevedo – Proen

Nayara Balbinot – Proen

Comissão de Sustentabilidade Financeira

(Portaria nº 439 de 03/04/2018)

Tatiana Weber – Proad

Anelise Foschiera – Prodi

Elisangela Batista Maciel – Coad

Rosane Fabris – Proad

Thiago Sávio Carbone – Codi

Comissão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

(Portaria nº 651 de 21/05/2018)

Titulares:

César Germano Eltz – DTI

Laura Gotleib da Rosa – ComTI

Rodney da Silva Rosa – ComTI

Suplentes:

Derlain Monteiro de Lemos – ComTI

Edgar José Stello Junior – DTI

Comissão de Avaliação Institucional

(Portaria nº 996 de 20/07/ 2018)

Rafael de Paula – CPA

Edimilson Antônio Bravo Porto – CPA

Jean Da Rolt Joaquim – CPA

Leonardo Cezarini – DAI

Letícia Martins de Martins – DAI

Lilian Carla Molon – CPA

Comissão Operacional

(Portaria nº 399 de 26/03/ 2018)

Anelise Foschiera – Prodi

Bruno Diniz Machado – DPE/Prodi

Carine Simas da Silva – Comunicação

Comissões Locais

***Campus* Alvorada**

Ana Paula Gemelli – Coordenadora

André Luis Demichei

Kataliny Mercedes Gheno Azzolini

Laura Becker Quaresma

Ricardo Rodrigues Dias

Vinícius Lima Lousada

***Campus* Avançado Veranópolis**

Marcos Vinícios Luft – Coordenador

André Luiz Montes

Andréia Regina Mallmann Carneiro

Angélica Izaura Silveira Zerasniewiks

Leandra Maria Franceschina Nunes

Priscila da Rosa Silveira

***Campus* Bento Gonçalves**

Thiago Sávio Carbone – Coordenador

Fabrício Daniel Prestes

Hernanda Tonini

Jhony Henrique de Souza Barbosa

Pedro Henrique de Morais Campetti

Rodrigo Tusset

Willian da Luz de Moura

***Campus* Canoas**

Vitor Secretti Bertoncello – Coordenador

Jair Bruschi Junior

Jaqueline Terezinha M.C.Rodrigues

Luccas Presa

Priscila de Lima Verdum

Sandro José Ribeiro da Silva

Vera Teresinha D. Stringhini

***Campus* Caxias do Sul**

Greice da Silva Lorenzzetti Andreis – Coordenadora

Alexandre Vasconcelos Leite

André Augusto Andreis

Bianca Bangemann

Liana Vianna

Marlon Otávio Couto Morais

Rafael Eduardo da Silva

***Campus* Erechim**

Alexandro Magno dos Santos Adário – Coordenador

Andréia Paula Franceschi Machado

Angelita Freitas da Silva

Clarisse Hammes Perinazzo

Claudia Fabiane Nascimento

Dalvana Bueno Bastian

Fábio Luis Knewitz

Gema Luciane Agliardi

Jessica Petrykoski

Josué Fernando de Vargas

***Campus* Farroupilha**

Carolina Wiedemann Chaves – Coordenadora

Andressa Conterno Dal Magro

Elisangela Muncinelli Caldas Barbosa

Janaina Rauber

Laura de Andrade Souza

Mateus Simão Alves

Nei Rodrigues de Freitas

***Campus* Feliz**

Tarcísio Gonçalves da Silva – Coordenador

Aryeli de Oliveira da Costa Ortiz

Camila de Azevedo Moura

Júlio Cesar de Vargas Oliveira

Márcia Regina Becker

Marinez Silveira de Oliveira

Sandro de Oliveira Dorneles

***Campus* Ibirubá**

Edimar Manica – Coordenador

Bernardo Rota

Iuri Guissoni Quaglia

Lucas de Andrade

Lucas Jurandy Hefle Neves

Rafael Zanatta Scapini

Renata Porto Alegre Garcia

***Campus* Osório**

Éder José Morari – Coordenador

Aline Silva de Bona

João Camargo de Alencastro

José Claudio Corrêa Seferim

Leonardo Pospichil Lima Neto

Marcelo Vianna

Paola Cardosos Purin

***Campus* Porto Alegre**

Márcia Amaral Corrêa de Moraes – Coordenadora

Adriano Rodrigues José

Andrea Ribeiro Gonçalves

Gislaine Caetano

Marcus Levy Nunes Teixeira

Nara Regina Atz

Suzinara da Rosa Feijó

***Campus* Restinga**

Diego Moreira da Rosa – Coordenador

Alexsander Vinicius da Silva

Ana Paula da Silva da Rocha

Daniela Sanfelice

Janaína Barbosa Ramos

João Wesley Lima de Queiroz

Sandro Ouriques Cardoso

Campus Rio Grande

Liziane Garcia Torchelsen – Coordenadora

Isabel Castro Duarte

Loraine Lopes da Silva

Roberto Carlos Pereira

Gustavo Borba de Miranda

Lauren Farias Cruz

Yasmim da Silva

***Campus* Rolante**

Francisco Tardelli da Silva – Coordenador

Andréia Melo

Eduardo da Rocha Bassi

Luiz Antonio Teffili

Maria Carmem da Costa Carvalho Gomes

Neila Speroto

Victoria Cristina de Souza

***Campus* Sertão**

Sergiomar Theisen – Coordenador

Joilson Gradin

Leila de Almeida Castilhos

Rodrigo de Oliveira Lamb

Valter Samuel Rodrigues

Victor de Carvalho Gonçalves

Welington Rogério Zanini

***Campus* Vacaria**

Raphael Cunha – Coordenador

Adair Adams

Alex Vidal Teixeira

Anderson Borges da Silva

Jonathan Henriques do Amaral

Jorge Luiz dos Santos de Souza

Lucas Sironi

Maria Rippel (suplente)

Ramon de Freitas Santos (suplente)

***Campus* Viamão**

Carlos Robério Garay Corrêa – Coordenador

Ademir Gautério Troina Junior

Andrei Osório Machado

Dário Alberto Alves Bezerra

Giovâne da Rosa Santos

Josiane Krebs

Rafael Alfonso Brinkhues

Reitoria

Adriana da Silva Machado

Bruno Diniz Machado

Lisiane Bender da Silveira

Colaboradores

Bruno Kenji Nishitani Egami

José Eli Santos dos Santos

Lisiane Delai

Shana Sabbado Flores

Lista de Abreviaturas e Siglas

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

AAID – Assessoria de Ações Inclusivas e Diversidade

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AE – Assitência Estudantil

AEE – Atendimento educacional especializado

AGU – Advocacia-Geral da União

AMAU – Associação dos Municípios do Alto Uruguai

APLs – Arranjos Produtivos Locais

ATAV – Associação dos Técnicos Agrícolas de Vacaria

BPEq – Banco de professor-equivalente

BSC – Balanced Scorecard

CAGE – Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino

CAGPPI – Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAUT – Comissão de Autoridades do Sibifrs

CBBI – Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

CCAT – Comissão de Catalogação do SIBIFRS

CD – Colégio de Dirigentes

CEAD – Coordenadoria de Educação a Distância

CEASA-RS – Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEREB – Comissão de Ergonomia, Recursos Humanos e Estrutura das Bibliotecas do IFRS

CGAE – Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão

CGU – Controladoria-Geral da União

C.H – Carga Horária

CIAAPE – Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes

CI – Conceito Institucional

CIC – Câmara de Indústria, Comércio Agricultura e Serviços

CIS – Comissão Interna de Supervisão

CISSPA – Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNC – Comando numérico computadorizado

CODI – Comitê de Desenvolvimento Institucional

COEX – Comitê de Extensão

COEN – Comitê de Ensino

COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento

COPPI – Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

CONCAMP – Conselho de Campus

CONSUP – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPD – Centro de Processamento de Dados

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade

CTI – Colégio Técnico Industrial Mário Alquati

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DPE – Departamento de Planejamento Estratégico

DTI – Departamento de Tecnologia da Informação

EaD – Educação a Distância

EAF – Escola Agrotécnica Federal

EBTT – Educação Básica, Técnica e Tecnológica

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EP – Escritório de Projetos

EPE – Ensino, Pesquisa e Extensão

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETA – Escola Estadual Técnica de Agricultura

ETAJ – Escola Técnica Alto Jacuí

E-Tec – Escola Técnica Aberta do Brasil

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

ETFAR – Escola Técnica de Farroupilha

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FD – Face Dupla

FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisas Agropecuárias Nordeste

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FIC – Formação Inicial e Continuada

FUCS – Fundação da Universidade de Caxias do Sul

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GPON – Gigabit Passive Optical Network

GTPAE – Regimento do Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil do IFRS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IES – Instituições de Ensino Superior

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

JIFRS – Jogos do IFRS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LNC – Levantamento das Necessidades de Capacitação

LOA – Lei Orçamentária Anual

LTS – Licença para Tratamento da própria Saúde

MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC – Ministério da Educação

MDPG – Ministério do Desenvolvimento Planejamento e Gestão

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NAAFs – Núcleos de Ações Afirmativas

NAPNEs – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NBR – Norma Brasileira

NEADs – Núcleos de Educação a Distância

NEAPOs – Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica

NEABIs – Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NEPGSs – Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

O1/O2/O3 – Objetivos Estratégicos da Perspectiva de Orçamento

OD – Organização Didática

ONGs – Organizações não Governamentais

P1/P2/P3/P4/P5/P6 – Objetivos Estratégicos da Perspectiva de Processos

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Plano Anual de Capacitação

PAIIFRS – Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS

PAF – Política de Ações Afirmativas

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PC1/PC2/PC3/PC4 – Objetivos Estratégicos da Perspectiva de Pessoas e Conhecimento

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDIPCCTAE – Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PIMEI – Programa Estudantil de Mobilidade Internacional

PIPE – Perfil Institucional e Planejamento Estratégico

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPCI – Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios

PPCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PROAD – Pró-reitoria de Administração

PRODI – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEP - Programa de Expansão do Ensino Profissional

PROEN – Pró-reitoria de Ensino

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos

PROEX – Pró-reitoria de Extensão

ProfNIT – Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

QRSTAE – Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativo em Educação

R1/R2/R3/R4 – Objetivo Estratégico da perspectiva Resultados Institucionais

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SAS – Seminário Anual de Servidores

SATs – Seção de Atenção à Saúde do Servidor

SAV – Sociedade dos Agrônomos de Vacaria

SDE – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego de Caxias do Sul

SEAD – Secretaria de Educação a Distância

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIBIFRS – Sistema de Bibliotecas do IFRS

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SIMEC – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul

SIMPLAS – Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SRACAV – Sistemas de Refrigeração Ar Condicionado, Aquecimento e Ventilação

SWOT – (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

TADS – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

TAM – Termo de Acordo de Metas

TAEs – Técnicos Administrativos em Educação

TCE – Tecnologia em Construção de Edifícios

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TREC – Tecnologia em Refrigeração e Climatização

UAB – Universidade Aberta do Brasi

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul

Sumário

APRESENTAÇÃO 37

CAPÍTULO 1 41

PERFIL INSTITUCIONAL 41

1.1 Missão, Visão e Valores do IFRS 44

1.2 Princípios e Finalidade do IFRS 45

1.3 Ensino 47

1.4 Extensão, Internacionalização e Política de Comunicação do IFRS 52

1.5 Pesquisa, Pós-graduação e Inovação 54

1.6 Breve histórico dos *campi* 57

1.6.1 *Campus* Alvorada 57

1.6.2 *Campus* Bento Gonçalves 59

1.6.3 *Campus* Canoas 62

1.6.4 *Campus* Caxias do Sul 65

1.6.5 *Campus* Erechim 68

1.6.6 *Campus* Farroupilha 71

1.6.7 *Campus* Feliz 72

1.6.8 *Campus* Ibirubá 74

1.6.9 *Campus* Osório 77

1.6.10 *Campus* Porto Alegre 81

1.6.11 *Campus* Restinga 83

1.6.12 *Campus* Rio Grande 85

1.6.13 *Campus* Rolante 89

1.6.14 *Campus* Sertão 92

1.6.15 *Campus* Vacaria 93

1.6.16 *Campus* Veranópolis 98

1.6.17 *Campus* Viamão 100

CAPÍTULO 2 105

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 105
2.1 Análise de SWOT 105
2.1.1 Análise do Ambiente Interno 105
2.1.2 Análise do Ambiente Externo 109
2.2 Temas estratégicos 110
2.3 Perspectiva 110
2.4 Mapa Estratégico 111
2.5 Objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas 113
2.5.1 Perspectiva Resultados Institucionais 113
2.5.3 Pessoas e Conhecimento 123
2.5.4 Perspectiva Orçamento 127
CAPÍTULO 3 131
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI 131
3.1 O Sentido do PPI 131
3.2 Dimensão Político–Pedagógica 134
3.2.1 Ser humano, sociedade e educação 134
3.2.2 Contexto atual do Mundo do Trabalho 135
3.3 Gestão Democrática 136
3.3.1 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão 139
3.3.2 Estrutura Organizacional do Ensino, da Pesquisa e da Extensão 140
3.4 Políticas de Ensino 141
3.4.1 O Compromisso com a Educação Profissional 141
3.4.2 A Verticalização do Ensino 142
3.4.3 Currículo 144
3.4.4 Avaliação 144
3.4.5 Inclusão, acesso, permanência e êxito 146
3.4.6 Políticas de Pesquisa e Inovação 153
3.5 Políticas de Pós-graduação 157

3.6 Políticas de Extensão 158
3.6.1 Extensão e Prática Profissionalizante 160
3.7 Níveis e Modalidades de Ensino 161
3.8 Formação Inicial e Continuada 161
3.9 Responsabilidade Social 162
3.10 Avaliação Institucional 163
3.11 Utopias 164
CAPÍTULO 4 166
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA 166
CAPÍTULO 5 167
CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS 167
5.1 Diagnóstico PDI 2014-2018 170
5.2 Cronograma de oferta de cursos 2019-2023 203
5.3 Quadros de evolução das ofertas de cursos e vagas do IFRS 2019-2023 226
5.4 Cursos de Extensão 242
CAPÍTULO 6 244
PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA 244
6.1 INFRAESTRUTURA ATUAL DO IFRS 245
6.2 PLANO DIRETOR 262
6.3 Infraestrutura do Sistema de Bibliotecas do IFRS 312
6.3.1 Histórico do Sistema de Bibliotecas do IFRS 312
6.3.2 Coordenação 313
6.3.3 Comissões 314
6.4. Bibliotecas do Sibifrs 316
6.4.1 Horário de expediente e recursos humanos 317
6.4.2 Estrutura física e organização 320
6.4.3. ACERVO 326
6.4.4. Ações propostas pelo SIBIFRS na vigência do PDI 2019-2023 332

6.5 Projeto de Acervo Acadêmico 333
CAPÍTULO 7 335
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL 335
7.1 Professores do IFRS 336
7.1.1 Resultado das Metas do PDI 2014-2018 336
7.1.2 Organização de Normas e Implicações no Quadro de Professores do IFRS 337
7.1.3 Cenários do Quadro de Pessoal para 2019-2023 343
7.1.4 Seleção, Desenvolvimento na Carreira Docente e Formação Acadêmica 352
7.1.5 Proposta de Metas - PDI 2019-2023 354
7.2 Técnico Administrativo em Educação 355
7.2.1 Resultado das Metas do PDI 2014-2018 356
7.2.2 Organização de Normas e Implicações no Quadro de Referência de Servidores Técnico-administrativos em Educação do IFRS 357
7.2.3 Cenários do Quadro de Pessoal para 2019-2023 363
7.2.4 Seleção e Formação Acadêmica 374
7.2.5 Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PDIPCCTAE) 376
7.2.6 Proposta de Metas e Objetivos Políticos - PDI 2019-2023 383
7.3. Ações e Políticas de Gestão de Pessoas 384
7.3.1 Administração de Pessoas 385
7.3.2 Desenvolvimento de Pessoas 385
7.3.3 Saúde do Servidor 386
7.3.4 Comitê de Gestão de Pessoas 387
CAPÍTULO 8 388
ASSUNTOS ESTUDANTIS 388
8.1 Assistência Estudantil 388
8.1.1. Cenário atual - Política de AE 388
8.1.2 Estrutura - Política de AE 389

8.1.3 Comunicação - Política de AE 392
8.1.4 Indicadores - Política de AE 395
8.1.5 Oferta de Auxílios 395
8.1.6 Iniciativas - Política de AE 397
8.1.7 Mensuração das iniciativas - Política de AE 398
8.2 Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade 400
8.2.1 Cenário atual - Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade 400
8.2.2 Iniciativas - Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade 403
8.2.3 Mensuração das iniciativas - Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade 404
8.3 Ingresso 406
8.3.1 Cenário atual - Ingresso 406
8.3.2 Iniciativas – Ingresso 411
8.3.3 Mensuração das iniciativas – Ingresso 412
8.4 Egresso 413
8.4.1 Cenário Atual - Egresso 413
8.4.2 Iniciativas – Egresso 414
8.4.3 Mensuração das Iniciativas – Egresso 415
8.5 Permanência e Êxito 416
8.5.1 Cenário atual - Permanência e Êxito 416
8.5.2 Iniciativas - Permanência e Êxito 417
8.5.3 Mensuração das iniciativas - Permanência e Êxito 418
8.6 Organização Estudantil 419
8.6.1 Cenário atual - Organização Estudantil 419
8.6.2 Iniciativas - Organização Estudantil 421
8.6.3 Mensuração das iniciativas - Organização Estudantil 422
CAPÍTULO 9 426
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 426
9.1 Órgãos Colegiados 428

9.1.1 Conselho Superior 428
9.1.2 Colégio de Dirigentes 429
9.2 Reitoria 429
9.2.1 Órgãos da Estrutura Organizacional da Reitoria 430
9.2.2 Pró-reitorias e Diretoria Sistêmica 433
9.2.3 Comitês de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de Administração, de Desenvolvimento Institucional e de Gestão de Pessoas 436
9.3 *Campi* do IFRS 438
CAPÍTULO 10 442
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) 442
10.1 Histórico da EaD no IFRS 442
10.2 Estrutura da EaD no IFRS 444
10.3 Oferta da EaD no IFRS 445
10.4 Iniciativas para 2019-2023 446
10.5 Desafios da EaD para 2019-2023 446
10.6 Plano de Atuação da EaD 447
10.6.1 Infraestrutura física 447
10.6.2 Polos 451
10.6.3 Equipe 453
CAPÍTULO 11 457
CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 457
11.1. Previsão Orçamentária 460
11.2 Escritório de Projetos 461
CAPÍTULO 12 463
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 463
12.1 Previsões e Planejamentos 464
12.2 Programa de Autoavaliação – PAIIFRS 465
12.3 Instrumentos de Autoavaliação 466

12.3.1 Autoavaliação Institucional - Comunidade Interna 467
12.3.2 Autoavaliação do Curso 467
12.3.3 Autoavaliação Discente 467
12.3.4 Avaliação docente 468
12.3.5 Avaliação de egressos 468
12.3.6 Autoavaliação da Reitoria 468
12.4 Ações da Autoavaliação 468
12.5 Acompanhamento do PDI 469
12.6 Avaliação do processo de criação do PDI 469
12.7 Meta-Avaliação 470

Lista de Figuras

Figura 1 - Distribuição geográfica dos *campi* 44

Figura 2 - Mapa Estratégico 2019- 2023 IFRS 112

Figura 3 - *Campi* do IFRS 427

Figura 4 - Estrutura Organizacional da Reitoria..... 430

Figura 5 - Organograma Genéricos dos *campi* do IFRS..... 440

Figura 6 - Ciclo de elaboração da Matriz CONIF..... 459

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Expediente versus recursos humanos totais..... 318

Gráfico 2 - Expediente versus servidores de apoio 319

Gráfico 3 - Espaço físico total das bibliotecas enquadradas como intermediárias..... 323

Gráfico 4 - Estrutura administrativa das bibliotecas enquadradas como intermediárias 324

Gráfico 5 - Espaço físico total das bibliotecas enquadradas como básicas..... 324

Gráfico 6 - Estrutura administrativa das bibliotecas enquadradas como básicas 325

Gráfico 7 - Espaço físico total das bibliotecas enquadradas como abaixo do básico 326

Gráfico 8- Relação de títulos e exemplares no acervo geral 327

Lista de Quadros

Quadro 1 - Linha do Tempo 62

Quadro 2 - *Campus* Caxias do Sul 67

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2015 68

Quadro 4 - Área de Atuação Acadêmica do IFRS Campus Rio Grande 88

Quadro 5 - Indicadores Regionais 97

Quadro 6 - Pontos Fortes do IFRS 107

Quadro 7 - Pontos Fracos do IFRS 108

Quadro 8 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Resultados Institucionais 116

Quadro 9 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Processos 122

Quadro 10 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Pessoas e Conhecimento 126

Quadro 11 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Orçamento 130

Quadro 12 - Diagnóstico *Campus* Alvorada 171

Quadro 13 - Diagnóstico *Campus* Bento Gonçalves 173

Quadro 14 - Diagnóstico *Campus* Canoas 174

Quadro 15 - Diagnóstico *Campus* Caxias do Sul 176

Quadro 16 - Diagnóstico *Campus* Erechim 178

Quadro 17 - Diagnóstico *Campus* Farroupilha 181

Quadro 18 - Diagnóstico *Campus* Feliz 183

Quadro 19 - Diagnóstico *Campus* Ibirubá 185

Quadro 20 - Diagnóstico *Campus* Porto Alegre 191

Quadro 21 - Diagnóstico *Campus* Restinga 193

Quadro 22 - Diagnóstico *Campus* Rio Grande 195

Quadro 23 – Diagnóstico *Campus* Rolante 196

Quadro 24 - Diagnóstico *Campus* Sertão 199

Quadro 25 - Diagnóstico *Campus* Veranópolis 200

Quadro 26 - Diagnóstico *Campus* Vacaria 202

Quadro 27 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Alvorada 204

Quadro 28 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Bento Gonçalves 205

Quadro 29 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Canoas 206

Quadro 30 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Caxias do Sul 208

Quadro 31 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Erechim 210

Quadro 32 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Farroupilha 211

Quadro 33 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Feliz 212

Quadro 34 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Ibirubá 213

Quadro 35 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Osório 214

Quadro 36 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Porto Alegre 216

Quadro 37 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Restinga 217

Quadro 38 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Rio Grande 218

Quadro 39 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Rolante 219

Quadro 40 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Sertão 220

Quadro 41 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Vacaria 222

Quadro 42 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Veranópolis 223

Quadro 43 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Viamão 225

Quadro 44 - Evolução das vagas 2019-2023 226

Quadro 45 - Evolução das vagas de cursos técnicos 227

Quadro 46 - Quadro de evolução da oferta de cursos integrados 228

Quadro 47 - Quadro de evolução da oferta de cursos Técnicos concomitantes/subsequentes 229

Quadro 48 - Quadro de evolução da oferta de cursos PROEJA 230

Quadro 49 - Quadro de evolução da oferta de cursos Superiores 231

Quadro 50 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Licenciatura 232

Quadro 51 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Bacharelado 233

Quadro 52 - Quadro de evolução da oferta de cursos superiores de Tecnologia 234

Quadro 53 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Pós-graduação 235

Quadro 54 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Pós-graduação *stricto sensu* 236

Quadro 55 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Pós-graduação *lato sensu* 237

Quadro 56 - Quadro de evolução da oferta de cursos na modalidade a distância 238

Quadro 57 - Quadro da quantidade de eixos tecnológicos por campus em 2023 239

Quadro 58 - Quadro de evolução de vagas absolutas 2019-2023 240

Quadro 59 - Quadro de evolução de vagas relativas 2019-2023 240

Quadro 60 - Quadro de evolução de vagas relativas 2019-2023 (Técnicos agrupados) 241

Quadro 61 - Infraestrutura *Campus* Alvorada 246

Quadro 62 - Infraestrutura *Campus* Bento Gonçalves 247

Quadro 63 - Infraestrutura *Campus* Canoas 248

Quadro 64 - Infraestrutura *Campus* Caxias do Sul 249

Quadro 65 - Infraestrutura Campus Erechim 250

Quadro 66 - Infraestrutura *Campus* Farroupilha 251

Quadro 67 - Infraestrutura *Campus* Feliz 252

Quadro 68 - Infraestrutura *Campus* Ibirubá 253

Quadro 69 - Infraestrutura *Campus* Osório 254

Quadro 70 - Infraestrutura *Campus* Porto Alegre 255

Quadro 71 - Infraestrutura *Campus* Restinga 256

Quadro 72 - Infraestrutura *Campus* Rio Grande 257

Quadro 73 - Infraestrutura *Campus* Rolante 258

Quadro 74 - Infraestrutura *Campus* Sertão 259

Quadro 75 - Infraestrutura *Campus* Vacaria 260

Quadro 76 - Infraestrutura *Campus* Veranópolis 261

Quadro 77 - Demandas *Campus* Alvorada 263

Quadro 78 - Demandas *Campus* Bento Gonçalves 266

Quadro 79 - Demandas *Campus* Canoas 270

Quadro 80 - Demandas *Campus* Caxias do Sul 272

Quadro 81 - Demandas *Campus* Erechim 273

Quadro 82 - Demandas *Campus* Farroupilha 274

Quadro 83 - Demandas *Campus* Feliz 277

Quadro 84 - Demandas *Campus* Ibirubá 286

Quadro 85 - Demandas *Campus* Osório 287

Quadro 86 - Demandas *Campus* Porto Alegre 290

Quadro 87 - Demandas *Campus* Restinga 293

Quadro 88 - Demandas *Campus* Rio Grande 299

Quadro 89 - Demandas *Campus* Rolante 301

Quadro 90 - Demandas *Campus* Sertão 306

Quadro 91 - Demandas *Campus* Vacaria..... 307

Quadro 92 - Demandas *Campus* Veranópolis..... 308

Quadro 93 - Demandas *Campus* Viamão..... 310

Quadro 94 - Demandas Reitoria 311

Quadro 95 - Siglas SIBIFRS 317

Quadro 96 - Cálculo de déficit ou superávit de estantes ou prateleiras. 329

Quadro 97 - Avaliação mediante área de acervo. 330

Quadro 98 - Relação entre necessidades do acervo e a área existente para expansão. 332

Quadro 99 - Resultado do Planejamento de Ampliação do Quadro de Pessoal Docente..... 337

Quadro 100 - Premissas do BPEq 338

Quadro 101 - Cálculo do BPEq 339

Quadro 102 - Banco de Professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico..... 340

Quadro 103 - Fatores do Regime de Trabalho Docente..... 340

Quadro 104 - Situação do Quadro Permanente em relação ao BPEq..... 341

Quadro 105 - Situação da Portaria MEC nº 246/2016 em relação ao atual BPEq 342

Quadro 106 - Esquema sobre o funcionamento da Portaria MEC/MDPG nº 109/2017 343

Quadro 107 - Problemas ocasionados ao IFRS pela Portaria MEC nº 246/2016 344

Quadro 108 - Relação do Quantitativo de Professores por *Campus* 346

Quadro 109 - Relação do BPEq ocupado por *Campus*. 348

Quadro 110 - Cenários do *Campus* avançado Veranópolis..... 349

Quadro 111 - Cenários dos *Campi* Preexistentes 350

Quadro 112 - Cenários dos *Campi* da Fase III 351

Quadro 113 - Cenários dos *Campi* da Fase II 352

Quadro 114 - Projeção do aumento de escolaridade dos professores do IFRS 354

Quadro 115 - Avaliação dos resultados do PDI 2014-2018 357

Quadro 116 - Relação dos cargos extintos no IFRS 358

Quadro 117 - Relação dos cargos com provimento vedado no IFRS 359

Quadro 118 - Principais diretrizes do QRSTAE 359

Quadro 119 - Situação de ocupação do QRSTAE de uma instituição hipotética 360

Quadro 120 - Atualização do QRSTAE do IFRS 361

Quadro 121 - Cargos do IFRS em relação ao QRSTAE 361

Quadro 122 - Relação do atual QRSTAE à Portaria MEC nº 246/2016 do IFRS 362

Quadro 123 - Problemas ocasionados ao IFRS pela Portaria MEC nº 246/2016 365

Quadro 124 - Quantitativo de pessoal TAE por unidade do IFRS 367

Quadro 125 - Cenários dos *Campus* avançado Veranópolis 367

Quadro 126 - Cenários dos *Campi* Fase III 369

Quadro 127 - Cenários dos *Campi* fase II 371

Quadro 128 - Cenários dos *Campi* Preexistentes 373

Quadro 129 - Cenários da Reitoria 374

Quadro 130 - Projeção do aumento de escolaridade dos TAEs do IFRS 376

Quadro 131 - Estrutura atual da assistência estudantil nos *campi* 391

Quadro 132 - Diagnóstico da comunicação da assistência estudantil nos *campi* 394

Quadro 133 - Quantitativo de auxílios 2014/2018 397

Quadro 134 - Propostas Assistência Estudantil 400

Quadro 135 - Diagnóstico dos núcleos nos *Campi* 403

Quadro 136 - Propostas Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade 406

Quadro 137 - Ingresso por nível por *campus* 411

Quadro 138 - Propostas Ingresso 413

Quadro 139 - Propostas Egresso 416

Quadro 140 - Propostas Permanência e êxito 419

Quadro 141 - Realidade do Movimento Estudantil do IFRS - 2018 421

Quadro 142 - Propostas Organização estudantil 425

Quadro 143 - Infraestrutura de EaD existente nos *Campi* 451

Quadro 144 - Previsão de abertura de polos 2019-2023 452

Quadro 145 - Previsão de equipe dos polos 2019-2023 456

Quadro 146 - Projeção Orçamentária 2019-2023 460

APRESENTAÇÃO

O PDI 2019-2023 do IFRS foi construído tendo como marco legal a Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES; Lei nº 11.892/2208, que trata da criação dos Institutos Federais (IFs); o Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino; o Decreto 9.057/2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional; a Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino; Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que trata sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação; o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC; a Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017, que trata sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.

Todo o processo de construção do PDI 2019-2023 foi realizado de forma democrática e participativa, buscando fazer a escuta da comunidade de todos os *campi* e Reitoria. A construção foi iniciada no mês de agosto de 2017 com o levantamento da legislação e dos dados referenciais que normatizam a construção do documento. No mês seguinte, foi realizada a primeira capacitação sobre PDI intitulada “PDI 2019-2023: construindo o futuro do IFRS”. Nessa capacitação foi abordada a metodologia de elaboração utilizada para a contrução do PDI do Instituto Federal de Santa Catarina, o qual fez uso da ferramenta Balanced Scorecard. Assim, tendo como base o caso relatado, o CODI do IFRS elaborou a metodologia a ser adotada para a construção do PDI do IFRS, a qual foi aprovada pelo CONSUP no mês de dezembro do mesmo ano. Além disso, em dezembro, foi criada a comissão de diagnóstico com objetivo de avaliar o processo de planejamento e execução do PDI 2014-2018 do IFRS. Na metodologia aprovada previa-se que a construção do PDI se daria ao longo do ano de 2018 e, no ano seguinte, 2019, seriam feitas as revisões do PPI, bem como da OD. Portanto, vale destacar que este documento apresenta o PPI que ainda passará por revisão.

A estrutura das comissões para elaboração do PDI está demonstrada na Figura 1 a seguir.

Figura 1– Estrutura das comissões de elaboração do PDI

No mês de janeiro de 2018 foram formadas as Comissões Central, Operacional e Temáticas que iniciaram suas atividades em fevereiro de 2018, realizando um diagnóstico do PDI 2014-2018. Em março de 2018 ocorreu o seminário de lançamento do PDI, quando foi realizada a capacitação dos servidores sobre mapas estratégicos. Em abril houve a pesquisa “Atuação do IFRS” proposta pela Comissão Temática “Perfil Institucional e Planejamento Estratégico” (CT PIPE), como ferramenta de diagnóstico para apoiar as discussões para elaboração do PDI 2019-2023. A pesquisa ficou disponível por cerca de três semanas e contou com 566 respondentes dos 17 *campi* do IFRS e Reitoria, incluindo servidores, alunos e comunidade externa. Cabe destacar que o objetivo não foi realizar um levantamento exaustivo com amostragem definida e validade científica. Apesar disso, o diagnóstico teve procedimentos de coleta e análise de dados definidos e embasados na literatura e dados que podem ser validados por outros instrumentos, utilizando triangulação.

Para o PDI 2014-2018, a principal ferramenta de diagnóstico foi a matriz SWOT, realizada a partir de seminários de planejamento nos *campi*, que tinham o intuito de apresentar a metodologia do PDI, tirar dúvidas e também coletar informações. No caso do PDI 2019-2023, a CT PIPE entendeu que, no ano em que a Rede Federal completa 10 anos, seria importante uma reflexão sobre a atuação do IFRS, com a participação de comunidade interna e externa. Assim, foi escolhida uma pesquisa aberta, que pudesse ser amplamente acessada e permitisse lançar luz sobre o que marcou até o

momento o IFRS, o que precisa ser fortalecido e o que ainda precisa ser desenvolvido enquanto Instituição.

No mês de maio de 2018 ocorreu uma nova capacitação para as Comissões Locais. Nessa capacitação foi apresentado o resultado da pesquisa de atuação. Tendo como base os temas estratégicos definidos pela decomposição da missão, assim como os resultados da pesquisa de atuação, os participantes da capacitação foram divididos em quatro salas. Cada sala foi responsável pela construção dos objetivos, baseando-se nos temas Indissociabilidade e Verticalização, Formação Cidadã, Reconhecimento e Excelência Acadêmica e Sustentabilidade. Após essa construção, os grupos trocaram de sala e discutiram os objetivos construídos pelo grupo anterior. Por fim, todos os grupos passaram por todas as salas. De posse dos resultados, a Comissão de Perfil Institucional e Planejamento Estratégico reuniu-se e consolidou os objetivos construídos, elaborando um primeiro Mapa Estratégico. Esse mapa foi enviado à Comissão Central, que o consolidou, e definiu o Mapa Estratégico final a compor o PDI no capítulo de Planejamento Estratégico. Nesse momento, também foram redefinidas as perspectivas que passaram a ser nomeadas de Resultados Institucionais, Pessoas e Conhecimento, Processos e Orçamento. Foram definidos os indicadores para cada objetivo, assim como o detalhamento e descrição dos objetivos estratégicos.

Construído o Mapa Estratégico nos meses de junho, julho e agosto, foi realizada uma pesquisa por meio de um formulário on-line para o levantamento de proposta de iniciativas. Juntamente ao formulário, os *campi*, por meio de suas Comissões Locais, organizaram plenárias com seus servidores e estudantes. Alguns *campi* convidaram membros da comunidade externa com o mesmo objetivo de levantamento de iniciativas. Esse momento caracterizou-se pela ampla participação da comunidade, que pode discutir e conhecer os objetivos estratégicos, o Mapa Estratégico, a missão, a visão e os princípios institucionais. Ao final, as comissões locais consolidaram relatórios com as propostas de inicativas que, somadas as propostas coletadas no formulário on-line, resultaram em torno de 400 iniciativas. As mesmas foram compiladas e serão apresentadas no Capítulo de Planejamento Estratégico. Foram descritas as iniciativas de âmbito institucional. Porém, cabe destacar que as iniciativas foram muito relevantes e poderão ser utilizadas pelos *campi* em seus planos de ação.

Paralelo à realização da coleta das iniciativas, foi iniciado o trabalho das Comissões Temáticas. Tendo como referencial o Mapa Estratégico e o diagnóstico do PDI 2014-2018, cada comissão iniciou a construção de seu capítulo, assim como o levantamento de informações fornecidas pelos *campi*. No mês de agosto ocorreu o encontro das comissões com o objetivo de apresentar o andamento dos trabalhos. Cada Comissão Temática apresentou as propostas construídas até o momento e fez novas demandas de informações aos *campi*. Ao final do encontro,

as Comissões Locais retornaram aos *campi* com novas demandas relacionadas aos assuntos estudantis, oferta de cursos e vagas e infraestrutura.

No início do mês de setembro foram enviados os resultados das demandas de assuntos estudantis, oferta de cursos e vagas e infraestrutura, e as Comissões Temáticas finalizaram seus trabalhos. Na última semana de setembro, a Comissão Central finalizou o PDI e o encaminhou para consulta pública. O documento foi disponibilizado on-line juntamente com um instrumento que permitiu à comunidade (servidores e estudantes) fazer críticas e sugestões. Ao final, a Comissão Central avaliou os apontamentos recebidos e encaminhou o PDI no início do mês de novembro para avaliação do CONSUP.

CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL

O IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC. Por força da Lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao MEC, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didáticocientífica e disciplinar. Trata-se de uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

A constituição do IFRS deu-se a partir da integração inicial de quatro escolas de educação profissional com um grande histórico de atendimento às vocações regionais, sendo elas o CEFET Bento Gonçalves, a EAF de Sertão, ambas autarquias, a escola técnica da UFRGS e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da FURG. Ainda fez parte do processo inicial, a Escola Técnica Federal de Canoas, mas que ainda não se constituía como espaço físico. Todas essas escolas contribuíram para que o IFRS iniciasse seus trabalhos como IF e trouxeram para o processo sua experiência, seu renome e sua história, que constituíram a base teórica, pedagógica e administrativa da nova Instituição. A partir de 2009, o IFRS foi construindo novos *campi* – Restinga, Caxias, Osório, Erechim, Viamão, Alvorada, Rolante, Vacaria e Veranópolis – e também devolvendo a sociedade escolas que haviam sido edificadas com recursos do governo federal, mas que não ofereciam gratuidade aos alunos – Feliz, Ibirubá e Farroupilha.

Na sua trajetória, os *campi* do IFRS representaram o atendimento a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, o que trouxe ao IFRS o protagonismo no desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública, gratuita e de excelência, articulando de forma inequívoca o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao longo de seus 10 anos de existência, o IFRS consolidou-se no cenário educacional do estado e do país, sendo referência com seus programas institucionais e também na história de vida de seus alunos e servidores. Entretanto, mais do que alcançar esse reconhecimento, é preciso garantir que toda narrativa e memória originadas a partir da sua existência se fortaleça e se enraíze. É preciso estabelecer novas metas e novos paradigmas para sua gestão democrática e participativa, de forma a permitir que o desenvolvimento institucional ocorra tendo como protagonista um público

historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento. A diversidade de valores e demandas educacionais dos *campi* do IFRS têm sido a marca inconteste de uma instituição que se propõe a respeitar a educação pública e gratuita em todos os seus níveis e modalidades, de acordo com o que prevê a legislação que o rege e que é o seu DNA.

A natureza institucional do IFRS distingue-se pela capilaridade e interiorização, estando presente em 16 municípios do Rio Grande do Sul, o que o leva a atender a diferentes realidades sociais, culturais e produtivas. Para além da democratização do ensino, fazendo-se presente em localidades que jamais contaram com o acesso à educação profissional pública, o IFRS assume como desafio incidir no desenvolvimento dos territórios em que se faz presente, alinhando a pesquisa, o ensino e a extensão aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais. Busca, dessa forma, atender as especificidades e demandas das comunidades e contribuir como o desenvolvimento desses arranjos onde não estão consolidados. Para isso, conta com um planejamento do desenvolvimento institucional e de oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades.

A gestão democrática é uma característica do IFRS, praticada de forma paritária entre os três segmentos que compõem a comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e possuem participação ativa na gestão, fazendo-se presentes em diferentes instâncias colegiadas e fóruns deliberativos, incluindo os CONCAMPs – instância deliberativa máxima de cada campus - e o CONSUP - instância deliberativa máxima da Instituição. O CONSUP conta ainda com membros externos à comunidade acadêmica, trazendo o controle social e a perspectiva da comunidade envolvente para dentro da Instituição. Os planejamentos institucionais ocorrem de forma colaborativa, com participação da comunidade acadêmica, e a gestão financeira e patrimonial é realizada de forma a garantir o caráter público e a gratuidade do ensino, respeitando rigorosamente os princípios da administração pública.

O IFRS valoriza a educação em todos os seus níveis, atuando no ensino básico através dos cursos integrados e do PROEJA; na formação técnica concomitante e subsequente ao ensino médio; nos cursos superiores de tecnologia, bacharelados, cursos de formação docente e licenciaturas; na pós-graduação. Em observância a determinações legais, deve cumprir o percentual mínimo de 50% das matrículas no ensino básico, 20% das matrículas em cursos de formação docente e 10% das matrículas em cursos na modalidade PROEJA. Desenvolve, ainda,

cursos de formação inicial e continuada, em sintonia com os eixos tecnológicos presentes em cada campus.

O ensino no IFRS é orientado filosoficamente pelo PPI e operacionalizado através de uma OD. Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é buscada através da Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos por um quadro de servidores altamente qualificados. Essas três dimensões devem assumir o compromisso com os princípios da democratização do ensino, da inclusão em todas as suas formas, da pluralidade de ideias, livre expressão do pensamento, respeito à diversidade e, por fim, assumir o compromisso com a própria transformação social. Nesse intuito, a Formação Cidadã precede a formação para o trabalho, buscando através da educação para a emancipação e autonomia a construção de sujeitos críticos, conhecedores de seu papel no mundo do trabalho e nas relações de produção, comprometidos com a superação das desigualdades historicamente estruturadas.

A pesquisa no IFRS busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, só é válido quando se torna acessível às comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado à atividade extensionista. A extensão desenvolve a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos locais, promovendo a transferência tecnológica e de saberes, em harmonia com os saberes populares ou não formais. Ambas – pesquisa e extensão - podem ser aprimoradas através de incubadoras tecno-sociais e polos de inovação, buscando o desenvolvimento de tecnologias de forma articulada entre a Instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras em pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, contribuindo para o desenvolvimento integrado e sustentável.

Para tanto, o desenvolvimento institucional deve traduzir em seus planejamentos as vocações ora explicitadas, garantir o cumprimento das atribuições legais instituídas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e de todas as demais que recaem sobre sua finalidade educacional. E, ao fim, orientar-se objetivamente pelo compromisso social com o projeto nacional de desenvolvimento e superação das desigualdades, atuando em cooperação com as demais unidades de ensino que constituem a Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica brasileira.

Para isso, apresentamos o nosso PDI 2019-2023, cujas ações estão pautadas na importância da formação profissional, do atendimento às camadas sociais que necessitam cada vez mais de oportunidades para poderem se inserir no Mundo do Trabalho, ações essas que não podem prescindir do vínculo inequívoco entre ensino, pesquisa e extensão.

Figura 1 - Distribuição geográfica dos *campi*

1.1 Missão, Visão e Valores do IFRS

MISSÃO

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais.

VISÃO

Ser referência em educação, ciência e tecnologia como uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social.

VALORES

Equidade e justiça social

Democracia

Cooperação

Solidariedade

Sustentabilidade

Ética

Desenvolvimento Humano

Inovação

Qualidade e Excelência

Autonomia

Respeito à diversidade

Compromisso social

1.2 Princípios e Finalidade do IFRS

Os princípios e finalidades do IFRS são definidos em seus documentos norteadores. O IFRS, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II - Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;

V - natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;

VI - inclusão social de pessoas afrodescendentes, indígenas e em situação de vulnerabilidade social.

O IFRS tem as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a Verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IF;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e científica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

VIII - qualificar-se como centro de pesquisa em metodologias de ensino e currículo para educação básica e profissional;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e à inclusão social;

X - desenvolver ações de extensão e de divulgação científica, tecnológica e cultural.

Segundo o Regimento Interno do IFRS (2017), para o desenvolvimento das finalidades propostas, são elencados os seguintes objetivos:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – desenvolver ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir com processos educativos na formação profissional, voltados ao empreendedorismo, objetivando a inovação e a solução de problemas sociais, científicos e tecnológicos;

IV – formar recursos humanos para a pesquisa, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidos em articulação indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão, ao longo de toda a formação profissional;

V – instituir processos educativos, esportivos, artísticos, culturais e científicos a partir da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre o IFRS e a sociedade;

VI – realizar processos educativos que estimulem o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

VII – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o Mundo do Trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimento;

VIII – estimular e apoiar processos educativos, que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

IX – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

1.3 Ensino

O IFRS, tendo em vista a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, atua na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diferentes eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Os cursos atualmente ofertados são listados a seguir de acordo com o nível.

Cursos de Ensino Médio Integrado

Administração

Agropecuária

Automação Industrial

Desenvolvimento de Sistemas

Eletrônica

Eletrotécnica

Fabricação Mecânica
Geoprocessamento
Informática
Informática para Internet
Lazer
Manutenção e Suporte para Informática
Mecânica
Meio Ambiente
Multimídia
Plásticos
Produção de Áudio e Vídeo
Química
Refrigeração e Climatização
Viticultura e Enologia

Cursos PROEJA

Administração
Comércio
Cuidado de Idosos
Manutenção e Suporte em Informática
Recursos Humanos
Refrigeração e Climatização

Cursos Subsequentes

Administração
Agropecuária
Alimentos
Automação Industrial
Biblioteconomia
Biotecnologia
Contabilidade
Cooperativismo
Eletrônica
Eletrotécnica
Enfermagem

Eventos
Fabricação Mecânica
Finanças
Geoprocessamento
Guia de Turismo
Hospedagem
Informática
Instrumento Musical
Logística
Manutenção e Suporte para Informática
Mecânica
Meio Ambiente
Metalurgia
Modelagem do Vestuário
Panificação
Plásticos
Processos Fotográficos
Qualidade
Química
Redes de Computadores
Refrigeração e Climatização
Registros e Informações em Saúde
Secretariado
Segurança do Trabalho
Serviços Públicos
Tradução e Interpretação de Libras
Transações Imobiliárias

Cursos Concomitantes

Agropecuária
Informática
Manutenção e Suporte em Informática
Meio Ambiente
Processos Fotográficos

Produção de Moda
Qualidade
Viticultura e Enologia

Cursos Concomitantes/Subsequentes
Administração
Redes de Computadores

Cursos Superiores de Tecnologia
Agronegócio
Alimentos
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Automação Industrial
Construção de Edifícios
Design de Moda
Eletrônica Industrial
Gestão Ambiental
Gestão Desportiva e de Lazer
Horticultura
Logística
Marketing
Processos Gerenciais
Processos Metalúrgicos
Sistemas para Internet
Viticultura e Enologia

Licenciaturas
Ciências Agrícolas
Ciências Biológicas
Ciências da Natureza (Biologia e Química)
Física
Letras (Português e Espanhol)
Letras (Português)
Letras (Português e Inglês)

Matemática
Pedagogia
Química

Formação Pedagógica de Docentes
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional
Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional

Bacharelados
Agronomia
Ciência da Computação
Engenharia de Alimentos
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Mecânica
Engenharia Metalúrgica
Engenharia Química
Zootecnia

Pós-graduação *Lato sensu*
Atenção Domiciliar com ênfase em Gestão de Redes
Docência na Educação Básica
Educação Básica Profissional
Ensino de Matemática para a Educação Básica
Ensino, Linguagens e suas Tecnologias
Gestão Empresarial
Gestão Escolar
Teorias e Metodologias da Educação
Urgência e Emergência: Gestão de Atenção no SUS
Saúde Coletiva
Produção Vegetal

Pós-graduação *Stricto sensu*
Mestrado Profissional em Informática na Educação

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais

1.4 Extensão, Internacionalização e Política de Comunicação do IFRS

A **Extensão** é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o Mundo do Trabalho, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, local e regional.

A Ação Extensionista, no contexto do IFRS, é compreendida como a prática acadêmica que interliga a própria Instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas das comunidades de abrangência de suas unidades, contribui para a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento, priorizando a superação das desigualdades sociais.

O IFRS, por meio da Política de Extensão, objetiva:

I - promover o desenvolvimento de atividades extensionistas de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em articulação com o Mundo do Trabalho e os segmentos sociais;

II - promover uma inserção qualificada das ações de extensão nos cursos da instituição, numa perspectiva interdisciplinar e indissociável das atividades de ensino e pesquisa;

III - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico sustentável, local e regional;

IV - propiciar a participação institucional em ações sociais que priorizem a superação da desigualdade e a melhoria da qualidade de vida, no âmbito das ações afirmativas;

V - incentivar o desenvolvimento de programações científicas, artístico-culturais, sociais e esportivas, envolvendo os estudantes, servidores e a sociedade;

VI - promover a transferência de tecnologias sociais, notadamente àquelas voltadas à preservação do meio ambiente;

VII - apoiar a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo;

VIII - estimular ações de extensão vinculadas ao desenvolvimento sustentável e às ações afirmativas;

IX - intensificar as relações com instituições públicas, privadas e organizações sociais para a realização de parcerias nacionais e internacionais;

X - estabelecer estratégias institucionais para assegurar o atendimento às dimensões da extensão, às suas diretrizes e à implementação de políticas públicas.

É necessário adotar uma Política de Extensão inovadora, dinâmica e comprometida com a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com projetos e programas de natureza acadêmica, de produção de conhecimento e de transformação social, para garantir sua efetiva e legítima institucionalização como atividade prevista na Constituição Federal, LDB, Plano Nacional de Educação e na própria Lei de Criação dos IFs e como possibilidade de uma instituição pública, gratuita, democrática e socialmente relevante.

A **Internacionalização** refere-se a todos esforços da Instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão; para construir competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

A Assessoria Internacional do IFRS é institucionalmente vinculada à PROEX e tem a função de assessorar as relações com instituições estrangeiras por meio de acordos bilaterais e parcerias com instituições de ensino e pesquisa. A Assessoria de Assuntos Internacionais busca promover e apoiar ações que desenvolvam a cultura da internacionalização, fomentando a vinda de alunos e servidores estrangeiros e o envio de estudantes e servidores do IFRS para instituições do exterior com as quais o IFRS tenha acordos vigentes.

Compete ao Assessor de Assuntos Internacionais:

I. apoio, em parceria com os setores competentes da instituição, à preparação e ao encaminhamento de projetos às diferentes agências de fomento nacionais e internacionais, com vistas à obtenção de recursos financeiros para atividades de cooperação internacional;

II. assessoramento aos membros da comunidade acadêmica do IFRS a respeito de atividades acadêmicas e científicas no exterior;

III. divulgação de informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais e auxílio a docentes, discentes e técnicos administrativos na busca de oportunidades acadêmicas e de aprimoramento profissional no exterior;

IV. estabelecimento de vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFRS;

V. identificação de novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da Instituição, verificando seus mecanismos de funcionamento e formas de acesso;

VI. organização de visitas e missões internacionais, com vistas à identificação de potencialidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos de interesse institucional;

VII. realização de contatos internacionais do IFRS e pelas articulações internas junto aos setores acadêmico e administrativo para viabilização das atividades;

VIII. representação do IFRS no que tange às ações internacionais;

IX. encaminhar para organismos de fomento propostas recebidas dos *campi* e acompanhar a execução das respectivas atividades;

X. apoiar ações de formação da comunidade acadêmica no que tange a línguas estrangeiras;

XI. recepcionar e orientar estudantes, servidores e pesquisadores estrangeiros em visita ao IFRS;

XII. promover eventos internacionais no IFRS, junto ao ensino, à pesquisa e à extensão;

XIII. desenvolver projetos voltados à internacionalização do IFRS;

XIV. planejar e coordenar as missões do Reitor e representantes do IFRS ao exterior.

A Política de Comunicação do IFRS foi aprovada pelo Conselho Superior do Instituto, por meio da Resolução nº 074/2015, e reúne valores, objetivos e diretrizes para o relacionamento da instituição com os seus públicos estratégicos.

O documento é resultado de um trabalho intenso e abrangente que contou com a colaboração de diversos setores da instituição. Está vinculada ao processo de gestão e à cultura do Instituto e, sendo assim, reflete os valores e os objetivos institucionais. Apresenta as diretrizes e as posturas a serem adotadas pelo IFRS no relacionamento com os públicos estratégicos, tendo como preceitos primordiais a transparência, o diálogo e o planejamento.

O conceito de comunicação é utilizado de forma ampla, com o intuito de deixar claro que comunicar é mais do que informar. Por meio da comunicação, as pessoas estabelecem relacionamentos, trocam informações e experiências, expressam sentimentos. Assim, a comunicação é entendida nesta Política como o conjunto planejado e integrado de ações, estratégias, processos, produtos e canais de relacionamento utilizados para promover a interação do Instituto com os seus públicos estratégicos.

1.5 Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Uma das finalidades e características dos IFs é realizar e estimular a pesquisa aplicada, a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando o desenvolvimento de soluções

técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29/12/08. Nesse sentido, considerando o foco na formação de cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, em um cenário globalizado e dinâmico, a pesquisa e a inovação são fundamentais em todos os níveis e modalidades de ensino. Na EBTT, a pesquisa e a inovação surgem como princípios educativos e científicos, como elementos metodológicos de diálogo com a realidade, quando se estabelece uma relação dialógica, com estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico e questionador, para agir de forma proativa e positiva à realidade de constante mudança e transformação.

A pesquisa no IFRS é, portanto, parte de um processo educativo para a investigação, objetivando a produção de conhecimento, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com foco na pesquisa aplicada. Assim, a pesquisa se constitui como uma atividade de suma importância para a consolidação da Instituição. Vale ressaltar que, embora o foco seja pesquisa aplicada, a pesquisa básica também vem sendo desenvolvida nos IFs no sentido de atender às demandas da sociedade.

O IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, estabelece e mantém intercâmbio com diversas instituições científicas. A busca de parcerias estratégicas na área da pesquisa aplicada visa promover uma maior sinergia entre os pesquisadores e discentes do IFRS, internamente nos *campi* ou de forma multicampi, assim como entre diferentes instituições de ensino e pesquisa, e também com profissionais do setor produtivo. Além das parcerias nacionais, por meio da internacionalização, busca-se parcerias internacionais para a qualificação da pesquisa e da pós-graduação, bem como a ampliação de ambientes para a inovação, não só com a mobilidade de servidores e alunos, mas também com o desenvolvimento de projetos de pesquisa com foco na Indissociabilidade com o ensino e a extensão.

Para orientar o desenvolvimento de projetos de pesquisa no IFRS, tem-se como diretrizes gerais:

- a pesquisa como princípio educativo, indissociável do ensino e extensão;
- a pesquisa aplicada como realização prioritária;
- a busca de parcerias para a realização de projetos de pesquisa;
- o desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse econômico, social e cultural, com inserção na comunidade onde atua;
- a atuação na pesquisa com princípios éticos, humanos e de proteção ao meio ambiente.

O IFRS apresenta uma série de iniciativas que objetivam a promoção da inovação em suas ações de desenvolvimento científico e tecnológico, com a finalidade de promover o desenvolvimento local e integrado aos territórios onde atua, de forma transversal ao ensino, pesquisa e extensão. Nesse intuito, o IFRS estimula o desenvolvimento de projetos a partir de demandas da comunidade, promovendo a pesquisa aplicada e focando em produtos, serviços ou processos inovadores. A realização de projetos em parceria com organizações públicas e privadas apresenta-se como condição primária na promoção de soluções inovadoras para a sociedade. Além de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, também é importante para a consolidação de uma cultura de inovação, o fomento e incentivo para a implantação e estruturação de habitats de inovação, como incubadoras, laboratórios de fabricação digital, espaços de coworking, centros tecnológicos, entre outros definidos no "Manual de Parcerias - Mecanismos e Instrumentos para a Dinamização de Habitats e Ecossistemas de Empreendedorismo e Inovação na RFEPCT", publicado pela SETEC/MEC.

Dessa forma, promover projetos inovadores significa focar em soluções a partir de demandas da sociedade, sempre que possível desenvolvidas em parceria com outras organizações, a serem introduzidas no ambiente produtivo e social, propiciando o desenvolvimento local.

Nesse contexto, o desenvolvimento de recursos humanos altamente qualificados, capazes de realizar pesquisas avançadas é fundamental em todos os níveis e modalidades de ensino. Logo, a oferta de cursos de pós-graduação no IFRS proporciona mais um espaço para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação e busca atender o conjunto de finalidades que caracteriza os IFs de acordo com sua Lei de criação nº 11.892/2008:

> “Artigo 6 – Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;”

> “Artigo 7 - Observadas as finalidades e características definidas no artigo 6 desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: VI - ministrar em nível de educação superior: ... d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases

> sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica."

A oferta de pós-graduação ocorre através de cursos *lato* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu,* denominados cursos de especialização, apresentam como objetivos: complementar a formação acadêmica; atualizar e incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no Mundo do Trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país; privilegiar a Verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão no IFRS.

A oferta de cursos *stricto sensu* no IFRS pode ocorrer através de cursos profissionais e acadêmicos. Contudo, a criação de programas de pós-graduação com a oferta de cursos de Mestrados Profissionais deve ser preponderante em relação aos cursos acadêmicos. Os cursos de Mestrados Profissionais possibilitam: a capacitação de graduados para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação; a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos; a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicá-los, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada; a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos. Nesse sentido, a natureza do mestrado profissional coaduna plenamente com o conjunto de finalidades que caracteriza os IFs.

Com base em um corpo docente qualificado e priorizando a Verticalização do ensino, o IFRS atua buscando o fortalecimento de seus cursos técnicos e de graduação e a expansão qualificada de sua pós-graduação. A oferta de pós-graduação também pode ocorrer através de parcerias com outras instituições de ensino, por meio de convênios, acordos de cooperação, em rede ou de forma associativa buscando continuamente a criação e a oferta de cursos de mestrado e/ou doutorado profissional e acadêmico cada vez mais diversificados atendendo as demandas da sociedade por cursos gratuitos e de qualidade.

1.6 Breve histórico dos *campi*

1.6.1 *Campus* Alvorada

A construção do *Campus* Alvorada teve origem a partir de diálogos na busca de consenso sobre os eixos tecnológicos norteadores da nova instituição que nascia. Assim, audiências públicas

foram realizadas com a comunidade na busca de espaços para escutar os atores locais a respeito das ofertas de cursos e a proposta pedagógica desejada para o *Campus* Alvorada.

Em outubro de 2012 foi realizada, na Câmara de Vereadores do município de Alvorada, reunião aberta para apresentar o IF, no que tange as suas potencialidades e perspectivas, sendo, na ocasião, formado um Grupo de Trabalho (GT) que definiu o calendário para a realização das referidas audiências.

O GT foi constituído por representantes dos empresários, dos trabalhadores, dos estudantes, dos poderes executivo e legislativo do município, por membros do governo do estado do Rio Grande do Sul e por servidores do IFRS.

Definiu-se que as audiências seriam descentralizadas, sendo efetivadas em quatro bairros diferentes da cidade com uma audiência final, em local central, para apresentação dos resultados. Observou-se que as escolas das redes públicas estaduais e municipais, bem como os setores vinculados à economia e à cultura da cidade seriam estratégicos para ocorrerem esses diálogos com a comunidade.

A metodologia de trabalho foi a mesma em todas as audiências. As atividades foram coordenadas pelos representantes do IFRS que, em um primeiro momento, apresentavam a política dos IFs, dando foco especial para o IFRS. Na segunda etapa, eram analisados estudos do perfil social, econômico e cultural da cidade e, em seguida, realizava-se uma breve apresentação dos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos da educação profissional.

O GT tabulou as indicações, verificou as possibilidades de acordo com as condições objetivas do IFRS e, após esse trabalho, pode-se identificar a predominância de interesse nos seguintes eixos: Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Desenvolvimento Educacional e Social e Produção Cultural e Design.

Dessa maneira, o *Campus* Alvorada tem construído a sua caminhada nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Cultural e Design e Desenvolvimento Educacional e Social. Na área de Ambiente e Saúde existem os cursos de Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Cuidados de Idosos Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Especialização em Saúde Coletiva. Na área de Produção Cultural e Design existe o curso Técnico Concomitante/Subsequente em Processos Fotográficos e o curso de Técnico em Áudio e Vídeo Integrado ao Ensino Médio. Na área de Desenvolvimento Educacional e Social é oferecido o curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras.

Em 28 de outubro de 2017 foi realizada audiência pública em processo conjunto entre servidores e membros da comunidade para escolha dos novos cursos a serem ofertados. Nesse encontro foram escolhidos: Técnico Subsequente em Informática, Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Comunicação: Habilitação em Mídia e Cultura.

O *Campus* Alvorada procura contribuir com o desenvolvimento da região em que está inserido, através da formação de seus egressos dos Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado, subsequente ao médio e pós-graduação, de modo a efetivar paulatinamente a sua missão institucional no que tange ao desenvolvimento local/regional.

No ano de 2018 foram elaborados os PPCs dos referidos cursos e, considerando a capacidade de oferta do *Campus*, foram feitos os seguintes ajustes: Técnico Subsequente em Informática será repensado com a comunidade, pois demanda infraestrutura que não está disponível atualmente; Bacharelado em Comunicação: Habilitação em Mídia e Cultura foi reestruturado como Tecnólogo em Produção Multimídia, está com PPC aprovado e deverá ter sua primeira turma no primeiro semestre de 2019; o curso de Licenciatura em Pedagogia está pendente de aprovação do PPC e deverá ter sua primeira turma no segundo semestre de 2019.

O município de Alvorada, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, completou 50 anos de emancipação no ano de 2015 e, através de "Indicadores socioeconômicos de Alvorada", construídos a partir de dados apurados pelo IBGE sobre a população do município e sua escolaridade, indicam a existência de um significativo passivo educacional.

A análise dos dados econômicos mostra uma enorme prevalência do setor de serviços sobre os setores de produção industrial e agropecuária. O PIB per capita apurado para o ano de 2012 é de R$8.599,33. Atualmente, a cidade apresenta um IDHM, apurado no ano de 2010, de 0,699.

Esses dados indicam a importância da inserção do *Campus* Alvorada para promover o desenvolvimento humano e, por consequência, o regional.

1.6.2 *Campus* Bento Gonçalves

Localizado no município de Bento Gonçalves, com população de 118.000 habitantes, integrando a Serra Gaúcha, região que compreende 33 municípios, com 943.000 habitantes.

A cidade possui uma área de aproximadamente 274 km², contando com uma forte economia. Destacam-se o polo moveleiro, o qual é referência mundial, e a área vitivinícola, em especial ao enoturismo, segmento do turismo que está em exponencial ascensão. Neste segmento ressalta-se as diversas rotas turísticas ligadas ao vinho e à imigração italiana, além de sua excelente estrutura hoteleira e de inúmeros restaurantes. Salienta-se também o perfil empreendedor da cidade, visto a grande quantidade de pessoas jurídicas e microempresas individuais que a cidade possui (14.573).

A "Capital Brasileira do Vinho", como é conhecida Bento Gonçalves, possui um destacado IDESE, 0,831 (2015), sendo um dos principais do estado do Rio Grande do Sul e possui uma alta taxa de expectativa de vida.

Nesse contexto, o *Campus* Bento Gonçalves é uma instituição federal de ensino público e gratuito. Está instalado em uma área de 843.639 m², dividida entre a sede (76.219,13 m²), localizada em área central no Município de Bento Gonçalves, e a Estação Experimental Tuiuty (767.420 m²), distante 12 km da sede.

Em seus 59 anos de história na formação profissional, o *Campus* atende um número significativo de estudantes, oriundos de cerca de 100 municípios, sendo a maioria da Serra Gaúcha.

A Instituição foi pioneira na formação de profissionais para a vitivinicultura, tendo sido criada, em 1959, como a primeira Escola de Enologia do Brasil. Desde então, já formou cerca de 1800 profissionais na área, entre técnicos e tecnólogos em Viticultura e Enologia. Os egressos e profissionais do setor possuem também a oportunidade de realizar o curso de especialização em Viticultura.

Em 1979, a Instituição foi transformada em Escola Agrotécnica Federal. Ao longo desses anos, já foram formados mais de 2200 Técnicos em Agropecuária, contribuindo com o desenvolvimento rural de inúmeros municípios do estado.

Em 2003, a Instituição evoluiu para CEFET de Bento Gonçalves e iniciou a expansão dos cursos de tecnologia. Buscando ofertar oportunidades de continuidade de estudos aos técnicos em Agropecuária e de atender à região, foram abertos os cursos de Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Horticultura.

De forma a atender ao grande número de empresas no setor de transporte e logística, foi criado o curso de Tecnologia em Logística**.** Na área da gestão, a partir de 2016, passou-se a ofertar também o curso Técnico em Administração.

Na área de informática, oferta-se o curso Técnico em Informática para Internet e o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Com a criação do IFRS, em 29 de dezembro de 2008, após o sancionamento da Lei n° 11.892, o *Campus* passou a contribuir com a formação de professores, sendo ofertados os seguintes cursos: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física, Pedagogia (tanto pelo programa PARFOR, quanto por curso regular). Em 2018 foi ofertada também a Licenciatura em Letras.

O *Campus* possui uma estreita ligação com os arranjos produtivos locais e está comprometido com o desenvolvimento econômico e social da região. Nesse sentido, a partir de 2017, passou a ofertar o curso Técnico em Hospedagem, buscando qualificar o setor de turismo, que está em franca expansão na região.

Também, em 2017, aproveitando-se o corpo docente existente e a demanda regional, foi ofertado também o curso de Agronomia, dando continuidade à Verticalização na área da Agropecuária, em que o *Campus* possui longa experiência e que é tão importante para o estado do Rio Grande do Sul.

Em nível de pós-graduação, também são oferecidos os cursos de especialização em Viticultura, especialização em Educação, Ciência e Sociedade e especialização em Ensino de Matemática para a Educação Básica.

Para desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o *Campus* possui atualmente infraestrutura contendo 24 salas de aula, três miniauditórios com disponibilidade para 30 lugares, um auditório com capacidade para 166 pessoas, salas de reuniões e de professores, espaços de atendimento ao estudante e convivência, tais como refeitório, serviço de enfermagem, departamento de tradições gaúchas, ginásio poliesportivo, cooperativa-escola, salas para diretórios acadêmicos, entre outros. Conta ainda com cinco laboratórios de informática, laboratório de análise sensorial, laboratórios de química, microbiologia e enologia, laboratório de solos, laboratório de física, cantina de vinificação, enoteca, sala de microvinificação, agroindústria, estufas, horta, coleções de plantas medicinais e ornamentais. Além desses ambientes, o *Campus* Bento Gonçalves possui em sua Estação Experimental: instalações para caprinos, suínos, coelhos, confinamento de bovinos, estábulo para bovinos de leite, ordenhadeira, silos, apiário, estufas, horta, pomar, vinhedos de produção e viveiro de porta-enxertos.

Como parte da infraestrutura do *Campus*, a Casa Acessível - local onde está o CTA congrega os núcleos de ações afirmativas, voltados ao atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas, afrobrasileiros e indígenas.

LINHA DO TEMPO DO *CAMPUS* BENTO GONÇALVES

Ano	Fato
1959	Foi criada a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves
1960	Iniciou as atividades letivas
1964	Passou a denominar-se Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves
1979	Foi transformada em Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves
1985	Alterou o nome para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek
1995	Aconteceu o primeiro ingresso de estudantes no curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia
2002	Foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG)
2008	Passou a compor o IFRS como *Campus* Bento Gonçalves

Quadro 1 - Linha do Tempo

Fonte: https://ifrs.edu.br/bento/institucional/historico/. Acesso em: 26 abr. 2018

1.6.3 *Campus* Canoas

O *Campus* está localizado no município de Canoas, que pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre e à microrregião de Porto Alegre. Canoas, fundada em 1939, conta com o terceiro maior produto interno bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e está entre os municípios mais populosos do Estado com cerca de 352.097 habitantes[1]. A região de abrangência do *Campus* Canoas compreende os municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Gravataí, Nova Santa Rita e zona norte de Porto Alegre.

O *Campus* Canoas foi criado como Escola Técnica Federal pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 e, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passou a integrar o IFRS.

O primeiro processo seletivo ocorreu em 2010/2, no qual ingressaram alunos para os cursos subsequentes de Eletrônica e Informática e para o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática/Modalidade PROEJA. No período de 2011/1, disponibilizou-se o ingresso para os cursos integrados ao ensino médio nas áreas de Administração e Informática e para os de nível superior em

Automação Industrial e Logística. O curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas teve a sua primeira seleção em 2012/2.

A partir de 2014, a novidade foi a oferta de vagas para dois novos cursos: Licenciatura em Matemática e Técnico Integrado em Eletrônica, atendendo ao estabelecido nas planilhas de metas e compromissos do TAM, elaborado em 2010, celebrado entre o MEC, por intermédio da SETEC, e o IFRS, para os fins de estruturação, organização e atuação dos IFs criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O *Campus* iniciou o ano de 2018 com a oferta dos seguintes cursos:

1. Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio;
2. Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio;
3. Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio;
4. Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (em extinção);
5. Superior de Tecnologia em Logística;
6. Superior de Tecnologia em Automação Industrial;
7. Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
8. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (PROEJA);
9. Licenciatura em Matemática.

O *Campus* está trabalhando para ofertar os seguintes cursos de especialização *lato sensu:* na área de tecnologias educacionais e formação pedagógica, visando à formação de professores do município e da região metropolitana de Porto Alegre; na área de gestão e logística. Além de outras especializações, que poderão contar também com fomento externo e que buscarão a Verticalização dos eixos e cursos existentes.

Espera-se, com isso, o desenvolvimento da pós-graduação, inicialmente através da oferta de cursos *lato sensu* e, posteriormente, com a oferta de mestrado e doutorado, possibilitando uma efetiva Verticalização da oferta de ensino na Instituição.

Adicionalmente, para os próximos períodos letivos, o *Campus* Canoas estuda ofertar semestralmente alguns cursos que, até então, eram ofertados anualmente. Também, a partir de estudo de demanda,

pretende-se implantar um curso superior de Engenharia, ampliando a Verticalização da oferta de eixos e cursos já existentes.

Está prevista a oferta de cursos com financiamento de órgãos públicos, incluindo cursos para a formação continuada de professores, e a implantação gradual de cursos na modalidade de ensino a distância. O planejamento para oferta de novos cursos será realizado de forma contínua e participativa, a partir do levantamento e análise de indicadores e demandas sociais e econômicas, sendo realizado junto a: órgãos públicos locais, como a Prefeitura de Canoas, através de sua Secretaria Municipal de Educação; órgãos públicos regionais como a Coordenadoria Regional de Educação e os COREDES; órgãos públicos federais como a SETEC, MEC, MCTIC, CAPES, CNPq; entidades empresariais e organizações da sociedade civil.

Por outro lado, o *Campus* Canoas buscará ampliar o fomento em ações e projetos de extensão, pesquisa e inovação, ampliando sua inserção científica tecnológica, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e ambiental de sua região de abrangência.

Em relação à infraestrutura do *Campus* Canoas, ela continua crescendo para atender suas demandas. Em 2018, a situação é de cinco prédios disponíveis para utilização e um em construção, descritos a seguir.

A) Administrativo: prédio que atualmente possui a maior parte dos setores administrativos. Contempla também salas de professores e coordenadores de cursos.

B) Biblioteca: este prédio, como seu nome diz, abriga a biblioteca do *Campus,* localizada no segundo piso. O restante do prédio, conforme seu planejamento, dispõe de espaço para miniauditórios, salas para estudo individuais e em grupo.

C) Convivência: este prédio atualmente abriga alguns setores administrativos, além de dispor uma área de convivência aos discentes e uma cantina como serviço terceirizado.

D) Bloco de salas de aula e laboratórios: este prédio dispõe salas de aula e laboratórios de matemática e informática.

E) Bloco de laboratórios: este prédio dispõe de laboratórios nas áreas de eletrônica, automação industrial e informática. Também sedia o setor administrativo de técnicos laboratoristas.

F) Acadêmico: este prédio está em construção, com previsão de estar disponível a partir de meados de 2019. Oferecerá salas de aula, salas para professores e incluirá gabinetes para os coordenadores de curso.

Em termos de acessibilidade, o *Campus* possui banheiros adaptados, pisos táteis instalados e totens com identificação dos prédios e salas em braile. Possui banheiros adaptados e está já está em andamento a aquisição de elevadores de acessibilidade para os prédios com mais de um andar.

Em síntese, o desafio para os próximos anos é o atendimento das demandas sociais e metas institucionais, através da oferta de educação de qualidade que possibilite a comunidade do *Campus* pleno desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão, a fim de cumprir com a missão do IFRS.

1.6.4 *Campus* Caxias do Sul

O *Campus* Caxias do Sul teve seu início com a Chamada Pública MEC/SETEC nº 1, de 2007[1], para apoio à segunda fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que tinha como objetivo a instalação de uma escola técnica em cada cidade polo do país. Tal chamada previa o envio de propostas das prefeituras municipais para estabelecer uma ordem de prioridade na implantação dessa fase. A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul doou, em 12 de dezembro de 2008, uma área de 30.000 m², situada na Rua Avelino Antônio de Souza, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, às margens da represa São Miguel, integrante do Sistema Dal Bó.

Em 20 de março de 2009 ocorreu, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, uma audiência pública para a definição dos cursos que seriam ofertados pelo *Campus*. Essa audiência contou com representantes de diversos sindicatos, patronais e de trabalhadores, empresas, instituições de ensino, poder público municipal, estadual e federal, e organizações não governamentais. Na ocasião, ficou definida a oferta dos cursos superiores: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Tecnologia em Logística e Tecnologia em Metalurgia; dos cursos técnicos: Comércio, Cozinha, Mecânica, Plásticos e Química.

Em outra audiência pública, realizada em 28 de maio de 2009, na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC), foi apresentado o projeto do *Campus*, realizado pela arquiteta Adriane Karkow e financiado pelo SIMECS, SIMPLÁS, SHRBS, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Material Plástico de Caxias do Sul e pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul e região. Com o projeto, o Aviso de Licitação nº 2, de 2009, para a construção das instalações prediais do *Campus* Caxias do Sul foi lançado em 13 de outubro, com valor orçado em R$7.307.974,27. A concorrência foi vencida pela construtora Costa Azul com um valor licitado de R$6.578.722,17, e as obras iniciaram em 8 de fevereiro de 2009.

---

[1] BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 1 de 2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de Educação Tecnológica – fase II. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em 20 abr. 2018.

Desde janeiro de 2010 até a conclusão parcial das obras, o *Campus* funcionou em uma sede provisória, em um prédio de 1.600 m², na Rua Mário de Boni, no bairro Floresta, contando com sete salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, miniauditório, sala de professores, salas administrativas e espaço de convivência. A sede própria do *Campus* foi inaugurada em 20 de fevereiro de 2014, em um espaço de mais de 7.000 m² de área construída, incluindo os blocos A4, D e F. O Bloco A3 foi concluído em dezembro de 2014 e o Bloco A2 em dezembro de 2015.

A estrutura atual do *Campus* Caxias do Sul conta com 20 salas de aula, 14 gabinetes de professores, quatro laboratórios de informática, laboratórios de caracterização de polímeros, conformação, eletrônica e automação, ensaios mecânicos, física, fundição, matemática, metalografia, metrologia, microscopia, processamento de polímeros, química analítica e inorgânica, química geral e orgânica, soldagem, tratamento de superfícies (corrosão), tratamentos térmicos, usinagem CNC e usinagem convencional. Além desses espaços, incluem-se salas para direções, coordenações, representações estudantis, setores administrativos do *Campus*, biblioteca, auditório, cantina, copa e área de convivência.

Atualmente, o *Campus* Caxias do Sul oferta três cursos técnicos integrados ao ensino médio (Fabricação Mecânica, Plásticos e Química), um curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade PROEJA (Administração), um curso técnico na modalidade subsequente (Plásticos), uma licenciatura (Matemática), dois cursos de tecnologia (Processos Gerenciais e Processos Metalúrgicos), duas engenharias (Produção e Metalúrgica) e um Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais (intercampi: Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz). Na tabela a seguir apresenta-se o ano de início de cada um dos cursos ofertados pelo *Campus* Caxias do Sul.

Curso	**Ano de início dos cursos do Campus Caxias do Sul**
Licenciatura em Matemática	2010
Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica (extinto em 2015)	2010
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)	2010
Técnico em Plásticos Subsequente	2010
Tecnologia em Processos Metalúrgicos	2010
Técnico em Fabricação Mecânica Integrado ao Ensino Médio	2011

Técnico em Plásticos Integrado ao Ensino Médio	2011
Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	2011
Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais (*intercampi*)	2015
Engenharia de Produção	2017
Engenharia Metalúrgica	2017
Tecnologia em Processos Gerenciais	2017

Quadro 2 - *Campus* Caxias do Sul

Em conformidade com o documento "Perfil Sócio Econômico: Caxias do Sul" (SDE, 2014)[2], o município de Caxias do Sul está localizado na extremidade leste da encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil, e ocupa uma área territorial de 1.648,60 km² (0,55% da área do Estado). A história da colonização de Caxias do Sul começa em 1875 com a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região serrana. Os imigrantes, na sua maioria, eram camponeses da região do Vêneto, situada ao norte da Itália. Dois anos após a chegada dos imigrantes à sede da colônia Campo dos Bugres, como foi chamada inicialmente, recebeu a denominação de Colônia de Caxias. No dia 20 de junho de 1890, foi criado o município e, em 24 de agosto do mesmo ano, foi efetivada sua instalação. No dia 1º de junho de 1910, Caxias do Sul foi elevada à categoria de cidade.

Vários ciclos econômicos marcaram a evolução do município ao longo dos séculos XX e XXI. O primeiro deles está ligado ao cultivo da videira para consumo próprio e, posteriormente, para a comercialização. Ainda nas primeiras décadas do século passado surgiram as fábricas mecanometalúrgicas e têxteis, as quais se consolidaram como polos industriais atuantes. Foi a partir da instalação da indústria automobilística no país, no final da década de 1960, que a indústria metalmecânica viveu sua grande fase de expansão.

A economia caxiense (SDE, 2014) é constituída por aproximadamente 34.000 estabelecimentos, sendo em torno de 6.224 empresas do setor industrial e, dentre elas, cerca de 2.094 constituem o polo metalomecânico do município. Isso faz com que a economia do município

[2] SDE. Prefeitura de Caxias do Sul, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego. **Perfil Sócio Econômico**: Caxias do Sul. Caxias do Sul, jul. 2014. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/e5078ad2-eb32-4cf5-a878-e2d7d08e093e.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

seja a terceira do estado, com PIB de R$ 15,69 bilhões, que coloca Caxias do Sul entre as primeiras 100 cidades do país, incluindo capitais, ocupando o 34º lugar. Em 2010, a renda per capita do município era de R$ 36.034,00, enquanto a renda per capita do Estado estava no patamar de R$ 22.244,00 (62% maior que a renda do RS). O peso maior da atividade industrial está concentrado no segmento metalomecânico. É o segundo maior polo do Brasil. No setor da microfusão, fabricam-se peças para indústria armamentista, aeronáutica, de prospecção de petróleo, autopeças, componentes agrícolas e moldes e matrizes. Na área de bens de capital, o município abriga um dos cinco maiores fabricantes de carrocerias para ônibus do mundo, e é também um dos cinco maiores fabricantes de veículos e implementos rodoviários da América do Sul.

A população de Caxias do Sul possui 470.223 habitantes, sendo a segunda maior cidade no Estado em número de habitantes, ficando depois da capital, Porto Alegre, que possui 1.472.482 habitantes (IBGE, 2014[3]). Atualmente, apenas parte da população é descendente dos imigrantes italianos, pois ao longo da história a cidade recebeu imigrantes de diversas etnias, vindos de outras cidades do Brasil e também do exterior. O IDESE é um índice calculado pela FEE, que avalia o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos, variando de zero a um. Em 2015, Caxias do Sul obteve índices superiores ao do estado em todos os blocos do IDESE, conforme a tabela a seguir.

	IDESE	**Educação**	**Renda**	**Saúde**
RS	0,751	0,698	0,739	0,817
Caxias do Sul	0,801	0,722	0,807	0,875

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2015

Fonte: FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **IDESE**: Tabelas-destaque-2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/tabelas-destaque/>. Acesso em: 2018

1.6.5 *Campus* Erechim

A história do *Campus* iniciou no ano de 2006, quando, através de ato do MEC, foi implantada a Escola Técnica Federal do Alto Uruguai. No ano seguinte, a Instituição recebeu da Prefeitura Municipal o terreno e os prédios localizados na Rua Domingos Zanella, no Bairro Três Vendas. Em

[3] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**.
Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

30 de dezembro de 2008, com a sanção da Lei nº 11.892, de criação dos IFs, a Instituição passa à condição de *Campus* do IFRS. Em abril de 2009, foi realizado concurso público visando à nomeação de professores e técnicos administrativos. O *Campus* iniciou efetivamente suas atividades em novembro de 2009, autorizado pelo MEC através da Portaria nº 126, de 29 de janeiro de 2010.

Inicialmente foram ofertados quatro cursos técnicos subsequentes ao ensino médio: Agroindústria, Mecânica, Vendas e Vestuário. No ano de 2011, foram implantados o curso Técnico em Alimentos e os cursos superiores de Engenharia Mecânica e Tecnologia em Marketing. No início de 2013, passaram a ser ofertados os cursos técnicos em Finanças e Logística e o curso superior de Tecnologia em Design de Moda. Em 2015, foram lançados dois cursos: Técnico em Modelagem do Vestuário e Bacharelado em Engenharia de Alimentos. Já, em 2016, o *Campus* Erechim passou a ofertar dois cursos na modalidade concomitante ao ensino médio: o Técnico em Informática e o Técnico em Produção de Moda.

O processo seletivo de ingresso de estudantes ocorre duas vezes ao ano. O número total de estudantes regulares passou de 188, em 2009, para 1.263 no início de 2018. Um crescimento que demonstra a confiança da comunidade na competência e qualidade do ensino proposto pelo *Campus* Erechim. A previsão é de aumento desse número com a oferta de novos cursos e a ampliação do espaço físico.

Além dos cursos de formação técnica e superior, o *Campus* também oferta, sazonalmente, cursos de extensão voltados à comunidade interna e externa, como Costura Industrial, Artesanato, Informática para a Terceira Idade, além de outros projetos e programas como Mulheres Mil e demais cursos de extensão. O *Campus* Erechim também atua em linhas de pesquisas com bolsas de fomento externo aprovadas pelo CNPq e Fapergs, além de oferecer bolsas de fomento interno através de iniciação científica ou tecnológica e auxílio à pesquisa. De 2011 até 2018 foram desenvolvidos mais de 100 projetos com fomento interno e externo, sendo muitos com parcerias, com atuação de cerca de 101 bolsistas.

Conta atualmente com 50 técnicos administrativos e 60 docentes efetivos. Até o primeiro semestre de 2018, 775 profissionais técnicos já se formaram nos cursos do *Campus* Erechim e 176 profissionais graduados nos cursos superiores, atendendo às demandas regionais. Os eixos de atuação do *Campus* são Alimentos, Mecânica, Vestuário/Moda, Gestão e Informática.

No dia 6 de março de 2012 ocorreu o lançamento oficial da obra de ampliação do *Campus* Erechim, com o Bloco III, que contemplou a Instituição com 12 novas salas de aula, laboratórios e

usinas da área de Alimentos, salas para professores, técnicos, coordenações de curso, entre outros. A área total é de 3.754 m², e a inauguração ocorreu em 9 de abril de 2015.

Em abril de 2012, também iniciaram as obras do Bloco II, que abriga a biblioteca e salas de aula. A obra possui área total de 1.248 m² e foi inaugurada em 27 de junho de 2014. Também, em 2012, no mês de julho, iniciaram-se as negociações para a compra do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora da Consolata, antigo Dom e Escola L'Hermitage. O imóvel conta com uma área construída de 2.024 m² e área total de 13.887 m², lindeiro ao *Campus* Erechim. Atualmente a edificação possui seis salas de aula, dois auditórios, salas administrativas, salas de professores, área de convivência, quadra de esportes, campo de futebol e estacionamento, entre outras áreas, que podem ser utilizadas por servidores e estudantes. Com a aquisição desse espaço, foi possível expandir os cursos previstos, além de propiciar o espaço necessário às áreas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão a toda a comunidade acadêmica.

Em julho de 2014, foi iniciada a obra de construção do Bloco V, que abriga salas de aula e laboratórios da área de Mecânica. O prédio possui área total de 700,57 m² e foi inaugurado em 26 de julho de 2016.

O *Campus* Erechim atua numa região desenvolvida, sendo que o município de Erechim é polo da região do Alto Uruguai e sede da AMAU e Agência de Desenvolvimento do Alto Uruguai. A região caracteriza-se por uma forte atuação no agronegócio, incluindo ainda o setor de serviços e tecnologia da informação e áreas industriais de diversos ramos, com destaque para o metalmecânico e vestuário.

A constituição socioeconômica do *Campus* de Erechim caracteriza-se por uma região desenvolvida, com bom nível econômico das famílias, demanda discente oriunda de regiões com bom poder aquisitivo em geral e que estão inseridas num contexto econômico de nível acima da média no RS. Contudo a região de abrangência também é caracterizada pela presença de pequenos municípios, ainda com carência de opções de trabalho e uma parcela do corpo discente oriundo de famílias de pequenos agricultores.

A região do Alto Uruguai é também caracterizada pela presença de algumas IESs, que oferecem opções de licenciaturas e bacharelados, mas sem atuação efetiva no ensino técnico e tecnológico. Isso demonstra um nicho de atuação bastante interessante para a Instituição. A inserção e a atuação do *Campus* têm auxiliado na promoção do desenvolvimento socioeconômico, no desenvolvimento integral do cidadão, na equidade e na competitividade econômica.

1.6.6 *Campus* Farroupilha

A cidade de Farroupilha está localizada na região metropolitana de Caxias do Sul, é a terceira maior cidade da Serra Gaúcha com 63.635 habitantes (IBGE, 2010) e tem seu nome em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha. Emancipou-se da cidade de Caxias do Sul em 11 de dezembro de 1934. A cidade é considerada o “Berço da Imigração Italiana” no Rio Grande do Sul e sua cultura é fortemente baseada em hábitos de imigrantes italianos que colonizaram essa região. É também a “Capital Nacional da Malha” e maior produtor de uvas moscatéis do Brasil. Possui uma área total de 361,684 km², dispondo de diversas formas de economia, como indústrias, serviços, comércio e agricultura.

Farroupilha destaca-se pela economia diversificada, sendo a indústria a maior responsável pelo crescimento, com 59% de participação na qual o setor metalmecânico é um dos expoentes. Outros setores como comércio e agricultura também contribuem para o crescimento do município.

A região nordeste do Rio Grande do Sul concentra indústrias de grande porte nos setores de metalurgia e de material de transporte, com destaque para a produção de veículos comerciais, de implementos rodoviários e agrícolas. Nela concentram-se as mais importantes fabricantes de ferramentas e moldes para processamento de polímeros, injeção e fundição de materiais ferrosos e não ferrosos, bem como apresenta expressiva participação na fabricação de peças e componentes técnicos para todos os setores da economia brasileira e para exportação. Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves, principais cidades da região, possuem juntas o maior número das empresas, destacando-se os setores metalmecânico, de material elétrico, de vestuário, de calçados, plásticos, alimentação, moveleiro, vinícola, gráfica, coureiro e outros. Ressalta-se que a cidade de Farroupilha é considerada o principal polo Malheiro do estado. O PIB da cidade de Farroupilha, per capita, é de R$ 41.143,57, em 2015 (FEE, 2018) e o IDHM é de 0,777 (ATLAS BRASIL, 2013).

O *Campus* Farroupilha foi criado a partir da federalização da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR), em agosto de 2010, com a finalidade de oferecer cursos de nível médio, técnico e superior. A ETFAR era uma instituição comunitária, ligada à Fundação da Universidade de Caxias do Sul (FUCS). O projeto inicial da escola, aprovado pelo PROEP, do MEC, almejava o oferecimento de cursos principalmente na área da indústria, para atender às necessidades da região.

Em 2008, a FUCS iniciou a discussão interna quanto a possível federalização da ETFAR. Dessa forma, o MEC e, posteriormente, o IFRS foram acionados para o debate. Ao longo de 2009 realizaram-se diversas reuniões entre as instituições e a Prefeitura, com vistas a estruturar a nova proposta. Em 25 de fevereiro de 2010 implantou-se o Núcleo Avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul em Farroupilha, mediante incorporação da

ETFAR, por meio do Convênio nº 016/1999 e 068/2001/PROEP, firmados entre o MEC e a FUCS. O IFRS Núcleo Avançado de Farroupilha foi aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 21 de maio de 2010. Ainda em julho de 2010 ocorreu o primeiro processo seletivo.

Atualmente, o *Campus* Farroupilha possui em pleno andamento cinco cursos técnicos: Técnico em Informática integrado ao ensino médio; Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Metalurgia, Técnico em Plásticos no Ensino Superior. Há, também, os cursos de Tecnologia em Processos Gerenciais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em 2011 implementou-se o curso de Formação de Professores para a Educação Profissional, de nível superior, voltado ao aperfeiçoamento da formação docente dos professores dedicados à educação profissional. O *Campus* também oferece o curso de pós-graduação, na categoria mestrado profissional, em Engenharia de Materiais, ofertado na modalidade semipresencial intercampi (juntamente com os *Campi* Caxias e Feliz).

Além desses, o *Campus* desenvolveu, por meio do PRONATEC, os seguintes cursos Técnicos e de FIC: em 2012, Técnico em Vendas; Inglês aplicado a serviços turísticos e Desenhista Mecânico (FIC); em 2013, Técnico em Vendas; Inglês aplicado a serviços turísticos, Espanhol, Desenhista Mecânico e Operador de Computador (FIC); em 2014, cursos FIC de Inglês aplicado à serviços Turísticos; Inglês Intermediário; Espanhol, Libras; Desenhista Mecânico; Modelista (Mulheres Mil) e Operador de Computador, além de um curso de Inglês Básico que foi ofertado na empresa Marcopolo, em Caxias do Sul.

O *Campus* Farroupilha fortalece sua missão por meio do ensino público, gratuito e de qualidade atuando de maneira expressiva na comunidade em que está inserido. São ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidos anualmente, aproximando a Instituição da sociedade e proporcionando aos participantes condições de crescimento e aprendizado.

1.6.7 *Campus* Feliz

O *Campus* Feliz, unidade integrante da estrutura do IFRS, está localizado na região do Vale do Rio Caí, cuja área compreende 1.850 km² com 19 municípios e uma população com cerca de 194.000 habitantes. Os municípios da região são majoritariamente de colonização alemã e destacam-se pela fruticultura (principalmente pela produção de cítricos, morangos e amoras) e pela produção de cerâmica tradicional. Além disso, o Vale do Rio Caí concentra um número considerável de empresas que atuam na área metalmecânica, plásticos, têxtil, alimentos, entre outras.

Criado pela Lei nº 3.726, de 17 de fevereiro de 1959, o município de Feliz, onde está situado o *Campus*, pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre e à microrregião de Montenegro, compreendendo uma área de 96 km². De acordo com o último censo do IBGE em 2010, a população de Feliz é de 12.359 habitantes, sendo 9.416 habitantes (76,2%) da região urbana e 2.943 habitantes (23,8%) da rural. A estimativa populacional do ano de 2017 foi de 13.273 pessoas.

Além disso, a cidade de Feliz apresenta IDHM de 0,750 (IBGE,2010), tendo uma Expectativa de Vida ao Nascer de 75,8 anos (FEE, 2010) e um PIB de R$ 359.527.970,00 (IBGE, 2015). A economia é baseada na agricultura caracterizada pela pequena propriedade familiar com a produção de hortifrutigranjeiros, cítricos, silvicultura e flores, como os maiores expoentes da região nesse setor.

No que se refere à educação pública estadual, o município de Feliz/RS está vinculado à 2ª CRE, localizada em São Leopoldo. Em sua região de abrangência, os últimos dados da 2ª CRE apontam que o índice de alfabetização chega a 96,85%. Já, os dados do último censo do IBGE (2010) mostram que a taxa de escolarização do município de Feliz é de 98,9 %, considerando a idade de 6 a 14 anos.

Com relação ao histórico do *Campus* Feliz, vale dizer que a proposta inicial surgiu da organização de um grupo de cidadãos da região que criaram uma instituição sem fins lucrativos: a Fundação Educacional do Vale do Rio Caí. Em virtude de dificuldades em executar as atividades educacionais propostas pela Fundação, em 24 de março de 2008, foi firmado um Termo de Compromisso de Federalização com a União para alterar o perfil jurídico da instituição, o que possibilitou o ensino público e gratuito. Com isso, a Fundação passou a ser parte integrante da estrutura do CEFET-BG como uma unidade descentralizada.

No ano do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2008, foram criados os IFs, sendo que, no segundo semestre de 2009, a unidade de Feliz passou a ser de responsabilidade do *Campus* Bento Gonçalves, transformando-se, assim, no Núcleo Avançado de Feliz. Nesse núcleo, as primeiras turmas foram do curso Técnico em Administração subsequente ao ensino médio e iniciaram no dia 7 de agosto de 2008.

Em 2010, o Núcleo de Feliz passa por um reordenamento e se torna o *Campus* Avançado de Feliz, sendo inaugurado em Brasília, no dia 1º de fevereiro daquele ano. Na solenidade, estiveram presentes o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva; o então Secretário da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco; a então Reitora do IFRS, Claudia Schiedeck Soares de Souza; o então Diretor-geral do *Campus* Avançado de Feliz, Luis Carlos Cavalheiro da Silva; o então prefeito de Feliz, César Luiz Assmann.

Pouco mais de três anos depois da inauguração, com a publicação da Portaria Ministerial nº 330, de 23 de abril de 2013, e sob a direção de Giovani Forgiarini Aiub, o *Campus* deixa o estatuto de unidade avançada e se torna o *Campus* Feliz. Com isso, passa a ter orçamento próprio e consegue ampliar a estrutura física, o número de técnicos administrativos e de docentes, aumenta ainda a oferta de cursos para a população.

Atualmente o *Campus* Feliz atua nos eixos de Produção Industrial (Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio); Ambiente e Saúde (Técnico em Meio Ambiente); Gestão e Negócios (Tecnólogo em Processos Gerenciais) e Informação e Comunicação (Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Informática integrado ao ensino médio). Oferece também os cursos de Bacharelado em Engenharia Química, Licenciatura em Química e Licenciatura em Letras – Português e Inglês. Além disso, o *Campus* ainda oferece dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: especialização em Gestão Escolar e MBA em Gestão Empresarial e Empreendedorismo; um curso *stricto sensu*, através do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Engenharia de Materiais (PPG-TEM), curso de mestrado profissional com uma estrutura *multicampi* (Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz).

Portanto, é nesse contexto que o *Campus* Feliz está inscrito, sempre com o objetivo de desenvolver cidadãos capazes de realizar o desenvolvimento sustentável da região e de se inserirem no mercado de trabalho, proporcionando aos educandos formação técnica e científica articulada com um posicionamento crítico.

1.6.8 *Campus* Ibirubá

O Campus Ibirubá está situado na cidade de Ibirubá, localizada na região do Alto Jacuí, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Mesorregião) e Microrregião de Cruz Alta, distando 298 km de Porto Alegre. Ibirubá é um referencial para a região do Alto Jacuí, tendo sua economia baseada na indústria metalmecânica, agricultura e pecuária, comércio e prestação de serviços.

O Campus foi criado a partir da federalização da ETAJ, cujo termo foi assinado em solenidade realizada aos 06 de junho de 2009. A realização da federalização tornou-se possível através da doação, pelo município, de todo o complexo da ETAJ ao IFRS, contendo uma infraestrutura de mais de 5000 m² em construções. Além da estrutura de móveis e equipamentos, também houve a incorporação da área agrícola, de cerca de 90 hectares doada pelo Patrimônio da União.

A publicação da assinatura do Termo de Compromisso no Diário Oficial da União ocorreu no dia 30 de novembro de 2009, com vistas à implantação do Campus Avançado. O IFRS assumiu

efetivamente a antiga ETAJ no dia 01 de fevereiro de 2010. Por fim, foi sancionada, em 23 de abril de 2013, a Portaria nº 330, a qual alterou o nome da instituição de IFRS Campus Avançado de Ibirubá para IFRS Campus Ibirubá, sendo a mesma publicada no dia 24 de abril de 2013, no Diário Oficial da União.

O Campus Ibirubá começou sua jornada letiva no segundo semestre de 2010, possuindo, em sua grade inicial, cursos técnicos na modalidade concomitante e subsequente, nas áreas da Agropecuária, Informática e Eletromecânica. Em 2011, teve início a oferta de cursos na modalidade integrado, nas áreas de Informática, Mecânica e Agropecuária; na modalidade subsequente, nas áreas da Eletrotécnica e Mecânica; no nível superior, com a oferta da Licenciatura em Matemática. Em 2012, foi incluído mais um curso superior, o de Tecnologia em Produção de Grãos, que foi extinto em 2017. No ano de 2014 teve-se o primeiro curso de Bacharelado, o de Agronomia. Novos cursos de bacharelado foram oportunizados nas áreas da Mecânica e Computação no ano de 2015. No mesmo ano, entrou em vigor o primeiro curso em nível de pós-graduação, o de especialização em Ensino, Linguagens e suas Tecnologias.

Atualmente o Campus Ibirubá possui cursos nas seguintes áreas de atuação: Agricultura e Agropecuária, Metalmecânica, Elétrica, Tecnologia da Informação e Educação. Os cursos são ofertados em três níveis de ensino, conforme segue abaixo:

Cursos Técnicos:

Curso Técnico em Agropecuária Integrado;

Curso Técnico em Informática Integrado;

Curso Técnico em Mecânica Integrado;

Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente;

Curso Técnico em Mecânica Subsequente.

Cursos Superiores:

Bacharelado em Agronomia;

Bacharelado em Ciência da Computação;

Bacharelado em Engenharia Mecânica.

Licenciatura em Matemática.

Cursos de Especialização:

1. Ensino, Linguagens e suas Tecnologias.

A região atendida pelo Campus Ibirubá compreende em torno de 14 municípios, com uma população de aproximadamente 160.000 habitantes, sendo que destas, 84% residem em áreas urbanas e 16% em áreas rurais. O município mais populoso é o de Cruz Alta, com mais de 63.000 habitantes, seguido por Ibirubá, Não-Me-Toque e Salto do Jacuí com populações de 20.973, 17.655 e 11.385 habitantes, respectivamente, conforme censo de 2016. Os 10 municípios restantes da região são de pequeno porte, apresentando populações abaixo de 10 mil habitantes.

As principais atividades econômicas da região são a agrícola e a metalmecânica, tendo como destaque, a nível nacional e internacional, diversas empresas do ramo, principalmente ligadas a área de implementos agrícolas. Também se destaca a criação de bovinos e o cultivo de grãos.

A região Alto Jacuí apresentou, em estudo realizado em 2012 pelo COREDE Alto Jacuí, um PIB de aproximadamente R$ 5,1 bilhões, o que representava 1,9% do total do estado, com os municípios de Ibirubá e Não-Me-Toque apresentando os maiores índices da região.

Ainda, conforme o COREDE Alto Jacuí, a agropecuária é responsável por 11,9% das atividades representativas do Valor Adicionado Bruto da Região, com o cultivo da soja em grão representando a principal fonte agrária; a indústria representa 17,6% das atividades representativas do Valor Adicionado Bruto da Região; por fim, o setor de serviços destaca-se por 70,5% das atividades representativas do Valor Adicionado Bruto da Região, sendo o Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação o principal segmento desse setor.

A região apresenta IDESE de 0,768, superior ao estadual, dentre os quais destacam-se as cidades de Não-Me-Toque, com índice de 0,825; Ibirubá, com 0,817; Lagoa dos Três Cantos, com 0,814; Colorado, com 0,800, considerados como nível de desenvolvimento alto.

Segundo dados da RAIS do MTE, em 2013, havia 38.326 empregados, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário. Em relação ao conjunto do estado, o Alto Jacuí apresenta uma proporção substancialmente maior de empregados no setor primário, o que reflete a importância da agropecuária na região. Os empregos da indústria de transformação, principalmente as atividades de fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação de produtos alimentícios e químicos, são responsáveis por um número representativo na região, e estão distribuídos principalmente entre as cidades de Não-Me-Toque, Ibirubá, e Cruz Alta.

A região do Alto Jacuí também possui cooperativas ligadas à produção de grãos e laticínios e à criação de bovinos e suínos. Nesse sentido, apresenta uma tradição associativista entre os produtores da região, o que pode facilitar a difusão de tecnologias no setor agropecuário. A cidade de Ibirubá possui a maior bacia leiteira da região do Alto Jacuí. Além disso, a agricultura familiar também é uma atividade bastante representativa na região, proporcionando a produção de legumes, flores, frutas, mel, ovos e peixes.

Além do IFRS, no âmbito público de educação, a região conta com uma unidade da UERGS, situada na cidade de Cruz Alta. Dispõe ainda de uma Instituição Comunitária de Educação Superior, a UNICRUZ, também situada na cidade de Cruz Alta, além de polos presenciais de instituições privadas de ensino.

O Campus Ibirubá tem uma significativa representação junto à comunidade regional e desempenha papel relevante no apoio às demandas específicas da região do Alto do Jacuí, por meio dos cursos que dispõe e das parcerias que desenvolve com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino.

1.6.9 *Campus* Osório

A instalação de um *Campus* no Litoral Norte do RS fez parte da segunda fase do plano de expansão da Rede Federal. No dia 24 de abril de 2007 foi feito ao Governo Federal o encaminhamento da proposta para a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Osório, diante da oportunidade e do interesse do município, articulados em conjunto com a prefeitura e a comunidade.

As aulas iniciaram em 2 de agosto de 2010, em sede provisória cedida pela prefeitura e reformada para receber os alunos, localizada na rua Machado de Assis, 1456 - bairro Sulbrasileiro, no prédio onde funcionava a Escola Municipal Osvaldo Amaral.

Atualmente, em sede própria, o *Campus* está localizada na Rua Santos Dumont, 2127 - bairro Albatroz, Osório/RS, e estudam na Instituição em torno de 880 discentes nas diferentes modalidades e turnos de funcionamento. Nos próximos anos, o objetivo é atender até 1.200 alunos. A Instituição dispõe de 104 servidores, entre professores e técnicos administrativos. Além das atividades didáticas, a escola desenvolve atividades nas áreas de pesquisa e extensão junto aos alunos e à comunidade externa.

O *Campus* Osório atua nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação; Turismo; Hospitalidade e Lazer; Produção Alimentícia; Gestão e Negócios. Existe a priorização para a oferta verticalizada dos cursos técnicos e de tecnologia o que possibilita a otimização dos recursos humanos e infraestrutura e favorece o itinerário formativo dos estudantes.

Seu objetivo é promover educação científica, tecnológica e humanística de qualidade, visando à formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes, competentes técnica e eticamente, comprometidos efetivamente com as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais. O *Campus* oferece atualmente os cursos nas modalidades e níveis a seguir:

1. Médio Integrado ao Ensino Médio:
    a. Técnicos em Administração
    b. Técnico em Informática
2. Subsequente ao Ensino Médio:
    a. Técnico em Administração
    b. Técnico em Panificação
    c. Técnico em Eventos
3. Superiores de Tecnologia:
    a. Tecnologia em Processos Gerenciais
    b. Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
4. Superiores de Licenciatura:
    a. Licenciatura em Letras Português/Inglês
    b. Licenciatura em Matemática
5. Curso EAD:
    a. Técnico em Guia de Turismo
6. Curso de Especialização.
    a. Educação Básica Profissional

O Rio Grande do Sul é rico em sua diversidade cultural e proporciona consideráveis atrações turísticas, do Pampa às Missões, da Serra ao Litoral. O litoral do estado é um dos destinos tradicionais de veraneio, mas que atrai a atividade turística o ano todo.

O *Campus* Osório tem abrangência regional, estando situado na área do COREDE Litoral que é composta por 21 municípios, ocupa uma área total de 7.115,8 km² (2015)[4] e que somam mais de 334.000 habitantes[5] (2016). A região apresenta aspectos socioeconômicos semelhantes, apresentando um arranjo produtivo que se reflete na forma de organização do espaço regional.

A cidade mais próxima da capital é Osório, distante cerca de 100 quilômetros de Porto Alegre com acesso pela rodovia BR-290 (FreeWay). As cidades da região se interligam, principalmente, pelas rodovias BR-101, RST-101, RS-030 e RS-389 (Estrada do Mar). O município de Osório possui importância para o desenvolvimento regional, principalmente na área da educação, em razão da disponibilidade de escolas técnicas e faculdades, bem como em função da qualificação no setor de serviços.

Os dados relacionados à educação básica no Litoral mostram que a região tem um desafio educacional: na idade esperada para o ensino médio, entre 15 a 17 anos, 81,57% dos jovens frequentam escolas e 52,43% estão no nível desejado.[6] Portanto, o *Campus* Osório pode fomentar o desenvolvimento regional através da qualificação profissional, principalmente por políticas educacionais focadas no aperfeiçoamento técnico e de qualificação de professores da rede educacional do Litoral.

Dentre todas as regiões do estado, o Litoral é a região do estado que apresenta o maior crescimento populacional. De acordo com censos, no período de 2000 a 2010, o percentual de crescimento da região foi de 21,64%[7] (IBGE, 2011), o crescimento mais expressivo ocorre em municípios litorâneos. A distribuição demográfica tem uma proporção de 86% da população em áreas urbanas e 14% da população em áreas rurais (2010)[8] e apresenta uma densidade demográfica de 43,2 hab/km² (2013)[9].

---

4 FEE. **Corede Litoral.** Disponível em:<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>Acesso em 19 de abril de 2018.

5 FEE. **Corede Litoral.** Disponível em:<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>Acesso em 19 de abril de 2018.

6 Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul Departamento de Planejamento. Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010. Porto Alegre, 2010.

7 Ramos, Alexandre Costa. O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:TERRITÓRIO E ENFOQUE CONVENCIONAL. Disponível em:<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/gestao/article/view/51>Acesso em 23 de abril de 2018.

8 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. PERFIS SOCIOECONÔMICO. Disponível em:<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>Acesso em 25 de abril de 2018.

9 FEE. Corede Litoral. Disponível em:<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>Acesso em 19 de abril de2018.

O elevado crescimento populacional vem ocorrendo principalmente por influência de movimentos migratórios e, dessa forma, cresce também a demanda por serviços e infraestrutura. O grande fluxo de pessoas para o Litoral gaúcho tem resultado na informalidade dos empregos, com baixa geração de renda, dificuldades na prestação de serviços públicos, e, na organização territorial, problemas de habitação e saneamento[10] (2015). Deve-se considerar que, além do crescimento populacional, a região recebe grandes fluxos de população temporária que se destinam às praias em virtude da dinâmica sazonal no período de veraneio.

Essa característica singular do litoral gaúcho proporciona uma demanda elevada pelos serviços regionais, além de possibilitar um potencial para as atividades comerciais. Entre dezembro a fevereiro, há uma demanda por serviços qualificados na área de hotelaria, gastronomia e do turismo regional, principalmente nos balneários. Além disso, é nesse período que há um aumento na renda média ocasionada por turistas e veranistas, em vista do recebimento dos proventos através do pagamento do décimo terceiro salário. Outras atividades beneficiadas diretamente por essa sazonalidade são os ramos da construção civil, imobiliário, alimentício e moveleiro.

Em 2015, o PIB do Litoral foi de R$ 7,5 bilhões, o que representa apenas 1,96% do PIB do Rio Grande do Sul. O PIB per capita também se manteve abaixo da média estadual, na ordem de R$ 22.083,38[11] para o mesmo período . Em geral, a região se caracteriza por uma atividade econômica de produtos com baixo valor agregado, o que se reflete no desenvolvimento socioeconômico regional.

A economia local está majoritariamente baseada na prestação de serviços, os segmentos mais representativos são a Administração Pública, com 37,9%, principalmente em Osório, Capão da Canoa e Tramandaí. As atividades imobiliárias e aluguéis, com 21,5%, em Capão da Canoa e Tramandaí. E o comércio e serviços de manutenção e reparação, com 13,7%, com predominância em Osório.

Os municípios de Osório e Tramandaí possuem parques de geração de energia eólica. A primeira com 150 aerogeradores[12] (2017), com capacidade de geração para abastecer Porto Alegre

---

10 **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. PERFIS SOCIOECONÔMICO.** Disponível em:<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>Acesso em 25 de abril de 2018.

11 **IBGE/FEE.PIB dos municípios do RS em 2015.** Disponível em:<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>Acesso em 25 de abril de 2018.

12 **JORNAL NH.**Disponível em:<https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/04/vida/turismo/2097270-complexo-eolico-de-osorio-e-atracao-para-conhecer-de-perto-no-litoral-norte.html>Acesso em 23 de abril de 2018.

e a região metropolitana. A segunda, com 31 aerogeradores[13] (2012) suficientes para gerar energia para uma cidade de mais de 200.000 habitantes.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, os municípios do Litoral ainda apresentam índices relativamente abaixo da média estadual, sendo o IDHM médio da região de 0,712, enquanto o estado do Rio Grande do Sul apresenta uma média de 0,746. O índice de Gini da renda domiciliar per capita é de 0,4881 para a região. O índice de Theil-L 2000-2010 do Litoral apresentou a menor redução do estado, passando de 0,62 para 0,51. Uma redução de - 0,08 enquanto a redução média estado e união foi -0,11 para o período.

1.6.10 *Campus* Porto Alegre

O Campus Porto Alegre do IFRS está localizado na capital do Estado, um município que apresenta, segundo o IBGE (2017), população de 1.409.351 habitantes, distribuída em uma área de 486.592 km2.

O PIB do município, a preços do mercado, é de R$ 8.765.175.966 (13% do estado), perfazendo um PIB per capita de R$ 6.568. Em termos de atividade econômica de Porto Alegre, a mesma está concentrada nos setores de serviços, comércio e numa menor proporção na produção industrial. Além disso, na cidade se efetivam muitas relações econômicas que tem origem na RMPA[2], em especial, relativas às cidades vizinhas, porque em Porto Alegre estão também localizadas várias matrizes e escritórios de representação de grandes grupos empresariais do estado.

Outro destaque é que a RMPA concentra as atividades mais dinâmicas do setor produtivo estatal, contribuindo com uma taxa superior a 41% do PIB do estado, sendo que o seu setor secundário constitui mais da metade do valor agregado da indústria no estado.

Na RMPA, conforme dados da PED [3] a região vem apresentando uma trajetória em geral contínua de diminuição das taxas de desemprego. Isso se deve, em grande parte, às oportunidades oferecidas especialmente no setor de serviços que tem mantido um nível de emprego e remuneração média estável, mesmo em situações de recessão como a atual, e do nível de qualificação da população.

---

13 **G1**Disponível em:<https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/04/vida/turismo/2097270-complexo-eolico-de-osorio-e-atracao-para-conhecer-de-perto-no-litoral-norte.html>Acesso em 23 de abril de 2018.

Nesse sentido, o papel do *Campus* Porto Alegre é imprescindível ao oferecer formação pública, gratuita e de qualidade tanto para a capital quanto para a RMPA, além de estar localizado na região central da cidade.

Considerando que o *Campus* Porto Alegre atende a um grande quantitativo de alunos devido a sua localização privilegiada no centro da cidade, que garante acesso fácil à sede institucional através de uma rede ampla de transporte público (ônibus e Trensurb) acessível aos seus alunos tanto da capital como da RMPA.

O *Campus* Porto Alegre tem sua origem vinculada à antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, no ano de 2009, passou por um grande processo de transformação, desvinculando-se da UFRGS e passando a denominar-se *Campus* Porto Alegre do IFRS.

À época da desvinculação, a antiga Escola Técnica da UFRGS já era uma instituição centenária, que havia crescido e conquistado espaço na educação do Rio Grande do Sul. Na sua criação, a então Escola de Comércio de Porto Alegre, anexada à Faculdade Livre de Direito, mantinha dois cursos: o Curso Geral e o Curso Superior. Antes de completar uma década, a Escola foi declarada “instituição de utilidade pública” e, nos anos 30, passou a integrar a Universidade de Porto Alegre, que, posteriormente, tornou-se a atual UFRGS.

Já como Escola Técnica de Comércio, oferecia o curso Técnico de Administração, criado em 1954, e o curso Técnico em Secretariado, fundado em 1958. Com o passar dos anos, mostrando ser uma instituição atenta às novas demandas de uma Porto Alegre cada vez mais desenvolvida, surgiram outros cursos técnicos: Operador de Computador, Transações Imobiliárias, Comercialização e Mercadologia, Segurança do Trabalho, Suplementação em Contabilidade e Suplementação em Transações Imobiliárias.

Com a expansão da educação profissional da UFRGS, em 1994, inaugurou-se o novo prédio, na avenida Ramiro Barcelos. E, a partir de 1996, entraram em funcionamento os cursos regulares de Técnico em Biotecnologia e Técnico em Química e os cursos pós-técnicos de Controle e Monitoramento Ambiental, Redes de Computadores e Suplementação em Processamento de Dados e Suplementação em Secretariado. Com seus novos cursos e sua nova visão do ensino técnico, em 1996, a Escola Técnica de Comércio da UFRGS passou a chamar-se Escola Técnica da UFRGS. Devido às reformulações das legislações do ensino técnico no ano de 1996, de acordo com a Lei nº 9.394 e os demais diplomas legais, a Escola Técnica passa a ministrar, no ano de 1999, somente cursos de educação profissional, tendo como pré-requisito para ingresso a conclusão do ensino médio.

O *Campus* Porto Alegre atualmente oferece os cursos Técnicos em Administração, Biblioteconomia, Biotecnologia, Contabilidade, Instrumento Musical, Meio Ambiente, Panificação, Química, Redes de Computadores, Secretariado, Segurança do Trabalho, Transações Imobiliárias e também o curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio (PROEJA – ADM). Com relação ao ensino superior, são ofertados os cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e Química, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia, ofertado pelo PARFOR.

Entre 2014 e 2016, o *Campus* Porto Alegre ofertou cursos na modalidade a distância, incluindo os cursos Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Biblioteconomia e Técnico em Administração através do sistema Rede e-Tec Brasil.

Em 2014, o *Campus* Porto Alegre obteve a aprovação do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, o Mestrado Profissional em Informática na Educação, que teve início no segundo semestre de 2015. Outra modalidade de ensino ofertada pelo *Campus* inclui a FIC, desenvolvida no "Projeto Prelúdio", no qual crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, participam de atividades de iniciação musical.

1.6.11 *Campus* Restinga

O *Campus* Restinga está localizado no bairro Restinga na região extremo sul do município de Porto Alegre. A região possui características bem peculiares em relação aos demais bairros da cidade. O bairro Restinga convive com o grave problema de vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público. No final da década de 1960, o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo país e implantado em Porto Alegre promoveu a remoção de significativos contingentes populacionais da região central da cidade. Os grupos que não possuíam condições de adquirir terra naquela região foram deslocados para a região da Restinga, distante, aproximadamente, 25 km do centro da cidade.

A situação dos primeiros moradores era de extrema precariedade mesmo com a previsão de implantação de conjuntos habitacionais na Restinga no projeto inicial. O intenso deslocamento populacional, aliado ao contexto de processos migratórios, levou ao surgimento de ocupações espontâneas autoconstruídas na região. Assim, a parte planejada pelo poder público veio a ser conhecida popularmente como Restinga Nova, em oposição à Restinga Velha que se constituiu com maiores concentrações de aglomerados de moradias precárias. A Vila Restinga, como foi chamada

inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como redes de água e iluminação, escolas, transporte e postos de saúde.

Foi a partir da mobilização dos moradores que gradualmente a população passou a usufruir de alguns benefícios. Uma característica marcante da comunidade é a contínua reivindicação de seus direitos em favor do desenvolvimento da região. De acordo com o ObservaPOA, a Restinga possui 60.729 habitantes (quantitativo contestado pela comunidade), representando 4,31% da população do município, com área de 38,56 km², representa 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.574,92 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,10 salários-mínimos (IBGE, 2014).

O abandono escolar na Restinga, de acordo com dados do ObservaPOA, é o maior do município, com 20,82% frente a média de 8,8% de Porto Alegre. A aprovação no ensino fundamental, por outro lado, é de 85,47%, e a média encontra-se em 84,7%. Os dados colocam o *Campus* Restinga como importante agente de transformação da realidade escolar e profissional do bairro.

Além disso, a Restinga é um bairro caracterizado por apresentar um amplo e diversificado mosaico cultural, com diversos artistas locais atuantes na música, nas artes visuais e nas artes cênicas. Existem também diferentes associações e entidades civis organizadas com uma forte vocação cultural, o que possibilita considerar o bairro como um importante polo cultural.

Ressalta-se ainda a articulação social de diferentes grupos com vistas à melhoria das condições de vida e da igualdade de direitos. Nesse cenário, destacam-se pautas como a equiparação étnico-racial, assim como a emancipação feminina e os direitos da mulher. Dessa forma, é perceptível que o bairro Restinga é um local de reflexão e de questionamentos, que serve como um contraponto ao status quo e à naturalização da discriminação e do preconceito.

A história do *Campus* Restinga remonta à busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga”, que iniciou em 08 de maio de 2006, com a criação da Comissão Pró-implantação dessa unidade de ensino. Esse grupo foi composto por movimentos sociais com militantes da educação, da economia solidária e das ONGs.

A mobilização da comunidade pela construção da unidade da escola (*Campus*) coincidiu com um contexto nacional de valorização da formação profissional e, também, com investimentos expressivos do Governo Federal. Desde 2005, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao MEC, passou por profunda transformação que abrangeu não somente a reestruturação física ─ com investimentos em obras, laboratórios, equipamentos e reformas ─, mas também, a ampliação e criação de novas vagas para servidores docentes e técnicos administrativos.

No ano de seu centenário, a Rede Federal de Educação Tecnológica passou por um processo de reorganização. Com a aprovação da Lei nº 11892/08, foram criados 38 IFs, que estão presentes em todos os estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas.

Com o objetivo de fortalecer sua inserção no ensino, pesquisa e extensão, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade, os IFs devem oferecer metade das vagas ofertadas para os cursos técnicos de nível médio. Como prevê a legislação dos Institutos, em médio prazo, serão ofertados também cursos de nível superior, como Licenciaturas (20%) e cursos superiores de Tecnologia, além de cursos de pós-graduação. Além disso, a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida preferencialmente na forma integrada, além do PROEJA. Os cursos de FIC também serão ofertados no *Campus* Restinga.

A sede atual do *Campus* tem mais de 6.800 m² de área construída contando com cinco blocos, sendo que quatro deles alojam as salas de aula, laboratórios, biblioteca, refeitório e o quinto é destinado às áreas administrativas do *Campus*. Há também um prédio destinado ao almoxarifado, além de quadra poliesportiva e cancha de areia.

1.6.12 *Campus* Rio Grande

O município de Rio Grande, com uma área territorial de 2.709,522 km² (IBGE, 2016), está localizado na Planície Costeira Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Seu território compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a sudoeste da desembocadura da Lagoa dos Patos.

Com uma população estimada de 209.378 habitantes (IBGE, 2017), o município, de colonização portuguesa, foi fundado em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Com as lutas entre espanhóis e portugueses pela posse das terras, nesse mesmo ano, o local foi escolhido para a construção do Forte de Jesus-Maria-José, tendo sido promovida a vinda de índios catequizados, famílias do Rio de Janeiro e de Laguna. Formou-se, assim, a povoação de Rio Grande de São Pedro que foi elevada à categoria de cidade em 1835.

A cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul tem ainda entre seus principais destaques:

- Praia do Cassino, popularmente conhecida como a maior praia do mundo, com 220 km de extensão e intitulada como tal inclusive na edição de 1994 do Guinness Book;

- Molhes da Barra do Rio Grande – uma das maiores obras de engenharia do mundo;

- Maior complexo portuário do sul do Brasil;

- Único porto marítimo do estado do Rio Grande do Sul;

- Sede da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e sede do 5º Distrito Naval;

- Polo industrial pesqueiro do Rio Grande do Sul;

- Universidade mais meridional do Brasil – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O *Campus* Rio Grande tem sua origem no Colégio Técnico Industrial (CTI), integrante da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O CTI foi criado em 1964 junto à Escola de Engenharia Industrial, fundada em 1956 e que se tornaria, posteriormente, a FURG.

O CTI surgiu para atender à demanda do então crescente setor industrial do município, destacando-se o setor pesqueiro. Por esse motivo, inicialmente foram criados os cursos Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Refrigeração (atual Técnico em Refrigeração e Climatização). À medida que novas demandas por profissionais surgiam na região, novos cursos técnicos foram criados. Em 1986 foi criado o curso Técnico em Processamento de Dados, atualmente denominado de Técnico em Informática para Internet. Em 2000 foram criados os cursos Técnico em Geomática (atual Técnico em Geoprocessamento) e Técnico em Enfermagem.

No que tange a Educação a Distância (EaD), o então CTI passou a oferecer cursos técnicos no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), sendo desenvolvido nessa modalidade de ensino o curso Técnico em Informática para Internet. Paralelo à Rede e-Tec, o NEAD, criado em 2005, atuou junto a SEAD da FURG na oferta das primeiras disciplinas dos cursos da UAB e também passou a coordenar a maior pós-graduação a distância ofertada pela FURG, o Mídias na Educação.

Em 2007, o CTI aderiu ao PROEJA, ofertando vagas nessa modalidade de ensino para o curso Técnico em Refrigeração e Climatização. Nesse mesmo ano, com a reestruturação da Educação Profissional, regulamentada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), o CTI se desvinculou da FURG. Sua integração ao IFRS ocorreu no final de 2009, passando a ser o *Campus* Rio Grande.

Os cursos de tecnologia foram uma evolução natural dentro dessa nova instituição recém-formada. Criados enquanto ainda integrava a FURG, inseriram-se dentro da iniciativa do REUNI. Inicialmente, em 2008, foi criado o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) e, em 2009, foram criados os cursos de Tecnologia em Construção de Edifícios (TCE) e de Tecnologia em Refrigeração e Climatização (TREC), atualmente extinto. Em 2013, após o período

de transição de desvinculação da FURG, esses cursos passaram a ser integrantes plenos do quadro de formação do *Campus* Rio Grande.

Em 2010 foram criados os cursos Técnico em Automação Industrial e Técnico em Fabricação Mecânica, com o objetivo de atender às novas demandas industriais motivadas pela instalação do polo de construção naval no município do Rio Grande. No mesmo ano, entrou em funcionamento o curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica (atual Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional) e, no primeiro semestre de 2015, foram matriculados os alunos da primeira turma do curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica. No ano de 2016, foi obtido o credenciamento do IFRS e do curso de Licenciatura em Matemática para ser ofertado na modalidade EaD.

Atualmente, os cursos ofertados pelo *Campus* Rio Grande estão distribuídos nas modalidades de ensino integrado ao ensino médio, subsequente ao ensino médio – também denominado de pós-médio e superiores. A primeira modalidade é ofertada nos cursos Técnico em Automação Industrial, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Geoprocessamento, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Refrigeração e Climatização. Na modalidade subsequente são ofertados todos os cursos anteriormente citados, com exceção de Informática para Internet, sendo acrescentado o Técnico em Enfermagem. Os cursos superiores ofertados são os de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia Mecânica. Já o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional é destinado a profissionais que já possuem curso superior.

A criação dos IFs teve início a partir da necessidade de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para fortalecer a inserção da educação profissional de nível técnico em todo o território nacional.

Para o desenvolvimento de sua ação acadêmica, o *Campus* Rio Grande atende, em sua excelência, ao mínimo estabelecido de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, porém o mesmo não ocorre para o mínimo exigido de 20% das vagas para cursos de Licenciatura e/ou Programas Especiais de Formação Pedagógica conforme pode ser visualizado no QUADRO 1 (BRASIL, 2008).

Ao analisar o QUADRO 1, também é possível observar a necessidade de concentrar os esforços associados à ideia de expansão, no sentido de promover a criação de cursos e programas na área da EJA, buscando retomar o PROEJA, bem como a EaD. Em relação à Verticalização do ensino, para a pós-graduação, é notória a necessidade de inserção do *Campus* Rio Grande nessa modalidade de ensino. Porém, para isso se faz necessário um novo enquadramento do *Campus* no

que diz respeito à Portaria do Ministério de Educação, nº 246, de 15 de abril de 2016, a qual limita os recursos humanos a 90 docentes e 60 técnicos administrativos (BRASIL, 2016).

Modalidade de Ensino		Total de Matrículas	Percentual (%)
Curso Técnico	Integrado	881	37,68
	Subsequente	883	37,77
Superior	Tecnologia	359	15,36
	Bacharelado	142	6,08
Programa Especial de Formação Docente		54	2,32
EAD		18	0,77
FIC		1	0,04
Pós-graduação		0	0
Total		2338	100

Quadro 4 - Área de Atuação Acadêmica do IFRS Campus Rio Grande

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2017.

O IFRS apresenta uma das características mais significativas e que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade. Nesse sentido, a Educação Profissional, sob a égide da diversidade, permite a essa Instituição de ensino concentrar, na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico, um centro de formação profissional capaz de atender às mais variadas realidades socioeconômicas e necessidades regionais, estando, muitas vezes, fortemente relacionadas a questões geográficas. O estado do Rio Grande do Sul pode ser subdividido em sete mesorregiões, cujos *campi* do IFRS estão presentes em quatro delas: Nordeste Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense. O *Campus* Rio Grande, por sua vez, está localizado na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense, caracterizada pelo turismo e pela agropecuária, principalmente a cultura do arroz e do gado de corte.

A partir das especificidades de cada região, os *campi* possuem autonomia e liberdade para dinamizar as ações de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, cabe salientar que a concepção dessa trilogia não pode dispensar a atenção às necessidades de atendimento às camadas mais carentes da sociedade, especialmente na oferta de FIC e PROEJA, possibilitando que os objetivos dos IFs sejam ratificados na prática em todas as modalidades e níveis demandados pela comunidade regional. Nesse sentido, dados apresentados na Plataforma Nilo Peçanha (2017) demonstram que os eixos do *Campus* Rio Grande, caracterizados pelo Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial, são norteadores para a inserção regional da economia, caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com o sistema viário, liderado

pelas instalações portuárias. Entretanto, outros setores apresentam grande influência no desenrolar das atividades econômicas, contribuindo com etapas para o desenvolvimento integrado do município, como a agricultura, a pecuária, a pesca, o comércio e o turismo. É nesse sentido que os APLs propiciam as demandas para a inserção regional e a caracterização da área socioeconômica atendida.

1.6.13 *Campus* Rolante

Devido à expansão da Rede Federal de Educação Profissional ocorrida no país a partir do início dos anos 2000, a comunidade do Vale do Paranhana-Encosta da Serra realizou uma grande mobilização através de sindicatos, câmaras de vereadores, prefeituras e instituições de ensino em prol do projeto de implantação de uma escola profissionalizante em um dos municípios da região.

A intensificação das mobilizações ocorreu a partir de 2009, com a realização de audiências públicas em todos os municípios da região e coleta de abaixo-assinados de trabalhadores, empresários, entidades sindicais e lideranças políticas. Naquela ocasião, a Reitoria do IFRS prestou apoio e incentivo à Comissão que estava conduzindo todo o processo, orientando-a quanto às necessidades de contrapartida municipal para aprovação do projeto no âmbito do MEC.

Com isso, o município de Rolante se prontificou a sediar a instalação da “Escola Técnica”, como era denominada pela Comissão e pela comunidade do Vale do Paranhana-Encosta da Serra. Nesse sentido, foi disponibilizado para construção da futura escola um terreno de oito hectares localizado a, aproximadamente, quatro quilômetros da sede municipal.

De posse da confirmação da doação do terreno e da coleta de milhares de assinaturas, a comissão conseguiu realizar uma audiência com gestores do MEC no ano de 2011. Nessa audiência foi aprovada a criação do *Campus* Rolante vinculado ao IFRS.

Em seguida, a Comissão e gestores do IFRS realizaram várias audiências públicas nos municípios da região com o objetivo de identificar as principais demandas por formação profissional. Os resultados dessas audiências apontaram quatro eixos principais, de acordo com a diversidade de suas características socioeconômicas, que são: agropecuária, coureiro-calçadista, gestão e tecnologia da informação.

Como um dos eixos apontados nas audiências públicas foi na área de agropecuária, tornou-se necessário viabilizar a ampliação do terreno para atender as exigências do MEC e, também, para o pleno desenvolvimento dos projetos didático-pedagógicos das ciências agrárias. Assim, necessitava-se um espaço maior para a criação de animais de pequeno, médio e grande porte e para o cultivo de frutíferas, culturas anuais, olerícolas, dentre outras. Desse modo, durante o ano de 2012,

a Prefeitura Municipal de Rolante procedeu à desapropriação de várias pequenas propriedades rurais anexas ou próximas ao terreno, inicialmente, destinado à implantação do *Campus,* totalizando uma área de 57 hectares. No ano de 2013, foram elaborados os projetos arquitetônicos para a construção do primeiro prédio escolar do *Campus* Rolante, e ofertadas cinco turmas de cursos de FIC através dos recursos do PRONATEC. No ano de 2014, foram 31 turmas de cursos FIC nos municípios de Parobé, Taquara, São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Itati, Maquiné, Imbé, Santo Antônio da Patrulha e Rolante pertencentes ou não à área de abrangência do *Campus*, também via PRONATEC.

O *Campus* Rolante iniciou suas atividades em dois espaços provisórios na sede do município. Um no térreo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, localizado na Rua Alfredo Wüst, 645, onde se desenvolviam as atividades administrativas, e outra na Escola Municipal de Ensino Fundamental Oldenburgo. Em fevereiro de 2016, teve início a primeira turma de ensino regular do *Campus* Rolante, com o ingresso de 35 educandos no curso Técnico em Administração subsequente ao ensino médio. No mês de agosto, duas novas turmas de cursos concomitante/subsequentes foram ofertadas: Agropecuária, Qualidade e Administração Redes de Computadores, assim como, cursos de FIC nas áreas de Agropecuária, Idiomas e Gestão, chegando a mais de 300 alunos atendidos no ano.

No primeiro semestre de 2017 foi adicionado mais um espaço no centro da cidade para iniciar a oferta dos primeiros cursos integrados ao ensino médio, em Informática e Agropecuária, no período da manhã, e em Comércio na modalidade PROEJA, no turno da noite.

Em julho de 2017, a sede definitiva do *Campus* Rolante foi inaugurada. A área total compreende 57 hectares e está localizada na RS 239, distante quatro quilômetros do centro da cidade de Rolante. As instalações incluem uma biblioteca, 10 salas de aula, dois laboratórios de informática, um laboratório agrotécnico, sala de professores e setor administrativo, totalizando uma área construída de 2.727 m². Tendo em vista a mudança definitiva foi possível iniciar a oferta do primeiro curso superior do *Campus*, o curso superior em Tecnologia de Processo Gerenciais. E, em 31 de julho de 2017, aconteceu a primeira aula inaugural no *Campus* com a presença de parlamentares e autoridades locais e regionais.

No ano seguinte, 2018, mais um curso integrado ao ensino médio foi ofertado no turno da tarde, o curso integrado em Administração, assim como novas turmas dos cursos integrados em Agropecuária, Informática e Comércio-PROEJA e o curso superior em Tecnologia em Processos Gerenciais.

A implantação do *Campus* Rolante vem sendo estruturada para ser um centro de excelência em educação profissional, técnica e tecnológica, a fim de formar profissionais com as competências

e habilidades exigidas pelo Mundo do Trabalho, buscando ofertar cursos nos diferentes níveis de ensino (integrados, subsequentes e superior), atendendo à Verticalização do ensino. Atualmente, são ofertadas anualmente 290 vagas em cursos regulares (cursos integrados em Agropecuária, Informática, Administração e Comércio-PROEJA; cursos subsequente/concomitante em Agropecuária, Administração e Qualidade; e, curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais), destas 50% são vagas voltadas para o ensino médio integrado, 38% cursos subsequentes/concomitantes e 12% curso superior.

Atualmente, o quadro de servidores é composto por 30 docentes e 30 técnicos administrativos. O quantitativo previsto na Portaria nº 246/2017 do MEC, que trata do dimensionamento da Rede Federal, é de 70 docentes e 45 técnicos administrativos. Porém, como o *Campus* Rolante caracteriza-se um *Campus* agrícola, poderá ampliar seu quadro de técnicos para 60 servidores.

A maioria desses servidores em exercício ingressou na Instituição há menos de dois anos, mas muitos projetos de ensino, pesquisa ou extensão já foram ou estão sendo realizados, além da constante contribuição em demandas diversas na comunidade, como palestras, grupos de discussão, conselhos e outras ações de interesse social. Dentre as quais, destacam-se as participações na elaboração do planejamento estratégico do município de Rolante, nos eixos da Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural, Plano Diretor, Atração de Investimentos e Turismo.

Diante do exposto, acredita-se que o *Campus* Rolante caminha na direção de se tornar uma referência regional em educação profissional pública e de qualidade, na medida em que busca atender aos objetivos e às finalidades previstas na sua Lei de criação, ou seja, a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os IFs.

Além das possibilidades de formação profissional e participação em projetos de pesquisa e extensão destacados anteriormente, os estudantes são estimulados a desenvolverem seus talentos em esportes e cultura, através da participação em jogos de integração e eventos artísticos entre os *campi* do IFRS ou com outros IFs e outras redes de educação.

Somados às oportunidades de crescimento pessoal e profissional em território nacional, os estudantes do IFRS também são estimulados e apoiados a terem vivências internacionais através do PIMEI. Especificamente no *Campus* Rolante está se desenhando uma parceria internacional com a França e a Alemanha para realização de estágios de vivência, visitas técnicas ou cursos de curta duração, sendo que, para 2018, foi definido um valor orçamentário para viabilização de bolsas estudantis para custeio parcial da viagem para a França de dois estudantes do eixo de recursos naturais.

1.6.14 *Campus* Sertão

O *Campus* Sertão está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 km de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criado pela Lei n° 3.215, de 19 de julho de 1957, iniciou seu efetivo funcionamento em 1963, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo. Em 13 de fevereiro de 1964, pelo Decreto Lei n° 53.558, passou à Ginásio Agrícola de Passo Fundo subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura. Em 19 de maio de 1967, através Decreto n° 60.731, vinculou-se ao MEC e, em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto n° 62.178, passou a funcionar como Colégio Agrícola, oferecendo curso Ginasial Agrícola e o diploma de Mestre Agrícola aos concluintes. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto n° 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI) durante o período de 1973 até 1986. Em 04 de setembro de 1979, o Decreto n° 83.935, definiu a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1° e 2° Graus do MEC, obtendo declaração de regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980. Entre 1970 e 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

A Lei Federal n° 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia federal, com autonomia administrativa e pedagógica. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os IFs e denominou a então Escola como *Campus* Sertão.

Atualmente, o *Campus* tem autonomia para ministrar curso de educação básica em nível de ensino médio e formação profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas). Integrado ao plano de expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento socioeconômico regional, especialmente em regiões em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. São 62 anos de história na formação de técnicos em agropecuária, com mais de 5.000 alunos que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais, mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana. O *Campus* Sertão possui atualmente alunos de 157 municípios, de 10 Unidades Federativas do Brasil e também estrangeiros. O *Campus* tem marcante atuação junto à comunidade regional e desempenha papel importante no atendimento de demandas específicas da região, através dos cursos que desenvolve

e das parcerias com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino como universidades e sindicatos. Contando com uma área de 91 hectares agricultáveis, 237 hectares total, mais de 20.000 m² de área construída, com salas de aula equipadas, modernos laboratórios, salas de aula/setores de produção nas áreas de: Agricultura (Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura); na área de Zootecnia (Bovinocultura de corte e leite, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura); Agroindústria; Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial, possuindo ainda, residência para aproximadamente 300 alunos e 100 servidores e familiares e restaurante que atende aproximadamente 1000 refeições diárias. O *Campus* funciona em período integral, com aulas teóricas e práticas, nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da clientela externa, como cursos de curta duração, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação. São oferecidos, na atualidade, o curso Técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado, subsequente e concomitante ao ensino médio; o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico em Comércio concomitantes ao ensino médio; PROEJA, com formação técnica em Comércio; os cursos superiores de Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Gestão Ambiental e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Bacharel em Engenharia Agronômica e Zootecnia, Licenciatura em Ciências Agrícolas e Ciências Biológicas, Formação Pedagógica para Docentes da Educação Básica e Profissional; pós-graduação em Teorias e Metodologias da Educação.

1.6.15 *Campus* Vacaria

O *Campus* Vacaria é oriundo da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão, que a partir de 2008, passou a denominar *Campus* Sertão. Em 2009, o Polo Vacaria passou a integrar o IFRS *Campus* Bento Gonçalves e, em 2012, o município de Vacaria conquistou, através do Plano de Expansão da Rede de Ensino Técnico e Tecnológico, o *Campus* Vacaria. No entanto, a autorização de funcionamento do *Campus* Vacaria ocorreu somente em 22 de janeiro de 2015, através da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União.

O Polo de Vacaria foi subsidiado pela Prefeitura Municipal desde 20 de março de 2006, graças ao esforço da Administração Municipal de Vacaria, *Campi* Sertão e Bento Gonçalves, Câmara Municipal de Vereadores e entidades da sociedade civil organizada: Câmara de Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços (CIC), FEPAGRO, SAV e a ATAV.

As atividades do então denominado Polo iniciaram com a implantação do curso Técnico em Agropecuária, subsequente ao ensino médio, com duas turmas: diurno e noturno, com funcionamento

em uma sede provisória, nas instalações do antigo Seminário Diocesano, localizado na rua Fontoura da Costa, 425, bairro Glória, na cidade de Vacaria/RS. O imóvel é composto de um prédio com dois pavimentos, com área total construída de 1.600m², incluindo uma área aproximada de um hectare destinada às aulas práticas e experimentos agrícolas, e espaço para estacionamento.

No período de atuação do Polo, 10 turmas já se formaram, estando inseridos no mercado de trabalho 87% desses estudantes. Em 2010, foi implantado o curso Técnico em Informática, modalidade subsequente, e, em 2011, na modalidade concomitante externo. Das três turmas, duas subsequentes e uma concomitante externo, que concluíram o curso, 90% dos estudantes estão em atuação no mercado de trabalho.

Além desses, também concluíram, em 2013, quatro turmas de estudantes nos cursos FIC – PRONATEC: Agricultor Familiar, Operador de Máquinas Agrícolas, Programador de Web e Montador e Reparador de Computadores. Em 2014, duas turmas se formaram: Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática, concomitante externo ao ensino médio pelo PRONATEC, ligado ao *Campus* Bento Gonçalves.

No mês de fevereiro de 2016, o *Campus* Vacaria instalou-se em sua nova sede, em uma área de 60 hectares, doada pela FEPAGRO, localizada na Estrada João Viterbo de Oliveira, nº 3061, área rural, distante seis quilômetros do centro da cidade. Nesse ano, ofertou os cursos Técnico em Agropecuária subsequente, Técnico em Logística subsequente (desde 2015) e iniciou o curso de Bacharelado em Agronomia em convênio com a UERGS.

Em 2017 ofereceu em seu processo seletivo dois cursos integrados (Técnicos em Agropecuária e Multimídia), um curso subsequente (Manutenção e Suporte em Informática) e um curso superior (Licenciatura em Ciências Biológicas). Em 2018 ofereceu processo seletivo para dois cursos de especialização: Produção Vegetal e Docência na Educação Básica.

Os IFs estão organizados por políticas que estão em conformidade com os arranjos produtivos regionais e ancorados no conceito da Verticalização do ensino. As características das ações de ensino, pesquisa e extensão são a pluralidade e diversidade da formação cultural, política e econômica das regiões em que estão inseridas. Ao mesmo tempo que atende às demandas regionais, busca uma potencialização do desenvolvimento científico e tecnológico local relacionado ao global. A efetivação de espaços múltiplos no ensino, pesquisa e extensão compreende a formalização de um percurso formativo que não se esgota em qualquer nível, nem está circunscrito a apenas algumas áreas de conhecimento. Sob esses princípios, o *Campus* Vacaria oferta os seguintes cursos, em suas referidas áreas de atuação:

- Ciências Biológicas e da Terra: Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, Técnico em Agropecuária subsequente ao ensino médio, Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Especialização em Produção Vegetal.

- Ciências Exatas e da Computação: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática subsequente ao ensino médio.

- Comunicação e Informação: Técnico em Multimídia integrado ao ensino médio.

- Administração, Negócios e Serviços: Técnico em Logística subsequente ao ensino médio.

- Ciências Humanas e Sociais: Especialização em Docência na Educação Básica.

O município de Vacaria está situado na região Nordeste do Rio Grande do Sul, zona fisiográfica dos Campos de Cima da Serra. Essa região é composta pelos municípios de André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria. A região ocupa uma área de 10.404 km^2 e tem uma população de 98.361 habitantes (FEE 2011). Vacaria tem 62% dessa população, sendo 93,47% urbana e 6,53% rural.

Reconhecida como a maior produtora de maçã no estado e a segunda do país, Vacaria é responsável por 22% da colheita nacional dessa fruta, sendo essa sua principal fonte econômica. O município também concentra sua economia na produção de grãos, pequenas frutas, frutos silvestres, pecuária, madeira e exportação de flores, que desponta como uma importante fonte econômica[1].

Como dados econômicos do município, lista-se:

- PIB: R$ 552.881.129,00;

- percentuais da arrecadação municipal por setores: indústria – 18,21%; comércio – 25,77%, agricultura – 40,97%; serviços – 15,05%;

- produção e extração animal e vegetal: R$ 185.558.181,46;

- área plantada e área destinada à colheita: 62.827 hectares

No quadro abaixo estão apresentados os indicadores regionais que caracterizam o perfil socioeconômico da região dos Campos de Cima da Serra, onde o *Campus* Vacaria está inserido.

Município: ANDRÉ DA ROCHA		**Município:** MONTE ALEGRE DOS CAMPOS
População Total: 1.194 habitantes		**População Total:** 3.132 habitantes
Área: 324,3km²		**Área:** 549,7km²
Densidade Demográfica: 3,8 hab/km²		**Densidade Demográfica:** 5,7 hab/km²
Matrículas: 167		**Matrículas:** 590
PIB per capita: R$ 78.332,53		**PIB per capita:** R$ 13.306,81
Município: BOM JESUS		**Município:** MUITOS CAPÕES
População Total: 11.467 habitantes		**População Total:** 2.869 habitantes
Área: 2.624,7km²		**Área:** 1.197,9km²
Densidade Demográfica: 4,4 hab/km²		**Densidade Demográfica:** 2,5 hab/km²
Matrículas: 1.918		**Matrículas:** 503
PIB per capita: R$ 21.177,26		**PIB per capita:** R$ 101.313,12
Município: CAMPESTRE DA SERRA		**Município:** PINHAL DA SERRA
População Total: 3.354 habitantes		**População Total:** 2.243 habitantes
Área: 538,0km²		**Área:** 438,0km²
Densidade Demográfica: 6,2 hab/km²		**Densidade Demográfica:** 4,9 hab/km²
Matrículas: 488		**Matrículas:** 395
PIB per capita: R$ 27.822,04		**PIB per capita:** R$ 102.491,90

Município: ESMERALDA		**Município:** SÃO JOSÉ DOS AUSENTES
População Total:3.222 habitantes		**População Total:**3.311 habitantes
Área:829,8km²		**Área:**1.173,9km²
Densidade Demográfica: 3,9hab/km²		**Densidade Demográfica:** 2,9hab/km²
Matrículas: 553		**Matrículas:** 641
PIB per capita: R$ 39.896,50		**PIB per capita:** R$ 22.119,62
Município: IPÊ		**Município:** VACARIA
População Total: 6.113 habitantes		**População Total:** 65.913 habitantes
Área: 599,2km²		**Área:** 2.124,6km²
Densidade Demográfica: 10,3 hab/km²		**Densidade Demográfica:** 29,4 hab/km²
Matrículas: 834		**Matrículas:** 10.741
PIB per capita: R$ 25.011,74		**PIB per capita:** R$ 25.759,85

Quadro 5 - Indicadores Regionais

Fonte: FEE, COREDE e IBGE, 2013, 2014 e 2015 respectivamente.

A participação de entidades de ensino como o *Campus* Vacaria é fundamental na região dos Campos de Cima da Serra, pois abrange não só a incorporação de novas tecnologias, produtos, processos, gestão inovadora, mas principalmente qualificação de profissionais para contribuir com o contexto regional nos aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais.

Nesse contexto observa-se a importância da implantação de um *Campus* do IFRS no município, já que um dos objetivos do IFRS é atuar para minimizar os problemas socioeconômicos, ao promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os

níveis e modalidades, levando em consideração as demandas dos arranjos produtivos locais e formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Comprovadamente, uma alternativa efetiva para pequenos e médios produtores que perfazem a economia regional, que mantém cerca de 80% da produção gaúcha, é a qualificação técnica da atividade produtiva que viabilize a transformação e comercialização dos produtos, agregando valor à produção agrícola e contribuindo para geração de empregos, de forma direta e indireta.

O *Campus* Vacaria ocupa uma posição geográfica estratégica na região, com vários municípios no seu entorno, que também não dispõem de nenhum estabelecimento público que oferece ensino gratuito em nível de pós-graduação.

1.6.16 *Campus* Veranópolis

No ano de 2008 iniciaram-se as discussões e tratativas sobre a instalação do IFRS em Veranópolis através da realização de audiência pública no município. No começo de 2014, nova audiência foi feita com a perspectiva de que o Instituto se instalasse ainda naquele ano, podendo beneficiar uma comunidade de 19 municípios, os quais apoiaram e assinaram o projeto. O *Campus* Avançado Veranópolis foi criado em março de 2014, sendo que no dia 11 do mesmo mês, o *Campus* obteve autorização de funcionamento por parte da SETEC/MEC. Em junho desse mesmo ano, iniciaram as atividades em uma área de 47.334 m² doada pela Prefeitura Municipal, onde anteriormente localizava-se o Colégio Agrícola, cito à BR-470, km 172, número 6500, bairro Sapopema.

O *Campus* atuaria em três eixos: Informação e Comunicação, Gestão e Negócios e Produção Industrial. Os primeiros cursos oferecidos foram os de FIC em Língua Espanhola e o do PRONATEC – Mulheres Mil, os quais também foram levados também a outros municípios da região de atuação do *Campus*. Em 2016 iniciou-se a oferta dos cursos de Técnico em Administração e Técnico em Informática, ambos subsequentes ao ensino médio. Em 2018, finalizadas as reformas estruturais de três dos quatro principais prédios existentes, passou a oferecer os cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e de Tecnologia em Processos Gerenciais, e, atualmente, prepara-se para ofertar o curso de Técnico em Administração integrado ao ensino médio, a partir de 2019, esperando poder ofertar, ainda em 2020, o curso de Técnico em Informática integrado ao ensino médio. Nas reformas citadas, mais de R$ 1.300.000,00 foram investidos.

Veranópolis possui cerca de 25.000 habitantes. Fundada em 1884, como Colônia Alfredo Chaves, foi a penúltima das colônias italianas da região Nordeste do Rio Grande do Sul. Iniciou seu desenvolvimento com base na agricultura familiar, logo conquistando sua emancipação política em 1898, adotando o nome Veranópolis em 1945. É conhecida como o “Berço Nacional da Maçã” e “Terra da Longevidade”, dado o alto percentual de pessoas com idade superior a 60 anos. A região atendida pelo *Campus* congrega 20 municípios (com uma população aproximada de 200.000 habitantes), sendo os principais, Veranópolis e Nova Prata.

Em termos econômicos, é uma região de considerável importância para o estado, tendo um PIB da ordem de R$ 6,5 bilhões, conforme dados de 2015 da FEE. O perfil econômico da região caracteriza-se pela predominância do setor de serviços (45% do PIB), seguida de uma forte participação do setor industrial (31% do PIB), sendo complementados pelo setor agrícola (14% do PIB) e governamental (10% do PIB). Contudo, pode-se perceber uma diversificação econômica dos municípios. Alguns, especialmente os de menor população, com predomínio do setor agropecuário; outros, com preponderância do setor industrial; outros, com a ascendência do setor de serviços. Na indústria destacam-se indústrias de transformação, como a de joias, moveleira, do vestuário, da borracha e de estruturas metálicas, além de frigoríficos e produção de biodiesel.

Veranópolis segue a tendência mais geral da região. Com um PIB, em 2015, calculado em R$ 1,134 bilhão, apresenta predominância do setor de serviços (44%), seguido de perto pelo setor industrial (41%), sendo o restante complementado pela agricultura, geralmente familiar, e o setor governamental.

Quanto aos índices de desenvolvimento humano, conforme o último levantamento realizado com base nos dados do censo de 2010, todos os municípios possuem índices considerados altos (entre 0,700 e 0,800). Contudo, nenhum chega ao nível muito alto (acima de 0,800). Todos apresentam índices próximos ou superiores às médias do estado (0,746) e do país (0,754).

Sobre a inserção regional do *Campus*, verifica-se ainda certo desconhecimento por parte da população sobre o que é o IF, ou seja, que não é uma escola de ensino médio, nem uma escola profissionalizante e nem uma instituição de ensino superior, mas sim uma instituição que verticaliza os três níveis de ensino. Um fator que dificulta uma maior inserção da Instituição é o fato de ter ocupado a área do antigo Colégio Agrícola, que foi uma das mais importantes instituições educacionais por várias décadas no município.

Contudo, pode-se perceber que, após a instalação dos cursos superiores, que foi precedida de ampla divulgação na região, o conhecimento acerca da Instituição e sua inserção no município aumentaram, contribuindo, para isso, o fato de ser a única instituição pública que oferece ensino

superior na região. A implantação do curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio certamente contribuirá para uma maior inserção nas comunidades, oferecendo uma opção de formação pública, de qualidade e gratuita. Ainda, contribuirá para uma inserção mais profunda na comunidade de Veranópolis o fato de oferecer a formação profissional, que há muito não é oferecida no município, desde que as escolas particulares que o faziam deixaram de ofertar.

Os cursos oferecidos pelo IFRS também contribuem para a sua inserção regional: em termos de gestão e negócios, segundo a Receita Federal, a região possuía, em 2017, 2.252 empresas ativas, o que abre consideráveis possibilidades para profissionais qualificados nos diversos níveis da administração. Por outro lado, o crescimento do setor de serviços e a necessidade de informação e comunicação das empresas abrem espaço para egressos dos cursos de informação e comunicação, caso dos cursos na área da informática oferecidos pelo *Campus*.

1.6.17 *Campus* Viamão

A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a partir da década de 1990, propõe ao mundo o debate sobre questões sociais decorrentes das transformações da sociedade contemporânea. O fenômeno da globalização, em uma fase extremamente agressiva do capitalismo financeiro, tem como uma de suas consequências o aprofundamento das desigualdades entre os países e as pessoas. Entre as questões sociais mundiais propostas, as preocupações com o meio ambiente assumem proporções cada vez maiores, em virtude dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pela ação humana na natureza. Nas últimas décadas, os problemas ambientais na Terra agravaram-se com a intensificação da industrialização e o consequente aumento da capacidade de intervenção do homem no ambiente.

Há um notório e progressivo esgotamento econômico mundial, que mostrou sua face mais visível na grande crise econômica de 2008 (conhecido como escândalo Lehman Brothers, nos EUA). Os últimos avanços tecnológicos parecem insuficientes para gerar riquezas suficientes e, pior, de reverter o comprometimento da capacidade ambiental de oferta de recursos naturais à produção.

No Brasil, o fim do período ditatorial e a promulgação da Constituição de 1988, fortalecem as noções de direitos e de cidadania, conferindo à participação popular uma maior influência na vida política do país, particularmente em relação às políticas públicas. O cidadão deixa de ser apenas objeto das políticas para envolver-se com seu processo de formulação e de controle social. Práticas de políticas baseadas na participação popular difundem-se pelo Brasil ao mesmo tempo em que a

universalização do acesso a elas é fortalecido pela Constituição de 1988[14].

O município de Viamão, sétimo em população do estado do Rio Grande do Sul e o maior em extensão territorial da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, é detentor do que se pode chamar de um dos maiores "ativos" de desenvolvimento na região em decorrência de suas características ecossistêmicas e de sua diversidade étnico-cultural.

A região é extensa, dispõe de mananciais de águas superficiais e subterrâneas em grande abundância, possui variados tipos de solos com diversas aptidões agroambientais e uma cobertura vegetal rica e bastante diversificada. Estão localizadas no município várias áreas de interesse ecológico, tais como o Parque Estadual de Itapuã, a APA do Banhado Grande, Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, Parque Municipal Saint-Hilaire e Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Destaca-se o fato de Viamão ser o maior fornecedor de folhosas à CEASA-RS (a central de abastecimento do RS), de sediar a Escola Estadual Técnica de Agricultura (ETA), mais antiga escola de ensino agrícola do Rio Grande do Sul e a primeira a formar técnicos agrícolas no Brasil, a mais importante bacia leiteira da região metropolitana de Porto Alegre e de sediar o maior assentamento de reforma agrária do Estado (o Assentamento Filhos de Sepé, com quase 400 famílias), que, em suas atividades produtivas, cultiva atualmente uma área de arroz ecológico com mais de 1.600 hectares, tornando Viamão o maior produtor de arroz orgânico em área contínua da América Latina. No segmento turístico, destaca-se o turismo ecológico, o turismo de eventos e de negócios, com destaque para a Quinta da Estância e o hotel/spa Vila Ventura, e os distritos turísticos de Itapuã e Águas Claras, com seus atrativos naturais, sítios rurais, balneários e agroindústrias. Obviamente que, em função desses atrativos e potencialidades, há conflitos socioambientais e sérios riscos de agravamento dos mesmos, devido à enorme pressão imobiliária na busca de espaços para a expansão urbano-industrial da região metropolitana.

Segundo o doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Antonio Carlos Dieges, povos tradicionais são aqueles que se distinguem da população do seu entorno por traços culturais particulares. São povos que se auto identificam ou são identificados como parte de culturas distintas e que apresentam também como traços específicos a ocupação e moradia em determinados territórios por várias gerações. Entre as comunidades tradicionais estão os povos indígenas, os povos

[14] FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas da Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. Revista Aurora, São Paulo, Vol. 3, n° 5, Dez/2009.
Disponível em <http://marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>

remanescentes de Quilombos, e os pescadores artesanais[15].

Com base no conceito expresso por Dieges relativo aos povos tradicionais, identificam-se no município de Viamão, três comunidades remanescentes de Quilombos e a existência de três Terras Indígenas do povo Mbyá Guarani. Entre as comunidades remanescentes de Quilombos estão a comunidade do Cantão das Lombas, Peixoto dos Botinhas e Anastácia. Do povo Mbyá Guarani temos a Tekoá Jata'ity (Terra indígena do Cantagalo), Tekoá Pindó Mirim (Terra Indígena de Itapuã) e Tekoá Nhundy (Terra Indígena da Estiva).

Segundo dados do ultimo censo do IBGE, em 2010, o município de Viamão possuía uma população de 239.384 habitantes, área territorial de 1.497.094 km^2 e tinha como estimativa para o ano de 2017, uma população de 253.717 habitantes e apresentava um PIB total de R$ 2.04 bilhões, dividido em R$96.671 milhões no setor agropecuário, R$473.679 milhões, no setor industrial e 1.470.228 milhões no setor de serviços. Este PIB representa um valor per capita de R$ 8.524,00, o que revela a baixa densidade econômica da região. Demonstra-se, assim, a predominância do setor terciário (Serviços) com 72% sobre os demais setores da produção econômica do município. A área industrial ocupa 23% e o setor primário apenas 5%. Destaque-se que, em razão da proximidade e facilidade de deslocamento, a maioria da população trabalha na capital Porto Alegre, gerando divisas fora do município.

Ainda de acordo com os dados do censo de 2010, o município de Viamão possui 94% da sua população residindo no meio urbano e somente 4% na área rural. Apesar da baixa densidade demográfica rural, o município apresenta grande potencial de desenvolvimento agropecuário, turístico, industrial e comercial, pois, com quase 1.500 km² de área, a cidade vem desenvolvendo vários tipos de turismo (ecológico, rural, de negócios e esportivo), destacando-se, também, no eixo da economia rural, pela produção de alimentos, especialmente o arroz, sendo o que o município é atualmente o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.

Por pertencer à região metropolitana, formando áreas conurbadas com Porto Alegre, e estar próxima de rodovias federais (BR-116 e BR-290) e estaduais (RS-010; RS-020; RS-030; RS-040; RS-118), apresenta os condicionamentos básicos de acessibilidade para seu desenvolvimento.

O planejamento e a gestão dessa região exigem ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada a fim de colaborar para seu desenvolvimento econômico e social, com alternativas para a fixação de sua população em seu território e dentro de uma perspectiva de

[15] DIEGES, A. C.; Viana, V (Org). Comunidades Tradicionais e manejo dos recursos aaturais da Mata Atlântica. São Paulo: Hucitec, 2000

Sustentabilidade[16].

Como reflexo da realidade nacional condicionada ao modelo econômico global, o município de Viamão também sofre as consequências das mudanças socioeconômicas que o Brasil vem experimentando nos últimos anos, que têm impactado os níveis de produção, consumo, crescimento econômico, taxas de emprego e desemprego no país e consequente aprofundamento das desigualdades sociais.

Na primeira década do século XXI, ainda sob a estratégia de uma política de desenvolvimento econômico e social objetivando a inclusão e a proteção social com a redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica, constituem-se os IFs, no ano de 2008, através da Lei nº 11.892/2008.

Estruturados a partir da capacidade instalada da centenária Rede De Educação Profissional Federal, o novo modelo de educação profissional e tecnológica para Brasil visa à criação das condições estruturais indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do país e a constituição de uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária.

As novas instituições federais passaram a atuar focadas na justiça social, na equidade, na crescente demanda por formação profissional, na geração de novas tecnologias e no fortalecimento dos arranjos produtivos locais como forma de alavancar o desenvolvimento econômico e social e a competitividade nacional.

Tomando como base os elementos conceituais que deram origem a essa nova organização institucional da educação profissional e tecnológica, a concepção de educação que orienta os processos de formação nos IFs baseia-se nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão e na defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade.

Diante desse complexo e diversificado contexto econômico, social e cultural, no ano de 2011, o Campus Viamão iniciou suas atividades a partir do diálogo com o município, realizando audiências públicas para definição dos eixos tecnológicos nas várias modalidades a serem ofertadas,

---

[16] STROHAECKER, T.M.; TOLDO JR, E. E. O Litoral Norte do Rio Grande do Sul como um Pólo de Sustentabilidade Ambiental do Brasil Meridional. In **Colóquio Internacional de Geocrítica, 9.** Porto Alegre, ANAIS... Porto Alegre: Departamento de Geografia/IG/UFRGS. 2007.

determinando a constituição da sua linha de atuação buscando reforçar as vocações da cidade para abrigar um polo de desenvolvimento tecnológico e de educação profissional.

O desenvolvimento do Campus Viamão estrutura-se inicialmente em torno dos eixos Gestão e Negócios e Ambiente e Saúde, nas modalidades de cursos técnicos subsequente, concomitante e de FIC. A partir de 2015 passaram a ser ofertados de forma regular os cursos Técnicos subsequente noturnos em Administração, Meio Ambiente, Serviços Públicos, Cooperativismo e curso Técnico em Meio Ambiente concomitante diurno.

Seguindo o planejamento de médio prazo, visando à meta de ampliar a oferta do ensino público de qualidade em resposta às demandas apresentadas pela sociedade, no primeiro semestre de 2017, o Campus Viamão passou a ofertar os primeiros cursos de nível superior públicos e gratuitos da história do município de Viamão.

Em 2018 são constituídas as duas primeiras turmas na modalidade de ensino médio integrado nas áreas de Meio Ambiente e de Administração. Tomando como base os elementos conceituais que dão origem à organização institucional dos IFs , a concepção de educação que orienta os processos de formação na modalidade de ensino médio integrado baseia-se nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão e na defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, propondo uma alternativa para o ensino médio no país, sustentada em uma visão de educação Integral que compreenda o desenvolvimento das pessoas em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, constituindo-se como projeto coletivo a ser expresso no modelo de educação profissional técnica integrada ao ensino médio.

As ofertas dos cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Processos Gerenciais e dos cursos Técnicos integrados ao ensino médio em Meio Ambiente e em Administração ampliaram a oferta de educação profissional e tecnológica do Campus Viamão, para além dos cursos técnicos, concomitante e subsequente e de FIC até então disponibilizados, com a clara e imperiosa determinação de contribuir com o IFRS a atender aos objetivos estratégicos descritos na Lei n° 11.892/2008 de criação dos IFs, que preveem a Verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este capítulo apresenta o Planejamento Estratégico que servirá como norteador para as ações dos próximos cinco anos do IFRS. Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração dos Planos de Ação dos campi e da Reitoria.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico foi iniciado por meio de uma pesquisa de atuação do IFRS, a qual permitiu a elaboração dos temas estratégicos. Os temas estratégicos, por sua vez, foram o fundamento para elaboração do Mapa Estratégico, o qual será apresentado neste capítulo.

Este documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos utilizados, bem como o Mapa Estratégico e o detalhamento dos Objetivos Estratégicos, Indicadores, Metas e Iniciativas Estratégicas do IFRS.

2.1 Análise de SWOT

2.1.1 Análise do Ambiente Interno

Em relação aos elementos internos de um planejamento estratégico, os pontos fortes (strenghts, ou forças) representam as características internas ou ativos que podem dar vantagem ou facilidades para o IFRS atingir os seus objetivos. Por outro lado, os pontos fracos (weaknesses, ou fraquezas) representam as características internas ou as limitações em ativos que colocam a instituição em situação de desvantagem ou causam dificuldades para a busca dos Objetivos Estratégicos. Os pontos fortes e os pontos fracos representam elementos que a instituição pode controlar, sendo que esses itens devem ser identificados, analisados e modificados nos setores, nas políticas ou nas decisões da gestão para que o IFRS possa ter sucesso na busca pelos seus objetivos e no retorno à sociedade.

PONTO FORTE	DESCRIÇÃO BREVE
Processo decisório democrático	Possibilidade de participação nas decisões institucionais, através dos conselhos, comissões, colegiados e GT, atuando na construção de normativas, dos documentos basilares institucionais e dos projetos pedagógicos dos cursos.
Integração entre os segmentos da comunidade acadêmica	Possibilidade de realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica.
Infraestrutura dos *campi* e da Reitoria	A infraestrutura que o IFRS já desenvolveu nos seus primeiros 10 anos, através dos investimentos recebidos, que permitiram contemplar salas de aula, laboratórios, salas administrativas, estacionamentos e também acesso à internet.
Qualidade dos cursos	A Instituição oferta cursos de excelência em consonância com potencialidades e vocações territoriais
Interiorização da educação	A abrangência geográfica do IFRS, aproximando-se da comunidade e com soluções para demandas locais, levando cursos de qualidade para fora dos grandes centros, além das ações de extensão, integração com o Mundo do Trabalho, ações de inclusão.
Política de permanência de estudantes	A inclusão dos estudantes de baixa renda, seja através de assistência estudantil, ou através das políticas de diversidade e da atuação dos núcleos.
Possibilidade de formação plena do indivíduo - Verticalização do ensino	A possibilidade de Verticalização, com a possibilidade da atuação dos docentes em todos os níveis e modalidades de ensino e da integração de estudantes nos processos de ensino, pesquisa e extensão.
Alta qualificação dos servidores	Servidores docentes e técnico-administrativos em educação qualificados, proporcionando maior qualidade nos serviços prestados à sociedade.
Oferta de cursos gratuitos em instituição federal	Oferta de uma educação de qualidade e de forma gratuita, atendendo a todos os arranjos produtivos sociais locais em que os *campi* estão inseridos.
Ações afirmtativas institucionais	Ações de inclusão social, inclusão digital e de ingresso e permanência dos estudantes, por meio de ações afirmativas que

	valorizam as trajetórias distintas e que buscam atender aos contextos específicos.
Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	A atuação institucional através da integração entre os seus processos finalísticos apresenta oportunidades de desenvolvimento integral do ser humano.
Inclusão e diversidade	Núcleos e questões relativas à diversidade e à Sustentabilidade como formas de inserção na comunidade e apoio ao desenvolvimento local.

Quadro 6 - Pontos Fortes do IFRS

Fonte: Elaborado pela Comissão de Perfil Institucional e Planejamento estratégico, 2018.

PONTO FRACO	DESCRIÇÃO BREVE
Capacidade de desenvolvimento da estrutura	Infraestrutura aparece como uma demanda constante no IFRS, seja para terminar obras em andamento, sinalização, ampliação ou construção e aquisição de equipamentos para laboratórios para os novos cursos. Porém, nos últimos anos o volume de investimentos na matriz orçamentária tem sido decrescente.
Problemas na infraestrutura física	Estrutura básica contemplada na maior parte dos *campi*, mas há a necessidade de ampliação dos espaços existentes, para a expansão das atividades e das ofertas de vagas do IFRS. Ao mesmo tempo, equipamentos para laboratórios e estruturas para prática esportiva (ginásio, quadras), espaços de lazer, convivência e integração e estacionamentos ainda necessitam melhor infraestrutura.
Inovação e desenvolvimento tecnológico incipientes	Identifica-se a necessidade de ampliar os ambientes de inovação e transferência de tecnologia, bem como o número de projetos integradores que vinculem discentes nos processos de ensino, pesquisa e extensão (EPE). Além disso, ampliar as parcerias com instituições locais e setor produtivo, pois estão diretamente

	relacionadas à inserção local e projetos de ensino, pesquisa e extensão.
Atuação dos núcleos	O número de projetos específicos dos núcleos, voltados à inclusão e à diversidade, vinculando tais proposições à atuação dos núcleos, deve ser ampliado.
Falta de padronização dos processos de trabalho	Fluxos e processos internos, fazendo menção ao mapeamento e à formalização de fluxos, o que inclui atenção aos processos de planejamento estratégico, operacional e o acompanhamento da execução das ações.
Fragilidade na comunicação	A comunicação, em sentido mais amplo, retomando questões de comunicação institucional, que deverá ser visualizada como procedimento estratégico da divulgação das ações institucionais, e maior divulgação dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, seja os que acontecem nas próprias unidades, seja em outros *campi*.
Problemas de relação com os servidores	Necessidade de identificação de ações para evitar todos os tipos de assédio, melhorando as relações interpessoais entre as chefias e demais servidores, servidores e estudantes e outras relações pessoais existentes na Instituição.
Integração das pessoas na Instituição	Ampliar ações de integração dos novos alunos nos *campi*, recepção de novos servidores, integração entre servidores, alunos e comunidade externa.
Acervo bibliográfico	A análise dos resultados das avaliações institucionais demonstram que o acervo do IFRS precisa ampliar a qualidade e quantidade de livros na biblioteca para atender às necessidades institucionais.

Quadro 7 - Pontos Fracos do IFRS

Fonte: Elaborado pela Comissão de Perfil Institucional e Planejamento estratégico, 2018

2.1.2 Análise do Ambiente Externo

Para fazer o levantamento das Ameaças e Oportunidades foram utilizados os planejamentos estratégicos dos COREDES dos períodos de 2015 a 2030. Foram utilizados como norteadores para o levantamento das forças e fraquezas, das ameaças e oportunidades, os objetivos do Mapa Estratégico.

As principais oportunidades identificadas para o IFRS foram:

- ampliação do apoio político em nível macro e micro para ensino público, com maiores investimentos para as atividades educativas em diferentes níveis e áreas;
- fortalecimento da economia (e, com isso, a busca da população por maior qualificação);
- demandas de qualificação em consonância com potencialidades e vocações territoriais;
- integração de recursos dos diferentes campi do IFRS e de outras instituições federais.

Em relação às Ameaças são identificadas:

- enfraquecimento do apoio político as IES públicas;
- incompreensão da base política e da comunidade para com a missão do IF;
- falta de reconhecimento da comunidade local e regional para a missão, função e importância do IF no desenvolvimento territorial;
- espaços limitados para discussões produtivas, sociais, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas no âmbito de atuação do IF;
- escassez de recursos para pesquisa e inovação providos de organismos externos, reduzindo a participação do IF junto a esses recursos.

2.2 Temas estratégicos

A construção dos temas estratégicos deu-se a partir da decomposição dos elementos da missão do IFRS.

Indissociabilidade e Verticalização

Formação Cidadã

Reconhecimento e Excelência Acadêmica

Sustentabilidade

A partir dos temas estratégicos foram construídos coletivamente em um evento pelas Comissões Locais, pela Comissão de Perfil Institucional e Planejamento Central e Comissão Central os Objetivos Eestratégicos. Para cada tema foi construído um conjunto de objetivos.

2.3 Perspectiva

As perspectivas descritas nesta seção representam o agrupamento de Objetivos Estratégicos que nortearão as decisões do IFRS nos próximos cinco anos. As perspectivas são: Resultados Institucionais, Processos, Pessoas e Conhecimento e Orçamento.

2.3.1 Perspectiva Resultados Institucionais

Nesta perspectiva, os Objetivos Eestratégicos estão relacionados à Verticalização nas ofertas de cursos, a Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, a formação para a cidadania e as ações que visam ao desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e político da comunidade.

2.3.2 Perspectiva Processos

Na perspectiva Processos foram definidos Objetivos Estratégicos relacionados à oferta de cursos e vagas, assistência estudantil e ações afirmativas, segurança da alimentação, tanto dos

estudantes quanto dos servidores, captação de recursos externos, política de Sustentabilidade e tecnologia da informação, assim como comunicação interna no âmbito de todo o IFRS.

2.3.3 Perspectiva Pessoas e Conhecimento

A perspectiva Pessoas e Conhecimento foca em aspectos relacionados a parcerias, integração capacitação/qualificação e qualidade de vida dos servidores.

2.3.4 Perspectiva Orçamento

Por se tratar de uma instituição pública, esta perspectiva traz Objetivos Estratégicos relacionados à economicidade e melhores estratégias de aplicação dos recursos recebidos, quer sejam orçamentários, quer sejam extraorçamentários.

2.4 Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico apresentado a seguir é composto pelos Objetivos Estratégicos e Indicadores. Os Objetivos buscam traduzir os temas estratégicos com enfoque nos respectivos resultados esperados. Já os Indicadores são dados que permitem representar de forma quantitativa o desempenho das atividades estratégicas da Instituição, além de avaliar se a atividade está produzindo o resultado esperado.

Figura 2 - Mapa Estratégico 2019- 2023 IFRS

2.5 Objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas

2.5.1 Perspectiva Resultados Institucionais

Todas as metas serão calculadas após a primeira medição dos indicadores propostos e aprovados no mês de dezembro de 2019.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS			
OBJETIVOS	**DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**	**INDICADORES**	**INICIATIVAS**
R1 - Promover Verticalização entre os diferentes níveis, formas e modalidades de ensino.	Promover Verticalização buscando atender à lei de criação dos Institutos. Proporcionar itinerários formativos para os estudantes que contemplem os diferentes níveis de ensino: básico, técnico, tecnológico e pós-graduação.	- Quantidade de eixos verticalizados. - Quantidade de cursos em diferentes níveis e modalidades no mesmo eixo. - Quantidade/Carga Horária de projetos e ações verticalizados.	1. Divulgar os eixos e respectivos cursos. 2.Promover integração entre os diferentes agentes da comunidade acadêmica. 3. Propor cursos nos eixos já estabelecidos nos *campi,* seguindo a Verticalização. 4. Otimizar recursos humanos e infraestrutura. 5. Proporcionar espaços de trocas entre servidores, visando à construção colaborativa e estimular a atuação de docentes em diferentes níveis e modalidades.

R2 - Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.	Buscar a Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, valorizando todos os projetos e garantindo que os currículos contemplem ações de ensino, pesquisa e extensão.	- Quantidade de projetos indissociáveis. - Quantidade de servidores (técnicos, docentes) envolvidos em projetos indissociáveis. - Quantidade de estudantes envolvidos em projetos indissociáveis. - Quantidades de PPCs que incluem a curricularização dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.	1. Realizar feiras, Mostras, Seminários, etc, integradoras (indissociáveis). 2. Criar conceito/ regulamentação / fomento / editais / ... / específicos para projetos indissociáveis. 3. Dialogar com as comunidades interna e externa para que os projetos atendam as expectativas / anseios. 4. Comunicar e divulgar as ações que já ocorrem nos *campi*. 5. Envolver todos os agentes da comunidade (técnicos, docentes, alunos, comunidade externa). 6. Criar grupos de trabalho interdisciplinares. 7. Criar cursos e projetos vinculados aos cursos regulares e atuação dos estudantes. 8. Padronizar fluxos para os projetos (ensino, pesquisa e extensão). 9. Editais e comissões indissociáveis.

R3 - Promover ações de formação para a cidadania.	Promover ações que contribuam para Formação Cidadã, além de atender a LDB. "Preparo do educando para o exercício da cidadania e educação para o trabalho".	- Quantidade de participantes das ações desenvolvidas pelos núcleos. - Quantidade de ações desenvolvidas pelos núcleos. - Pesquisa egressos (como a cidadania aconteceu em sua formação). Quantidades de PPCs que incluem a Formação Cidadã.	1. Envolver todos os agentes da comunidade (técnicos, docentes, alunos, comunidade externa). 2. Criar eventos e palestras direcionados à cidadania. 3. Definir, institucionalmente, devido a amplitude do tema, o que é cidadania, bem como quais aspectos o IFRS pretende enfatizar no PDI 2019-2023.
R4 - Promover ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e político da comunidade.	Tendo em vista as finalidades e características expostas na Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que versa sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é	- Quantidade/carga horária de ações em desenvolvimento social. - Quantidade de participantes interno. - Quantidade de pessoas atendidas (público-alvo externo).	1. Envolver todos os agentes da comunidade (técnicos, docentes, alunos, comunidade externa). 2. Dialogar com as comunidades interna e externa para levantamentos de demandas / interesses/ .... 3. Fomentar incubadoras tecnológicas. 4. Fomentar iniciativas como COM-VIDA (Sustentabilidade). 5. Comunicar e divulgar as ações que já ocorrem nos *campi* (exemplos internos).

	estratégico que o IFRS busque promover continuamente ações com foco no desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e político da comunidade.		6. Criar observatórios da comunidade / mundo do trabalho / “Atlas”.

Quadro 8 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Resultados Institucionais

2.5.2 Perspectiva dos Processos

PROCESSOS			
OBJETIVOS	**DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**	**INDICADORES**	**INICIATIVAS**
P1 - Aperfeiçoar critérios para criação de cursos e vagas.	Tendo em vista a premissa de atender às comunidades, é importante a criação de critérios que permitam verificar continuamente se essas necessidades estão alinhadas com a oferta de cursos e vagas, observando as características, infraestrutura e capacidades de cada *campus*.	Número de critérios efetivos para criação de cursos e vagas. Número de *campi* que atendem à lei de criação dos IFs. Percentual de cursos implantados em relação aos propostos.	1. Desenvolver o sentido de pertencimento com a comunidade, compreendendo, atendendo e antecipando demandas. 2. Desenvolver o funcionamento em rede dos *campi* do IFRS. 3. Estabelecer critérios como: 1. Atender demanda regional; 2. Verticalizar; 3. Atender à Lei de criação dos IFs (11.892/08); 4. Disponibilidade de infraestrutura e servidores; 5. Demanda de investimento; 6. Criar ferramentas para avaliar o ciclo de vida do curso. 4. Pesquisa de demanda centralizada e por grupo competente para sua realização (capacitar as pessoas). 5. Estabelecer os eixos / cursos e área de atuação de cada *campus* para que não haja sombreamentos. 6. Criar critérios para descontinuidade de cursos. 7. Institucionalizar a oferta de cursos EAD (revisar as normativas).

			Obs.: Há respostas que sugeriam processos em relação às vagas de servidores, questionando critérios, formas de seleção, etc.
P2- Aprimorar e consolidar a política de Sustentabilidade ambiental.	Promover em todos os *campi* a cultura da Sustentabilidade e economia de recursos, buscando o melhor uso dos recursos naturais.	- Potência e tipo de energias renováveis nos *campi.* - Número de projetos de aproveitamento de resíduos. - Número de projetos de consumo sustentável (feira orgânica, ações,..). - Número de *campus* com coleta seletiva solidária. - Item na pesquisa de egresso sobre Sustentabilidade ambiental.	1. Criar parâmetros e política de Sustentabilidade para o IFRS. 2. Sensibilizar a comunidade interna e externa quanto às questões de Sustentabilidade. 3. Criar editais de coleta seletiva solidária, além de capacitar a comunidade interna (servidores, alunos e terceirizados) quanto à correta separação dos resíduos. 4. Criar plano de gerenciamento de resíduos para o IFRS. 5. Estimular a captação de energias renováveis. 6. Criar editais para feiras de produtos orgânicos nos *campi*. 7. Incentivar o uso de meios eletrônicos nos processos do IFRS (economicidade). 8. Implantar o sistema de gestão ambiental nos *campi* (Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P). 9. Estimular projetos de ensino, pesquisa, extensão e indissociáveis no tema Sustentabilidade ambiental. 10. Envolver-se em programas existentes no município: “proteção nascentes”, saneamento básico rural, hortas comunitárias, apoio à agricultura orgânica. 11. Efetivar a educação ambiental prevista nos PPCs como tema transversal.

P3 - Aperfeiçoar os mecanismos para captação de recursos externos.	Buscar outras fontes de recursos por meio de parcerias.	- Quantidade de projetos propostos. - Quantidade de projetos de captação de recursos elaborados (eficiência e eficácia). - Montante captado médio por *campus* (% orçamento do *campus*). - Número de convênios/cooperações com as Fundações credenciadas.	1. Aproximar-se de representantes do legislativo para emendas parlamentares. 2. Fomentar a utilização da Lei do Bem. 3. Estabelecer parcerias com outras instituições (convênios, projetos cooperados, entre outras opções). 4. Melhorar e agilizar os fluxos dos processos dos convênios. 5. Consolidar iniciativas como EP e NIT e utilização das fundações de apoio. 6. Participar de editais de fomento externo. 7. Criação de CPMs e Centros Estudantis. 8. Fortalecer o trabalho da extensão, no sentido de firmar parcerias. 9. Estimular a busca de parcerias em projetos com recursos para provimento de benefícios para o *campus*. 10. Estimular a prestação de serviços. 11. Formar a cultura de registro de patente. 12. Investir na divulgação institucional. Obs.: Capacitar os servidores para as possibilidades de captação de recursos (articulado com o objetivo estratégico PC3).

P4 - Aprimorar e fortalecer a tecnologia da informação e a comunicação institucional.	Fortalecer a tecnologia da informação e melhorar a comunicação interna e externa, visando à consolidação da imagem institucional.	- Pesquisa de avaliação (da divulgação pelas comunidades interna e externa). - Grau de transparência. - Participação nas redes sociais.	1. Torna-se mais conhecido na comunidade local de cada *campus*. 2. Fortalecer a divulgação do IFRS em todos os canais de comunicação. 3. Articular os comunicadores dos *campi*, Reitoria e imprensa. 4. Criar procedimento para a não obsolescência da infraestrutura de TI. 5. Compartilhar soluções da TI e de comunicação entre os *campi.* 6. Revisar as ferramentas utilizadas para comunicação, periodicamente, para adequação aos públicos. 7. Estimular a transparência na comunicação dos *campi*. 8. Ofertar em todos os *campi* infraestrutura mínima de TI. 9. Melhorar canais de comunicação com a comunidade interna e externa. 10. Sistematizar fluxos de trabalho. 11. Melhorias na gestão institucional por meio de ferramentas eletrônicas, gerando maior controle e transparência. 12 Capacitação dos servidores para melhor utilizar as ferramentas (articulado com o objetivo estratégico PC3).

P5 - Fortalecer núcleos de ações afirmativas e AE.	Buscar atender à comunidade tanto no seu acesso, sua permanência e êxito, privilegiando as necessidades das minorias.	- Quantidade de ações realizadas com foco em ações afirmativas. - % do orçamento realizado ações afirmativas. –Participação de servidores e discentes nas iniciativas envolvendo ações afirmativas. - Quantidade de ações comissão de ética. - Quantidade de estudantes por faixas. - Dias de atraso no pagamento da assistência por *campus* (∑). - Indicador Permanência (índice de evasão, retenção e êxito). - Quantitativo de ações da AE.	1. Melhorar e simplificar as diretrizes para utilização dos recursos das Ações Universais. 2. Criar espaço (tanto físico como de apoio) para que os núcleos possam agir de forma mais assertiva. 3. Desenvolver o amplo sentido do trabalho da assistência estudantil. 4. Revisar parâmetros dos auxílios permanência (“atender melhor que atender mais alunos”). 5. Ter infraestrutura mínima de AE. Obs.: Capacitar servidores quanto NAAF e AE (PC3). Levantou-se a necessidade de Restaurante Universitário e Casa de Estudante.

P6 - Fomentar a política de segurança alimentar e nutricional.	Ter um olhar para alimentação também como uma ação educativa, promovendo ações que resultem na melhoria da qualidade de vida de estudantes e servidores, priorizando a agricultura familiar e o cultivo sustentável.	- % gasto em merenda adquirida da agricultura familiar. - % de merenda da agricultura familiar e orgânica. - Quantidade de ações de segurança alimentar e nutricional promovidas nos *campi*.	1. Criar Restaurante Universitário / refeitórios. 2. Ampliar a oferta da merenda com produtos saudáveis. 3. Ofertar feira de orgânicos nas dependências dos *campi*. 4. Oferecer cardápios nutricionalmente equilibrados no restaurante e cantinas a preços acessíveis. 5. Adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (superar os parêmatros PNAE). 6. Criar projetos / palestras / campanhas / eventos (ensino, pesquisa e extensão) com o enfoque de segurança alimentar e nutricional. 7. Reforçar o trabalho do SATS e CISSPA. 8. Criar horta comunitária e compostagem. 9. Fomentar a criação de NeAPO nos *campi*.

Quadro 9 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Processos

2.5.3 Pessoas e Conhecimento

PESSOAS E CONHECIMENTO			
OBJETIVOS	**DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**	**INDICADORES**	**AÇÕES PROPOSTAS**
PC1 - Incentivar parcerias interinstitucionais públicas ou privadas.	Buscar mais formas de interação dos *campi* com outras instituições assim como com a comunidade ou empresas.	- Quantidade de ações realizadas em parcerias entre instituições. - Quantidade de servidores/estudantes envolvidos em projetos interinstitucionais. – Tempo do processo burocrático para realização de convênio. - Quantidade de intervenções nas instituições da região do *campus.*	1. Incentivar / instrumentalizar / o setor de extensão (EP) para busca ativa de parcerias (equipe específica para isso). 2. Ter responsável administrativo pelo processo legal dos projetos/parcerias e estar em constante interação com a equipe/responsável técnico do projeto. 3. Capacitar/esclarecer a comunidade acadêmica sobre as possibilidades de parcerias. 4. Incentivar trabalhos acadêmicos com outras instituições, realização de estágios e intercâmbios. 5. Fomentar projetos de pesquisa / extensão cooperados. 6. Elaborar portfólio de capacidades/ potencialidades/ serviços dos laboratórios e profissionais de cada *campus*/ do IFRS. 7. Convidar instituições locais para a participação em mostras científicas / semanas acadêmicas / workshops. 8. Fazer-se presente em eventos diversos promovidos na cidade/ região, para divulgação.

			9. Ir até empresas/instituições para apresentação do IFRS e convidar seus representantes para visitarem o *campus*. 10. Fluxos claros e desburocratizados para convênios, segurança jurídica para proponentes de projetos. 11. Criar GTs interinstitucionais para promoção de ações regionais. 12. Criar banco com currículos de estudantes/egressos para empresas que estejam buscando profissionais.
PC2 - Promover a integração intercampi.	Buscando fortalecer o IFRS como uma entidade única, trabalhando nas complementaridades de saberes entre os diversos *campi*. Este objetivo denota um esforço de fortalecimento da Instituição como um organismo único e sinérgico. (Semana acadêmica, Mostras, Visitação intercampi,	- Quantidade de ações realizadas entre *campus*. - Número de eventos multicampi. - Quantidade de *campi* participantes por evento. - Quantidade de oferta de estágios curriculares multicampi (ex. estudantes de cursos de licenciatura do *Campus* Bento realizando estágios no *Campus* Caxias).	1. Promover feiras temáticas / eventos culturais / competições técnicas (robótica / matemática /...) para integração (para além dos JIFRS e Salão do IFRS). 2. Tornar os eventos / reuniões itinerantes entre os *campi*. 3. Organizar eventos de forma intercampi. 4. Incentivar o uso de webconferências para facilitar a interação, inclusive implementando a infraestrutura necessária para uso dessa tecnologia. 5. Integrar projetos de ensino / pesquisa / extensão semelhantes entre os *campi*. 6. Realizar encontros de servidores conforme áreas docentes/ coordenadores de cursos / setores / funções. 7. Fomentar a mobilidade estudantil intra-institucional. 8. Melhorar a divulgação e a comunicação intercampi. 9. Criar/facilitar mecanismos de cooperação e compartilhamento de docentes e TAEs.

	Pós-graduação, capacitação).		10. Retomar o SAS. 11. Aproximar PPCs / aproximar matriz curricular dos cursos similares intercampi. 12. Proposição de cursos EaD intercampi. 13. Integração das bibliotecas.
PC3 – Promover a capacitação/ qualificação dos servidores com foco nos objetivos estratégicos institucionais.	Capacitar/Qualificar os servidores tendo como base os objetivos estratégicos institucionais, promovendo formas de inovação pedagógica, assim como inovação na gestão, tais como melhoria de processos e otimização dos recursos.	- Quantidade de horas de capacitação dos servidores. - % de servidores participantes por *campus*. - Quantidade de capacitações por *campus*. - Quantidade de horas de capacitação por servidor. - % de capacitações planejadas no PAC realizadas. - Índice de satisfação quanto às capacitações. - Cruzar o índice de satisfação em relação a capacitação por objetivo estratégico. - Percentual em relação ao orçamento total efetivamente	1. Promover ações sensibilização para desenvolvimento do sentido de pertencimento e comprometimento com o IFRS. 2. Promover cursos de ambientação para novos servidores, em EaD. 3. Promover cursos / seminários / oficinas para atualização de servidores em relação a legislação, normativas, fluxos, sistemas, etc. 4. Promover cursos de formação pedagógica. 5. Promover capacitações objetivas e com foco. 6. Oferecer condições para a participação de servidores nas capacitações, por ex., por webconferência. 7. Desenvolver a cultura do compartilhamento dos conhecimentos adquiridos nas capacitações. 8. Revisar critérios para levantamento de necessidades de capacitação, com efeito de fortalecimento e crescimento institucional (não apenas individual). 9. A Gestão de Pessoas ser mais propositiva na promoção de ações. 10. Implementar a gestão por competências. 11. Incentivar servidores do IFRS a oferecer cursos / oficinas / palestras para capacitação dos colegas.

		realizado em ações de capacitação.	12. Sensibilizar docentes e TAEs sobre as realidades dos estudantes do IFRS para promoção de ações que contribuam com sua permanência e êxito. 13. Repensar os critérios de seleção no ingresso de servidores. 14. Vincular a capacitação aos objetivos estratégicos. Obs.: Houve respostas relacionadas aos programas de capacitação de servidores do IFRS (auxílio a eventos, afastamentos para pós-graduação, etc.). Discussão sobre necessidade de convocação para capacitações (fluxo direto sem passar por chefia – desconto no caso de não comparecimento).
PC4 - Promover e incentivar a qualidade de vida dos servidores.	Promover e incentivar a qualidade de vida dos servidores do IFRS para proporcionar um ambiente organizacional saudável para desempenho das suas atividades funcionais.	- Quantidade de ações realizadas visando qualidade de vida do servidor. - Quantidade de participantes em cada ação - Quantidade de dias de afastamento por Licença para Tratamento da própria Saúde (LTS). - Número de atendimentos institucionais (médico, psicológico, odontológico).	1. Dimensionar a carga de trabalho. 2. Fortalecer o trabalho SATs. 3. Fortalecer trabalho CISSPA. 4. Promover ações de integração entre servidores. 5. Criar espaços de convivência. 6. Promover ações de comunicação interna. 7. Comprometer-se individualmente pela promoção de espaços de respeito. 8. Capacitar / reciclar os gestores (em gestão de pessoas, administrativa, fundamentos de gestão, etc). 9. Criar/divulgar espaços de escuta. 10. Pesquisa de clima organizacional.

Quadro 10 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Pessoas e Conhecimento

2.5.4 Perspectiva Orçamento

ORÇAMENTO			
OBJETIVOS	**DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**	**INDICADORES**	**INICIATIVAS**
O1 - Fomentar infraestrutura adequada a todas as unidades do IFRS.	Atuar para que todos os *campi* apresentem melhoria em relação às condições de infraestrutura para oferta de cursos em todos os níveis e modalidades.	- Pesquisa de satisfação dos servidores. - Pesquisa de satisfação dos estudantes. - Gap entre estrutura mínima projetada e estrutura instalada.	1. - Levantamento das instituições locais para projetos de cooperação. 2. - Transparência, redistribuição e catálogo único de estoque dos campi (TI e Biblioteca). 3. - Divulgação dos projetos existentes em um portal único. 4. - Priorizar conclusão de obras. 5. - Criar checklist do que falta para estrutura mínima dos cursos em funcionamento conforme catálogo do MEC. 6. Definição de "estrutura mínima": salas de aula, laboratórios, quadra de esportes. 7. - Aplicação e implementação da Lei do Bem. 8. - Criação de empresas juniores. 9. - Criar banco de projetos contemplados. 10. - Criar setor para captação de recursos via editais – EP. 11. - Compartilhamento espaços, materiais, laboratórios, etc.. 12. Levantar as necessidades dos campi, de equipamento e

			instalações, para efetivar a consolidação dos cursos já existentes.
O2 - Ampliar captação de recursos extraorçamentário .	Buscar formas de captação de recursos públicos e privados para atender às demandas, tendo em vista as fragilidades em relação ao orçamento dos *campi*.	- Valor recebido extraorçamentário (IFRS). - Percentual em relação ao orçamento recebido via recursos extraorçamentário de origem pública (por *campus*). - Percentual em relação ao orçamento recebido via recursos extraorçamentário de origem privada (por *campus*).	13. Desburocratizar para possibilitar parcerias. 14. Promover que cada curso tenha algum projeto para captar recursos condizente com as suas áreas. 15. Desenvolvimento de equipe de captação, capacitação dos integrantes para conquistar e fidelizar doadores e parceiros, por meio de comunicação interna e externa eficiente e mais transparência a respeito do orçamento e investimento institucional. 16. Criar a aba de transparência orçamentária da instituição, ou link redirecionando ao do MEC. 17. EP mais ativo no IFRS. 18. - Parcerias com cursos In Company, prefeituras, secretarias municipais. 19. - Formação para concorrência em editais. 20. - Concorrer a editais dos órgãos de pesquisa e extensão. 21. - Pesquisa e extensão articulando participação nos editais. 22. - Busca de parcerias parlamentares. 23. Busca de parcerias com órgãos públicos que tem interface com a nossa oferta de cursos. 24. Criar contratos com empresas para desenvolvimento de tecnologias específicas, fomentar e diversificar mercado interno no

			campus. 25. Apresentação de ações por meio de projetos de pesquisa e de extensão. 26. Em muitos casos, podem ser realizadas parcerias com as prefeituras para buscar em conjunto recursos, por exemplo, dos Ministérios das Cidades, Esportes, Cultura etc. para a construção de equipamentos públicos (ginásios, auditórios, etc) que passem a fazer parte dos campi do IFRS e que tenham alguns horários de uso aberto. 27. Incentivar convênios. 28. Fomentar a prestação de serviços. 29. Capacitar os servidores para obter recursos externos. 30. Criação de empresas juniores. 31. Criar banco de projetos contemplados. 32. Criar setor para captação de recursos via editais – EP.
O3 - Desenvolver meios de economicidade.	Além da captação de recursos, encontrar formas de economicidade na sua utilização.	- Potência instalada e tipo de energias renováveis. - Consumo anual de água em m^3 por *campus*. - Número de projetos de aproveitamento de resíduos.	33. Campanhas de conscientização. 34. Estímulo de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à economicidade. 35. Utilizar energias renováveis. 36. Desburocratização dos fluxos/processos. 37. Clara descrição dos fluxos de trabalho.

		- Número de projetos de consumo sustentável. - Quantidade de cursos / níveis que um laboratório é utilizado. - Percentual sobre o orçamento total investido em energia elétrica. - Percentual sobre o orçamento total investido em limpeza e conservação. - Percentual sobre o orçamento total investido em vigilância, portaria ou outro tipo de segurança patrimonial. - % do orçamento em merenda adquirida da agricultura familiar, via PAA e PNAE.	38. Formação de servidores e demais membros da comunidade (discentes, terceirizados…). 39. Redução de água, energia, consumo de materiais de escritório, dimensionamento adequado das compras. 40. Reuniões via webconferência. 41. Utilizar processos digitais. 42. Política de gestão de resíduos. 43. Reutilização de recursos e materiais de forma consciente. 44. Reavaliação das necessidades de terceirização e funções dos servidores.

Quadro 11 - Objetivos Estratégicos, Indicadores e Iniciativas da perspectiva de Orçamento

CAPÍTULO 3

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

De acordo com a metodologia aprovada no CONSUP do IFRS, este capítulo será revisado no ano de 2019.

3.1 O Sentido do PPI

O PPI do IFRS foi construído de forma bastante democrática no ano de 2011. Através de um processo de elaboração extremamente participativo, os segmentos docente, discente e técnico-administrativo da Instituição colaboraram e escreveram o presente documento. Na medida em que o IFRS foi crescendo e desenvolvendo, percebeu-se, por parte da comunidade, a necessidade de modificação de alguns posicionamentos aqui adotados. Por essa razão, no ano de 2014, o PPI passa por um processo de revisão, sem, contudo, abandonar seus elementos fundantes, fruto da compreensão conjunta dos atores do IFRS e retrato do seu compromisso com a sociedade. Nesse sentido, são descritas, em linhas gerais, as diretrizes que embasam a intencionalidade pedagógica do Instituto, bem como as concepções de mundo, homem, sociedade, educação e trabalho, dentre outras, que constituem referência para o entendimento da(s) mensagem(ns) enunciadas nesse texto.

O projeto pedagógico de uma instituição de ensino representa sempre um processo contínuo, de construção coletiva, da intersecção de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, compreendidas como principal fonte do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, onde o “fazer” não está descolado do “aprender”, é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma instituição de ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados. Essa perspectiva torna possível a compreensão entre as diferenças e a completude existente nos três segmentos (docente, discente e técnico- administrativo) que compõem o IFRS. Logo, tudo ensina e todos

ensinam a todos, independentemente do sentido e dos julgamentos de valor, em um processo que é individual e coletivo ao mesmo tempo, observando-se que há, sobretudo, um coletivo em cada indivíduo.

Nessa lógica, um PPI não deve ser realizado a partir de um único referencial, mas como fruto da elaboração e contribuição de todos. Como construção coletiva, implica, conforme Barbier (1996), projetar, ou seja, intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções.

Segundo Veiga (1995, p.13), o projeto pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da instituição de ensino. A construção do nosso PPI contribuiu para reforçar o compromisso coletivo com a concepção de EPT, impulsionada pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

No conjunto de propostas de ações do IFRS destaca-se a Verticalização do ensino através da articulação da educação básica, profissional e superior. O IFRS, em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de EPT que a justifica, destaca como suas ações fundamentais:

- oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- promoção da integração e da Verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;

- compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;

- desenvolvimento de ações de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento do

desenvolvimento cultural, da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;

- fomento da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente;

- integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais;

- compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação.

Com o processo de discussão e construção do PDI 2014 – 2018, o PPI passou por uma fase de revisão pela comissão responsável, adequando-se ao formato exigido pela legislação e, especialmente, aos desafios impostos pelo crescimento do IFRS.

Para Kuenzer (2014, p. 79):

> o processo pedagógico em curso, no entanto, não é universal; é preciso elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas.

A definição das políticas e princípios que orientam o PPI tem, portanto, o objetivo de definir as bases políticas, pedagógicas e epistemológicas que orientam a educação técnica e tecnológica do IFRS comprometida com um projeto de nação democrática e para todos.

3.2 Dimensão Político–Pedagógica

3.2.1 Ser humano, sociedade e educação

O ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, é um ser de relações e na convivência com outros seres se constitui. Encontra-se em permanente movimento no tempo e espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para produzir sua existência. Essa iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, se materializa através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na consequente formação de uma bagagem cultural, que se constitui como ponto fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, o ser humano como sujeito cognoscente reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade.

Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais. Uma visão de sociedade que se contrapõe a concepções de imobilidade, de naturalização das relações, em que a ideia de que nada podemos fazer para modificar a realidade é diariamente vendida. Pensar socialmente significa entender a realidade desigual que efetivamente existe e conceber as relações de poder na dimensão material, onde as lutas de classes pautam os movimentos dessa sociedade.

Diante desse contexto, torna-se premente projetar uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais, etc.

Trabalhar na perspectiva da transformação social implica adotar mecanismos para alcançar as ações previstas acima e, nesse sentido, a educação não pode ter a responsabilidade integral da transformação, pois a educação, de forma isolada, não é capaz de transformar uma sociedade. No entanto, se analisada em amplo sentido, possui uma função fundamental, na medida em que todo o processo de transformação é fruto de um conjunto de ações educativas.

O IFRS entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu

desenvolvimento pleno. Além disso, deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se autoidentifiquem do ponto de vista histórico. Nesse sentido, conforme Pacheco (2011), a educação

> precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao Mundo do Trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (p.5).

3.2.2 Contexto atual do Mundo do Trabalho

Nas últimas décadas, através da intensificação da globalização, as instituições representantes do capital vêm orquestrando mudanças significativas que dinamizaram o processo de exploração da classe trabalhadora, minimizando suas conquistas. Para Ciavatta (2005), a globalização, aparentemente neutra, realiza uma função ideológica bem específica: “encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.” (p. 65).

É também, nesse sentido, que se observa o surgimento da chamada “sociedade do conhecimento”, um conhecimento que busca dar conta das especificidades que o mercado exige e, como resultado, da busca pelas competências e habilidades necessárias para o trabalhador ser absorvido pelo mercado.

Nesse contexto, contudo, a educação não pode estar a serviço das demandas do mercado, pois não há como institucionalizar o ensino para o trabalho e para o trabalhador sem vislumbrar os trabalhadores como centro desse processo. Assim, a educação não pode estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, mas deve estar em sintonia com as necessidades de formação profissional, através de uma articulação permanente entre Trabalho e Educação.

Para tanto, é preciso entender o trabalho como práxis constituidora do ser humano, que, ao mesmo tempo, possibilita a manutenção da espécie e o liberta das suas necessidades. Na condição de liberdade, o ser humano aumenta a sua capacidade criadora e construtora da realidade e recriação de si e dos outros, em busca de sua emancipação.

De acordo com Organista (2006), [...] é a categoria trabalho que permite a existência social, é falso afirmar que a existência social se limita ao trabalho. Ao contrário, sendo o trabalho uma categoria social, ele somente pode existir enquanto partícipe da totalidade social; nesse sentido, o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é constituinte e constituído pelas relações entre os homens. (p.14)

Partindo do pressuposto que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores e sujeitos dos processos produtivos. Desse modo, é necessário retomar a discussão que Marx realiza acerca do trabalho, em seu sentido histórico e ontológico, para compreender qual o alicerce que fundamenta a educação profissional na Rede Federal, enfocando o trabalho no seu sentido positivo, buscando o desenvolvimento humano integral.

Dessa forma, defende-se a Indissociabilidade entre a educação geral e a educação profissional, uma formação técnica e tecnológica integrada, que promova a percepção da ontologia do trabalho e a educação omnilateral (FRIGOTTO, 2004). Cita-se aqui, também, Gramsci, autor que busca “[...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (GRAMSCI, apud CIAVATTA, 2005, p. 84).

Para que se possa falar em Educação Omnilateral é preciso atender a todas as dimensões relacionados à constituição humana enquanto ser histórico-social. Significa não desmerecer nenhum dos aspectos culturais e socioeconômicos. Mas rejeitar uma educação de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental e proporcionar uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes, do esporte e do lazer.

Assim, acredita-se na superação da divisão social do trabalho que separou ao longo da história o homem entre o pensar e o fazer, o dirigir e o planejar. Superando a compreensão do trabalho estranho e alienado, que se opõe à construção de uma sociedade humanizada, com olhar voltado ao trabalho com sentido ontológico.

3.3 Gestão Democrática

A partir da abertura política no Brasil, na década de 1980, e da reorganização dos movimentos políticos e sociais, o país entra num novo paradigma social, no qual o debate democrático volta a pautar o contexto da sociedade brasileira. Como reflexo desse cenário, temos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, no Artigo 206, prevê que a Gestão Democrática seja um dos princípios do ensino. Acompanhando essa ideia, no âmbito da educação, a LDB de 1996, em seu artigo 3º, traz a Gestão Democrática como um princípio do ensino público e reforça esta ideia no artigo 14, destacando algumas formas de realizar a Gestão Democrática:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, há mais de 20 anos o Brasil vivencia a democracia aplicada na gestão das instituições públicas de ensino, e o IFRS tem nos princípios da Gestão Democrática as bases para sua organização e funcionamento.

Nesse sentido, vive-se numa democracia caracterizada pela organização política que reconhece cada sujeito como membro da comunidade/sociedade, a quem cabe discutir, refletir, pensar, opinar e transformar as questões coletivas. Isso remete à democracia escolar que se efetiva através da gestão democrática, entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos” (Antunes, 2002, p.131).

Uma meta institucional que está sendo perseguida é o aumento da participação de representantes de entidades civis nas instâncias deliberativas e executivas do Instituto. No ano de 2010, o Instituto conseguiu realizar a sua Avaliação Institucional, com a participação de membros da comunidade externa na CPA, contribuindo com um olhar diferenciado e auxiliando na reflexão institucional. Outro momento que merece destaque foi o processo de construção do Regimento Interno do Instituto. O processo foi encaminhado de forma semelhante ao de construção deste PPI. Instituiu-se um GT com representantes de todos os campi. A partir de uma minuta propositiva, em cada campus foi formada uma comissão com representantes do segmento docente, técnico-administrativo e discente para organizar o debate e sistematizar as sugestões advindas dos diversos momentos de diálogo. A partir da aprovação do Regimento Geral dos campi do IFRS, seus respectivos conselhos começarão a funcionar e serão a instância máxima de deliberação no âmbito do campus,

aumentando o fluxo de informações e ampliando a participação nas decisões, tornando-se assim um espaço privilegiado de gestão democrática. Dessa forma, não se concebe Gestão Democrática sem a ampla participação dos CONCAMPs, atuando de maneira deliberativa na aprovação de parcerias com outras organizações, na criação de novos cursos (independentemente do nível de ensino), nas decisões que envolvam o patrimônio público e na definição das estruturas administrativas, processuais e recursais, garantindo que todos os segmentos envolvidos tenham oportunidade de pronunciar-se sobre os diversos assuntos de interesse do IFRS. Além disso, o IFRS deve garantir visibilidade de suas ações, tanto para o público externo quanto para a comunidade acadêmica, por meio de comunicação eficiente, com o uso de sites adequados, de redes sociais e das diversas plataformas comunicativas existentes.

A gestão educacional, de acordo com Luck (2000), deve ser fonte de inspiração e mobilização para concretizar objetivos, com a percepção de que essa realidade é mutante, global, dinâmica e necessita da coletividade para ser transformada. Para o autor, a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização, capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. (p.25)

Reafirma-se aqui que os IFs surgem a partir de uma intencionalidade política, fruto do contexto social e econômico, sendo institucionalizados através da Lei nº 11.892, de 2008. A criação do IFRS proporcionou o encontro de instituições de ensino com história dentro da educação profissional (um Centro Federal de Educação Tecnológica, uma Escola Agrotécnica Federal e Duas Escolas Vinculadas a Universidades Federais) além da criação de novos campi.

Por um lado, as instituições que vinham atuando como autarquias federais tinham um nível maior de autonomia administrativa e financeira e tiveram que se adequar a essa nova realidade: tornar-se um campus de uma instituição multicampi e, consequentemente, ter sua autonomia relativizada.

Por outro lado, as então escolas vinculadas às Universidades Federais e os campi que foram criados ou agregados ao Instituto no decorrer do processo tiveram acesso a novas oportunidades de gestão educacional.

Portanto, é a partir dessa formatação heterogênea, em termos de cultura organizacional, que o IFRS vem buscando maneiras de otimizar sua estrutura

administrativa, pautado nos princípios da Gestão Democrática.

Mais que um conceito, a gestão democrática é um princípio que precisa e vai se constituindo no dia a dia da instituição, através da participação e envolvimento do maior número de sujeitos nos processos decisórios, no respeito às deliberações tomadas em coletivo, no reconhecimento dos órgãos colegiados como instâncias privilegiadas de consulta e deliberação, na liberdade de expressar opiniões e no sentimento de responsabilidade coletiva em relação aos assuntos institucionais.

3.3.1 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extraescolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

De acordo com Martins (2004), após a promulgação da LDB em 1996, muitos educadores adotaram uma postura de mudança nos processos de ensino e de aprendizagem, almejando a relação entre aprendizagens, relacionando cada vez mais as ações dos educandos sobre a realidade, tanto no cotidiano quanto no futuro exercício profissional.

Martins (ibidem) também acredita que, para tanto, há a necessidade de rever as concepções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Considera-se que um dos maiores entraves para a concretização dessa Indissociabilidade resida na visão fragmentada, taylorista, dos processos nela envolvidos, pela qual ensino, pesquisa e extensão tornam-se atividades em si mesmas.

O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf - 30-06-2011, pág. 12)

Além disso, a ausência de espaços coletivos de formação permanente para trabalhadores em educação, a escassez de espaços de discussão e a ausência de espaços coletivos de convivência minimiza o diálogo, a interação entre professores e, por consequência, entre as disciplinas e entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural, promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

3.3.2 Estrutura Organizacional do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

O Estatuto e o Regimento Geral são os dois documentos que norteiam a estrutura administrativa do IFRS. Apontar-se-á algumas estruturas deliberativas e executivas da organização, dando ênfase às que possuem maior relação com o ensino, a pesquisa e a extensão. O CONSUP e o CD são as instâncias colegiadas com função deliberativa, sendo que o CONSUP, de caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo da Instituição. O CD, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

As instâncias executivas e deliberativas do IFRS, no que se refere à organização do ensino, da pesquisa e da extensão estão diretamente relacionadas às Pró-reitorias e Comitês. A PROEN, PROPPI e PROEX são os órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, superintendência, coordenação, fomento e acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. Essas três Pró-reitorias desempenham suas atividades mantendo estreita comunicação com as respectivas Diretorias e Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campi e com as PROAD E PRODI.

Na busca por ampliar a participação e representatividade dos campi nas decisões e encaminhamentos das Pró-reitorias, destaca-se a importância do COEN, COPPI e COEX. Os comitês debatem os temas de sua abrangência e propõem a criação de comissões ou GTs para realizar tarefas coletivas de interesse do Instituto.

3.4 Políticas de Ensino

O Norte de uma instituição de ensino são suas políticas de ensino. São alguns exemplos de políticas de ensino do IFRS: seu compromisso com a educação profissional, a Verticalização do ensino, a construção e reconstrução permanente de seus currículos, as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso, permanência e êxito na instituição.

3.4.1 O Compromisso com a Educação Profissional

O IFRS, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, possui um forte compromisso com a educação profissional, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, econômico, político, entre outros.

Nesse sentido, acredita-se que, para tanto, a educação profissional deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Com base nessa concepção, o ser humano, como ser histórico-social, age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio. Nessa relação, os seres humanos materializam suas ações através do trabalho. Logo, o trabalho torna-se uma categoria ontológica, inerente à espécie humana. Sendo assim, o trabalho é o elemento desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. O trabalho deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes, do esporte e do lazer.

A cultura constitui-se como uma categoria que representa as relações dos seres humanos histórica e geograficamente, suas cargas identitárias, suas tradições e seus costumes. Essa se torna fundamental, na medida em que, analisada, possibilita a compreensão da conjuntura social que permitiu determinadas transformações na história da humanidade.

A ciência é a parte do conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos e são representações importantes que auxiliam a reflexão dos seres humanos sobre a realidade concreta. Já a tecnologia pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a educação profissional um canal confluente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

A arte (cênica, musical, plástica, etc.) é o elemento capaz de criar e recriar identidades culturais, individuais e comunitárias; permite momentos de reflexão, de insights, de criatividade, de expressão; é capaz de desenvolver a inteligência (Gardner). A música, por exemplo, desenvolve a sociabilidade, o senso de ritmo e de tempo, é, outrossim, produto econômico, enquanto promove a sensibilidade estética e antropológica, tornando-se fundamental para a educação integral do ser humano. Assim, a atividade artística é também atividade técnico-profissional, seja de trabalhadores em educação, seja de estudantes, configurando-se em elemento extremamente importante para a compreensão de atividades de performance e de produção e de contato com a comunidade.

Já o esporte e lazer (atividades físicas em geral) apresentam-se como um elemento e elevação da qualidade de vida, que visa equilibrar as relações entre trabalho e trabalhador, respeitando ritmos, sinais de saúde e bem-estar. O esporte é também uma das facetas apresentadas por Gardner dentro da Inteligências múltiplas, caracterizado por pessoas determinadas, com objetivos definidos, que sabem trabalhar em equipe e resolver situações problema.

3.4.2 A Verticalização do Ensino

O IFRS estrutura a sua prática através da Verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão.

A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpasse os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

A atuação nos diferentes níveis e modalidades permite aos sujeitos envolvidos no processo educacional a reconstrução de seus saberes por meio da dialogicidade,

possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico.

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho e de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira (BRASIL, MEC. 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec Acesso: 02.06.2011) .

A partir da Verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A Verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando, dessa forma, a construção e reconstrução contínua de saberes.

Para os trabalhadores em educação, a atuação em diferentes níveis de ensino permite a ressignificação de saberes, inclusive em relação à prática da pesquisa e da extensão, oportunizando olhares diferentes, com complexidades singulares acerca das temáticas envolvidas na educação profissional.

Essa organização curricular dos IFs traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da Verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Verticalização sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independentemente do nível de ensino em questão.

3.4.3 Currículo

O IFRS concebe o currículo numa perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, os esforços pedagógicos e as intenções educativas. Paiva (1993) vai além e entende que o currículo tem papel fundamental na construção da identidade de um povo, na concretização da sua soberania e seu senso de autonomia.

O currículo é compreendido como um projeto, porque não se trata de algo pronto. Acredita-se que o currículo, enquanto meio de organizar o conhecimento, deve ser construído coletivamente, levando em consideração os elementos da realidade local e dos sujeitos envolvidos, influenciado pelas relações dinâmicas dentro do contexto escolar e carregado de intencionalidade político-pedagógica.

O IFRS acredita que o currículo deve explicitar a função da instituição e enfatizar o momento histórico e social determinado, sendo uma forma de organizar saberes. Como afirma Sacristán (1998), citando Grundy (1997), o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes de tudo, um modo de organizar uma série de práticas educativas (p. 5).

Nesse sentido, o currículo precisa expressar os anseios da comunidade escolar e acadêmica, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

3.4.4 Avaliação

A avaliação é integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas. Tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação se constitui como um ato intencional. Segundo Gadotti (1984),

A Avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (p. 90)

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFRS busca criar referenciais que balizem os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos campi.

Pensar em avaliação remete delinear diferentes formas de avaliar, já que os educandos são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos. De acordo com Fernandes e Freitas (2008), as instituições de ensino precisam incluir os diferentes sujeitos, socializando experiências, promovendo o crescimento do grupo através da socialização da cultura. Destaca-se que uma das experiências relacionadas à avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a realização periódica de encontros consultivos e/ou deliberativos com a participação de trabalhadores em educação e discentes (ou seus responsáveis).

Além de considerar os pressupostos da LDB, o IFRS acredita que a avaliação deverá ser diagnóstica (partindo do conhecimento dos educandos para o dimensionamento metodológico do processo de ensino e aprendizagem) e participativa, (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa, bem como da construção de seus saberes). Conforme Freire, “ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção.” (1997, p.25). A avaliação também deverá ser formativa, (acompanhando o desenvolvimento do educando, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o).

Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele. Para Fernandes (2006),

> é fundamental que se conceba a prática avaliativa como prática de aprendizagem. Avaliar faz parte do processo de ensino e de aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma,

> rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo. (p. 38)

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram criados antes da configuração do Instituto quanto os que foram criados após este período, contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa, baseada em diversos instrumentos avaliativos, constituída por formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

3.4.5 Inclusão, acesso, permanência e êxito

a) Inclusão

À educação inclusiva concerne um espaço pedagógico que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que ressignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. Fonseca (2003) ilustra a questão com a referência: “a educação inclusiva respeita a cultura, a capacidade e possibilidades de evolução dos sujeitos envolvidos.”

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS implementa em todos os seus campi o NAPNE, que tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei nº 10.098/00, Lei nº 10.048/00, Decreto nº 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). É compromisso do NAPNE o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o Mundo do Trabalho.

Além disso, são princípios da ação inclusiva no IFRS:

- o respeito à diferença;

- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito;

- a garantia da educação pública, gratuita e de excelência para todos;

- a defesa da interculturalidade;

- a integração com a comunidade escolar e acadêmica.

A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. Os *campi* têm implementado o que regem as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Os *campi* do IFRS possuem NEABI, núcleos responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Os Núcleos de Gênero também estão sendo implementados em alguns dos *campi* do IFRS. Seu principal objetivo é implementar a política da Diversidade de Gênero, com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, articulando os setores da Instituição nas diversas atividades relativas à inclusão e diversidade de Gênero e Sexualidade.

Para tanto atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a Instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

b) Acesso

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS é mediante processo de seleção pública. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada *campus*.

c) Permanência e êxito

No que tange à permanência dos educandos nos cursos, o IFRS possui políticas de AE diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras.

No âmbito de cada *campus* existem projetos de apoio pedagógico que visam a auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, através de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros.

Em relação à arte, cultura e esporte, existe o incentivo às atividades que integrem e desenvolvam habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer. Destacam-se as equipes esportivas, tanto nas modalidades tradicionais de esporte coletivo (futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, quanto nas modalidades individuais, como xadrez, tênis de mesa e atletismo). Com um grande potencial para ampliar essa oferta de modalidades na medida em que os espaços qualificados para a prática de atividades físicas forem construídos em cada *campus*. Outra forte atividade de integração dos educandos são as atividades culturais, inclusive realizando apresentações em outros IFs e em eventos de entidades civis.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *campi*, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

Inovações consideradas significativas dos componentes curriculares

A inovação pedagógica constitui um dos eixos centrais da proposta dos IFs desde sua Lei de criação. A organização acadêmica dos IFs, definida desde a Lei nº 11.892/08, quando define a nova institucionalidade dos IFs, indica a ruptura da reprodução de modelos externos e toma a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e tecnológico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Em consonância com seu contexto legal, os cursos do IFRS apresentam uma proposta inovadora a partir de dois eixos: a *transversalidade* e a *Verticalização*, constituindo-se aspectos determinantes que contribuem para uma nova possibilidade do desenho curricular dos seus cursos. A Verticalização, para além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, como princípio de organização curricular, prevê um diálogo enriquecedor e diverso entre os níveis de formação da educação profissional e tecnológica. A transversalidade contribui para a consolidação da Verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, e, portanto, da ação pedagógica. A metodologia para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem no IFRS busca, portanto, a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, tendo o trabalho e a pesquisa como princípio educativo e cientifico.

Dessa forma, tanto a metodologia, quanto a avaliação são definidas de forma, ativa, reflexiva e participativa, encaminhando para novos modelos e práticas pedagógicas diferenciadas. Assim, a transversalidade e a Verticalização, cujo eixo de ação se dá através da inovação e tecnologia, sustentadas pelas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, exige novas habilidades cognitivas e reconfiguração de tarefas e métodos.

A partir da Verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A Verticalização do ensino também vem possibilitando que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando, dessa forma, a construção e reconstrução contínua de saberes.

A flexibilidade dos currículos está orientada pelos princípios definidos no PPI, além de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, permitindo:

- alternativas de percursos acadêmicos diferenciados;

- o desenvolvimento da autonomia do estudante na definição de parte do seu percurso acadêmico;

- a mobilidade acadêmica;

- as atividades complementares nos cursos de graduação;

- atualização permanente dos currículos de acordo com a demanda regional, no que se refere aos seus arranjos produtivos, as necessidades do Mundo do Trabalho, a atualização de conhecimentos, assim como o atendimento do que está preconizado na legislação vigente.

Na perspectiva da flexibilidade curricular, o IFRS ainda prevê, com normativas específicas, o aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho, uma vez que atende uma parcela significativa de alunos-trabalhadores.

Cabe ainda destacar que, por força da Lei, o IFRS caracteriza-se como instituição certificadora.

Atividades práticas e estágio

As atividades práticas e o estágio são concebidos no IFRS como espaços privilegiados de articulação entre a teoria e a prática, bem como de integração entre os currículos e o Mundo do Trabalho em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino.

Mediado pela intervenção pedagógica numa perspectiva interdisciplinar do currículo, o estágio curricular é parte integrante do percurso formativo e, como tal, está previsto no Projeto Pedagógico dos diversos cursos ofertados pelo IFRS.

Alguns princípios básicos que orientam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, também tomam centralidade nas políticas que orientam a concepção de práticas e estágio como componente curricular dos cursos do IFRS:

- a Verticalização e a transversalidade: nos espaços de práticas e estágio faz-se necessário também extrapolar a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, promovendo um diálogo rico e diverso entre os níveis de formação no Mundo do Trabalho.

Nesse cenário das relações entre teoria e prática, a transversalidade como princípio da mediação pedagógica, contribui para o estabelecimento das relações entre as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como possibilidades de mobilização de conhecimento, construção e criação de práticas profissionais;

- a Indissociabilidade entre teoria e prática: a teoria só se reverte de sentido quando vista e experienciada pela ação, assim como a ação contribui para a ressignificação e construção de conhecimento teórico;

- a pesquisa como princípio educativo: a resolução de problemas, através de uma atitude investigativa, reflexiva e criativa, contribui para a produção de novos conhecimentos e para a transformação da realidade. A dimensão prática do trabalho implica nas possibilidades de observação, de análise, de interpretação e de mobilização de conhecimentos, gerando novos conhecimentos, processos ou produtos.

- o trabalho como princípio educativo: a relação entre educação e trabalho nos espaços de prática e estágio deve orientar-se pelo caráter formativo da mesma, privilegiando o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, rompendo a dualidade estrutural entre as funções intelectual e instrumental.

Sendo assim, as atividades de prática e estágio são de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, devendo oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. A experiência de estágio contribui para que o estudante construa autonomia de pensamento e de ação com vistas à resolução de problemas na área profissional de sua formação, além de vivenciar a cultura laboral na sua área de atuação. A inserção no ambiente de trabalho ao longo do percurso de formação acadêmica contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo.

O estágio, conforme a Lei nº 11.788/08[17] poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino técnico e tecnológico, modalidade e área de ensino e do PPC. Cada PPC deverá estabelecer suas

[17] BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

normas para estágio obrigatório, quando houver, e deverá explicitar se admite ou se não admite a realização de estágio não obrigatório. Os estágios não obrigatórios poderão ser contados como atividades complementares, caso estiver especificado no PPC.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o Mundo do Trabalho são coordenados pela PROEX em conjunto com os *campi* de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a PROEX define INs próprias que orientam os processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o Mundo do Trabalho são coordenados pela PROEX em conjunto com os *campi* de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a PROEX define INs próprias que orientam os processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

Perfil do egresso

A definição geral do perfil do egresso do IFRS sustenta-se em pressupostos político-pedagógicos que definem a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica comprometida com o desenvolvimento da transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, o desenvolvimento do perfil do egresso definido pelo IFRS implica na rejeição dos processos educacionais de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental. Sobretudo, implica em empreender esforços para a institucionalização de uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, que possibilite ao estudante a construção da compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes e dos esportes.

Associado ao do perfil geral do egresso do IFRS, os PPCs, alinhados, também, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis e etapas da educação técnica e tecnológica, definem o perfil específico dos egressos relacionados a cada área do

conhecimento ou eixo tecnológico.

Orientando-se para o cumprimento da missão para a qual foram criados os IFs, o IFRS faz a opção filosófico-educacional por projetos pedagógicos que definam e contribuam para a formação de um perfil de egresso com:

- Formação humana e Cidadã;

- capacidade de promover transformações significativas tanto para si, como trabalhador, assim como para o desenvolvimento social;

- condições de interpretar a sociedade e o Mundo do Trabalho, exercendo sua cidadania com base na justiça, na equidade e na solidariedade;

- visão interdisciplinar e formação politécnica, capaz de atender as demandas do Mundo do Trabalho e da sociedade como um todo;

- autonomia;

- capacidade reflexiva;

- visão indissociada da teoria e da prática;

- capacidade de articulação entre os conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação.

3.4.6 Políticas de Pesquisa e Inovação

As políticas de pesquisa do IFRS pautam-se pelas finalidades e objetivos preconizados na Lei de criação dos IFs, fomentando a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, além de criar mecanismos para estender seus benefícios à sua região de abrangência, sem descuidar do alcance nacional e internacional.

Da mesma forma, as políticas de pesquisa do IFRS buscam o alinhamento com Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020, o qual define as novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Da mesma forma, alinha-se ao documento Estratégia

Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015, o qual define a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de situar o Brasil na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico, afirmando que:

> - a importância conferida a política de C,T&I no processo de desenvolvimento sustentável do país implica reconhecer que os impactos da ciência e da tecnologia são transversais a atividade econômica, a conservação dos recursos naturais e ao propósito final de elevar os padrões de vida da população brasileira a partir da crescente incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e da apropriação dos benefícios gerados. Nesse sentido, essa estratégia de âmbito nacional aponta claramente os objetivos a serem atingidos, as ações para alcançá-los e as metas mais significativas a serem cumpridas ao longo do processo. (MCTI, 2012, p. 3)

Para tanto, o IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, empresas de diferentes segmentos produtivos, visando firmar contatos e convênios sistemáticos na área da pesquisa aplicada, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e discentes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

O IFRS possibilita, ainda, dentro da linha de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, programas de cooperação e intercâmbio técnico-científico, os quais buscam definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, dar apoio mútuo na promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, prestação de serviços, intercâmbio de informações técnico-científicas, ensino e treinamento relevantes aos interesses das instituições colaboradoras, atividades culturais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

A atividade de pesquisa científica e tecnológica, portanto, vem sendo institucionalizada no IFRS como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades, indissociada do ensino e da extensão, na qual os pesquisadores buscam produzir conhecimentos, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social, tecnológico e cultural.

No que se refere à inovação, o IFRS, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

É papel do IFRS, através do seu NIT, vinculado à PROPPI, gerir sua política de inovação tecnológica, realizando atividades como celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de patentes de sua propriedade, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo, estímulo à participação de servidores em projetos com foco na inovação, capacitação de técnicos e pesquisadores em relação à cultura de inovação, dentre outras. Cabe também ao núcleo viabilizar a transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado na Instituição para a sociedade, bem como promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito do IFRS, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem através da participação ativa dos *campi* do IFRS, o que vem permitindo expressivo cadastro de Grupos e Linhas de Pesquisa no Diretório de Pesquisa do CNPq com a respectiva certificação pela PROPPI.

O desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelos Grupos e Linhas de Pesquisa nos *campi* do IFRS alinha-se à expertise das áreas do conhecimento de oferta dos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como aos programas, projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada. Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas, intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

O IFRS tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural de nossa região. Também busca

priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores em educação e educandos de diferentes instituições nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de projetos comuns entre as instituições.

O IFRS entende pesquisa artística, esportiva, de saúde, qualidade de vida, cultural e pesquisa científica como atividades afins, reconhecendo o processo de desenvolvimento de produção artística e esportiva como atividade de pesquisa.

As pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o PPI e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos, pedagógicos e culturais em todas as áreas de abrangência do IFRS; disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos, culturais, artísticos, esportivos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- contribuir para o desenvolvimento de pesquisa que fortaleçam a Indissociabilidade com o ensino de nível técnico, de graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;

- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- estimular a captação de fomento externo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

A gestão da pesquisa é de responsabilidade da PROPPI com o apoio do COPPI, composto pelos Diretores/Coordenadores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação de todos os *campi* do IFRS.

Os processos e fluxos da pesquisa e inovação, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou INs da PROPPI.

3.5 Políticas de Pós-graduação

As políticas de pós-graduação do IFRS buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI. O IFRS vem buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (MEC, 2008, p. 25).

A pós-graduação representa um sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural. O ensino de pós-graduação no IFRS vem sendo implantado nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, destinados aos portadores de diploma de graduação, são cursos de especialização, que visam à complementação, ampliação e

desenvolvimento do nível de conhecimento teórico-prático em determinada área de saber, buscando atender demandas sociais e do Mundo do Trabalho de forma articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme sua natureza e modalidade, são classificados em cursos de mestrado acadêmico; cursos de mestrado profissional e cursos de doutorado. Prioritariamente, o IFRS, como forma de consolidar sua missão, para além do necessário aprofundamento de saberes inerentes à competência acadêmico-científico, cultural, artístico e tecnológico próprios de programas *stricto sensu*, ofertará cursos de Mestrados Profissionais, dedicados, também, à ampliação da experiência prática dos estudantes, voltados à capacitação e aos conhecimentos aplicados, tecnologias e resultados científicos com vistas à solução de problemas no ambiente de atuação profissional.

Salienta-se que as políticas de pós-graduação estabelecem que os programas de pós-graduação devem levar em consideração a Indissociabilidade entre a prática do ensino e da pesquisa; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de Verticalização das atividades acadêmicas; o atendimento de demandas sociais, do Mundo do Trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da EPT; a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e para a inovação tecnológica.

Os processos e fluxos da pós-graduação, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou INs da PROPPI.

3.6 Políticas de Extensão

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o Mundo do Trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico

e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

As ações extensionistas são compreendidas como processos educativos que integram a formação humana dos pontos de vista cultural e científico, tornando acessível o conhecimento de domínio da instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Há que se ressaltar, ainda, que é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da communidade.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas à reflexão-ação em torno das necessidades socioeducacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os *campi* , bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do estado e dos municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que o Instituto tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

É compromisso do IFRS buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.6.1 Extensão e Prática Profissionalizante

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, serão desenvolvidas de maneira integrada e buscarão, no primeiro plano, o envolvimento do discentes sob a supervisão de docentes como co-gestores das iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo plano, buscar-se-ão parcerias com o poder público e segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos educandos.

Os estágios de preparação profissional e para a cidadania estão integrados nos programas institucionais de extensão e podem ser desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada curso, conforme a previsão de seus Projetos Pedagógicos, dando-se prioridade aos seguintes programas/atividades:

- a partir de diagnóstico das necessidades da comunidade, oferta de cursos de iniciação, de atualização e de aperfeiçoamento, de modo a que possam se constituir em instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente, em convênio com outras instituições congêneres;

- realização de eventos como congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, com painéis variados, reunindo apresentadores e debatedores de renome em áreas de interesse do curso, integrando comunidade acadêmica, órgãos públicos e comunidade em geral;

- promoção de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONGs e outras, em benefício da comunidade local;

- ampliação das possibilidades de convênios com instituições privadas, públicas e terceiro setor, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;

- oferta de serviços, direta ou indiretamente, desde que sejam realizados em conformidade com os objetivos institucionais;

- prestação de serviços profissionais e assistenciais dirigidos à população, em campos de atuação para os quais a instituição desenvolve conhecimento ou qualifica seus alunos.

É responsabilidade dos professores orientadores de estágio do IFRS acompanhar periodicamente o trabalho desenvolvido pelos estagiários no campo de atuação do estágio, desde que viável economicamente, bem como orientá-los durante o desenvolvimento do estágio obrigatório, articulando os saberes produzidos nesta atividade com os estudantes. Assim, devem os diversos campi do IFRS reconhecer essa atividade como encargo docente. No entanto, compete à organização contratante (do estagiário), através de seus funcionários, a supervisão direta de todas as atividades desenvolvidas pelos estagiários.

A PROEX, no âmbito de suas competências e atribuições, planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa. A gestão da extensão no IFRS está sob a responsabilidade da PROEX e atua em conjunto com o COEX, que é composto pelos Diretores/Coordenadores de Extensão de todos os campi do IFRS.

Os processos e fluxos dos programas, projetos e ações de extensão, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou INs da PROEX.

3.7 Níveis e Modalidades de Ensino

A criação dos IFs indica a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a Verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação como opções de continuidade aos estudos dentro dos espaços geográficos ocupados pelos campi dos IFs.

3.8 Formação Inicial e Continuada

Considerando a educação como um processo contínuo e permanente, o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse

universo através da criação de oportunidades de formação continuada.

O IFRS acompanha a ideia de que todos os trabalhadores envolvidos nos processos e atos educativos são considerados trabalhadores da educação, portanto, as ações de formação continuada têm sempre esse olhar de pertencimento à educação profissional.

O incentivo à participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos é outra ação nesse sentido. Em alguns casos, dependendo da disponibilidade orçamentária e das regras formuladas para esse fim específico, pode haver o custeio de despesas (taxa de inscrição, diárias e passagens).

O IFRS compreende que a formação continuada, no e a partir do cotidiano profissional, auxilia na qualificação técnica relacionada diretamente à atividade desenvolvida, permitindo ao trabalhador em educação sentir-se sujeito do processo educacional e ampliar seus horizontes pessoais e profissionais.

Compreende ainda que certas atividades profissionais demandam uma habilidade técnica extremamente refinada e específica e que, portanto, exigem do trabalhador em educação uma prática e atualização constantes.

3.9 Responsabilidade Social

O IFRS, como instituição pública federal de educação técnica e tecnológica e entendendo a educação como um bem público, contextualiza a responsabilidade social como eixo transversal do seu PPI através das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O paradigma da responsabilidade social assumido pela instituição representa uma das vias para consolidar o seu projeto educacional como espaço que promove a formação integral e de cidadania responsável. (PERNALETE; ORTEGA, 2010).

Como Instituição voltada à região na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo necessário com a sociedade promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite introduzir inovações para responder às necessidades da complexa realidade social e do Mundo do Trabalho.

Sendo assim, o IFRS assume sua função social que faz parte da trama de poderes ligados a interesses políticos, econômicos e sociais, estabelecendo diálogo entre instituição

e sociedade através da execução de projetos e programas de alcance social, tanto no âmbito da Instituição quanto em seu entorno.

Além dos programas e projetos institucionais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento integral do cidadão, o IFRS engaja-se nos programas sociais do governo que têm interface com a educação. Dentre esses, pode-se citar: políticas de cotas para ingresso em todos os níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico; Programa Nacional de Acesso em Emprego e Trabalho; Programa Mulheres Mil.

3.10 Avaliação Institucional

A avaliação institucional se constitui como processo sistemático que permite compreender de forma global a trajetória institucional, além de promover a autoconsciência da instituição, oportunizando a melhoria da qualidade científica, política e tecnológica das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

A avaliação institucional implica também o comprometimento com as condições para a promoção e melhoria da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão, orientando no princípio da democratização. Para Ribeiro (2000, p.15), “a avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade”.

A prática dialógica da avaliação institucional no âmbito do IFRS é coordenada pela CPA, já a avaliação interna dos *campi* é realizada pelas SPAs constituídas em cada *campus*.

A avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo INEP. A avaliação institucional é um dos componentes do SINAES e almeja a melhoria do ensino, a valorização da missão pública, a promoção de valores democráticos, o respeito à diversidade e a construção da identidade institucional.

No processo de avaliação institucional são observadas as dimensões mencionadas no artigo 3º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção

acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

- a comunicação com a sociedade;

- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

- a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

- a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

- o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

- as políticas de atendimento aos estudantes;

- a Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

3.11 Utopias

O processo de construção do PPI fez o IFRS pensar na sua posição político-pedagógica atual e projetou devires. O envolvimento da comunidade acadêmica no debate em torno das temáticas pedagógicas aumentou o nível de consciência institucional, evidenciando fragilidades, áreas a desenvolver e as conquistas ao longo da existência do IFRS. Ao mesmo tempo, a reflexão apontou desafios para o futuro, levantando os olhos para o horizonte e demarcando utopias para o IFRS.

Dentre os desafios a serem superados destaca-se a construção de uma identidade institucional, o fortalecimento da identidade local de cada *campus*, a implementação da Verticalização do ensino e a consolidação do reconhecimento social do IFRS enquanto instituição de ensino nos espaços que ocupa no estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, deseja-se que o processo de pensar a proposta político-pedagógica da Instituição seja uma prática permanente, de construções coletivas, cheia de indagações, idas e vindas, avanços e desafios, repleto de significados para os sujeitos envolvidos na Instituição, por meio do exercício de projetar o futuro.

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

A OD é o documento que rege os procedimentos pedagógicos e administrativos do IFRS, com o objetivo de consolidar a identidade e a unidade institucional, sem, com isso, desconsiderar a riqueza da diversidade que é característica dessa Instituição. Como desdobramento das concepções e políticas expressas no PPI, o documento da OD vem sendo construído coletiva e democraticamente desde meados de 2013.

Está programada uma revisão deste documento para o ano de 2019. A metodologia para sua revisão será enviada para apreciação na reunião de dezembro do CONSUP.

CAPÍTULO 5

CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

O PDI do IFRS, para o período de vigência de 2019 a 2023, tem como propósito central auxiliar o alcance das metas e objetivos estratégicos planejados, além da definição da missão, visão e valores da instituição. Nele constam, também, estratégias e ações previstas para serem desenvolvidas para o período de cinco anos. O PDI é referência nos processos de avaliação e recredenciamento das instituições de ensino superior junto ao MEC e ao CNE, sendo um documento obrigatório por lei. Devem ser planejados no PDI todos os recursos necessários para manter o IFRS, sendo de significativa importância a previsão acerca da oferta de cursos e vagas em todos os *campi* e níveis de ensino: cursos técnicos, superiores, de formação inicial e continuada e de pós-graduação.

Para a elaboração deste capítulo, foram considerados os documentos norteadores sobre a EPT, o PPI do IFRS e os Objetivos Estratégicos propostos no Capítulo 2 do PDI, quais sejam: R1 - promover Verticalização entre os diferentes níveis, formas e modalidades de ensino; P1 **-** aperfeiçoar critérios para criação de cursos e vagas.

A oferta de cursos e vagas prevista na Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, contempla todos os níveis e modalidades de ensino, estabelecendo os objetivos dos IFs. O IFRS busca atingir esses objetivos, garantindo o mínimo de 50% para os cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na modalidade integrada, de 50% para os cursos superiores, com um percentual mínimo de 20% para cursos de licenciatura e 30% distribuídos entre cursos de tecnologia, bacharelados, com ênfase para as engenharias. Além disso, oferece cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, com mestrados ofertados na modalidade profissional, multicampi e em rede nacional.

Ao considerar, também, as finalidades dos IFs estabelecidas no artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008, a perspectiva de implantação de novos cursos no período de 2019 a 2023 deve suprir a necessidade de construir itinerários formativos que atendam às necessidades da região de abrangência dos *campi* do IFRS, promovendo o princípio de Verticalização do ensino e a melhoria de sua qualidade. Toda ação desenvolvida pela instituição deve buscar o atendimento às demandas locais e regionais por formação e qualificação para o desenvolvimento social, cultural, humano e econômico, tendo como posicionamento o sentido

de assumir a continuidade de uma trajetória de formação que congrega o desenvolvimento da educação tecnológica nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2009, a oferta de vagas era de aproximadamente 2100 vagas distribuídas em todos os níveis de ensino (exceto *stricto sensu*). Ao longo de seus primeiros 10 anos, o IFRS apresentou uma oferta crescente de cursos e vagas em todos os níveis e modalidades. Em 2015, o IFRS iniciou a oferta em cursos *stricto sensu* com 39 vagas ofertadas em dois cursos de mestrado profissional. Atualmente, o IFRS conta com uma oferta de 6.781 vagas, distribuídas em 164 cursos técnicos, 81 cursos superiores e 11 cursos de pós-graduação, com aproximadamente 20.058 alunos matriculados.

Com seus 17 *campi* (quatro em implantação e um avançado): Alvorada (em implantação), Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Rolante (em implantação), Sertão, Vacaria (em implantação), Veranópolis (avançado) e Viamão (em implantação), o IFRS detém nota 4 (quatro) para o IGC e nota 4 (quatro) para o CI. Três dos cursos de mestrado profissional ofertados obtiveram conceito 3 (três) na Capes, e o ProfNIT possui conceito 4 (quatro).

Nessa perspectiva, os *campi* do IFRS devem consolidar os cursos já implantados e construir novas propostas, buscando ofertar EPT integrada de nível médio nos *campi* que ainda não disponibilizam esse tipo de oferta e priorizar a Verticalização do ensino. A implantação deve basear-se em estudos de demanda junto à comunidade, levando em conta o quantitativo de docentes, técnicos administrativos e as condições físicas para a implantação. A oferta de cursos em todas as modalidades e níveis de ensino, seja na forma presencial ou à distância, deve atender às diferentes formas de processos seletivos com o objetivo de tornar cada vez mais inclusivo o acesso aos cursos ofertados pelo IFRS.

A oferta de cursos e vagas previstas no PDI 2019-2023 deve estar alinhada com o Plano Nacional de Educação 2014-2024, com especial atenção às metas 10, 11, 12 e 14, a destacar:

- **Meta 10: "**oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional."

- **Meta 11:** “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.”

- **Meta 12: “**elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.”

- **Meta 14: “**elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”

Além disso busca-se atender à estratégia 11 da meta 11 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que busca “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de Educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte)” e à estratégia 3 da meta 12, que busca “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior”.

Nesse contexto, apresenta-se, nos quadros a seguir, o panorama dos cursos ofertados pelo IFRS, nos quais é retratada a realidade de cada *campus.* O diagnóstico da oferta de cursos e vagas 2014-2018.

5.1 Diagnóstico PDI 2014-2018

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Alvorada Cursos Técnicos**	Técnico em Ambiente e Saúde (Agente Comunitário de Saúde)	Subsequente	0	0	0	96	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Desenvolvimento Educacional e Social (Tradução e Interpretação de Libras)	Subsequente	0	0	0	30	0	60	0	30	0	60
	Técnico em Informação e Comunicação		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Produção Cultural e Design (Processos Fotográficos)	Subsequente (e Concomitante)	0	0	0	0	0	30	0	30	0	30
	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	Integrado	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32
	Técnico em Meio Ambiente	Integrado	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32

	Técnico em Cuidados de Idosos	Integrado - modalidade EJA	0	0	0	0	0	32	0	32	0	32
Campus Alvorada Cursos Superiores	Tecnologia em Informação e Comunicação	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus Alvorada Cursos Pós-graduação	Saúde Coletiva	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32

Quadro 12 - Diagnóstico *Campus* Alvorada

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Bento Gonçalves Cursos Técnicos**	Técnico em agropecuária	Integrado	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Técnico em informática para internet	Integrado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Técnico em viticultura e enologia	Concomitante	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Técnico em agropecuária	Subsequente	30	30	20	20	20	0	20	0	20	0
	Técnico em administração	Subsequente	0	0	0	0	30	30	30	30	30	30
	Técnico em Hospedagem	Subsequente	0	0	0	0	0	0	30	30	30	30
	Técnico no eixo - turismo, hospitalidade e lazer - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
***Campus* Bento Gonçalves Cursos Superiores**	Tecnologia em alimentos	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em horticultura	Tecnologia	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
	Tecnologia em logística	Tecnologia	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35

	Tecnologia em viticultura e enologia	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Licenciatura em matemática	Licenciatura	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Licenciatura em física	Licenciatura	35	35	35	0	35	0	35	35	35	35
	Bacharelado em Agronomia	Bacharelado	0	0	0	0	30	0	30	30	30	30
	Licenciatura em Letras - português	Licenciatura	0	0	0	0	0	0	35	35	35	35
	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura	0	0	35	35	35	35	35	35	35	35
***Campus* Bento Gonçalves Pós-graduação**	Viticultura	*Lato sensu*	0	0	25	25	0	0	25	25	0	0
	Educação, ciência e sociedade: a atuação docente na contemporaneidade	*Lato sensu*	30	30	0	0	30	0	0	0	30	0
	Ensino de Matemática para a Educação Básica	*Lato sensu*	0	0	30	0	0	0	30	30	30	30
	Gestão	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0
	Mestrado Profissional em Educação	*Stricto sensu*	0	0	0	0	15	0	15	0	15	0
	Mestrado Profissional em Enologia	*Stricto sensu*	0	0	0	0	12	0	12	0	12	12

Quadro 13 - Diagnóstico *Campus* Bento Gonçalves

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Canoas Cursos Técnicos**	Técnico em Administração	Integrado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Técnico em Eletrônica	Integrado	24	24	24	24	24	25	24	24	24	24
	Técnico em Informática	Integrado	30	30	30	30	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Integrado	0	0	0	0	30	30	30	30	30	30
	Técnico em Manutenção e suporte em Informática - PROEJA	Integrado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
***Campus* Canoas Cursos Superiores**	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em automação industrial	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em logística	Tecnologia	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
	Licenciatura em matemática	Licenciatura	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 14 - Diagnóstico *Campus* Canoas

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Caxias do Sul Cursos Técnicos**	Técnico em administração - PROEJA	Integrado	40	0	40	40	40	40	40	40	40	40
	Técnico em fabricação mecânica	Integrado	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Técnico em plásticos	Integrado	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Técnico em plásticos	Subsequente	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Técnico em química	Integrado	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
***Campus* Caxias do Sul Cursos Superiores**	Tecnologia em Processos Metalúrgicos	Tecnologia	70	70	70	70	70	70	70	35	70	35
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Graduação em Letras/Libras	Licenciatura	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Engenharia de Materiais	Bacharelado	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Licenciatura em Ciências	Licenciatura	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0

	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnologia	0	0	0	0	50	0	50	40	50	40
	Engenharia Metalúrgica	Bacharelado	0	0	0	0	0	0	0	40	0	40
	Engenharia de Produção	Bacharelado	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
***Campus* Caxias do Sul Pós-graduação**	Ensino de Matemática	*Lato sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0
	Teorias e Metodologias na Educação Básica e Tecnológica	*Lato sensu*	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais **(Considerado 1/3 vagas por *campus*)**	*Stricto sensu*	0	0	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)

Quadro 15 - Diagnóstico *Campus* Caxias do Sul

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Erechim Cursos Técnicos**	Técnico em Alimentos	Subsequente	32	64	32	64	32	64	32	64	32	64
	Técnico em Finanças	Subsequente	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
	Técnico em Logística	Subsequente	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
	Técnico em Mecânica	Subsequente	32	64	32	64	32	64	32	64	32	64
	Técnico em Vestuário	Subsequente	32	64	32	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico em Automação	Subsequente	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico em Informática	Integrado	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico em Informática	Concomitante	0	0	0	0	32	32	32	32	32	32
	Técnico em Mecânica	Integrado	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico em Modelagem	Subsequente	0	0	32	64	32	32	32	32	32	32
	Técnico em Produção de Moda	Concomitante	0	0	0	0	32	32	32	32	32	32

	Técnico em Produção de Moda	Subsequente	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico em Vendas	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0
***Campus* Erechim Cursos Superiores**	Tecnologia em design de moda	Tecnologia	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Bacharelado	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Tecnologia em Marketing	Tecnologia	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0
	Bacharelado em Administração	Bacharelado	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0
	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	0	0	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnólogo em Finanças	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	32	0	32	0
***Campus* Erechim Pós-graduação**	Moda	*Lato sensu*	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Alimentos	*Lato sensu*	0	0	0	0	16	0	16	0	16	0
	Gestão	*Lato sensu*	0	0	0	0	25	0	25	0	25	0
	Materiais	*Lato sensu*	0	0	0	0	25	0	25	0	25	0

Quadro 16 - Diagnóstico *Campus* Erechim

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Farroupilha Cursos Técnicos**	Técnico em Eletrônica	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	0	24	0	24	0
	Técnico em Eletrônica	Subsequente	0	0	0	0	0	24	0	24	0	24
	Técnico em Eletrotécnica	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	0	24	0	24	0
	Técnico em Eletrotécnica	Subsequente	0	0	0	0	0	24	0	24	0	24
	Técnico em Informática	Integrado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30

	Técnico em Metalurgia	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	0	24	0	24	0
	Técnico em Metalurgia	Subsequente	0	0	0	0	0	24	0	24	0	24
	Técnico em Plásticos	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	0	24	0	24	0
	Técnico em Plásticos	Subsequente	0	0	0	0	0	24	0	24	0	24
	Técnico no eixo informação e comunicação	Integrado	0	0	0	0	0	0	30	0	30	0
	Técnico em Gestão	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0
	Técnico em Tecelagem	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0
***Campus* Farroupilha Cursos Superiores**	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Bacharelado	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnologia	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

	Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional	Licenciatura	15	15	15	15	15	0	15	15	15	15
	Licenciatura (a ser definida)	Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0
***Campus* Farroupilha Pós-graduação**	Educação	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0
	Gestão	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0
	Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais (multicampi) **(Considerado 1/3 vagas por *campus*)**	*Stricto sensu*	0	0	0	15*(1/3)	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)

Quadro 17 - Diagnóstico *Campus* Farroupilha

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Feliz Cursos Técnicos**	Técnico em cerâmica	Concomitante e/ou subsequente	32	32	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em informática	Integrado	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	Técnico em meio ambiente	Subsquente	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	Técnico em Química	Integrado	0	0	32	32	32	32	32	32	32	32
	Técnico no eixo gestão e negócios	Concomitante	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico no eixo gestão e negócios - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
***Campus* Feliz Cursos Superiores**	Tecnologia em processos gerenciais	Tecnologia	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	Licenciatura em Letras (Inglês e Português)	Licenciatura	0	0	32	32	32	32	32	32	32	32
	Licenciatura em Química	Licenciatura	0	0	32	32	32	32	32	32	32	32
	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	0	0	32	32	32	32	32	32	32	32

	Engenharia Química	Bacharelado	0	0	32	32	32	32	32	32	32	0
***Campus* Feliz Pós-graduação**	Gestão Escolar	*Lato sensu*	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais (multicampi)	*Stricto sensu*	0	0	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)	15	15*(1/3)
	Gestão	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	32	32

Quadro 18 - Diagnóstico *Campus* Feliz

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Ibirubá Cursos Técnicos**	Técnico em agropecuária	Integrado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Técnico em eletrotécnica	Subsequente	35	35	35	30	35	30	30	30	30	30
	Técnico em informática	Integrado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Técnico em mecânica	Integrado	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	Técnico em mecânica	Subsequente	35	35	35	30	35	30	30	30	30	30
	Técnico em eletromecânica	Concomitante	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Técnico em agropecuária	Concomitante	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Técnico – PROEJA	Integrado	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
***Campus* Ibirubá Cursos Superiores**	Tecnologia em Produção de Grãos	Tecnologia	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Tecnologia em Agronegócio	Tecnologia	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	35	35	35	35	35	35	35	35	35	30

	Bacharelado Ciência da Computação	Bacharelado	0	0	30	30	30	30	30	30	30	30
	Engenharia Agronômica	Bacharelado	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	0	0	40	40	40	40	40	40	40	30
	Ciências Exatas habilitação Integrada – Física/Química/Matemática	Bacharelado	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
***Campus* Ibirubá Pós-graduação**	Ciências da Natureza e Matemática	*Lato sensu*	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	*Lato sensu*	30	0	30	30	30	0	30	0	30	30
	Sistemas de Produção na Agropecuária	*Lato sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0
	Mestrado em Sistemas de Produção na Agropecuária	*Stricto sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0

Quadro 19 - Diagnóstico *Campus* Ibirubá

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Osório Cursos Técnicos**	Técnico em administração	Integrado	30	30	30	30	30	60	30	60	30	60
	Técnico em administração	Subsequente	30	30	30	30	30	0	30	0	30	30
	Técnico em guia de turismo	Subsequente	0	0	0	0	30	30	30	0	30	0
	Técnico em informática	Integrado	30	30	30	30	30	60	30	60	30	60
	Técnico em informática para internet	Subsequente	30	30	30	0	30	0	30	0	30	0
	Técnico - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Técnico no eixo produção cultural e design	Subsequente	0	0	0	0	0	0	32	0	32	0
	Técnico em Panificação	Subsequente	25	0	25	25	25	25	25	25	25	25
	Técnico em Edificações	Subsequente	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0
	Técnico (Hospitalidade e Lazer)	Integrado	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0

***Campus* Osório Cursos Superiores**	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
	Tecnologia em processos gerenciais	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Licenciatura em Humanas (Português/Letras)	Licenciatura	0	0	40	40	40	40	40	0	40	40
	Licenciatura em Exatas (Matemática)	Licenciatura	0	0	0	0	0	40	0	40	40	40
	Tecnologia (alimentos, turismo ou edificações)	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	36	0
***Campus* Osório Pós-graduação**	Educação Básica Profissional	*Lato sensu*	30	30	30	30	30	0	30	30	30	30

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Porto Alegre Cursos Técnicos**	Técnico em panificação e confeitaria	Subsequente	32	32	50	32	50	32	50	28	50	16
	Técnico em panificação e confeitaria -PROEJA	Integrado	20	0	20	0	20	0	20	0	20	0
	Técnico em administração	Subsequente	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72
	Técnico em administração - PROEJA	Integrado	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
	Técnico em biblioteconomia	Subsequente	48	48	48	48	48	48	48	49	48	48
	Técnico em biotecnologia	Subsequente	48	48	48	48	48	48	48	44	48	48
	Técnico em contabilidade	Subsequente	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Técnico em enfermagem	Subsequente	35	35	35	35	35	35	35	0	35	0
	Técnico em informática	Subsequente	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Técnico em instrumento musical – flauta doce	Subsequente	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20
	Técnico em instrumento musical - violão	Subsequente	10	10	10	10	10	10	10	10	10	

	Técnico em meio ambiente	Subsequente	24	24	24	24	24	24	24	24	24	30
	Técnico em química	Subsequente	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Técnico em redes de computadores	Subsequente	30	30	30	30	30	35	30	35	30	36
	Técnico em registros e informações em saúde	Subsequente	35	30	35	30	35	30	35	30	35	0
	Técnico em saúde bucal	Subsequente	25	0	25	0	25	0	25	0	25	0
	Técnico em secretariado	Subsequente	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72
	Técnico em segurança do trabalho	Subsequente	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Técnico em transações imobiliárias	Subsequente	52	52	0	52	0	52	0	32	0	70
	Técnico arquivologia	Subsequente	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Técnico em cervejaria	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0
	Técnico em Eventos	Subsequente	0	0	0	0	36	0	36	0	36	0
	Técnico em instrumento musical - Canto	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0
	Técnico em instrumento musical - Flauta Transversal	Subsequente	0	0	0	0	10	0	10	0	10	0
	Técnico em instrumento musical - Percussão	Subsequente	0	0	0	0	0	0	10	0	10	0
	Técnico em instrumento musical - Teclado/Piano	Subsequente	0	0	0	0	10	0	10	0	10	0

	Técnico em instrumento musical - Violão	Subsequente	0	0	0	0	0	0	10	0	10	0
	Técnico em instrumento musical - Violino	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0
	Técnico em Química	Subsequente	22	0	22	0	22	0	22	0	44	0
***Campus* Porto Alegre Cursos Superiores**	Tecnologia em Gestão Ambiental	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnologia	36	36	36	36	36	36	36	36	36	40
	Tecnologia em Sistemas Para Internet	Tecnologia	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72
	Licenciatura em Ciências da Natureza - Biologia e Química	Licenciatura	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Tecnólgo em Negócios Imobiliários	Tecnologia	0	0	0	0	36	0	36	0	36	0
	Tecnólogo em Gestão Pública	Tecnologia	0	0	36	0	36	0	36	0	36	0
***Campus* Porto Alegre Pós-graduação**	Gestão da Atenção à Saúde do Idoso	*Lato sensu*	30	30	30	30	30	30	30	0	30	0
	Urgência e Emergência: Gestão de Atenção no SUS	*Lato sensu*	35	35	35	0	35	0	35	0	35	0
	Mestrado Profissional em Biblioteconomia	*Stricto sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0

	Mestrado Profissional em Educação em Ciências	*Stricto sensu*	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0
	Gestão Pública	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pedagogia do Instrumento	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Formação de Professores para a Educação Profissional	*Lato sensu*	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Mestrado Profissional em Informática na Educação	*Stricto sensu*	0	0	20	20	20	20	20	20	20	20
	Mestrado Profissional em Ciências Ambientais	*Stricto sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gestão Empresarial	*Lato sensu*	0	0	35	35	35	35	35	35	35	35
	Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	*Stricto sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0
	Biotecnologia	*Lato sensu*	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Gestão Ambiental Pública	*Lato sensu*	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	*Stricto sensu*	0	0	0	0	0	0	25	25	25	25

Quadro 20 - Diagnóstico *Campus* Porto Alegre

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	Tipo de Oferta	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
Campus Restinga Cursos Técnicos	Técnico em Administração	Subsequente	40	40	40	40	40	40	40	40	0	0
	Técnico em Eletrônica	Integrado	32	33	32	35	32	34	32	33	32	34
	Técnico em guia de Turismo	Subsequente	40	40	40	40	40	41	40	40	40	40
	Técnico em Informática para Internet	Integrado	32	34	32	41	32	32	0	0	0	0
	Técnico em Informática	Integrado	0	0	0	0	0	0	32	52	32	33
	Técnico em Recursos Humanos - PROEJA	Integrado	40	40	40	40	40	41	0	0	0	0
	Técnico em Comércio - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	0	0	32	33	32	32
	Técnico em Redes de Computadores	Subsequente	32	32	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Redes de Computadores	Concomitante	0	0	32	32	32	32	32	32	0	0
	Técnico em Edificações - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Técnico em Agroecologia - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32

	Técnico em Lazer	Integrado	0	0	0	0	32	33	32	40	32	32
***Campus* Restinga Cursos Superiores**	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	64	65	64	69	64	68	64	69	64	64
	Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer	Tecnologia	30	34	30	30	30	35	30	30	30	30
	Tecnologia em Eletrônica Industrial	Tecnologia	32	32	32	32	32	38	32	35	32	32
	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	40	40
	Tecnologia no Eixo Infraestrutura	Tecnologia	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	Licenciatura em Letras Português-Espanhol	Licenciatura	0	0	0	0	0	0	32	37	32	39

Quadro 21 - Diagnóstico *Campus* Restinga

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Rio Grande Cursos Técnicos**	Técnico em automação industrial	Subsequente	64	32	80	80	80	76	80	76	80	80
	Técnico em automação industrial	Integrado	32	32	36	36	36	36	36	40	36	40
	Técnico em eletrotécnica	Subsequente	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Técnico em eletrotécnica	Integrado	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Técnico em enfermagem	Subsequente	28	22	28	16	28	17	28	20	28	24
	Técnico em fabricação mecânica	Subsequente	48	48	48	60	48	60	48	66	48	60
	Técnico em fabricação mecânica	Integrado	30	30	30	36	30	36	30	36	30	40
	Técnico em geoprocessamento	Subsequente	30	30	30	24	30	22	30	30	30	26
	Técnico em geoprocessamento	Integrado	30	30	30	36	30	30	30	30	30	30
	Técnico em informática para internet	Integrado	30	30	30	30	30	25	30	25	30	25
	Técnico em refrigeração e climatização	Subsequente	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80

	Técnico em refrigeração e climatização	Integrado	30	30	30	36	36	36	30	36	30	36
	Técnico em Administração - PROEJA	Integrado	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Técnico em Alimentos	Subsequente	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Técnico em Construção Naval	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	48	0
***Campus* Rio Grande Cursos Superiores**	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Tecnologia em construção de edifícios	Tecnologia	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Programa Especial de Formação Pedagógica	Licenciatura	0	0	30	30	0	0	30	30	30	0
	Licenciatura em Matemática EAD	Licenciatura	150	0	150	0	150	0	150	0	150	0
	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Bacharelado	0	0	50	50	50	50	50	50	50	50
	Bacharelado em Design	Bacharelado	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0
***Campus* Rio Grande Pós-graduação**	Mídias na Educação	*Lato sensu* EAD	125	0	125	0	125	0	125	0	125	0
	Geoprocessamento	*Stricto sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0

Quadro 22 - Diagnóstico *Campus* Rio Grande

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado
***Campus* Rolante Cursos Técnicos**	Técnico em Administração	Subsequente/ Concomitante	0	0	0	0	35	35	40	40	40	40
	Técnico em Qualidade	Subsequente/ Concomitante	0	0	0	0	35	35	35	35	35	0
	Técnico em Agropecuária	Subsequente/ Concomitante	0	0	0	0	35	33	35	35	35	35
	Técnico em Agropecuária	Integrado	0	0	0	0	0	0	35	35	35	35
	Técnico em Informática	Integrado	0	0	0	0	0	0	35	35	35	35
	Técnico em Administração	Integrado	0	0	0	0	0	0	0	0	35	34
	Técnico em Comércio - PROEJA	Integrado	0	0	0	0	0	0	40	32	40	35
***Campus* Rolante Cursos Superiores**	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	35	35	35	35

Quadro 23 – Diagnóstico *Campus* Rolante

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Sertão Cursos Técnicos**	Técnico em agropecuária	Integrado	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
	Técnico em agropecuária	Subsequente	70	35	70	35	70	35	70	35	70	35
	Técnico em comércio - PROEJA	Integrado	35		35		35		35		35	
	Técnico em comércio	Concomitante Externo	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	Técnico em comércio	Concomitante	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Concomitante externo	30	30	30	30	30	18	30	24	30	0
	Técnico em Administração	Integrado	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Integrado	0	0	0	0	30	30	30	30	25	25

***Campus* Sertão Cursos Superiores**	Tecnologia em Agronegócio	Tecnologia	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Bacharelado em Agronomia	Bacharelado	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Tecnologia em Alimentos	Tecnologia	30		30		30	12	30	0	30	0
	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Tecnologia em Gestão Ambiental	Tecnologia	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Bacharelado em Zootecnia	Bacharelado	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Licenciatura em Ciências Agrícolas	Licenciatura	30	30	30	30	30	12	30	0	30	0
	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	Licenciatura	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Administração	Bacharelado	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Ciências Biológicas	Licenciatura	0	0	0	0	30	30	30	30	30	26
	Engenharia Ambiental	Bacharelado	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Pedagogia	Licenciatura	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0

***Campus* Sertão Pós-graduação**	Teorias e Metodologias da Educação	*Lato sensu*	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	Agronegócio	*Lato sensu*	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Bioprocessos	*Lato sensu*	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Informática	*Lato sensu*	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Produção Vegetal	*Lato sensu*	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Mestrado em Agronomia	*Stricto sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0
	Mestrado em Ciências Ambientais	*Stricto sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0
	Mestrado em Educação	*Stricto sensu*	0	0	0	0	20	0	20	0	20	0

Quadro 24 - Diagnóstico *Campus* Sertão

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Veranópolis Cursos Técnicos**	Técnico em Administração	Técnico Subsequente	0	0	0	0	0	30	0	30	0	30
	Técnico em Informática	Técnico Subsequente	0	0	0	0	0	30	0	30	0	30
***Campus* Veranópolis Cursos Superiores**	Tecnologia em Controle e Processos Industriais	Tecnologia	0	0	45	0	90	0	135	0	135	0
	Tecnologia em Gestão e Negócios	Tecnologia	0	0	0	0	45	0	45	0	45	30
	Tecnologia em Informação e Comunicação	Tecnologia	0	0	45	0	45	0	45	0	45	30
	Tecnologia em Produção Industrial	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	45	0	45	0

Quadro 25 - Diagnóstico *Campus* Veranópolis

	ANO		2014		2015		2016		2017		2018	
	CURSO	**Tipo de Oferta**	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Previsto
***Campus* Vacaria Cursos Técnicos**	Técnico em Logística	Subsequente	0	0	35	35	35	35	35	35	35	35
	Técnico em manutenção e suporte em informática*	Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0
	Técnico em Agropecuária	Subsequente	0	0	0	35	0	35	0	35	35	0
	Técnico em Multimídia*	Integrado	0	0	0	0	35	0	0	35	35	0
	Técnico em Agropecuária*	Integrado	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Técnico/Pronatec		60	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Informação e Comunicação		30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Recursos Naturais		30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
***Campus* Vacaria Cursos Superiores**	Bacharelado em Informação e Comunicação	Bacharelado	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Bacharelado em Recursos Naturais	Bacharelado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

	Agronomia*	Bacharelado	0	0	0	0	0	25	0	25	0	25
	Ciências Biológicas	Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	35	35	0
***Campus* Vacaria Cursos Pós-graduação**	Produção Vegetal*	*Lato sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Docência na educação básica*	*Lato Sensu*	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0

* Não previsto no PDI 2014-2018

Quadro 26 - Diagnóstico *Campus* Vacaria

5.2 Cronograma de oferta de cursos 2019-2023

Nos quadros a seguir é demonstrado o planejamento de oferta de cursos e vagas, assim como o tipo de oferta e modalidade para o próximo período do PDI.

	ANO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
	CURSO			1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Alvorada Cursos Técnicos**	Orientação Comunitária	Concomitante/Subsequente	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Enfermagem	Subsequente	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Administração	Integrado	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
***Campus* Alvorada Cursos Superiores**	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	0	40	0	40	0	40	0	40	0	40
	Produção Multimídia	Superior de Tecnologia	Presencial	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0

	Gestão Ambiental	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	A DEFINIR (Eixo: Gestão e Negócios)	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
***Campus* Alvorada Pós-graduação**	A DEFINIR (Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social)	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	40	0	40	0	40	0	40
	Cinema e Audiovisual	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0

Quadro 27 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Alvorada

	ANO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
	CURSO			1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Bento Gonçalves Cursos Técnicos**	Meio Ambiente	Integrado	Presencial	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Administração	Integrado	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	A DEFINIR (Eixo: Recursos Naturais)	PROEJA	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	A DEFINIR (Eixo: A DEFINIR)	PROEJA	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
***Campus* Bento Gonçalves**	Letras	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0
	Mestrado Profissional em Viticultura e Enologia	*Stricto sensu*	Presencial	0	0	15	0	15	0	15	0	15	0

Quadro 28 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Bento Gonçalves

	ANO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
	CURSO			1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Canoas Cursos Técnicos**	Comércio	PROEJA	Presencial	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
***Campus* Canoas Cursos Superiores**	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
***Campus* Canoas Pós-graduação**	Gestão de Projetos e Inovação	*Lato sensu*	Presencial	0	40	0	40	0	40	0	40	0	40
	Educação	*Lato sensu*	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Letras	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0
	Matemática	*Stricto sensu*	Presencial	0	0	10	0	20	0	20	0	20	0

Quadro 29 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Canoas

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Campus Caxias do Sul Cursos Técnicos	Eletromecânica Subsequente ao Ensino Médio com ênfase em Manufatura Avançada	Subsequente	Presencial	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0
	Administração subsequente ao Ensino Médio - EAD	Subsequente	Distância	0	0	0	0	0	0	0	0	200	0
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Integrado	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	60	0
Campus Caxias do Sul Cursos Superiores	Química	Licenciatura	Presencial	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Automação da Manufatura	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0

	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0
***Campus* Caxias do Sul Pós-graduação**	Docência em Educação Básica e Profissional	*Lato sensu*	Presencial	25	0	0	0	25	0	0	0	25	0
	Linguagens e suas Tecnologias	*Lato sensu*	Presencial	0	0	25	0	0	0	25	0	0	0
	Matemática	*Lato sensu*	Presencial	0	0	25	0	0	0	25	0	0	0
	Administração	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	30	0	0	0	30	0
	Metalurgia	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	25	0	0	0	25	0
	Mestrado na área de Administração	*Stricto sensu*	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0

Quadro 30 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Caxias do Sul

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Erechim Cursos Técnicos**	Informática	Integrado	Presencial	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0
	Eletromecânica	Integrado	Presencial	0	0	0	0	0	0	32	0	32	0
	Administração	Integrado	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	32	0
	Alimentos ou Panificação	Integrado	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0
	Produção de Moda	Subsequente	Presencial	0	32	0	32	0	32	0	32	0	32
	Vendas	Subsequente	Presencial	0	0	0	40	0	40	0	40	0	40
	Comunicação Visual	Subsequente	Distância	0	0	0	32	0	32	0	32	0	32
	Eletromecânica	Subsequente	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	32	0
***Campus* Erechim Cursos Superiores**	Gestão Financeira	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0
	Administração	Bacharelado	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Design de Moda	Bacharelado	Presencial	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0
	Matemática	Licenciatura	Presencial	0	0	0	0	0	0	32	0	32	0

	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0
	Letras	Licenciatura	Presencial	0	0	0	0	0	0	32	0	32	0
***Campus* Erechim Pós-Graduação**	Especialização em Estratégia e Inteligência de Negócios	*Lato Sensu*	Presencial	0	25	0	0	0	25	0	0	0	25
	Especialização em Planejamento de Coleção e Inovação no Mercado de Moda	*Lato Sensu*	Presencial	0	0	32	0	0	0	32	0	0	0
	Especialização em Modelagem e Processos Criativos	*Lato Sensu*	Presencial	0	0	0	0	32	0	0	0	32	0
	Especialização em Gestão	*Lato Sensu*	Presencial	0	0	0	25	0	0	0	25	0	0
	Especialização em Metodologia do Ensino em Língua Portuguesa	*Lato Sensu*	Presencial	0	0	30	0	0	0	30	0	0	0

Quadro 31 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Erechim

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	**1º Sem**	2º Sem
***Campus* Farroupilha Cursos Técnicos**	Administração Integrado ao Ensino Médio	Integrado	Presencial	30	0	30	0	30	0	30	0	**30**	0
***Campus* Farroupilha Cursos Superiores**	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	**30**	0
***Campus* Farroupilha Pós-graduação**	Educação	*Lato sensu*	Presencial	0	25	0	0	0	25	0	0	0	25
	Energias Renováveis	*Lato sensu*	Presencial	0	20	0	20	0	20	0	20	0	20

Quadro 32 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Farroupilha

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Feliz Cursos Técnicos**	Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio	Integrado	Presencial	0	0	32	0	32	0	32	0	32	0
***Campus* Feliz Cursos Superiores**	Pedagogia	Licenciatura	Distância	0	0	0	0	15	0	15	0	15	0
	Engenharia Sanitária e Ambiental	Bacharelado	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32

Quadro 33 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Feliz

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Ibirubá Cursos Superiores**	Pedagogia	Licenciatura	Distância	0	0	15	0	15	0	15	0	15	0
***Campus* Ibirubá Pós-graduação**	Mestrado Profissional em Tecnologias para o Campo	*Strito sensu*	Presencial	0	0	15	0	15	0	15	0	15	0
	Tecnologias para o Campo	*Lato sensu*	Presencial	0	0	30	0	0	0	30	0	0	0

Quadro 34 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Ibirubá

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Osório Cursos Técnicos**	Proeja	PROEJA	Presencial	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0

Quadro 35 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Osório

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Porto Alegre Cursos Técnicos**	Técnico em Instrumento Musical	Concomitante/Subsequente	Presencial	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0
	Técnico em Composição e Arranjo	Concomitante/Subsequente	Presencial	0	0	10	0	10	0	10	0	10	0
	Técnico em Regência	Concomitante/Subsequente	Presencial	0	0	10	0	10	0	10	0	10	0
	Técnico em Canto	Concomitante/Subsequente	Presencial	0	0	5	0	5	0	5	0	5	0
	Técnico em Instrumento Musical	Integrado	Presencial	0	0	15	0	15	0	15	0	15	0
	Técnico em Canto	Integrado	Presencial	0	0	5	0	5	0	5	0	5	0
	Técnico em Informática	Integrado/Proeja	Presencial	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
	Técnico em Biblioteconomia	Subsequente	Distância	0	0	200	0	200	0	200	0	200	0

	Técnico em Química	Subsequente	Presencial	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0
	Técnico em Arquivo	Subsequente	Presencial	0	0	25	0	25	0	25	0	25	0
	Técnico em Administração	Subsequente	Distância	0	0	200	0	200	0	200	0	200	0
***Campus* Porto Alegre Cursos**	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura	Distância	0	0	200	0	200	0	200	0	200	0
	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura	Presencial	0	0	36	0	36	0	36	0	36	0
***Campus* Porto Alegre Pós-graduação**	Ensino de Instrumento Musical	*Lato sensu*	Presencial	0	0	20	0	20	0	20	0	20	0
	Alfabetização	*Lato sensu*	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Gestão Ambiental Pública	*Lato sensu*	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Mestrado Profissional em Biblioteconomia	*Stricto sensu*	Presencial	0	20	0	20	0	20	0	20	0	20
	Mestrado Profissional em Ciências Ambientais	*Stricto sensu*	Presencial	0	0	15	0	15	0	15	0	15	0

Quadro 36 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Porto Alegre

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Restinga Cursos Superiores**	A DEFINIR (Eixo: Recursos Naturais)	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	0	32	0	32	0	32	0	32
***Campus* Restinga Cursos Pós-graduação**	A DEFINIR (Eixo: A DEFINIR)	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	32	0	32	0	32	0
	A DEFINIR (Eixo: A DEFINIR)	*Stricto sensu*	Presencial	0	0	0	0	0	32	0	32	0	32

Quadro 37 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Restinga

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Rio Grande Cursos Técnicos**	Técnico em Administração	PROEJA	Presencial	0	30	0	30	0	30	0	30	0	30
	Técnico em Alimentos	Subsequente	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	30	30
***Campus* Rio Grande Cursos Superiores**	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Presencial	0	0	30	30	30	30	30	30	30	30
	Engenharia de Software	Bacharelado	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	25	25
***Campus* Rio Grande Pós-graduação**	Geoprocessamento	*Stricto sensu*	Presencial	0	0	26	0	26	0	26	0	26	0
	MIT - *Master of Information Technology em Engenharia Web*	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0

Quadro 38 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Rio Grande

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Rolante Cursos Técnicos**	Técnico em Recursos Humanos	Concomitante/ Subsequente	Presencial	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
***Campus* Rolante Cursos Superiores**	Pedagogia (polo de EAD)	Licenciatura	Distância	0	0	50	0	50	0	50	0	50	0
	A DEFINIR (Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social)	Licenciatura	Presencial	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	0	35	0	35	0	35	0	35
	Zootecnia	Bacharelado	Presencial	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0
***Campus* Rolante Pós-graduação**	Gestão Pública EAD	*Lato sensu*	Distância	0	0	0	0	50	0	50	0	50	0

Quadro 39 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Rolante

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Sertão Cursos Superiores**	Medicina Veterinária	Bacharelado	Presencial	0	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Pedagogia	Licenciatura	Distânica	0	0	0	0	40	0	40	0	40	0
***Campus* Sertão Cursos de Pós-graduação**	Teorias e Metodologias da Educação	*Lato sensu*	Presencial	25	0	25	0	25	0	25	0	25	0
	Sistemas de Produção Agrícola	*Stricto Sensu*	Presensial	20	0	20	0	20	0	20	0	20	0

Quadro 40 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Sertão

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Campus Vacaria Cursos Técnicos	Agroindustria	PROEJA	Presencial	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	Administração	Integrado	Presencial	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Tecnico em Administração	Subsequente	Distância	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Tecnico em Desenvolvimento de Sistemas	Subsequente	Distância	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Tecnico em Agroecologia	Subsequente	Distância	0	0	0	0	35	0	35	0	35	0
	Tecnico em Multimeios Didáticos	Subsequente	Distância	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
Campus Vacaria Cursos Superiores	Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura	Presencial	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
	Tecnologia em Processos Gerenciais	Superior de Tecnologia	Presencial	0	0	35	0	35	0	35	0	35	0

	Ciência da Computação	Bacharelado	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0
***Campus* Vacaria Cursos Pós-graduação**	Ciência da Computação	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	30	0	30	0	30	0
	Administração, Supervisão e Orientação Escolar	*Lato sensu*	Distância	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0

Quadro 41 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Vacaria

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Campus Veranópolis Cursos Técnicos	Técnico em Administração	Integrado	Presencial	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0
	Técnico em Informática	Integrado	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	0	30	0

Quadro 42 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Veranópolis

	ANO / CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	2019		2020		2021		2022		2023	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
***Campus* Viamão Cursos Técnicos**	Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio na MODALIDADE de Ensino de Jovens e Adultos	PROEJA	Presencial	40	0	40	0	40	0	40	0	40	0
	Técnico em Guia de Turismo	Subsequente	Presencial	0	0	0	36	0	36	0	36	0	36
	Técnico em produção de áudio e vídeo	Subsequente	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
***Campus* Viamão Cursos Superiores**	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	0	0	30	0	30	0	30		30	0
	Ciências da Natureza	Licenciatura	Presencial	0	0	30	0	30	0	30	00	30	0
	Formação pedagógica de docentes para a educação básica e profissional	Licenciatura	Presencial	0	0	0	30	0	30	0	30	0	30

***Campus* Viamão Cursos Pós-graduação**	Gestão Pública	*Lato sensu*	Presencial	0	30	0	30	0	30	0	30	0	30
	Agroecologia	*Lato sensu*	Presencial	0	0	0	0	0	0	0	30	0	30

Quadro 43 - Quadro de oferta de cursos novos *Campus* Viamão

5.3 Quadros de evolução das ofertas de cursos e vagas do IFRS 2019-2023

Esta seção busca apresentar a evolução das ofertas de vagas de acordo com as diferentes projeções dos *campi*.

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	263	503	583	583	583
Bento Gonçalves	631	706	736	736	766
Canoas	356	416	426	466	466
Caxias do Sul	470	515	580	620	960
Erechim	539	695	625	701	731
Farroupilha	326	351	356	351	356
Feliz	293	357	372	372	404
Ibirubá	265	355	300	360	300
Osório	313	413	348	413	348
Porto Alegre	978	1854	1854	1854	1854
Restinga	400	464	496	496	496
Rio Grande	774	770	800	770	935
Rolante	290	445	530	530	530
Sertão	505	545	585	585	585
Vacaria	318	430	623	640	658
Veranópolis	90	120	120	120	120
Viamão	318	444	444	474	510
TOTAL	7129	9351	9778	10071	10602

Quadro 44 - Evolução das vagas 2019-2023

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	156	316	316	316	316
Bento Gonçalves	210	270	300	300	300
Canoas	114	114	114	114	114
Caxias do Sul	255	275	275	310	570
Erechim	352	384	344	336	396
Farroupilha	156	156	156	156	156
Feliz	64	96	96	96	96
Ibirubá	145	145	150	150	150
Osório	145	245	180	245	180
Porto Alegre	666	1211	1211	1211	1211
Restinga	200	200	200	200	200
Rio Grande	584	584	584	584	644
Rolante	255	290	290	290	290
Sertão	200	200	200	200	200
Vacaria	205	240	385	385	385
Veranópolis	30	60	60	60	60
Viamão	208	244	244	244	280
TOTAL	3945	5030	5105	5197	5548

Quadro 45 - Evolução das vagas de cursos técnicos

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	64	104	104	104	104
Bento Gonçalves	150	180	210	210	210
Canoas	84	84	84	84	84
Caxias do Sul	180	180	180	180	240
Erechim	0	32	32	64	116
Farroupilha	60	60	60	60	60
Feliz	64	96	96	96	96
Ibirubá	85	85	90	90	90
Osório	120	120	120	120	120
Porto Alegre	0	20	20	20	20
Restinga	96	96	96	96	96
Rio Grande	216	216	216	216	216
Rolante	105	140	140	140	140
Sertão	135	135	135	135	135
Vacaria	70	105	175	175	175
Veranópolis	30	60	60	60	60
Viamão	60	60	60	60	60
TOTAL	1519	1773	1878	1910	2022

Quadro 46 - Quadro de evolução da oferta de cursos integrados

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	60	180	180	180	180
Bento Gonçalves	60	30	30	30	30
Canoas	0	0	0	0	0
Caxias do Sul	35	35	35	70	270
Erechim	352	352	312	272	280
Farroupilha	96	96	96	96	96
Feliz	0	0	0	0	0
Ibirubá	60	60	60	60	60
Osório	25	90	25	90	25
Porto Alegre	596	1086	1086	1086	1086
Restinga	40	40	40	40	40
Rio Grande	338	338	338	338	398
Rolante	110	110	110	110	110
Sertão	35	35	35	35	35
Vacaria	100	100	175	175	175
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	108	144	144	144	180
TOTAL	2015	2696	2666	2726	2965

Quadro 47 - Quadro de evolução da oferta de cursos Técnicos concomitantes/subsequentes

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	32	32	32	32	32
Bento Gonçalves	0	60	60	60	60
Canoas	30	30	30	30	30
Caxias do Sul	40	60	60	60	60
Erechim	0	0	0	0	0
Farroupilha	0	0	0	0	0
Feliz	0	0	0	0	0
Ibirubá	0	0	0	0	0
Osório	0	35	35	35	35
Porto Alegre	70	105	105	105	105
Restinga	64	64	64	64	64
Rio Grande	30	30	30	30	30
Rolante	40	40	40	40	40
Sertão	30	30	30	30	30
Vacaria	35	35	35	35	35
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	40	40	40	40	40
TOTAL	411	561	561	561	561

Quadro 48 - Quadro de evolução da oferta de cursos PROEJA

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	75	115	155	155	155
Bento Gonçalves	336	336	336	336	336
Canoas	202	212	212	212	212
Caxias do Sul	185	185	220	255	290
Erechim	162	224	224	278	278
Farroupilha	120	170	150	170	150
Feliz	160	192	207	207	239
Ibirubá	120	135	135	135	135
Osório	138	138	138	138	138
Porto Alegre	178	414	414	414	414
Restinga	200	232	232	232	232
Rio Grande	190	160	190	160	240
Rolante	35	155	190	190	190
Sertão	260	300	340	340	340
Vacaria	95	160	160	160	160
Veranópolis	60	60	60	60	60
Viamão	80	170	170	170	170
TOTAL	2596	3358	3533	3612	3739

Quadro 49 - Quadro de evolução da oferta de cursos Superiores

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	40	40	40	40	40
Bento Gonçalves	145	145	145	145	145
Canoas	40	40	40	40	40
Caxias do Sul	40	40	75	75	75
Erechim	0	0	0	64	64
Farroupilha	0	50	30	50	30
Feliz	64	64	79	79	79
Ibirubá	30	45	45	45	45
Osório	72	72	72	72	72
Porto Alegre	36	272	272	272	272
Restinga	32	32	32	32	32
Rio Grande	30	0	30	0	30
Rolante	0	50	85	85	85
Sertão	70	70	110	110	110
Vacaria	70	70	70	70	70
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	0	90	90	90	90
TOTAL	669	1080	1215	1269	1279

Quadro 50 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Licenciatura

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	0	0	0	0	0
Bento Gonçalves	30	30	30	30	30
Canoas	0	40	40	40	40
Caxias do Sul	70	70	70	70	70
Erechim	80	142	142	142	142
Farroupilha	50	50	50	50	50
Feliz	32	32	32	32	64
Ibirubá	90	90	90	90	90
Osório	0	0	0	0	0
Porto Alegre	0	0	0	0	0
Restinga	0	0	0	0	0
Rio Grande	50	110	110	110	160
Rolante	0	35	35	35	35
Sertão	80	120	120	120	120
Vacaria	25	55	55	55	55
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	0	0	0	0	0
TOTAL	507	774	774	774	856

Quadro 51 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Bacharelado

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	35	75	115	115	115
Bento Gonçalves	161	161	161	161	161
Canoas	162	132	132	132	132
Caxias do Sul	75	75	75	110	145
Erechim	82	82	82	72	72
Farroupilha	70	70	70	70	70
Feliz	64	96	96	96	96
Ibirubá	0	0	0	0	0
Osório	66	66	66	66	66
Porto Alegre	142	142	142	142	142
Restinga	168	200	200	200	200
Rio Grande	110	50	50	50	50
Rolante	35	70	70	70	70
Sertão	110	110	110	110	110
Vacaria	0	35	35	35	35
Veranópolis	60	60	60	60	60
Viamão	80	80	80	80	80
TOTAL	1420	1504	1544	1569	1604

Quadro 52 - Quadro de evolução da oferta de cursos superiores de Tecnologia

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	32	72	112	112	112
Bento Gonçalves	85	100	100	100	130
Canoas	40	90	100	140	140
Caxias do Sul	30	55	85	55	100
Erechim	25	87	57	87	57
Farroupilha	50	25	50	25	50
Feliz	69	69	69	69	69
Ibirubá	0	75	15	75	15
Osório	30	30	30	30	30
Porto Alegre	134	229	229	229	229
Restinga	0	0	64	64	64
Rio Grande	0	26	26	26	51
Rolante	0	0	50	50	50
Sertão	45	45	45	45	45
Vacaria	18	30	78	95	113
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	30	30	30	60	60
TOTAL	588	963	1140	1262	1315

Quadro 53 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Pós-graduação

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	0	0	0	0	0
Bento Gonçalves	0	15	15	15	15
Canoas	0	10	20	20	20
Caxias do Sul	5	5	5	5	20
Erechim	0	0	0	0	0
Farroupilha	5	5	5	5	5
Feliz	5	5	5	5	5
Ibirubá	0	15	15	15	15
Osório	0	0	0	0	0
Porto Alegre	64	79	79	79	79
Restinga	0	0	32	32	32
Rio Grande	0	26	26	26	26
Rolante	0	0	0	0	0
Sertão	20	20	20	20	20
Vacaria	0	0	0	0	0
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	0	0	0	0	0
TOTAL	99	180	222	222	237

Quadro 54 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Pós-graduação *stricto sensu*

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	32	72	112	112	112
Bento Gonçalves	85	85	85	85	115
Canoas	40	80	80	120	120
Caxias do Sul	25	50	80	50	80
Erechim	25	87	57	87	57
Farroupilha	45	20	45	20	45
Feliz	64	64	64	64	64
Ibirubá	0	60	0	60	0
Osório	30	30	30	30	30
Porto Alegre	70	150	150	150	150
Restinga	0	0	32	32	32
Rio Grande	0	0	0	0	25
Rolante	0	0	50	50	50
Sertão	25	25	25	25	25
Vacaria	18	30	78	95	113
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	30	30	30	60	60
TOTAL	489	783	918	1040	1078

Quadro 55 - Quadro de evolução da oferta de cursos de Pós-graduação *lato sensu*

Campus	2019	2020	2021	2022	2023
Alvorada	0	0	0	0	0
Bento Gonçalves	0	0	0	0	0
Canoas	0	0	0	0	0
Caxias do Sul	0	0	0	0	200
Erechim	0	32	32	32	32
Farroupilha	0	0	0	0	0
Feliz	0	0	15	15	15
Ibirubá	0	15	15	15	15
Osório	0	0	0	0	0
Porto Alegre	0	600	600	600	600
Restinga	0	0	0	0	0
Rio Grande	0	0	0	0	0
Rolante	0	50	100	100	100
Sertão	0	0	40	40	40
Vacaria	0	0	140	175	175
Veranópolis	0	0	0	0	0
Viamão	0	0	0	0	0
TOTAL	0	697	942	977	1177

Quadro 56 - Quadro de evolução da oferta de cursos na modalidade a distância

Eixos Tecnológicos	Alvorada	Bento Gonçalves	Canoas	Caxias do Sul	Erechim	Farroupilha	Feliz	Ibirubá	Osório	Porto Alegre	Restinga	Rio Grande	Rolante	Sertão	Vacaria	Veranópolis	Viamão	Total
Ambiente e Saúde	6	1	0	0	0	0	1	0	0	5	0	1	0	1	0	0	5	20
Controle e Processos Industriais	0	0	3	6	4	7	1	2	0	0	2	6	0	0	0	0	0	31
Desenvolvimento Educacional e Social	4	7	4	5	2	3	4	3	3	8	1	1	2	4	2	0	2	55
Gestão e Negócios	2	3	4	5	9	3	3	0	3	8	2	1	6	2	5	2	6	64
Informação e Comunicação	0	4	3	2	3	2	2	2	2	5	3	4	2	2	5	2	0	43
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	5
Produção Alimentícia	0	3	0	0	3	0	0	0	1	1	0	1	0	5	0	0	0	14
Produção Cultural e Design	4	0	0	0	7	0	0	0	1	8	0	0	0	0	0	0	1	21
Produção industrial	0	0	0	5	0	0	3	4	0	3	0	3	0	0	0	0	0	18
Recursos Naturais	0	6	0	0	0	1	0	2	0	0	2	0	3	1	7	0	0	22
Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3	0	0	0	0	0	1	7

Quadro 57 - Quadro da quantidade de eixos tecnológicos por campus em 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAL DE CURSOS	**7129**	**9383**	**9778**	**10071**	**10602**
INTEGRADO	**1519**	**1773**	**1878**	**1910**	**2022**
PROEJA	**411**	**561**	**561**	**561**	**561**
CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE	**2015**	**2696**	**2666**	**2726**	**2965**
BACHARELADO	**507**	**774**	**774**	**774**	**856**
LICENCIATURA	**669**	**1080**	**1215**	**1269**	**1279**
STRICTO SENSU	**99**	**180**	**222**	**222**	**237**
LATO SENSU	**489**	**785**	**918**	**1010**	**1078**
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA	**1420**	**1504**	**1544**	**1569**	**1604**

Quadro 58 - Quadro de evolução de vagas absolutas 2019-2023

	2019	2020	2021	2022	2023
INTEGRADO	21,31%	18,96%	19,21%	18,97%	19,07%
PROEJA	5,77%	6,00%	5,74%	5,57%	5,29%
CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE	28,26%	28,83%	27,27%	27,07%	27,97%
BACHARELADO	7,11%	8,28%	7,92%	7,69%	8,07%
LICENCIATURA	9,38%	11,55%	12,43%	12,60%	12,06%
STRICTO SENSU	1,39%	1,92%	2,27%	2,20%	2,24%
LATO SENSU	6,86%	8,37%	9,39%	10,03%	10,17%
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA	19,92%	16,08%	15,79%	15,58%	15,13%

Quadro 59 - Quadro de evolução de vagas relativas 2019-2023

	2019	2020	2021	2022	2023
TÉCNICOS	55,34%	53,79%	52,21%	51,60%	52,33%
BACHARELADO	7,11%	8,28%	7,92%	7,69%	8,07%
LICENCIATURA	9,38%	11,55%	12,43%	12,60%	12,06%
STRICTO SENSU	1,39%	1,92%	2,27%	2,20%	2,24%
LATO SENSU	6,86%	8,37%	9,39%	10,03%	10,17%
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA	19,92%	16,08%	15,79%	15,58%	15,13%

Quadro 60 - Quadro de evolução de vagas relativas 2019-2023 (Técnicos agrupados)

5.4 Cursos de Extensão

Os IFs também têm como objetivo, conforme dispõe a Lei nº 11.892/2008, ofertar cursos de formação inicial e continuada, com o intuito de promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

No IFRS, tal compromisso é efetivado pelo desenvolvimento de cursos de extensão, definidos como ações sistemáticas, presenciais ou a distância, que articulam ensino e extensão, visando à disseminação de conhecimentos em atenção às demandas das comunidades externa e acadêmica. Planejados para um percurso entre 8 e 160 horas, os cursos de extensão de formação continuada destinam-se a aprimorar, aprofundar e atualizar os conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área profissional. Já os cursos de extensão de formação inicial, com carga horária de 160 horas ou mais, congregam saberes em áreas específicas do conhecimento, para habilitação do cidadão ao prosseguimento de estudos ou ao exercício profissional.

Os cursos de extensão ofertados pelo IFRS têm por princípios a interação dialógica com a sociedade, a integração com diferentes públicos, a valorização de experiências adquiridas, a articulação da EPT com a educação básica e com o eixo tecnológico dos cursos oferecidos na Instituição e a disposição em adequar-se a diferentes contextos sociais, com o intuito de atender suas necessidades. Ademais, o planejamento e desenvolvimento de cursos de extensão têm por base a Indissociabilidade com ensino e pesquisa, mediante a socialização do conhecimento, a articulação dos estudos, o planejamento e a adoção de metodologias didáticas de caráter interdisciplinar para superação da dissociação e segmentação da organização curricular.

Pelo diálogo com diferentes contextos sociais, o estudante é impulsionado a estabelecer relação entre o conhecimento acumulado na trajetória acadêmica e as situações concretas, vividas no cotidiano dos territórios, onde são desenvolvidos os cursos. Ao possibilitar a vivência da articulação entre teoria e prática e o desenvolvimento de competências e conhecimentos necessários à atuação no Mundo do Trabalho, a oferta de cursos de extensão contribui para a qualificar e aperfeiçoar a formação acadêmica dos demais cursos do IFRS.

O IFRS, por meio da oferta de cursos de extensão, tem por objetivo despertar nos cidadãos o interesse para o ingresso ou reingresso na educação formal. Os cursos são

aportes à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários de uma instituição pública de educação brasileira.

Nessa perspectiva, o suposto é que os cursos realizados adquirem maior efetividade se estiverem vinculados ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). No que se refere à Indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica, processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional, sua Formação Cidadã, processo que lhe permite reconhecer-se como agente da garantia de direitos e deveres, possibilitando, assim, sua transformação social.

CAPÍTULO 6

PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA

O IFRS incorporou ao seu patrimônio o que foi recebido do Cefet-BG, da EAF de Sertão, do CTI Mário Alquati (FURG) e da Escola Técnica da UFRGS. No desenvolver do quadriênio anterior (2014 a 2018) objetivamos consolidar o plano de ampliação de nossa estrutura já em um cenário de limitações de recursos orçamentários. Mesmo assim foi possível finalizar obras relevantes que impactaram de forma positiva em nossa comunidade.

No Campus Alvorada foi finalizado o seu bloco administrativo com área de 2727,02 m^2 de área construída, foi concluída a obra do reservatório de água com capacidade para 80.000 litros, a subestação e o pórtico de acesso, também foram realizadas melhorias no estacionamento do Campus.

No Campus Bento Gonçalves foi feita a ampliação das áreas do NAPNE, CTA, centro de convivência, pórtico e PPCI do ginásio de esportes.

No Campus Canoas foi concluída a obra do almoxarifado, da biblioteca, melhorias na acessibilidade e iniciada a importante obra do bloco acadêmico.

No Campus Caxias do Sul foram concluídas as construções dos Blocos A3 e A4, e foram realizadas melhorias no estacionamento, pórtico de entrada e acessibilidade.

No *Campus* Erechim foi concluída a obra da biblioteca e a construção do prédio do laboratório da mecânica.

No *Campus* Farroupilha foi concluída a obra da biblioteca, a construção do reservatório de água e subestação, a construção do almoxarifado e melhorias na acessibilidade.

No *Campus* Feliz foi concluída a construção do bloco A a construção dos banheiros do bloco B, a obra do prédio das salas de aula, bem como drenagem, pavimentação e iluminação externa do *Campus*.

No *Campus* Ibirubá foi concluída a obra da biblioteca, a pavimentação do acesso, o pórtico de acesso e o estacionamento e reforma do laboratório de línguas.

No *Campus* Osório foi concluído o bloco de convivência.

No *Campus* Porto Alegre foi realizado o reparo da estrutura e a impermeabilização das marquises do *Campus*, concluída a reforma em parte de sua sede – átrio –, a reforma no bloco de laboratórios para adaptação para uso de parte do prédio que era utilizado como estacionamento e o reparo nas fachadas do *Campus*.

No *Campus* Restinga foi concluído o bloco administrativo, as salas de aula, a convivência e o pórtico.

No *Campus* Rio Grande foi finalizada a obra de dois pavimentos (pavilhão 12) para comportar o curso superior de tecnologia em Construção de Edifícios. Além disso, o pavilhão 11, destinado aos cursos Técnico de Fabricação Mecânica e superior de Bacharelado em Engenharia Mecânica, recebeu a instalação das redes elétrica e lógica, permitindo a utilização do referido espaço. A construção da nova subestação permitiu a utilização de ambos os prédios.

No *Campus* Rolante foi realizada a obra do reservatório, da subestação e do bloco acadêmico e administrativo.

No *Campus* Sertão foi feita a pavimentação aos acessos dos blocos A13 e A14, a reforma das quadras poliesportivas, a conclusão do centro administrativo e da biblioteca.

No *Campus* Vacaria foram concluídas as obras de seu bloco administrativo e acadêmico, do pórtico, da subestação e do reservatório.

Foi realizada no período também uma reforma no prédio da Reitoria com melhorias internas e construção de mezanino para melhorar o uso dos espaços internos.

Em 2018 iniciou-se um grande programa de regularização de todos os *campi* do IFRS. Foi implantado um programa de regularização dos planos de prevenção contra incêndio e retomados aspectos relacionados à acessibilidade das unidades.

6.1 INFRAESTRUTURA ATUAL DO IFRS

Os quadros a seguir apresentam algumas informações sobre os aspectos de infraestrutura do IFRS, conforme levantamento realizado em setembro de 2018.

***Campus* Alvorada**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	5	320
02	Sala de Direção Geral	1	37,09
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	98,28
04	Bloco de sala de professores	1	98,63
05	Sala de coordenação de curso	1	64
06	Secretaria	1	29,86
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	1	127,20
08	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	70,05
09	Auditório	1	139,20
10	Laboratório	3	192,00
11	Área de Convivência	1	241,09
12	Banheiros	6	108,96
13	Copa e Cozinha	1	61,43
14	Almoxarifado/Depósito	2	32,94
15	Vagas de Estacionamento	60	776,88
16	Sala de Terceirizados com banheiro	1	6,24
17	Depósito de Material de Limpeza	1	3,06
18	Portaria/Guarita com banheiro	1	40,97
19	CPD	1	43,56
	Total		**2.491,44**

Quadro 61 - Infraestrutura *Campus* Alvorada

***Campus* Bento Gonçalves**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	24	1253,28
02	Sala de Direção Geral	1	65,66
03	Salas de Equipe Pedagógica	3	132,34
04	Bloco de sala de professores	11	276,7
05	Sala de coordenação de curso	2	48,39
06	Secretaria	1	99,17
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	8	327,46
08	Sala de Direção Administrativa	1	35,97
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	679,94
10	Mini auditório	3	291,83
11	Reprografia	1	9
12	Auditório	1	239,4
13	Laboratório	6	
14	Área de Convivência	1	410,9
15	Ginásio Coberto com vestiário	1	1040,94
16	Banheiros	33	396,79
17	Refeitório	1	486,58
18	Copa	1	10,20
19	Cozinha	-	-
20	Almoxarifado – Depósito	1	389,82
21	Vagas de Estacionamento	150	600
22	Sala de Terceirizados com banheiro	1	35
23	Depósito de Material de Limpeza	-	-
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	24,92
25	Cantina	1	60,63
26	CPD	1	51,42
	Total		**6.966,34**

Quadro 62 - Infraestrutura *Campus* Bento Gonçalves

***Campus* Canoas**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	13	853
02	Sala de Direção Geral	1	108
03	Salas de Equipe Pedagógica	2	94
04	Bloco de sala de professores	4	90
05	Sala de coordenação de curso	1	53
06	Secretaria	1	53
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	3	57
08	Sala de Direção Administrativa	1	25
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	624
10	Mini auditório	2	200
11	Reprografia	1	7
12	Auditório	-	-
13	Laboratório	11	608,16
14	Área de Convivência	1	107
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	17	266,33
17	Refeitório	-	-
18	Copa	1	14
19	Cozinha	-	-
20	Almoxarifado – Depósito	1	56
21	Vagas de Estacionamento	2	182
22	Sala de Terceirizados com banheiro	1	8
23	Depósito de Material de Limpeza	2	9
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	120
25	Cantina	1	93
26	CPD	1	18
	Total		**8.658,49**

Quadro 63 - Infraestrutura *Campus* Canoas

***Campus* Caxias do Sul**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	19	828,66
02	Sala de Direção Geral	1	22,28
03	Salas de Equipe Pedagógica	3	147,15
04	Bloco de sala de professores	14	280
05	Sala de coordenação de curso	1	24
06	Secretaria	-	-
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	3	116,36
08	Sala de Direção Administrativa	1	71,50
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	167
10	Mini auditório	-	-
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	1	164,11
13	Laboratório	20	1704,87
14	Área de Convivência	-	-
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	19	320
17	Refeitório	-	-
18	Copa	1	30
19	Cozinha	-	-
20	Almoxarifado – Depósito	3	120
21	Vagas de Estacionamento	250	3750
22	Sala de Terceirizados com banheiro	-	-
23	Depósito de Material de Limpeza	-	-
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	185,90
25	Cantina	1	181,26
26	CPD	1	45,57
	Total		**8.158,66**

Quadro 64 - Infraestrutura *Campus* Caxias do Sul

***Campus* Erechim**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	35	2100
02	Sala de Direção Geral	1	30
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	40
04	Bloco de sala de professores	-	-
05	Sala de coordenação de curso	4	80
06	Secretaria	1	30
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	14	480
08	Sala de Direção Administrativa	1	12
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	4	647
10	Mini auditório	-	-
11	Reprografia	1	12
12	Auditório	2	250
13	Laboratório	35	2800
14	Área de Convivência	1	80
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	25	350
17	Refeitório	-	-
18	Copa	-	-
19	Cozinha	3	110
20	Almoxarifado – Depósito	3	95
21	Vagas de Estacionamento	300	3500
22	Sala de Terceirizados com banheiro	1	50
23	Depósito de Material de Limpeza	1	20
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	40
25	Cantina	1	15
26	CPD	1	12
	Total		**10.753**

Quadro 65 - Infraestrutura Campus Erechim

***Campus* Farroupilha**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	14	754
02	Sala de Direção Geral	1	20
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	32
04	Bloco de sala de professores	7	320
05	Sala de coordenação de curso	1	25
06	Secretaria	1	25
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	15	540
08	Sala de Direção Administrativa	2	42
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	375
10	Mini auditório	-	-
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	1	164
13	Laboratório	13	870
14	Área de Convivência	-	-
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	17	188
17	Refeitório	-	-
18	Copa	1	25
19	Cozinha	1	25
20	Almoxarifado – Depósito	2	134
21	Vagas de Estacionamento	180	3300
22	Sala de Terceirizados com banheiro	-	-
23	Depósito de Material de Limpeza	1	4
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	5
25	Cantina	1	79
26	CPD	1	18
	Total		**6.945**

Quadro 66 - Infraestrutura *Campus* Farroupilha

***Campus* Feliz**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	18	985,89
02	Sala de Direção Geral	1	36
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	54,75
04	Bloco de sala de professores	3	122,04
05	Sala de coordenação de curso	1	36
06	Secretaria	2	38,22
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	1	10,8
08	Sala de Direção Administrativa	1	58,42
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	110,76
10	Mini auditório	-	-
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	-	-
13	Laboratório	3	171,76
14	Área de Convivência	-	-
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	5	116,41
17	Refeitório	-	-
18	Copa	-	-
19	Cozinha	1	11,14
20	Almoxarifado – Depósito	1	44,50
21	Vagas de Estacionamento	80	900
22	Sala de Terceirizados com banheiro	-	-
23	Depósito de Material de Limpeza	2	21,6
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	7,4
25	Cantina	1	8
26	CPD	1	6
	Total		**2.739,69**

Quadro 67 - Infraestrutura *Campus* Feliz

***Campus* Ibirubá**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	17	988,29
02	Sala de Direção Geral	1	44,40
03	Salas de Equipe Pedagógica	4	260,27
04	Bloco de sala de professores	3	194,47
05	Sala de coordenação de curso	3	101,03
06	Secretaria	-	-
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	13	352,36
08	Sala de Direção Administrativa	1	18,16
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	7	481,71
10	Mini auditório	1	59,60
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	2	278,74
13	Laboratório	25	1919,58
14	Área de Convivência	1	54,39
15	Ginásio Coberto com vestiário	1	828
16	Banheiros	27	480,27
17	Refeitório	1	191,95
18	Copa	1	1,8
19	Cozinha	2	209,67
20	Almoxarifado – Depósito	9	1591,71
21	Vagas de Estacionamento	120	1500
22	Sala de Terceirizados com banheiro	1	40,57
23	Depósito de Material de Limpeza	5	59,73
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	43,67
25	Cantina	-	-
26	CPD	1	12,11
	Total		**9.712,48**

Quadro 68 - Infraestrutura *Campus* Ibirubá

***Campus* Osório**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	13	605,12
02	Sala de Direção Geral	1	39,69
03	Salas de Equipe Pedagógica	8	182,25
04	Bloco de sala de professores	1	115,92
05	Sala de coordenação de curso	1	43,2
06	Secretaria	1	26,92
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	9	118,18
08	Sala de Direção Administrativa	1	14,22
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	273,40
10	Mini auditório	1	61,20
11	Reprografia	1	6,40
12	Auditório	11	240,25
13	Laboratório	2	550,22
14	Área de Convivência	0	246,1
15	Ginásio Coberto com vestiário	26	258,06
16	Banheiros	-	-
17	Refeitório	5	47,15
18	Copa	-	-
19	Cozinha	1	174,88
20	Almoxarifado – Depósito	1	120
21	Vagas de Estacionamento	1	40,06
22	Sala de Terceirizados com banheiro	1	2,1
23	Depósito de Material de Limpeza	1	2,1
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	24,92
25	Cantina	1	57,31
26	CPD	1	12,60
	Total		**2.655,03**

Quadro 69 - Infraestrutura *Campus* Osório

***Campus* Porto Alegre**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	48	2.291,16
02	Sala de Direção Geral	1	123,19
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	60,35
04	Bloco de sala de professores	67	807,50
05	Sala de coordenação de curso	12	157,44
06	Secretaria	3	171,90
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	70	1023,96
08	Sala de Direção Administrativa	1	142,49
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	8	575,10
10	Mini auditório	1	62,93
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	4	568,24
13	Laboratório	39	2238,42
14	Área de Convivência	5	1366,26
15	Ginásio Coberto com vestiário	2	732,01
16	Banheiros	127	739,35
17	Refeitório	1	280,84
18	Copa	8	129,64
19	Cozinha	-	-
20	Almoxarifado – Depósito	1	475,13
21	Vagas de Estacionamento	321	8511,79
22	Sala de Terceirizados com banheiro	2	58,60
23	Depósito de Material de Limpeza	2	31,26
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	145,19
25	Cantina	1	72,71
26	CPD	1	62,40
	Total		**20.857,86**

Quadro 70 - Infraestrutura *Campus* Porto Alegre

***Campus* Restinga**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	17	870,40
02	Sala de Direção Geral	1	49,92
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	50,88
04	Bloco de sala de professores	7	180,62
05	Sala de coordenação de curso	1	48,44
06	Secretaria	1	50,88
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	11	414,30
08	Sala de Direção Administrativa	1	49,60
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	6	657,18
10	Mini auditório	1	65,54
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	1	358,20
13	Laboratório	12	952,33
14	Área de Convivência	1	280,85
15	Ginásio Coberto com vestiário	1	1247,00
16	Banheiros	14	431,92
17	Refeitório	1	252,68
18	Copa	1	49,63
19	Cozinha	1	43,20
20	Almoxarifado – Depósito	1	348,00
21	Vagas de Estacionamento	200	4000
22	Sala de Terceirizados com banheiro	2	58,60
23	Depósito de Material de Limpeza	1	19,88
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	43,33
25	Cantina	1	30,67
26	CPD	1	62,40
	Total		**8.178,69**

Quadro 71 - Infraestrutura *Campus* Restinga

***Campus* Rio Grande**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	35	1463,01
02	Sala de Direção Geral	1	75,35
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	34,5
04	Bloco de sala de professores	57	929,95
05	Sala de coordenação de curso	5	79,24
06	Secretaria	1	104,48
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	23	354,82
08	Sala de Direção Administrativa	1	14,15
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	9	374,56
10	Mini auditório	1	178,34
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	1	388,03
13	Laboratório	63	3286,05
14	Área de Convivência	5	463,62
15	Ginásio Coberto com vestiário	1	2184,44
16	Banheiros	47	429,68
17	Refeitório	-	-
18	Copa	11	116,30
19	Cozinha	-	-
20	Almoxarifado – Depósito	10	522,52
21	Vagas de Estacionamento	158	1865
22	Sala de Terceirizados com banheiro	3	167,28
23	Depósito de Material de Limpeza	2	24,85
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	11
25	Cantina	1	190,95
26	CPD	9	363,60
	Total		**13.621,72**

Quadro 72 - Infraestrutura *Campus* Rio Grande

***Campus* Rolante**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	9	576,00
02	Sala de Direção Geral	1	67,37
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	30,66
04	Bloco de sala de professores	1	127,20
05	Sala de coordenação de curso	-	-
06	Secretaria	1	25,80
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	-	-
08	Sala de Direção Administrativa	1	98,80
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	62,68
10	Mini auditório	1	64
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	-	-
13	Laboratório	3	192
14	Área de Convivência	1	106,93
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	8	218,32
17	Refeitório	-	-
18	Copa	-	-
19	Cozinha	1	60,33
20	Almoxarifado – Depósito	1	64,00
21	Vagas de Estacionamento	30	2.100
22	Sala de Terceirizados com banheiro	1	6,09
23	Depósito de Material de Limpeza	1	6,09
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	27,35
25	Cantina	-	-
26	CPD	1	4,44
	Total		**3.838,06**

Quadro 73 - Infraestrutura *Campus* Rolante

***Campus* Sertão**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	38	2432
02	Sala de Direção Geral	1	38,57
03	Salas de Equipe Pedagógica	7	120
04	Bloco de sala de professores	16	942
05	Sala de coordenação de curso	12	118
06	Secretaria	2	90
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	12	263
08	Sala de Direção Administrativa	11	666
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	2	614
10	Mini auditório	1	94
11	Reprografia	2	30
12	Auditório	2	478
13	Laboratório	21	1012
14	Área de Convivência	2	263
15	Ginásio Coberto com vestiário	1	1548,34
16	Banheiros	83	417
17	Refeitório	1	780,50
18	Copa	2	8,92
19	Cozinha	1	54
20	Almoxarifado – Depósito	1	321,7
21	Vagas de Estacionamento	550	1000
22	Sala de Terceirizados com banheiro	2	30
23	Depósito de Material de Limpeza	1	10
24	Portaria/Guarita com banheiro	2	28,40
25	Cantina	1	37
26	CPD	1	64
	Total		**11.460,43**

Quadro 74 - Infraestrutura *Campus* Sertão

***Campus* Vacaria**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	6	441,51
02	Sala de Direção Geral	1	37,09
03	Salas de Equipe Pedagógica	-	-
04	Bloco de sala de professores	1	122,30
05	Sala de coordenação de curso	3	41,62
06	Secretaria	1	11,04
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	5	183,55
08	Sala de Direção Administrativa	1	68,02
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	68,07
10	Mini auditório	-	-
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	1	139,20
13	Laboratório	5	287,55
14	Área de Convivência	1	141,27
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	8	109,06
17	Refeitório	-	-
18	Copa	1	60,33
19	Cozinha	1	60,33
20	Almoxarifado – Depósito	1	39,12
21	Vagas de Estacionamento	64	103,45
22	Sala de Terceirizados com banheiro	-	-
23	Depósito de Material de Limpeza	1	6,09
24	Portaria/Guarita com banheiro	1	10,25
25	Cantina	1	14,64
26	CPD	1	4,85
	Total		**1.949,34**

Quadro 75 - Infraestrutura *Campus* Vacaria

***Campus* Veranópolis**

	Descrição	Quantidade	m²
01	Salas de aula	6	324
02	Sala de Direção Geral	-	-
03	Salas de Equipe Pedagógica	1	45,60
04	Bloco de sala de professores	1	143
05	Sala de coordenação de curso	1	78
06	Secretaria	1	45,60
07	Salas Administrativas e sala de direção administrativa	1	78
08	Sala de Direção Administrativa	-	-
09	Biblioteca/Sala de Leitura/Computação	1	194
10	Mini auditório	-	-
11	Reprografia	-	-
12	Auditório	-	-
13	Laboratório	6	321
14	Área de Convivência	1	171
15	Ginásio Coberto com vestiário	-	-
16	Banheiros	8	96,70
17	Refeitório	-	-
18	Copa	1	10
19	Cozinha	-	-
20	Almoxarifado – Depósito	-	-
21	Vagas de Estacionamento	50	300
22	Sala de Terceirizados com banheiro	-	-
23	Depósito de Material de Limpeza	-	-
24	Portaria/Guarita com banheiro	-	-
25	Cantina	1	25
26	CPD	1	22,50
	Total		**2.249,34**

Quadro 76 - Infraestrutura *Campus* Veranópolis

6.2 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor Físico de um *campus* é um instrumento básico de Política de Controle do Uso e Ocupação do Solo, que tem por principais objetivos estabelecer critérios e parâmetros de controle e orientação da ocupação e uso do solo para o crescimento do *campus*; definir medidas que produzam a melhoria da qualidade de vida dos usuários e facilidades necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; criar condições para estabelecer políticas de participação visando à implantação de programas e projetos de urbanização dos espaços de uso coletivo.

Nos próximos cinco anos será desenvolvido o Plano Diretor Físico de todas as unidades com base no planejamento realizado, quando pretende-se dispor todos as futuras construções nas áreas de cada *campus* para saber o que será feito e onde será feito, tendo por base o PDI.

O PDI 2019-2023 pretende, na área de infraestrutura, atender algumas diretrizes de investimento, tais como: o processo de readequação dos PPCIs dos *campi*; melhorias de acessibilidade; manutenção e segurança das unidades; desenvolvimento de áreas para a prática de esportes; regularização de áreas; equipar os *campi* com uma estrutura mínima de forma a torná-los mais equânime.

***Campus* Alvorada**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Construção nova	Ginásio Poliesportivo	2020	650.000	Atualmente a unidade não conta com uma área destinada à prática esportiva para alunos.
2	Construção nova	Prédio de aulas e laboratórios	2020	2.000.000	Em 2020, pretende-se iniciar obra de expansão de salas de aula e laboratórios, pois em 2021 haverá falta de espaço físico.
3	Construção nova	Passeio coberto entre os prédios e quadra esportiva	2021	200.000	Possibilitar o acesso adequado em dias de chuva.
4	Construção nova	Sistema de energia solar	2021	30.000	Atualmente, o *Campus* gasta quase 10% de seu orçamento em luz, essa proposta visa uma redução de 5% ao ano.
Total				**2.880.000**	

Quadro 77 - Demandas *Campus* Alvorada

***Campus* Bento Gonçalves**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Reforma Bloco D	2019	250.000	Necessidade urgente de mais salas de aula.
2	Reforma	Reestruturação da Vinícola Escola com parcerias externas	2019	300.000	Necessidade e atendimento à legislação vigente da infraestrutura do vinícola.
3	Reforma	Implantação de PPCIs	2019	250.000	Necessidade e atendimento da legislação (segurança no *Campus*).
4	Reforma	Adequações relacionadas à acessibilidade no *Campus*	2019	50.000	Atendendo às demandas e à legislação acerca da acessibilidade.
5	Reforma	Reforma Bloco D	2020	200.000	Necessidade urgente de mais salas de aulas no *Campus*.
6	Reforma	Restruturação Vinícola Escola	2020	300.000	Necessidade e atendimento à legislação vigente da infraestrutura da vinícola.
7	Reforma	Reforma rede elétrica Blocos e A	2020	300.000	Urgência na melhoria da rede elétrica dos Blocos C e A.
8	Reforma	Adequação PPCI	2020	80.000	Atendendo às demandas e à legislação acerca da acessibilidade.
9	Reforma	Reforma e ampliação da rede elétrica externa do *Campus*	2021	400.000	Demanda antiga e necessidade de melhorias na rede elétrica externa.
10	Reforma	Ampliação do estacionamento e	2021	300.000	Não há mais espaço destinado ao

		reforma no calçamento do *Campus*			estacionamento, principalmente no turno da noite.
11	Reforma	Reformas dos telhados e todos os blocos	2021	500.000	Os telhados necessitam de reformas urgentes, pois, a cada chuva, os danos aumentam.
12	Reforma	Adequações relacionadas e acessibilidade no *Campus*	2021	100.000	Atendendo às demandas e à legislação acerca da acessibilidade.
13	Reforma	Manutenção predial incluindo correções, infiltrações e pinturas	2022	400.000	Prédios antigos, muitos anos sem manutenção, exigindo reparos.
14	Reforma	Reformas na rede hidráulica do *Campus*	2022	300.000	Rede hidráulica necessidade de reformas, prédios antigos, alguns com 60 anos.
15	Reforma	Reformas dos aviários da Estação Experimental	2022	150.000	Necessária a reforma, pois os aviários são antigos e são usados para aulas práticas.
16	Reforma	Adequações relacionadas a acessibilidade no *Campus*	2022	120.000	Atendendo às demandas e à legislação acerca da acessibilidade.
17	Construção	Construção de Galpão para depósito na Estação Experimental	2023	250.000	Demanda antiga necessária para o bom andamento dos trabalhos da EE.
18	Reforma	Reformas sala da Viti na Estação Experimental	2023	100.000	Demanda antiga necessária para o bom andamento dos trabalhos da EE.

19	Reforma	Manutenções e conservações na Estação Experimental	2023	250.000	Demanda antiga necessária para o bom andamento dos trabalhos da EE.
20	Reforma	Adequações relacionadas a acessibilidade no *Campus*	2023	150.000	Atendendo às demandas e à legislação acerca da acessibilidade.
Total				**4.750.000**	

Quadro 78 - Demandas *Campus* Bento Gonçalves

***Campus* Canoas**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Construção nova	Coberturas entre os prédios	2019	350.000	Demanda mais solicitada entre todas, tanto entre servidores quanto entre alunos. Em dias de chuva, todos se molham para transitar entre prédios para lanche, aulas, laboratórios, etc.
2	Construção nova	Acessibilidade no prédio acadêmico	2019	50.000	Melhorar e qualificar a acessibilidade do *Campus.*
3	Reforma	Readequação de instalações elétricas no espaço reservado para cantina	2019	30.000	O espaço terceirizado para cantina funciona com um projeto elétrico inadequado. Como possuem diversos equipamentos elétricos, já ocorreram diversos incidentes com a energia elétrica.
4	Reforma	Melhorias do sistema de abastecimento de água	2019	20.000	Demanda do setor de infraestrutura.
5	Reforma	Revisão e melhorias das janelas básculas (prédios A, C, D, E)	2019	10.000	As básculas em todos estes prédios não se mantém fechadas.
6	Reforma	Readequação do espaço onde localizava-se a biblioteca	2019	45.000	Reutilizar o espaço para setores que estão demandando espaço, mas necessita de transformação em subespaços.
7	Reforma	Adaptação de sala de aula em laboratório de química, física, biologia e informática	2019	53.000	Diante da necessidade de laboratórios de química, física e biologia e com o

					término em 2019 da construção do novo prédio de salas de aula, será possível adaptar alguma sala de aula em laboratório.
8	Construção nova	Rede lógica e telefônica ao prédio de infraestrutura	2020	15.000	O prédio que atuam os setores de infraestrutura, almoxarifado, patrimônio e viaturas hoje se comunica através de wifi. E, como fica distante, algumas vezes ficam sem conectividade.
9	Construção nova	Instalação de cobertura adicional ao prédio de infraestrutura	2020	30.000	Prolongamento da cobertura de acesso à garagem e proteção da chuva para carga e descarga no almoxarifado.
10	Construção nova	Preparação de infraestrutura para área destinada à terceirização de reprografia/livraria/papelaria	2020	50.000	Uma demanda muito recebida dos alunos é a criação de um setor terceirizado de cópias e materiais de papelaria.
11	Construção nova	Ampliação da área de estacionamento para alunos	2020	200.000	Esta demanda vem principalmente dos alunos do noturno, pois não há mais espaço para todos os carros, citando também a questão da segurança.
12	Reforma	Ampliação do laboratório de eletrônica e automação	2020	180.000	Ampliação dos laboratórios, dado seu espaço muito pequeno para os equipamentos que possuem.

13	Reforma	Adaptação de sala para estúdio de musical	2020	45.000	Necessidade apontada pelos alunos, que não possuem espaço adequado para projetos musicais.
14	Construção nova	Prédio de Laboratórios	2021	5.747.500	Projeto antigo para o atendimento das diversas áreas que necessitam laboratório. Demanda bastante recebida entre os alunos: "laboratórios específicos com maior qualidade".
15	Construção nova	Adequação da subestação	2021	200.000	Com a construção de novos prédios, passa-se a necessitar a ampliação de suporte da subestação.
16	Construção nova	Fechamento da quadra de esportes	2021	500.000	Uma demanda antecipada para melhor atender aos alunos na quadra de esportes. A quadra de esportes tem sido a segunda maior demanda dos alunos, depois das coberturas.
17	Construção nova	Vestiários junto à quadra de esportes	2021	35.000	Para que os alunos possam tomar banho após atividades de educação física.
18	Construção nova	Banheiro unissex	2021	30.000	Demanda levantada pelos núcleos.
19	Construção nova	Reforma de infiltrações e pintura de todos os prédios	2021	250.000	Conservação das construções já existentes.
20	Reforma	Conservação dos pisos em parquet	2021	50.000	Conservação das construções já existentes.

21	Reforma	Ampliação da cozinha (servidores)	2021	12.000	Atualmente a cozinha não suporta mais a quantidade de servidores que almoçam no *Campus*.
22	Reforma	Pavimentação do estacionamento interno	2022	300.000	Estacionamento interno atualmente possui apenas britas e alaga em dias de muita chuva.
23	Construção nova	Projeto de paisagismo	2022	500.000	
24	Construção nova	Auditório para 400 a 600 lugares	2022	2.000.000	Possibilitar que formaturas e outros eventos possam ser feitos no *Campus.*
25	Construção nova	Ginásio poliesportivo	2023	2.500.000	Um espaço de qualidade para prática esportiva foi uma das mais solicitadas entre os alunos.
26	Construção nova	Área de convívio para servidores	2023	35.000	Servidores não possuem áreas adequadas para intervalos e interação.
27	Construção nova	Projeto de geração de energias renováveis	2023	700.000	
28	Construção nova	Restaurante universitário (RU)	2023	1.500.000	Alunos não possuem local específico para alimentação.
29	Construção nova	Espaço de convivência dos alunos	2023	350.000	Alunos não possuem área adequada e confortável para aguardar as aulas ou passar os intervalos.
30	Reforma	Ajuste dos banheiros para otimizar espaços dos mictórios	2023	50.000	Transformação das pias de inox em mictórios individuais para otimizar os espaços.
Total				**15.837.500**	

Quadro 79 - Demandas *Campus* Canoas

***Campus* Caxias do Sul**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Construção nova	Bloco B1	2019	1.100.000	Devido à criação de cursos e à consolidação destes, é imprescindível a criação das salas de aula.
2	Construção nova	Área de Convivência	2019	350.000	Ausência de área coberta, além das salas de aula e corredores, importante para melhorar o fluxo do *Campus*.
3	Reforma	Adequações para PPCI	2019	300.000	Adequações do PPCI.
4	Reforma	Manutenção dos telhados bloco D e A4.	2019	70.000	São recorrentes as infiltrações nos dois prédios, causando transtornos e prejuízos.
5	Construção nova	Bloco B2	2020	1.750.000	Devido à criação de cursos e à consolidação destes, é imprescindível a criação das salas de aula.
6	Construção nova	Bloco C - Almoxarifado	2020	650.000	O almoxarifado está diluído em sete locais distintos no *Campus*, unificando-o, melhoraremos o planejamento, o controle e o desperdício.
7	Reforma	Adaptação de sala (copa) para manipulação de merenda	2020	80.000	Adequação necessária para a manipulação de alimentos.
8	Construção nova	Criar sistema de coleta de água da chuva e distribuir no *Campus*	2020	85.000	Esse sistema coletará água da chuva para diminuir os custos do *Campus*.

9	Reforma	Adaptação de sala no Bloco A2 para estúdio/sala de música	2020	88.000	Necessidade apontada pelos alunos, que não possuem espaço adequado para projetos musicais.
10	Construção nova	Bloco A1	2021	3.600.000	Obra prevista ainda na demanda inicial do *Campus*, importante para ampliar a oferta de cursos e melhor atender os alunos, com readequação da biblioteca, setor de registros escolares e 07 novas salas de aula.
11	Reforma	Pintura Geral do *Campus*	2021	300.000	Os prédios estarão com 10 anos da primeira pintura.
12	Construção nova	Implantar um sistema de controle de acesso ao *Campus*	2022	130.000	Projeto necessário para melhorar o controle de quem entra no *Campus*.
13	Reforma	Melhorar a Rede lógica e telefônica dos prédios	2022	160.000	Melhorar as condições de funcionalidade dos prédios, adequando os laboratórios de TI, com uso de fibra óptica.
14	Construção nova	Implantar um sistema de energia solar sobre os prédios do Bloco A	2023	350.000	Com esta usina pode-se poupar entre R$ 8.000,00 e R$ 13.000,00 mensais
Total				**9.013.000**	

Quadro 80 - Demandas *Campus* Caxias do Sul

***Campus* Erechim**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Construção nova	Passarelas de ligação entre os blocos	2019	200.000	Necessário para a circulação entre os prédios.
2	Reforma	Adequação de PPCI dos blocos	2019	30.000	Necessidade legal.
3	Reforma	Ampliação da Secretaria Bloco 1	2019	20.000	Necessidade de espaço para trabalho e arquivo dos servidores.
4	Construção nova	Pavimentação entrada e estacionamento do *campus*	2020	100.000	Necessário para circulação de veículos nas dependências do *Campus*.
5	Reforma	Reforma e Ampliação área Mecânica	2021	1.200.000	O curso não dispõe de condições adequadas de funcionamento.
6	Construção nova	Refeitório	2021	600.000	Necessário para o médio integrado.
7	Reforma	Pinturas dos blocos	2022	350.000	Conservação de patrimônio público.
8	Reforma	Reforma predial bloco 4	2022	200.000	Pisos, Portas e janelas sem condições de utilização.
9	Construção nova	Ginásio	2023	1.000.000	Necessário para o médio integrado.
10	Reforma	Adaptação de área de convivência para discentes	2023	100.000	Necessidade de integração entre discentes de todos os cursos.
Total				**3.800.000**	

Quadro 81 - Demandas *Campus* Erechim

***Campus* Farroupilha**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Fechamento subsolo biblioteca	2019	25.000	Criar mais um espaço para a prática educativa no *Campus*.
2	Reforma	Pintura geral do *Campus* Etapa 1	2019	200.000	Conservação predial.
3	Reforma	Acessibilidade	2019	5.000	Atender legislação vigente.
4	Construção nova	Quadra de esportes	2020	70.000	Proporcionar espaço adequado para prática de educação física e entretenimento dos alunos, bem como não precisar mais o deslocamento para uma quadra da prefeitura.
5	Reforma	Reforma elétrica bloco 2 e 3	2020	220.000	As instalações elétricas atuais estão desatualizadas e não são seguras.
6	Reforma	Pintura geral do *Campus* Etapa 2	2020	100.000	Conservação predial.
7	Construção nova	Prédios (5 salas de 35 lugares - 80m2 por sala)	2020	120.000	Ampliar o atendimento do *Campus.*
8	Construção nova	Cobertura do passeio entre bloco 1 e biblioteca	2021	200.000	Biblioteca distante dos blocos de sala de aula, impossibilitando o acesso em dias de chuva.
Total				**2.695.000**	

Quadro 82 - Demandas *Campus* Farroupilha

***Campus* Feliz**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Adequações nos corredores e na sinalização	2019	100.000	A acessibilidade no *Campus* é prevista em legislação específica e precisa ser adequada para satisfazer às necessidades dos usuários e a legislação.
2	Construção nova	Auditório	2019	250.000	O *Campus* Feliz não possui auditório e hoje necessita locar o espaço da prefeitura para utilização. A construção minimizaria os gastos e facilitaria a utilização, evitando os processos burocráticos que estão envolvidos na utilização de espaços externos.
3	Reforma	Ampliação do laboratório de materiais e engenharia química	2019	100.000	Necessidade de aumentar a disponibilidade de espaço físico, a fim de que minimizar os riscos à integridade física dos alunos e dos equipamentos.
4	Reforma	Ampliação da rede de GLP para os Laboratórios de Química e Meio Ambiente e Engenharia	2019	50.000	A contratação dos serviços e aquisição de materiais justifica-se para atendimento das necessidades de utilização do gás, nos Laboratórios de Química e Meio Ambiente e de Engenharia, para a realização de experimentos desenvolvidos durantes as aulas práticas, a fim de qualificar e consolidar o aprendizado do aluno, bem como o desenvolvimento de atividades vinculadas a pesquisa e extensão.
5	Construção nova	Construção de um estoque para material	2019	100.000	Atualmente um dos equipamentos do laboratório de engenharia funciona com um botijão de gás, que fica acoplado ao módulo, estando, portanto, na parte

		permanente e de consumos			interna do laboratório, caracterizando assim, a necessidade de um ponto de gás fixo, por meio de linha externa, tornando-se mais seguro. A ampliação da rede também se faz necessária para suprir os pontos de gás das capelas instaladas no laboratório de química, bem como para atendimento de laboratórios futuros.
6	Construção nova	Ginásio	2020	800.000	Trata-se de construção de uma quadra esportiva *Campus* Feliz, para a qual encaminha-se tanto a planilha orçamentária quanto os projetos afins.
7	Construção nova	Laboratórios de química	2020	500.000	Dois novos laboratórios de química são solicitados há anos pelos cursos deste eixo e são essenciais para manutenção e qualidade dos referidos cursos.
8	Construção nova	Construção de um refeitório	2020	200.000	
9	Construção nova	Biblioteca	2021	500.000	Com o aumento do acervo bibliográfico e o crescente número de alunos, a biblioteca já não tem mais espaço suficiente para atender adequadamente a comunidade acadêmica e acomodar todo seu acervo. Precisa-se ampliar com urgência o espaço do acervo e da área de estudo (mesas, computadores e salas individuais de estudo).
10	Construção nova	Construção de Sala para setor de Tecnologia da Informação	2021	100.000	Dado o grande crescimento das demandas de TI, se faz necessário um ambiente adequado ao desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao setor. Tem-se a necessidade de uma bancada estruturada, além de espaço físico para realização dos reparos, o que hoje vem sendo feito diretamente nos laboratórios

					o que prejudica tanto as aulas quanto o próprio serviço. Necessita-se de um local próprio para atendimento aos usuários e desenvolvimento das tarefas que necessitam concentração, situação que hoje está dificultada pelo grande fluxo sonoro e de pessoas que acessam a sala onde o setor está instalado. A grande maioria dos *campi* da nossa instituição possui um local específico para o setor de TI. Primando pelo atendimento ideal, a segurança da Informação, a qualidade na prestação dos serviços de desenvolvimento, suporte, manutenção de equipamentos e visando uma estrutura mínima para desenvolvimento dos objetos da TI, protocol-se a solicitação com referida justificativa.
11	Construção nova	Urbanização do acesso secundário ao *Campus*	2021	200.000	O *Campus* Feliz possui um acesso sem qualquer tipo de urbanização, onde alguns alunos acabam por terem prejuízos, utilizando-o pela praticidade, mas sem a adequada infraestrutura.
12	Reforma	Divisão de duas salas de aulas	2021	50.000	Tendo em vista que nos últimos semestres dos cursos há menos alunos, com essa alteração, haveria duas salas de aulas a mais no turno da noite.
13	Construção nova	Construção de um laboratório de Física	2022	200.000	Local para realização dos experimentos de física e alocação dos materiais
Total				**3.150.000**	

Quadro 83 - Demandas *Campus* Feliz

***Campus* Ibirubá**

	Tipologia	Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Implantação do PPCI e Acessibilidade (adequações)	2019	300.000	Atender à legislação vigente e garantir a segurança dos usuários.
2	Reforma	Reforma telhado Saguão e Bloco E	2019	250.000	A estrutura corre riscos de desabamento, comprometendo a integridade física dos usuários.
3	Reforma	Reforma rede elétrica área agrícola	2019	300.000	Rede elétrica comprometida, impactando em equipamentos queimados/avariados, bem como segurança dos frequentadores da área agrícola (alunos, servidores, terceirizados.).
4	Construção nova	Construção de almoxarifado dos defensivos fitossanitários	2019	150.000	Atender à legislação ambiental, para viabilizar o licenciamento ambiental do *Campus*.
5	Reforma	Reforma do almoxarifado para insumos, rações e afins (antigo galpão de feno)	2019	180.000	Reformar telhado, beirais e aberturas. É o local de armazenamento de insumos e rações, os quais sofrem deterioração pela umidade e luz solar direta. Também necessita-se adequar o armazenamento dos insumos na área agrícola, uma vez que na renovação do licenciamento ambiental os insumos deverão estar armazenados na área urbana.
6	Reforma	Reforma do escritório de campo	2019	25.000	O telhado e as aberturas estão em péssimo estado, local de trabalho de 04 servidores da área agrária.

7	Reforma	Reforma do sistema de irrigação do viveiro de mudas e flores	2019	15.000	Equipamento antigo, com várias avarias. A irrigação está sendo realizada de forma manual, desperdiçando várias horas de mão de obra terceirizada.
8	Reforma	Reforma da estação de tratamento de efluentes	2019	30.000	Instalação com vazamentos e defeitos em equipamentos, não realizando o processo de tratamento de forma correta, deixando a instituição a mercê de sansões ambientais.
9	Reforma	Reforma da Casa do mel	2019	80.000	Adequações necessárias para processamento do mel produzido no *Campus* segundo legislação (telhado, forro, paredes, pisos, janelas, rede elétrica e hidráulica).
10	Reforma	Reforma da Casa da apicultura	2019	80.000	Laboratório em situação precária, com presença constante de alunos, técnicos e comunidade externa. Projetos de ensino, pesquisa e extensão que ocorrem nesse local. Necessidades de reforma do telhado, piso, rede elétrica e hidráulica, aberturas.
11	Reforma	Centro de manejo de ovinos	2019	10.000	Colocação de piso de concreto na área do centro de manejo. A condição atual dificulta o manejo dos animais devido a formação de lama na área.
12	Reforma	Adaptar Sala da Direção de Ensino (atual banheiros Direção-geral)	2019	10.000	Viabilizar espaço reservado para direção de ensino, bem como ampliar o espaço da sala do pedagógico.

13	Reforma	Laboratório para bolsistas do curso de Ciência da Computação (atual laboratório de CNC)	2019	10.000	Reforma elétrica. Justificativa: atualmente não há um ambiente para que os alunos do curso de Ciência da Computação possam trabalhar. Hoje há um problema que os alunos ficam usando os laboratórios de aula, mas quando há alguma reserva do laboratório para alguma aula, os bolsistas ficam sem um ambiente de trabalho.
14	Reforma	Sala para professores de informática (atual laboratório de Ensaios)	2019	10.000	Reforma elétrica e lógica. Justificativa: atualmente os professores de informática estão espalhados pelo *Campus*, no máximo, há dois professores de computação na mesma sala, com isso, temos problemas de comunicação entre os professores e dificuldade de trabalharmos nos projetos de forma integrada. Há também problema para os alunos encontrarem os professores para atendimento.
15	Reforma	Adequações na agroindústria: laticínios, sala de aulas práticas/processamento	2019	30.000	Adequações na agroindústria para viabilizar as aulas práticas e oficinas de processamento e de Boas Práticas. Colocação de telas em portas e janelas, rodapés nas portas, gradeamento da canaleta de escoamento de resíduos, pintura, colocação de proteção nas lâmpadas, revisão da parte elétrica, reparos do foro na peça

					da câmara fria. Instalação de lavatório de mãos. Construção de banheiro/vestiário para uso específico da agroindústria.
16	Reforma	Adequações na Padaria/cozinha	2019	10.000	Colocação de telas em portas e janelas, rodapés nas portas, pintura, colocação de proteção nas lâmpadas, revisão da parte elétrica.
17	Construção nova	Alocação do Setor de Pequenos Animais para a Área Agrícola	2020	300.000	A partir de 2020 as construções atuais estarão ilegais, pois estão em área de expansão urbana. Para ter o licenciamento ambiental será necessário regularizar as instalações dos pequenos animais.
18	Reforma	Reforma do Galpão de máquinas agrícolas	2020	400.000	Melhorar e ampliar local para guardar adequadamente as máquinas agrícolas, há máquinas e equipamentos que ficam a céu aberto correndo riscos de avarias. Construção conjunta de posto de abastecimento e lavagem de pulverizadores agrícolas em atendimento a legislação ambiental. O almoxarifado de defensivos fitossanitários pode ser construído junto, tendo economicidade por ficar sob o mesmo telhado.
19	Reforma	Reforma do telhado do viveiro de mudas e flores	2020	25.000,00	Construção antiga que está com várias goteiras, necessita a substituição total do telhado.

20	Reforma	Bloco F - Prédio Laboratórios e Salas da Agronomia e Agropecuária	2020	500.000	Reforma de todo segundo pavimento e parte do primeiro (telhado, instalação de laje, piso, rede elétrica e hidráulica conforme necessidade dos laboratórios e salas de apoio). Tal demanda já fora prevista há bastante tempo, mas não foi dado sequência.
21	Reforma	Acessibilidade e adequações do PPCI do *Campus*	2020	150.000	Ampliar e melhorar a acessibilidade entre os prédios do *Campus*, e adequar o PPCI com a nova infraestrutura dos laboratórios de informática.
22	Reforma	Laboratório de Hardware (atual laboratório da mecânica)	2020	150.000	Instalação Lógica, elétrica, iluminação. Adequação de janelas e portas. Justificativa: Atender ao laboratório de Hardware para os cursos de Ciência da Computação e Técnico em Informática. Atualmente o laboratório comporta 15 alunos em bancadas e estrutura improvisada.
23	Reforma	Laboratório de Redes (atual laboratório da mecânica)	2020	80.000	Instalação Lógica, elétrica, iluminação. Justificativa: O laboratório de Redes é um laboratório exigido para o curso de Ciência da Computação. O laboratório de Redes atual comporta 15 alunos, também este laboratório precisa dispor de espaço para que os alunos tenham atividades práticas de instalações lógicas de

					cabeamento estruturado e aulas práticas no computador para configuração e gestão da rede, além de implementações de protocolos de comunicação. O Laboratório de Redes também é utilizado na disciplina de Sistemas Operacionais tanto para o curso Superior quanto para o Técnico.
24	Reforma	Laboratório de Eletrônica (Sistemas Digitais) (atual laboratório da mecânica)	2020	75.000	Instalação elétrica e lógica. Justificativa: O laboratório de eletrônica é exigência para o curso de ciência da computação. Atualmente não existe este laboratório, improvisa-se o uso dele junto com o lab. de redes. Precisa-se de um ambiente em que os alunos consigam trabalhar com robôs, arduino, impressora 3D, solda, consigam criar placas eletrônicas através da montagem de circuitos integrados, etc. Este laboratório será utilizado pelas disciplinas de Sistemas Digitais, Arquitetura e organização de computadores I, Arquitetura e organização de computadores II, Princípios eletrônicos, Compiladores e disciplinas que envolvam robótica no técnico.
25	Reforma	Laboratório de Engenharia de software (atual laboratório de redes)	2020	10.000	Reforma Elétrica e lógica. Justificativa: Este espaço atualmente é ocupado pelo laboratório de Redes. Pretende-

					se utilizar este espaço com um ambiente diferenciado para desenvolvimento de disciplinas voltadas à área de engenharia de software. O objetivo é colocar mesas redondas para que os alunos façam análises e projetos de sistemas em equipe, também deseja-se que próximo de cada mesa, tenha um quadro que possibilite manter os registros do andamento dos projetos. Este ambiente também poderá ser utilizado como sala de aula.
26	Reforma	Espaço de convivência para servidores	2020	10.000	Promover a integração e saúde dos servidores da Instituição.
27	Reforma	Construção de Almoxarifado para guarda de materiais (reformar galpão que é armazenado insumos agrícolas)	2021	400.000	Atualmente utiliza-se duas salas para armazenar /estocar, porém não atende as exigências legais de estocagem.
28	Reforma	Reforma Suinocultura	2021	300.000	Adequações das instalações de suínos para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Maternidade, creche, crescimento, terminação e reprodução. Sistema de tratamento de dejetos. Ambiência ideal.
29	Reforma	Pintura dos prédios, reforma dos beirais, calçadas, pisos (...)	2021	400.000	Conservar o patrimônio, promover melhorias na infraestrutura, promover segurança das instalações e aos usuários.

30	Reforma	Laboratório de Informática avançado (atual TI)	2021	150.000	Instalação Lógica, elétrica, iluminação. Justificativa: Necessita-se de um laboratório de computação com máquinas mais avançadas, para o desenvolvimento de softwares que exijam processamentos mais complexos, como por exemplo, análises matemáticas. Este laboratório não precisa ter muitas máquinas, pois este laboratório será utilizado por disciplinas mais no final do curso, como por exemplo computação gráfica, computação paralela, inteligência artificial.
31	Construção nova	Pavimentação do entorno do prédio dos laboratórios da Mecânica/Elétrica e Construção de passarelas cobertas interligando os prédios.	2021	130.000	Pavimentação do entorno do prédio dos laboratórios da Mecânica/Elétrica, com o objetivo de melhorar a acessibilidade e promover a acessibilidade entre os prédios, pois em dias de chuvas é complicado o deslocamento para pessoas com necessidades especiais.
32	Construção inacabada	Fechamento subsolo biblioteca	2021	80.000	Otimização de espaços, criar espaços para os prestadores de serviços terceirizados e ambiente para armazenar os materiais e arquivo morto.
33	Reforma	Substituição da rede elétrica bloco B e C	2022	40.000	Substituição da rede elétrica do prédio para atender à demanda e consumo de energia, evitando sobrecarga.

34	Reforma	Reformar salas módulo esportivo	2023	350.000	Reformar as salas do módulo esportivo, tornando-as funcionais. Há o custo para adequação, atendendo ao PPCI, pois sem reforma ficam subutilizadas.
35	Reforma	Manutenção com substituição do cerceamento frontal e lateral do *Campus* em gradil	2023	100.000	Necessidade de reforçar a segurança do *Campus*.
Total				**5.140.000**	

Quadro 84 - Demandas *Campus* Ibirubá

***Campus* Osório**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Construção nova	Bloco salas de aula	2020	5.000.000	Necessário o aumento do número de salas de aula, atualmente esgotada, possibilitará infraestrutura adequada para ensino nos diversos níveis, pesquisa e extensão. Com esta ação, será possível o número de vagas para a comunidade, bem como a excelência e consolidação do *Campus* Osório na região.
2	Construção nova	Quadra poliesportiva	2020	600.000	A prática de atividades físicas é um direito dos alunos, em especial dos cursos do ensino médio integrado, trata-se de construção de uma quadra esportiva no, *Campus* Osório. A construção de uma quadra esportiva beneficiaria cerca de 1000 alunos, bem como 115 servidores.
3	Reforma	Adequação acessibilidade	2020	50.000	Adequação das edificações para acessibilidade.
4	Reforma	Adequação e ampliação de laboratórios do *Campus*	2022	150.000	Necessidade de dar suporte aos cursos para as diversas práticas que devem ser vivenciadas no meio acadêmico, fortalecendo a qualidade e excelência da Instituição.
Total				**5.800.000**	

Quadro 85 - Demandas *Campus* Osório

***Campus* Porto Alegre**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Reforma Cobertura Torre Norte (substituição telhado)	2019	546.033	Reforma necessária para sanar graves problemas de infiltração existentes.
2	Reforma	Adequações para o PPCI - detecção e alarme de incêndio	2019	350.000	Atualmente o *Campus* possui PPCI aprovado nos bombeiros e serão necessárias adequações ao projeto para solicitação das vistorias para obtenção do alvará.
3	Reforma	Adequações para o PPCI - escadas internas e portas corta-fogo	2019	250.000	Atualmente o *Campus* possui PPCI aprovado nos bombeiros e serão necessárias adequações ao projeto para solicitação das vistorias para obtenção do alvará.
4	Reforma	Impermeabilização do vão central da Torre Sul (infiltrações acima do auditório Prelúdio)	2019	85.000	Impermeabilização necessária para sanar problema de infiltração existente.
5	Reforma	Instalação cortinas metálicas no Térreo (segurança)	2019	100.000	Para melhorar a segurança, pois atualmente há muitos vãos com fechamento em vidro, dos quais muitos já foram quebrados.
6	Reforma	Substituição dos Vidros Fixos da Fachada da Torre Norte - Térreo (após instalação das cortinas metálicas)	2019	20.000	Substituição dos vidros quebrados, após a instalação das cortinas metálicas.

7	Reforma	Execução do projeto de reforma da subestação	2019		Adequação à legislação vigente e segurança.
8	Reforma	Manutenção e ou substituição das esquadrias externas (janelas) da Torre Norte	2019	850.000	Necessidade urgente de manutenção e ou substituição de algumas janelas da Torre Norte, por motivo de segurança.
9	Reforma	Projeto de adequação da rede elétrica - todos os andares	2019		Adequação à legislação vigente e segurança.
10	Reforma	Adequações físicas de acessibilidade (plataformas, rampas, piso tátil...)	2019	100.000	Cumprimento da legislação referente à acessibilidade.
11	Reforma	Adequação refeitório e vestiários dos terceirizados (segurança, manutenção e higienização)	2019	30.000	Cumprimento da legislação e das normas trabalhistas.
12	Reforma	Adequações instalações complementares existentes (hidros sanitário, ar condicionado, gás...)	2019	50.000	Adequação à legislação vigente e segurança.
13	Reforma	Reforma 10º pavimento Torre Norte (após substituição telhado)	2020	350.000	Reforma necessária para correção dos danos causados pelas infiltrações.
14	Reforma	Adequações para o PPCI - escada externa	2020	400.000	Atualmente o *Campus* possui PPCI aprovado nos bombeiros e serão necessárias

					adequações ao projeto para solicitação das vistorias para obtenção do alvará.
15	Reforma	Recuperação das fachadas externas dos vão internos de ambos os prédios (Torre Norte e Torre Sul)	2020	550.000	Necessidade de manutenção predial.
16	Reforma	Execução do projeto de adequação da rede elétrica - todos os andares	2020		Adequação à legislação vigente e segurança.
17	Construção nova	Fachadas Ventiladas Torre Sul	2021	2.469.899	A proposta da implantação de uma nova forma de revestimento da parte exterior do edifício, Fachadas Ventiladas, minimiza a troca térmica do exterior com o interior do prédio, diminui os gastos com sistemas de resfriamento e aquecimento, e viabiliza uma drástica redução com custos de manutenção predial.
18	Reforma	Reforma dos reservatórios de ambos os prédios - revestimento interno em aço inox	2021		Melhorar o condicionamento estrutural e reduzir custos de manutenção.
19	Reforma	Adequação elevadores existentes	2021	200.000	Adequação à legislação vigente e segurança.
Total				**6.550.933**	

Quadro 86 - Demandas *Campus* Porto Alegre

***Campus* Restinga**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Adequações para o PPCI.	2019	250.000	Atualmente o *Campus* está com PPCI em aprovação nos bombeiros e serão necessárias adequações ao projeto original para aprovação do PPCI. O *Campus* não terá habite-se liberado pela Prefeitura Municipal sem a execução do PPCI.
2	Construção inacabada	Criar sistema de coleta de água da chuva e distribuir no *Campus*	2019	50.000	O *Campus* possui horta e pomar para o curso de Agroecologia. Existe a necessidade de sistema de irrigação para os períodos de verão. Esse sistema precisa coletar água da chuva para diminuir os custos do Campus. O mesmo vale para irrigação das áreas com grama e limpeza dos corredores do *Campus*.
3	Construção nova	Construir um galpão para o armazenamento de ferramentas e insumos dos cursos do eixo Recursos Naturais (Agroecologia)	2019	50.000	O curso técnico em Agroecologia não possui atualmente um local adequado para armazenar ferramentas, insumos e outros materiais relativos às suas práticas.

4	Construção nova	Construir uma estufa de produção de hortaliças para os cursos do eixo Recursos Naturais (Agroecologia)	2019	50.000	O curso técnico em Agroecologia possui atualmente apenas áreas de manejo expostas ao tempo, o que dificulta as aulas práticas em dias de chuva e/ou frio intenso.
5	Construção inacabada	Construir uma tela no entorno da atual quadra de vôlei de praia	2020	10.000	A ausência de tela na quadra prejudica o andamento das atividades, favorece a depredação do material (bolas) e coloca a saúde dos praticantes em risco (precisam buscar a bola no mato).
6	Construção nova	Construir uma nova quadra de vôlei de praia	2020	30.000	Uma quadra apenas tem sido insuficiente para atender as demandas da comunidade.
7	Construção inacabada	Melhorias no campo de futebol de grama	2020	20.000	O *Campus* conta com um campo de futebol na grama improvisado. O campo necessita de melhorias para que possa ser utilizado com qualidade e segurança pelos praticantes.
8	Construção nova	Implementar um laboratório para o curso de Lazer (brinquedoteca)	2020	20.000	Corpo docente e estudantes do curso técnico em Lazer demandam a criação de uma laboratório específico para o curso, cuja principal característica seria abrigar uma brinquedoteca.
9	Construção nova	Pista de atletismo	2021	30.000	Uma pista de atletismo iria diversificar a oferta de atividades esportivas no

					Campus, atendendo tanto os cursos do eixo Hospitalidade e Lazer quanto os cursos da modalidade Integrado. Além disso iria fomentar a qualidade de vida da comunidade escolar em geral.
10	Construção inacabada	Transformar a quadra poliesportiva (com cobertura) em ginásio de esportes	2021	800.000	Atualmente o *Campus* possui uma quadra poliesportiva com cobertura. Para transformá-la em Ginásio é necessário fechar as paredes e prover vestiários adequados para os estudantes. O *Campus* possui cursos na área de Hospitalidade e Lazer, além de cinco cursos integrados. Assim, o ginásio é uma estrutura obrigatória para as especificidades do *Campus*.
11	Construção nova	Construir auditório para o *Campus*	2023	2.000.000	O *Campus* não possui espaços para realização de eventos. Existe a necessidade de um auditório para realização de eventos acadêmicos e formaturas.
Total				**3.310.000**	

Quadro 87 - Demandas *Campus* Restinga

***Campus* Rio Grande**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Reforma dos laboratórios do pavilhão 10, salas de 1 a 6, substituir as redes elétrica e de dados. Substituição das portas de acesso aos laboratórios, por portas de alumínio, conforme o padrão IFRS e construção de um corredor de acesso aos laboratórios	2019	200.000	Pavilhão antigo que precisa de readequações principalmente nos pisos, portas e janelas. Construção do corredor para atender a utilização dos alunos que hoje ficam a céu aberto, pois não há área comum nestes espaços.
2	Construção nova	Construção de mais um laboratório de grande porte no pavilhão 10	2019	100.000	
3	Construção nova	Construção de passarelas e calçadas de interligação entre todos os prédios do *Campus*	2019	917.000	Boa parte dos pavilhões não possui acesso por via seca, precisando que os alunos em dia de chuva se molhem para se deslocar até as salas.
4	Reforma	Colocação de cobertura sobre a fábrica de gelo e elevação do piso até entrada da fábrica de gelo	2019	10.000	Demanda do curso de Refrigeração para melhor atender o acesso e as atividades neste espaço.
5	Reforma	Ampliação do atual laboratório de SRACAV. Cobertura para o equipamento Chiller e para um sistema de refrigeração por absorção	2019	100.000	Espaço ocupado a pouco tempo pelo curso que ainda precisa de adequações para atender as demandas do curso e dos equipamentos.

6	Reforma	Reforma do Laboratório de Ensaios Calorimétricos (Pintura das paredes, piso), Lab. Industrial (Telhado para gerador de gelo, nivelamento do piso externo, portão de grade no acesso ao gerador de gelo), base de concreto para remoção do compressor SULZER para frente do Pavilhão 5	2019	50.000	Pavilhão 5 do curso de refrigeração está há algum tempo sem reformas e precisa ser readequado e receber melhorias para atender os alunos e a crescente demanda por espaços e laboratórios.
7	Reforma	Adequação de uma das salas do laboratório de enfermagem que requer a demolição das bancadas e reconstrução de bancada em novo local, colocação de piso frio e azulejo	2019	30.000	Sala existente hoje tem mal aproveitamento do espaço, pois foi entregue assim pela FURG, essa readequação permitiria uma melhor utilização do espaço.
8	Reforma	Reforma do telhado e do forro do Pavilhão 06. Pintura, reforma do piso e da rede elétrica	2019	300.000	Pavilhão 6 sofre com goteiras e vazamentos, além de problemas com a rede elétrica e buracos no piso que precisam ser reformados, tendo em vista a utilização da comunidade.
9	Reforma	Manutenção telhado pavilhão 11	2019	20.000	Reparos no telhado para evitar danos aos equipamentos lá existentes em função das goteiras.

10	Reforma	Reparos necessários para a manutenção constantes no prédio 12, tais como: Infiltração na laje, vazamentos em banheiros, falta de pressão de água e etc	2019	20.000	Revisão de obra recente que precisa ser resolvida para a utilização plena dos espaços.
11	Reforma	Instalação de rede telefônica, instalação de bebedouro e construção de vestiário no Laboratório de Estruturas e Materiais de Construção Civil	2019	20.000	Adequações do laboratório que demandam investimento para utilização dos alunos.
12	Reforma	Pavilhão 9: - Substituição das aberturas por esquadrias de alumínio; - Reforma dos pisos; - Substituição de divisórias por paredes de alvenaria; - Pintura de paredes. - Substituição da porta de acesso ao laboratório; - Melhorias nas instalações elétricas e rede de dado	2019	300.000	Reforma geral no pavilhão que foi redistribuído e hoje atende dois cursos, além de sala de permanência de docentes.
13	Reforma	Pavilhão 8: - Reforma dos pisos e adequações visando a acessibilidade; - Reforma do telhado; - Pintura de paredes; - Melhorias nas instalações elétricas e rede de dados	2019	200.000	Esse pavilhão hoje ainda não pode ser plenamente utilizado pelo *Campus* em função dessa demanda por obras. Com as alterações esse espaço será ocupado por cursos novos e por ampliação de espaços já existentes.

14		Ampliação do PPCI	2019	300.000	Atendimento à demanda institucional e legal, além da proteção do patrimônio e da comunidade.
15	Reforma	- Reestruturação e adequação da rede de Esgoto Sanitário do *campus*, possibilitando o lançamento de todo o esgoto para a rede pública e posterior tratamento, eliminando os pontos de infiltração e lançamento inadequados existentes. - Construção de estação elevatória na quadra do prédio central possibilitando a ligação para a rede pública, onde receberá o tratamento adequado e fará jus às taxas que são pagas mensalmente, na conta da CORSAN, para tratamento do esgoto. - Adequação dos telhados e das cisternas existentes para coleta de água de chuva, possibilitando uma redução significativa no acúmulo de água no pátio em dias de chuva.	2020	500.000	Readequação da rede de esgoto para melhor atender às questões ambientais e melhorando acesso e reflexos nos pavilhões.

		- Adequação da rede que atende os sanitários do *campus* para a utilização da água de chuva, resultando na diminuição do valor das contas de fornecimento de água potável.			
16	Construção nova	Construção do Centro de Convivência.	2020	600.000	Demanda antiga dos alunos que hoje só possuem uma cantina que não comporta o número de alunos e não atende suas necessidades de espaço.
17	Reforma	Reforma da Sala 107 - Registro/Arquivo. Adequação da Sala às normas de Arquivologia, espaço para a contemplação futura de um Arquivo abrangente de Registro Acadêmico da Instituição.	2020	10.000	Sala nova para a contemplação de um Arquivo Moderno e funcional do Registro Acadêmico e quem sabe de todos os documentos que, de acordo com a Lei de Temporalidade, estejam obrigados a serem guardados e mantidos pela Instituição. Contemplando um espaço suficiente para o manuseio de funcionários especializados na área de Arquivologia.
18	Construção	Pavilhão Central - Substituição das aberturas por esquadrias de alumínio; - Reforma	2020	1.000.000	Prédio com mais de 50 anos e que precisa ser reformado em função de

		dos pisos e adequações visando a acessibilidade; - Reforma completa do telhado; - Pintura de paredes; - Reforma das paredes externas; - Melhorias nas instalações elétricas e rede de dados; - Readequação dos espaços físicos dos setores administrativos e acadêmicos			rachaduras e estrutura danificada.
19	Reforma	Ampliação da rede lógica GPON	2020	300.000	Ampliação da rede do *Campus* com maior qualidade.
20	Reforma	Manutenção de uma das entradas de energia do *Campus*	2020	200.000	Atendimento às normas e adequações internas.
21	Construção	Ampliação do pavilhão 6 através da construção de um segundo piso	2021	1.000.000	Verticalização do pavilhão para atender à demanda de crescimento dos cursos.
22	Reforma	Pavilhão 2: - Substituição das aberturas por esquadrias de alumínio; - Reforma dos pisos; - Pintura de paredes; - Melhorias nas instalações elétricas e rede de dados.	2021	500.000	Prédio antigo entregue pela Universidade sem nenhum reforma e que para utilização total como espaço de convivência da comunidade (salas de aula, administrativa, laboratórios) precisa ser totalmente reformado.
Total				**6.677.000**	

Quadro 88 - Demandas *Campus* Rio Grande

***Campus* Rolante**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Acessibilidade na infraestrutura atual	2019	50.000,00	Cumprimento da legislação que prevê acessibilidade para alunos com deficiência ou necessidades especiais.
2	Construção nova	Cercamento frontal do *Campus* em gradil	2019	200.000,00	Melhorar a segurança e aparência do *Campus*.
3	Construção nova	Construir um ginásio Poliesportivo (2.000 m²)	2020	2.200.000	Atualmente nossa unidade não consta com uma área destinada a prática esportiva para nossos alunos.
4	Construção nova	Construir um galpão para o armazenamento de ferramentas, máquinas, equipamentos e insumos, confinamento e ordenha de animais dos cursos do eixo Recursos Naturais (800²)	2021	900.000	Abrigo para todas as máquinas e equipamentos e insumos do *Campus*.
5	Construção nova	Construir uma estufa de produção de hortaliças para os cursos do eixo Recursos Naturais (400m²)	2022	260.000	Atender a infraestrutura mínima para os cursos do eixo de recursos naturais.

6	Construção nova	Prédio Acadêmico contendo salas de aula, salas de professores, biblioteca, laboratórios de informática e auditório para 200 pessoas, com toda a acessibilidade e rele lógica e telefônica (6000m²) e estacionamento com sistema de proteção de descargas atmosféricas e PPCI	2023	9.500.000	Cumprir com o projeto inicial de implantação do *Campus*.
Total				**13.110.000**	

Quadro 89 - Demandas *Campus* Rolante

***Campus* Sertão**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Reforma	Licenciamento Ambiental	2019	300.000	Realizar as adequações de atividades que utilizam recursos naturais, que sejam poluidoras ou que possam causar degradação do meio ambiente.
2	Reforma	Prédios A13 e A14 - Rebaixamento Teto	2019	40.000	Impedir a reverberação de sons dentro do mesmo ambiente, o que acontece com todas as salas de aula dos blocos A13 e A14.
3	Reforma	Prédios A13 e A14 - Grades janelas inferiores/porta magnetizada sala de apoio A13.	2019	20.000	Proteger e/ou limitar o acesso a equipamentos presentes nestas salas.
4	Reforma	Prédio A1 - PPCI	2019	200.000	Cumprir a legislação vigente sobre prevenção de incêndio.
5	Reforma	Prédio A1 - Pintura interna/salas	2019	30.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
6	Reforma	CPD - parte elétrica e para-raios	2019	40.000	Proteção das instalações contra descargas elétricas atmosféricas.
7	Construção nova	Área de circulação - Passarela coberta	2019	25.000	Proporcionar aos alunos e servidores o trânsito dentro do *Campus* com condições de abrigo em dias de chuva.
8	Reforma	Garagem - Pintura/reforma - elétrica	2019	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.

9	Reforma	Zoot. II - Pintura reforma	2019	30.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
10	Reforma	Zoot. II - Instalação de novas cercas	2019	5.000	Melhorar a segurança e contenção de acesso de pessoas alheias ao *Campus*.
11	Reforma	Zoot I - Pintura reforma	2019	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
12	Reforma	Zoot. I - Telhado cunicultura	2019	10.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
13	Reforma	Agroindústria - Pintura reforma da sala	2019	10.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
14	Reforma	Agroindústria - Cobertura acesso abatedouro e sala processamento de carnes	2019	15.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
15	Reforma	Acessos - Calçamento acessos à setores/outros	2019	50.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
16	Reforma	Agroindústria - Tratamento de dejetos exclusivo	2019	100.000	Cumprir a legislação vigente sobre prevenção de incêndio.
17	Reforma	Acessibilidade - Corrimões e guarda corpo	2019	10.000	Cumprimento da legislação que prevê acessibilidade para alunos com deficiência ou necessidades especiais.
18	Reforma	Pesquisa/Agric. III - Cercamento	2019	50.000	Melhorar a segurança e contenção de acesso de pessoas alheias ao *Campus*.

19	Reforma	Fábrica de rações - Reforma e ampliação	2019	15.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
20	Reforma	Campo Futebol Sete - Iluminação	2019	5.000	Proporcionar condições de utilização das áreas de esportes ao ar livre durante o período noturno.
21	Reforma	Ambulatório - Reforma/pintura	2019	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
22	Reforma	Prédio Lica antigo - Forro/reforma	2020	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
23	Reforma	Prédio Superior - Pintura/forro	2020	40.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
24	Reforma	Lab. Fitos sanidade - Reforma	2020	50.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
25	Reforma	Agric. III - Rampas (acessibilidade)	2020	10.000	Cumprimento da legislação que prevê acessibilidade para alunos com deficiência ou necessidades especiais.
26	Reforma	Agric. III - Pintura, forro	2020	10.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
27	Reforma	Agric. I - Pintura reforma	2020	10.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
28	Reforma	Agric. II - Conclusão do Galpão	2020	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.

29	Reforma	Zoot. III - Pintura/reforma/ampliação	2020	50.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
30	Reforma	Zoot. III - Novos silos trincheira	2020	40.000	Criar condições de alojar alimentos para os animais durante o período de inverno.
31	Reforma	Zoot. III - Reforma sala de ordenha	2020	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
32	Reforma	Prédio A1, Almoxarifado - Calhas	2020	20.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
33	Reforma	Residência - Cercamento da área da residência	2020	70.000	Melhorar a segurança e contenção de acesso de pessoas alheias ao *Campus*.
34	Reforma	Sala de Mecanização - Piso interno, reforma	2021	50.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
35	Reforma	Mecanização - Telhado para rampa	2021	15.000	Adequar as condições de funcionalidade do setor para a utilização em dias de chuva.
36	Reforma	Residência - Telhados dos Alojamentos	2021	300.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
37	Reforma	Silo - Cobertura/reforma	2021	400.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
38	Reforma	A14 /A13 e Ginásio - Reforma Banheiros	2022	50.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.

39	Construção inacabada	Finalização da obra urbana de Sertão	2022	1.500.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
40	Reforma	Lavanderia/manutenção - Reforma	2023	5.000	Proporcionar as condições de funcionalidade do prédio.
41	Reforma	Adequação de rede e troca de lâmpadas de maior economia de energia	2023	30.000	Proporcionar as condições de melhoria nos aspectos de economicidade envolvendo os gastos com energia elétrica.
42	Construção nova	Construção do alojamento feminino	2023	1.000.000	
Total				**4.725.000**	

Quadro 90 - Demandas *Campus* Sertão

***Campus* Vacaria**

		Obras / Reforma	Ano	Valor (R$)	Justificativa
1	Construção nova	Ginásio poliesportivo ou quadra coberta	2019	750.000	Demanda para atividades pedagógicas e projetos dos cursos.
2	Reforma	Reforma do sistema de captação de água e cisterna	2019	40.000	Sustentabilidade ambiental.
3	Construção nova	Prédio didático (12salas de aula)	2020	2.520.000	Urgente - novas salas de aula para atender cursos atuais e novos.
4	Construção nova	Área coberta de acesso - portão até o prédio	2020	100.000	Qualificação da acessibilidade (demanda CPA).
5	Construção nova	Prédio de laboratórios e equipamentos	2021	3.500.000	Prédio com 12 laboratórios para atender aos cursos atuais.

6	Construção nova	Auditório - 200 a 400 lugares	2021	800.000	Demanda para atividades pedagógicas e projetos dos cursos.
7	Construção nova	Unidade didática de produção animal	2022	1.000.000	Demanda para atividades pedagógicas e projetos dos cursos.
8	Construção inacabada	Ampliação do estacionamento	2022	100.000	Demanda de servidores e alunos.
9	Construção nova	Refeitório	2023	500.000	Necessidade de permanência de alunos na Instituição em cursos integrais.
10	Construção nova	Prédio de entidades - (grêmio, cooperativa, núcleos)	2023	600.000	Fomentar o desenvolvimento de ações afirmativas no *Campus*.
Total				**9.910.000**	

Quadro 91 - Demandas *Campus* Vacaria

***Campus* Veranópolis**

		Obras / Reforma	**Ano**	**Valor (R$)**	**Justificativa**
1	Reforma	Cercar e pintar a quadra de esportes	2019	7.000,00	O *Campus* possui uma quadra poliesportiva, porém sem cercamento e com pintura antiga. Com a oferta de cursos integrados, faz-se necessária esta ação.
2	Construção nova	Cercar o perímetro do *Campus*	2019	300.000	O *Campus* encontra-se em lugar ermo e, dado o baixo orçamento, conta apenas com sistema de vídeo monitoramento. Faz-se necessário, pois, o cercamento de seu perímetro.
3	Reforma	Reformar o primeiro andar do Bloco A, com adequação ao PPCI, acessibilidade	2020	100.000	O *Campus* não conta com estrutura de almoxarifado, tampouco com área de convivência. O primeiro andar do

		dos banheiros e ao andar superior do Bloco, criação de área de convivência, construção de refeitório e almoxarifado			Bloco A, entretanto, apresenta condições de receber ambas as adaptações.
4	Construção nova	Criar os laboratórios de física, química e biologia	2020	150.000	O *Campus* não possui nenhum destes laboratórios e, em 2019, dará início ao seu primeiro curso médio integrado.
5	Reforma	Adaptar o antigo prédio da queijaria para criação de auditório	2021	300.000	O *Campus* não possui auditório, nem qualquer outro espaço para eventos com espaço para recebimento de pessoas.
6	Construção nova	Realizar sistema de drenagem pluvial no *Campus*	2022	30.000	A cada chuva de intensidade maior, ocorre alagamento das calçadas do *Campus*, em função de os prédios terem sido construídos abaixo do nível do solo permeável.
7	Construção nova	Adaptar acesso peatonal ao *Campus*	2022	20.000	O atual acesso não possui acessibilidade, pois se trata de uma rampa com degraus.
8	Construção nova	Realizar a pavimentação do estacionamento e do acesso veicular	2023	400.000	O *Campus* possui estacionamento britado, com acesso via subida íngreme, sem pavimentação.
9	Construção nova	Construir Estação de Tratamento de Esgoto	2023	50.000	A atual ETE não está adaptada às necessidades do *Campus*, principalmente caso ocorra expansão das instalações.
Total				**1.357.000**	

Quadro 92 - Demandas *Campus* Veranópolis

***Campus* Viamão**

		Obras / Reforma	Ano	Valor	Justificativa
1	Construção nova	Construir prédio para o *Campus* com salas de aulas, salas para áreas administrativas e laboratórios	2019	5.000.000	Construir a sede definitiva do *Campus* Viamão, visto que atualmente está sediado em prédio locado junto ao Tecnopuc Viamão.
2	Construção nova	Construção de pista para caminhada (de saibro) no limite interno do perímetro do campo	2021	10.000	Ofertar condições adequadas ao pleno desenvolvimento físico e mental dos alunos dentro de uma perspectiva de educação integral.
3	Construção nova	Construir ginásio poliesportivo	2022	1.500.000	Adequar a estrutura física do *Campus* para ofertar as condições necessárias para realizar atividades físicas.
4	Construção nova	Realização de obras visando garantir a acessibilidade às dependências do *Campus*	2022	50.000	Atender às necessidades para o pleno ingresso, a permanência e o êxito de alunos com deficiência.
5	Construção nova	Construir estacionamento e acesso veicular internos ao *Campus*	2022	500.000	Atender às necessidades de segurança e estruturação do *Campus.*
6	Construção nova	Instalação de elevador	2022	100.000	Adequar a estrutura física do *Campus* para ofertar as condições necessárias de acessibilidade.
7	Construção nova	Implantar sistema de produção de energia alternativa e sustentável para atendimento das	2023	350.000	Suprir parte das necessidades de energia com *Campus* com fontes ambientalmente adequadas e sustentáveis.

		necessidades do *Campus*			
8	Construção nova	Construção de refeitório	2023	300.000	Atender às necessidades da comunidade acadêmica.
09	Construção nova	Implantação de sistema de vídeo monitoramento nos prédios e na área externa do *Campus*	2023	200.000	Atender às necessidades de segurança da comunidade e preservação do patrimônio do *Campus.*
10	Construção nova	Construção de auditório com capacidade para 500 pessoas	2023	1.500.000	Atender às crescentes atividades que envolvem a comunidade acadêmica e comunidade externa ao *Campus*, visto o envolvimento do mesmo na perspectiva de auxiliar o impulsionamento do desenvolvimento das vocais locais e territoriais.
Total				**9.150.000**	

Quadro 93 - Demandas *Campus* Viamão

Reitoria

		Obras / Reforma	Ano	Valor	Justificativa
1	Reforma	Reformar o EP	2019	80.000	O EP precisa de reformas para adaptar sua infraestrutura em termos de elétrica, lógica e hidráulica potencializando seu uso e finalidade.
2	Reforma	Readequação PPCI Reitoria	2019	30.000	Readequar o PPCI da Reitoria em termos da legislação atual.
2	Reforma	Acessibilidade do EP	2020	50.000	Promover a acessibilidade do EP.
3	Reforma	Acessibilidade Reitoria	2021	30.000	Promover melhorias na acessibilidade da Reitoria.
4	Reforma	Reforma e ampliação CTA	2021	120.000	Promover melhorias no CTA para qualificar seu espaço físico.
5	Reforma	Pintura Externa da Reitoria	2022	40.000	Realizar pintura externa na Reitoria.
Total				**350.000**	

Quadro 94 - Demandas Reitoria

6.3 Infraestrutura do Sistema de Bibliotecas do IFRS

Os investimentos em aquisição de acervo bibliográfico serão prioridade no IFRS. Há a necessidade de que cada *campus* destine anualmente recursos para aquisição de livros de acordo com a expansão prevista também no presente documento.

A definição dos recursos e da quantidade de obras a serem adquiridas será realizada especificamente por área no planejamento de curto prazo de cada *campus*, com o prazo de aquisição de um ano.

Os fluxos de aquisição de obras para os *campi* seguirão fluxos previamente estabelecidos pela PROAD e PROEN.

6.3.1 Histórico do Sistema de Bibliotecas do IFRS

O SIBIFRS foi concebido em 2013 para unificar as rotinas técnicas e administrativas das bibliotecas do IFRS. Na ocasião de sua criação, o grupo de bibliotecários, juntamente com a PROEN, nomeou um bibliotecário para ser o responsável pelo SIBIFRS.

Em 2017 foi criada a Comissão de Políticas e Conteúdo do SIBIRFS que, dentre outras atribuições, atuou na elaboração do Regimento Interno do SIBIFRS, aprovado pelo CONSUP, conforme Resolução nº 36, de 20 de julho de 2017, quando, em artigo 9º, foi instituída a Coordenação-geral do SIBIFRS.

A nomeação da Coordenação-geral ocorreu em 2017 através de portaria específica e com prazo de vigência de dois anos.

A designação do (a) coordenador (a) é realizada pela PROEN, a partir de lista tríplice indicada, sendo um bibliotecário-documentalista indicado pelo grupo de bibliotecários e dois bibliotecários-documentalistas indicados pelos servidores do quadro de pessoal das bibliotecas do SIBIFRS. O mandato da coordenação ocorre a cada dois anos com a possibilidade de recondução ao cargo, conforme o Regimento Interno.

A Coordenação do SIBIFRS é itinerante, ficando sediada no *campus* de origem do Coordenador-geral, conforme Regimento Interno do SIBIFRS.

6.3.2 Coordenação

A Coordenação-geral do SIBIFRS foi concebida para gerir as principais demandas das bibliotecas que integram este sistema. Atuando de forma democrática para reunir necessidades, avaliar possibilidades e detectar especialistas dentro do sistema para delegar trabalhos específicos que atenderão ao sistema como um todo.

Trabalhando em sistema, divide-se as responsabilidades entre trabalhos individuais ou em grupo, gerando produtos e serviços que serão utilizados por todo o Sistema de Bibliotecas.

Acredita-se que a principal peculiaridade dessa Coordenação, além de sua natureza itinerante, é a captação e direcionamento dos profissionais especialistas para benefício do Sistema de Bibliotecas como um todo, buscando sempre a unificação de rotinas e serviços, balanceada com a autonomia individual de cada biblioteca em questões específicas não abordadas pelos documentos oficiais do SIBIFRS.

Sua natureza itinerante foi pensada para viabilizar que todos que integram o Sistema sejam, em determinado tempo, coordenador-geral, sem que, com isso, uma das bibliotecas que integram o sistema seja prejudicada pela perda de um integrante. Essa organização permite que bibliotecas que possuem somente um bibliotecário possam almejar a Coordenação-geral, o que seria um impeditivo se a localização ficasse restrita à Reitoria.

Dos sete IFs da região Sul do país, segundo a CBBI[18], cinco possuem Sistema de Bibliotecas, sendo um destes, o nosso SIBIFRS. Dos IFs com Sistema de Bibliotecas, dois possuem a Coordenação localizada na Biblioteca Central (BC), um possui a Coordenação na Reitoria e dois possuem a Coordenação localizada em *campi* dos IFs, sendo um deles o IFRS. Ainda pelo estudo feito pela CBBI, dos cinco Sistemas de Bibliotecas dos IFs do Sul, somente o IFRS não possui função gratificada para a Coordenação-geral.

---

[18] COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Grupo de Trabalho 07: gestão de bibliotecas e de pessoas (GT07).** Dados sobre Sistemas de Bibliotecas instituídos na RFEPCT: atualização 2017. Responsáveis pela coleta e organização dos dados: Fernanda Imaculada Faria e Marouva Fallgatter Faqueti. Disponível em: < http://www.cbbionline.org/uploads/8/4/3/3/8433852/rela%C3%A7%C3%A3o_de_sibis_2017.pdf >. Acesso em:25 jun.2018.

Tal estudo coloca o IFRS como bem organizado, no entanto, dá subsídios de que se precisas avançar na estruturação física, humana e informacional do SIBIFRS, buscando a excelência nos serviços ofertados.

6.3.3 Comissões

Dentro do Sistema de Bibliotecas existem dois tipos de comissões atuantes: permanentes e temáticas.

As comissões permanentes atuam em estudos e acompanhamento da parte técnica comum a todas as bibliotecas no que tange à: catalogação, classificação e indexação, visto que o SIBIFRS trabalha com catalogação cooperativa. Hoje temos duas comissões neste segmento: Catalogação (CCAT) e Autoridades (CAUT).

As comissões temáticas atuam para promover estudos que resultem em produtos, serviços e rotinas também comuns a todas as bibliotecas que integram o SIBIFRS. As comissões temáticas são criadas com tempo de duração pré-determinado e funções bem definidas. Em curso de conclusão, hoje temos uma comissão e mais uma concluída. Além disso, temos duas comissões temáticas que incluem bibliotecários do SIBIFRS, trabalhando para produtos que atenderão ao IFRS como um todo.

Todas as comissões possuem coordenadores que atuam para dar andamento a seus trabalhos. Entretanto, sempre que necessário a Coordenação-geral intervém em busca de acompanhamento das ações e apresentação de resultados.

Atualmente, existem as seguintes comissões, que devem ter suas ações realizadas/efetivadas no período de vigência deste PDI:

- **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL**

Comissão temática instituída que possui como finalidade a elaboração de projeto para a implantação do Repositório Institucional do IFRS, o qual reunirá toda a produção acadêmica, científica e artística dos alunos e servidores do IFRS.

- **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO MANUAL DE TRABALHOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS DO IFRS – MTTC**

Comissão temática instituída que possui como finalidade a elaboração de manual para apresentação de trabalhos técnicos e científicos no âmbito do IFRS.

- **COMISSÃO DE CATALOGAÇÃO DO SIBIFRS – CCAT**

Comissão permanente do SIBIFRS. Tem como finalidade a padronização e consistência do Catálogo do Sistema de Bibliotecas do IFRS em atendimento às principais normas internacionais de catalogação.

- **COMISSÃO DE AUTORIDADES DO SIBIFRS – CAUT**

Comissão permanente do SIBIFRS. Tem por finalidade padronizar e garantir a consistência da base de Autoridades do Catálogo do SIBIFRS.

- **COMISSÃO DE ERGONOMIA, RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA DAS BIBLIOTECAS DO IFRS – CEREB**

Comissão temática instituída que tem como finalidade a elaboração de pesquisas bibliográficas que embasarão a formulação de instrumento de coleta de dados para criação de estudo de parâmetros de ergonomia, recursos humanos e estrutura nas bibliotecas do IFRS. Trabalho que envolverá três fases a serem executadas no decorrer da vigência deste documento.

- **RESPONSÁVEL PELO SUPORTE DO PERGAMUM NO SIBIFRS**

Além das comissões mencionadas anteriormente, o SIBIFRS conta também com uma bibliotecária responsável pelo suporte do Pergamum no SIBIFRS, designada por portaria, que possui sob sua responsabilidade as questões relacionadas ao suporte e manutenção do sistema Pergamum, mantendo contato direto com a empresa mantenedora do sistema.

Essa atividade é realizada de forma voluntária e concomitante a todos os encargos relacionados às atividades regulares da biblioteca do *campus* em que a servidora está lotada, sendo essa a única bibliotecária do *campus*. Estão sob seu cuidado as atualizações do sistema, implementação de novos serviços disponibilizados pelo software, administração e gerenciamento dos perfis dos usuários do Pergamum, coordenação junto ao DTI da Reitoria da migração de todos os novos alunos, dos sistemas acadêmicos de todos os *campi* do IFRS para o sistema Pergamum, ajuda em dúvidas relacionadas ao uso do sistema, abertura de atendimento referente a problemas do sistema, entre outras atividades.

Essa é uma atividade essencial a todo o bom andamento do SIBIFRS, possibilitando a atuação de forma cooperativa.

6.4. Bibliotecas do Sibifrs

Todos os *campi* do IFRS possuem bibliotecas que atuam de forma integrada, buscando a padronização da gestão, dos procedimentos internos e dos serviços disponibilizados, seguindo, em uniformidade, Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas do IFRS.

As bibliotecas do SIBIFRS possuem uma sigla e número dentro do Sistema de Bibliotecas que as definem. São estas:

Campus	Sigla	nº no sistema informatizado
Alvorada	ALV	16
Bento Gonçalves	BG	1
Canoas	CAN	7
Caxias do Sul	CXS	6
Erechim	ERE	2
Farroupilha	FAR	8
Feliz	FLZ	11
Ibirubá	IBI	14
Osório	OSO	10
Porto Alegre	POA	3 e 4
Restinga	RST	9
Rio Grande	RG	12
Rolante	ROL	18
Sertão	SER	5
Vacaria	VAC	15

Veranópolis	VER	13
Viamão	VIA	17

Quadro 95 - Siglas SIBIFRS

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

6.4.1 Horário de expediente e recursos humanos

As bibliotecas que integram o SIBIFRS seguem portaria específica que designa horário de funcionamento de cada *campus*, para elaborar seu horário de expediente, tendo como prerrogativa atender todos os turnos do *campus* onde está localizada.

O atendimento à comunidade acadêmica, preferencialmente, deve ser feito pelos servidores de apoio, deixando aos bibliotecários a parte técnica e administrativa das bibliotecas. O horário de atendimento varia em cada Unidade, tendo em vista os horários de funcionamento dos *campi* para melhor attender à região na qual o *campus* está inserido. Porém, vale ressaltar quem todos os *campi* mantêm suas bibliotecas abertas para a comunidade no mínimo 12 horas.

Gráfico 1 - Expediente versus recursos humanos totais
(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Gráfico 2 - Expediente versus servidores de apoio

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Dividindo as bibliotecas em dois grupos, nos quais: a) com expediente de até 12h ininterruptas e b) com expediente superior à 12h ininterruptas, se faz um cálculo de servidores de apoio que supririam essas bibliotecas em para: a) de dois a três servidores de apoio e b) de três a quatro servidores de apoio.

Por servidores de apoio para este documento considerou-se: auxiliares de biblioteca, auxiliares de administração, assistentes em administração, estagiários, bolsistas e outros cargos que não sejam de bibliotecário, lotados na biblioteca.

Cabe salientar que se necessita de um quadro de servidores estável, com o qual se possa contar permanentemente nas bibliotecas. Assim ressalta-se que, considera-se estagiários e bolsistas como servidores de apoio neste momento, mas a rotatividade nessas funções causa prejuízo à prestação de um serviço de qualidade por parte das bibliotecas. Considerando os dois grupos, pode-se classificá-los em três categorias: ideal, no limite e com déficit:

IDEAL: Canoas, Erechim, Feliz, Rio Grande e Restinga.

NO LIMITE: Farroupilha, Viamão.

DÉFICIT: Alvorada, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Rolante, Sertão, Vacaria e Veranópolis.

6.4.2 Estrutura física e organização

Bibliotecas são setores institucionais que possuem sua estrutura física e organização diferenciadas por possuírem áreas distintas conceituadas na literatura diversa como: área de armazenamento, área de atividade e área administrativa.

A área de armazenamento se restringe ao acervo. A área de atividade inclui o Setor de Circulação e Referência e salas de estudos. A área administrativa inclui o Setor de Processos Técnicos e Coordenação.

As bibliotecas que integram o SIBIFRS dividem-se em dois tipos conforme sua estrutura física e organização: sala única e departamentalizada. As bibliotecas organizadas em sala única possuem, em média, pouco mais de 60 m²; já, as departamentalizadas, podem chegar a mais de 500 m². Algumas bibliotecas departamentalizadas possuem as áreas de armazenamento, atividade e administrativa reunidas, mas distintas, o que permitem se enquadrarem nessa classificação.

São funções destas áreas:

ÁREA DE ARMAZENAMENTO: área de acervo.

ACERVO: considerada a maior área da biblioteca, possui função de armazenar por área do conhecimento todas as bibliografias que atendem aos cursos da Instituição. Seu mobiliário se resume a estantes faces duplas, que segundo legislação vigente devem possuir corredores de, no mínimo, 90 cm, e, no máximo, 120 cm, tendo em vista a acessibilidade. Neste espaço, fatores como iluminação, temperatura e umidade adequadas influenciam na qualidade e durabilidade do material armazenado.

ÁREA DE ATIVIDADE: inclui a circulação e salas de estudo.

CIRCULAÇÃO E REFERÊNCIA: considerado como um setor estratégico da biblioteca, pois trata diretamente com o usuário. Possui como funções: empréstimos, devoluções, reservas, coleta de dados estatísticos, recebimento, negociação e emissão de multas, localização de bibliografias, guarda de material bibliográfico, entre outras atividades correlatas. Neste setor pode haver áreas de guarda-volumes e serviço de empréstimo de computadores para pesquisa. Geralmente está próximo ao acervo, área destinada a estudos e saída da biblioteca. Como mobiliário e equipamentos mínimos necessários temos: balcão e/ou mesa de atendimento, computadores, impressoras, leitores óticos, entre outros.

ÁREA DE ESTUDOS: destinada a estudos *in loco* é contabilizada em censo escolar por seu número de assentos disponibilizados. Em alguns documentos do MEC considera-se que este local deve ter assentos para 5% do total de alunos matriculado na Instituição. Nesta área pode ter mesas de estudo coletivas, individuais ou, ainda, salas de estudos para grupos reduzidos (até cinco alunos).

ÁREA ADMINISTRATIVA: inclui setores específicos como: processos técnicos, seleção e aquisição (quando houver) e coordenação.

PROCESSOS TÉCNICOS: considerado um setor administrativo da biblioteca, deve ser localizado próximo ao acervo e coordenação, sendo afastado da saída. Neste local ocorre o recebimento de material bibliográfico por compra e/ou doação, sua catalogação, classificação, indexação e registro em sistema informatizado, padronização de entradas de autoridades no catálogo. As atividades inerentes ao processamento técnico são tarefas específicas do profissional bibliotecário e, por se tratarem de atividades intelectuais e que exigem alta concentração, não devem ser efetuadas no Setor de

Circulação e Referência. A qualidade deste serviço influencia diretamente no catálogo público. Em avaliações externas, a qualidade deste serviço é determinante para a qualificação institucional. Neste setor, ainda é feito o preparo do material bibliográfico para empréstimo. A tabulação de dados estatísticos, negociação de multas e outros serviços administrativos solicitados pela coordenação também podem ser executados por este setor.

COORDENAÇÃO: considerado um setor administrative, executa funções de planejamento, organização e controle de recursos humanos, financeiros, materiais e informacionais da biblioteca. Elabora projetos, produção e revisão manuais, elabora plano de ação do setor, relatórios administrativos e anuais, gerencia processos de aquisição e processamento técnico, atuando na revisão do material antes de encaminhamento para o preparo, além de outras atividades correlatas.

Durante os estudos para a criação do Regimento Interno do SIBIFRS, as bibliotecas foram avaliadas e enquadradas segundo sua estrutura administrativa e seus setores específicos, quando existentes, da seguinte forma:

IDEAIS: Coordenação, Setor de Seleção e Aquisição, Setor de Processos Técnicos, Setor de Circulação e Referência e Setor de Periódicos e Multimeios.

INTERMEDIÁRIAS: Coordenação, Setor de Processos Técnicos, Setor de Circulação e Referência.

BÁSICAS: Setor de Processos Técnicos, Setor de Circulação e Referência.

Em consulta às 17 Bibliotecas que integram o SIBIFRS para elaboração deste documento, durante o ano de 2018, a Coordenação-geral obteve o seguinte retorno:

- somente três das Bibliotecas possuem estrutura física de Coordenação;

- somente 11 das Bibliotecas possuem estrutura física de Processos Técnicos;

- todas as 17 bibliotecas possuem estrutura mínima de Circulação e Referência.

Diante desse retorno é possível enquadrar as bibliotecas segundo seus setores, como:

INTERMEDIÁRIAS: Ibirubá, Porto Alegre e Rio Grande.

BÁSICAS: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Osório, Restinga e Sertão.

ABAIXO DO BÁSICO: Alvorada, Feliz, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Gráfico 3 - Espaço físico total das bibliotecas enquadradas como intermediárias (**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Gráfico 4 - Estrutura administrativa das bibliotecas enquadradas como intermediárias

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Gráfico 5 - Espaço físico total das bibliotecas enquadradas como básicas

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Gráfico 6 - Estrutura administrativa das bibliotecas enquadradas como básicas

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Gráfico 7 - Espaço físico total das bibliotecas enquadradas como abaixo do básico (**Fonte:** SIBIFRS,2018)

6.4.3. ACERVO

Tratando-se de estrutura física, a área considerada de armazenamento é uma das maiores áreas das bibliotecas. Considerado o coração da biblioteca, merece atenção especial por influenciar notas favoráveis à aprovação e recredenciamento dos cursos do IFRS.

Segundo o novo instrumento de avaliação dos cursos, os acervos novos podem ser híbridos, ou seja, parte físico, parte virtual. No entanto, a biblioteca não pode desconsiderar o seu acervo físico, devendo sempre considerar as mais variadas necessidades dos seus usuários. A biblioteca precisa ser um espaço inclusivo e não delimitante, dando oportunidades de acesso informacional das mais variadas formas, considerando a individualidade dos usuários. Além disso, sabemos das flutuações que sofrem nossos orçamentos e, portanto, precisamos ter acervo físico para atender nosso público, caso haja a interrupção das assinaturas de acervo digital.

Gráfico 8- Relação de títulos e exemplares no acervo geral

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Nesse momento, as bibliotecas que integram o SIBIFRS possuem somente acervo físico. Estudos dentro do sistema, iniciados em comissão começam a ser feitos para tornar os acervos do SIBIFRS híbridos, através de assinatura de bibliotecas virtuais.

Para compreender a importância desse espaço dentro das bibliotecas, vale algumas considerações:

- 1 estante face dupla (FD) possui em média 0,95 comprimento. x 0,55 profunidade. x 1,70 de altura.;
- 1 estante FD possui até 10 prateleiras;
- 1 prateleira comporta em média 25 livros, respeitando o percentual de 75% do preenchimento da estante;
- 1 FD ocupa 2,0 metros quadrados de área, incluindo a área de corredor médio;
- pela NBR 9050, os corredores entre estantes devem possuir entre 0,90 a 1,20 devido à acessibilidade.

Diante desses dados, segue o diagnóstico levantado sobre as bibliotecas, de forma amostral, referente a seus acervos:

Avaliação mediante acervo:

A capacidade máxima foi calculada pelo número de prateleiras vezes 25 unidades de livros por prateleira.

O déficit de prateleiras foi calculado pela diferença entre capacidade máxima e quantidade de exemplares em acervo.

Campus	Acervo geral (títulos)	Número estantes FD	Número de prateleiras	capacidade máxima	Acervo geral (exemplares)	Déficit de estantes ou superávit.	Déficit de prateleira ou superávit
Bento Gonçalves	6836	61	610	15250	15670	-2	-17
Canoas	2574	41	410	10250	6657	15	143,84
Caxias do Sul	2367	30	300	7500	6600	4	36
Farroupilha	2468	30	300	7500	9184	-7	-67,36
Feliz	2454*	24	240	6000	7366	-6	-54,64
Ibirubá	3954	28	280	7000	16102	-37	-364
Osório	3566	30	300	7500	7930	-2	-17,2
Porto Alegre	7005	41	410	10250	15505	-22	-210,2
Restinga	3332	36	360	9000	8458	-3	21,84
Rio Grande	3945	45	450	11250	9426	8	72,96
Rolante	1060	4	40	1000	2329	-8	-80
Sertão	2938	53	530	13250	15074	-8	-72,96

Quadro 96 - Cálculo de déficit ou superávit de estantes ou prateleiras.

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Avaliação mediante área de acervo:

A área líquida de acervo é o resultado da área bruta menos 40% reservados para circulação, mesas e assentos no interior da área de acervo.

A área de acervo ideal líquida é o número de estantes FD existentes hoje em acervo vezes a área ocupada por uma estante, considerando seu espaço de circulação.

Campus	Espaço físico Acervo bruto	Área de acervo líquida	Área de acervo ideal líquida	Déficit de área de acervo ou área disponível	Déficit de estantes em acervo ou quantidade para aquisição	Déficit de prateleira ou superávit
Bento Gonçalves	216	129,6	122	7,6	3	30
Canoas	96,24	57,74	82	-24,26	-12	-120
Caxias do Sul	72	43,2	60	-16,8	-8	-80
Farroupilha	145	87	60	27	13	130
Feliz	52,78	31,66	48	-16,34	-8	-80
Ibirubá	190,72	114,43	56	58,43	29	290
Osório	103	61,8	60	1,8	-1	-10
Porto Alegre	183,02	109,81	82	27,81	13	130
Restinga	96,24	57,74	72	-14,26	-7	-70
Rio Grande	174,17	104,5	90	14,5	7	70
Rolante	40,608	16	8	8	8	80
Sertão	200	120	106	14	7	70

Quadro 97 - Avaliação mediante área de acervo.

(**Fonte:** SIBIFRS,2018)

Avaliação mediante acervo			Avaliação mediante área		
Campus	**Déficit de estantes ou superávit.**	**Déficit de prateleira ou superávit**	**Déficit de estantes em acervo ou quant. para aquisição**	**Déficit de prateleira ou superávit**	**Diferença entre acervo x área**
Bento Gonçalves	-2	-17	3	30	Com espaço para aquisição.
Canoas	15	143,84	-12	-120	Sem espaço para aquis.
Caxias do Sul	4	36	-8	-80	Sem espaço para aquisição.
Farroupilha	-7	-67,36	13	130	Com espaço para aquisição.
Feliz	-6	-54,64	-8	-80	Sem espaço para aquisição. e com défict de estantes
Ibirubá	-37	-364	29	290	Espaço para aquis. não supre a necessidade
Osório	-2	-17,2	-1	-10	Sem espaço para aquisição. e com défict de estantes
Porto Alegre	-22	-210,2	13	130	Espaço para aquisição. não supre a necessidade
Restinga	-3	21,84	-7	-70	Sem espaço para aquisição. e com défict de estantes

Rio Grande	8	72,96	7	70	Com espaço para aquisição.
Rolante	-8	-80	8	80	Com espaço para aquisição.
Sertão	-8	-72,96	7	70	Espaço para aquisição .não supre a necessidade

Quadro 98 - Relação entre necessidades do acervo e a área existente para expansão. (**Fonte:** SIBIFRS,2018)

6.4.4. Ações propostas pelo SIBIFRS na vigência do PDI 2019-2023

Diante do panorama das bibliotecas que integram o SIBIFRS no ano de 2018 é possível elencar suas principais demandas e necessidades para o quadriênio de 2019 a 2023. Cabe ressaltar a evolução na organização desse grupo que cresceu muito desde o quadriênio anterior, graças ao empenho e dedicação de seus bibliotecários. Avançou-se muito, mas tem-se a consciência de que a jornada é longa, se comparado a outros IFRS. Para tanto, são ações propostas para a vigência deste documento:

- manutenção de pregão específico conforme IN vigente, para aquisições de acervo bibliográfico para as bibliotecas que integram o SIBIFRS;
- implementar maior participação do SIBIFRS em pregões para material de divulgação institucional, promovendo assim a consolidação da marca além de participação em pregões que visem à aquisição de equipamentos e mobiliários específicos às bibliotecas;
- implementar assinatura de Biblioteca Virtual, bem como a assinatura de normas técnicas on-line;
- manutenção do sistema de gerenciamento de bibliotecas Pergamum;
- consolidação da Coordenação-geral do SIBIFRS, através de visitas *in loco*, preferencialmente, acompanhada de membro (s) da equipe gestora da PROEN;
- consolidação de documentos normativos específicos das bibliotecas;

- prever a criação de cargos e funções gratificadas para Coordenação-geral do SIBIFRS, bem como coordenações de bibliotecas nos *campi*;
- consolidação das comissões temáticas e permanentes, dando maior autonomia aos coordenadores de comissões para convocar encontros;
- ampliação do quadro de servidores em bibliotecas, visando à equiparação das equipes;
- equiparação e consolidação das estruturas administrativas nas bibliotecas, buscando alcançar os enquadramentos ideais e intermediários através de ações de infraestrutura e ampliação de espaços.

6.5 Projeto de Acervo Acadêmico

O acervo acadêmico é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicos ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referente à vida acadêmica dos estudantes e necessário para comprovar seus estudos. As IESs devem manter permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o acervo acadêmico sob sua guarda.

Nesse sentido deverá a administração promover um conjunto de ações que objetivam consolidar um projeto de acervo acadêmico em meio digital que visem atender ao estabelecido na Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018 e as seguintes diretrizes:

- a garantia da integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

- manter sob guarda e custódia do IFRS os documentos referentes às informações acadêmicas, conforme especificações contidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações;

- respeitar e obedecer os prazos de guarda e destinações finais e observações neles previstos;

- manter o acervo organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta;

- possibilitar a averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos, para fins de regulação, avaliação, supervisão e nas ações de monitoramento;

- sua sujeição à avaliação institucional a adequada observância às normas previstas na Portaria nº 315, de 2018.

O projeto deverá ter a participação de representantes de todas as áreas envolvidas no processo, tais como ensino, pesquisa, extensão, TI e administrativa, devendo ser desenvolvido sob coordenação da PRODI, que deverá compor grupo de trabalho com o objetivo de montar o projeto de acervo acadêmico com base nas diretrizes estabelecidas. O projeto deverá ser desenvolvido e executado até abril de 2020, com início dos trabalhos no primeiro trimestre de 2019. O projeto contemplará os seguintes aspectos:

- calendário e cronograma de atividades.

- organização dos fluxos de trabalho;

- organização de metodologia para registro de novos alunos no sistema de forma digitalizada;

- plano de desenvolvimento de atividades para digitalização do acervo acadêmico existente;

- definição da forma de execução dos trabalhos se interna ou terceirizada, tendo em vista a relação custo-benefício;

- elaboração de manual do acervo acadêmico.

CAPÍTULO 7

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A gestão de pessoas ocupa posição estratégica na concepção de gestão de uma instituição, pois o resultado só é atingido através da atuação humana. As pessoas são os agentes do desenvolvimento, dessa forma, é fundamental melhorar as condições de trabalho, investir na capacitação e qualificação dos servidores, bem como na melhoria da saúde e da qualidade de vida. Consequentemente, proporcionando melhor atendimento ao cidadão, buscando a eficiência na utilização dos recursos disponíveis de maneira eficaz e com efetividade.

A DGP busca desenvolver ações que possam contribuir com o aprimoramento das competências do servidor público para atuar, promover e proporcionar o desenvolvimento de trabalhos com qualidade, atendendo às demandas e propiciando um diferencial no serviço prestado à sociedade no âmbito da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

Neste capítulo busca-se apresentar o cenário do PDI 2014-2018 e a projeção para o próximo período 2019-2023. Dentre os objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico, este capítulo foca os atendimentos dos objetivos: **PC3 Promover a capacitação/qualificação dos servidores com foco nos objetivos estratégicos institucionais**; **PC4- promover e incentivar a qualidade de vida dos servidores**. Além desses objetivos, é importante destacar o objetivo estratégico: **O1 – Fomentar infraestrutura adequada a todas as unidades do IFRS**, pois a projeção de infraestrutura precisa necessariamente acompanhar a projeção em relação ao dimensionamento do corpo docente e dos técnicos em educação.

7.1 Professores do IFRS

Para compor o atual cenário acerca do perfil dos docentes do IFRS, faz-se necessário revisitar as metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018, analisando suas projeções, revelando parte da história institucional, para então trazer luz ao que se propõe ao futuro dos próximos quatro anos do IFRS. Nesse sentido, as informações serão divididas da seguinte maneira: Resultado das Metas do PDI 2014-2018; Organização de Normas e Implicações no Quadro de Professores do IFRS; Cenários do Quadro de Pessoal para 2019-2023; Seleção, Desenvolvimento na Carreira Docente e Formação Acadêmica; Proposta de Metas - PDI 2019-2023.

7.1.1 Resultado das Metas do PDI 2014-2018

Em linhas gerais, o PDI 2014-2018 traz poucos elementos dos objetivos institucionais acerca de Gestão de Pessoas. Logo, serão poucas as análises aqui realizadas pela ausência de subsídios e de proposições que suscitam discussão. A falta de indicadores objetivos já indica a necessidade de inclusão no PDI 2019-2013 de metas e resultados claras a serem avaliados e alcançados em seu período de vigência.

No PDI 2014-2018, o único objetivo constante sobre o pessoal docente é o aumento de seu quadro até o limite previsto na legislação vigente. Pretendia-se atingir o número de 1.280 professores no IFRS em 2018, sendo que o então vigente Decreto nº 7.312/2010 não autorizava a contratação de pessoal docente no quantitativo projetado. Mesmo após a ampliação do BPEq, sancionada pelo Decreto nº 8.259/2014 e pela Portaria Interministerial MEC/MPDG nº 60/2018, o número está abaixo do pretendido pelo PDI 2014-2018. Neste momento, o IFRS dispõe de 1.185 códigos de vaga docente, sendo 1.091 providos e 94 aguardando provimento. Assim, pode-se afirmar que o objetivo em se chegar aos 1.280 docentes em 2018 não será atingido, justificado pela insuficiência do BPEq, cuja competência reside ao MEC e ao MDPG em ampliá-lo.

ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Previsão PDI 2014-2018	760	900	1.100	1.200	1.280
Realizado	789	847	952	1.059	1.185

Quadro 99 - Resultado do Planejamento de Ampliação do Quadro de Pessoal Docente

7.1.2 Organização de Normas e Implicações no Quadro de Professores do IFRS

Para melhor esclarecer a organização de normas será realizado um resgate da legislação acerca BPEq e da organização da tipologia das unidades do IFRS. Parece oportuno todos esses esclarecimentos para que se possa situar a problemática e realizar de maneira precisa a construção de objetivos institucionais para 2019 a 2023.

O Decreto nº 7.312/2010 institui em cada IF, como instrumento de gestão de pessoal, o BPEq. Esse instrumento traz avanços na estruturação do quadro de pessoal da rede federal, possibilitando às autarquias autonomia para realização de concurso público sem a necessidade de autorização do MEC, desde que exista disponibilidade orçamentária para sua realização.

A disponibilidade orçamentária é calculada em cada instituição a partir do número de professores efetivos, bem como de seu regime de trabalho em fatores estabelecidos inicialmente pelo Decreto nº 7.312/2010. Contabilizam também para o BPEq os professores substitutos, visitantes e visitantes estrangeiros, em percentual fixado em 20% do quantitativo de professores efetivos em cada IF. Logo, é necessário levar em consideração que, do total do BPEq, deve ser destinado uma parcela para a contratação de professor por tempo determinado. Segue abaixo a organização das principais premissas acerca do BPEq.

Cada professor efetivo e substituto em regime de 20 horas semanais soma ao BPEq o fator de 0,65 conforme o Decreto nº 7.312/2010;
Cada professor efetivo e substituto em regime de 40 horas semanais soma ao BPEq o fator de 1,00 conforme o Decreto nº 7.312/2010;
Cada professor efetivo em 40 horas semanais em dedicação exclusiva soma ao BPEq o fator de 1,62 conforme o Decreto nº 7.312/2010;
O total do BPEq total do IFRS é 721,38 conforme o Decreto nº 7.312/2010;
20% do BPEq é destinado à contratação de professores substitutos;
Nenhuma instituição pode realizar admissão de professor efetivo ou substituto que exceda ao total de seu BPEq.

Quadro 100 - Premissas do BPEq

Para que se entenda a estrutura do BPEq explica-se a elaboração do cálculo para sua composição. Em uma instituição hipotética, há 10 professores em regime de 20 horas semanais, 30 professores em regime de 40 horas semanais e 500 professores com regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva. Para compor o BPEq deve-se multiplicar o total de professores pelo fator correspondente ao regime de trabalho previsto, inicialmente, no Decreto nº 7.312/2010. No caso em tela, deve-se multiplicar 10 por 0,65, 30 por 1,00 e 500 por 1,62. Por fim, devem ser somados os resultados encontrados das multiplicações. No quadro 7.3 pode ser verificada as operações realizadas.

Instituto Federal Exemplo	**Fator**	**Total de Professores**	**BPEq**
Professores 20h	0,65	10	6,50 (10x0,65)
Professores 40h	1,00	30	30,00 (30x1,00)
Professores 40h/DE	1,62	500	810,00 (500x1,62)

Totais	-	540	846,50
BPEq - previsto pelo Decreto	-	-	900,00

Quadro 101 - Cálculo do BPEq

A ocupação do BPEq pelas instituições não poderá ser superior ao BPEq previsto por dispositivo legal. No exemplo mostrado no Quadro 103, do BPEq de 900,00 previsto, está ocupado 846,50. Ou seja, a instituição está dentro da previsão de contratação de pessoal docente e ainda poderá realizar novos provimentos para preencher 53,50 do BPEq remanescente. Após realizada essa explicação, serão revelados outros dispositivos legais que alteram o Decreto n 7.312/2010, bem como suas implicações para o BPEq do IFRS.

Com a sanção do Decreto nº 8.259/2014 ocorre uma série de alterações dos dispositivos do Decreto nº 7.312/2010. São estas as principais alterações realizadas:

I. O BPEq do IFRS passa de 721,38 para **1.925,22**;

II. Os fatores para fins de cálculo de professor-equivalente são alterados:

- Cada professor efetivo e substituto em regime de 20 horas semanais soma ao BPEq o fator de **0,65**;
- Cada professor efetivo e substituto em regime de 40 horas semanais soma ao BPEq o fator de **1,00**;
- Cada professor efetivo em 40 horas semanais em dedicação exclusiva soma ao BPEq o fator de **1,59**.

III. Mudança na forma de alteração do BPEq conforme o artigo 6º:

> §2º Os quantitativos referidos no Anexo poderão ser alterados, em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, para a correção de erros materiais, ajustes decorrentes da expansão do banco de professor-equivalente dos institutos federais ou alteração dos fatores de que tratam os incisos do caput do artigo 2º, sempre que a remuneração do cargo efetivo dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico for alterada de forma não linear.

A partir do novo dispositivo previsto no §2º, artigo 6º, do Decreto nº 8.259/2014, o BPEq passa ser atualizado por portaria interministerial entre MEC e MPDG. A última portaria de atualização foi publicada em 4 de abril de 2018, **Portaria Interministerial MEC/MPDG nº 60/2018**. Lista-se os números atuais BPEq do IFRS, bem como dos fatores dos regimes de trabalho:

IFRS	BPEq
Quadro Permanente	1.833,02
Substitutos	233,00
Totais	2.066,02

Quadro 102 - Banco de Professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Rede Federal	Total de Professores
Professores 20h - Efetivo e Substituto	0,66
Professores 40h - Efetivo e Substituto	1,00
Professores 40h/DE - Efetivo	1,56

Quadro 103 - Fatores do Regime de Trabalho Docente

Explicada a situação do BPEq, que tem como finalidade conceder autonomia às instituições e ao mesmo tempo controlar o orçamento destinado às despesas de pessoal, cabe explicar o problema dos códigos de vaga. Para que se possa realizar a nomeação de servidor público, faz-se necessário, além da disponibilidade do BPEq, a existência de código de vaga livre para o provimento. O que ocorre é que não há necessariamente uma

descentralização por parte do MEC de códigos de vaga em número proporcional á ocupação total do BPEq.

Por exemplo, na última descentralização de códigos de vaga do MEC para o IFRS, em decorrência da publicação da portaria MEC nº 447/2018, o IFRS recebeu 76 códigos de vaga livre de professor EBTT. Para fins de cálculo, o Decreto nº 7.312/2010, no § 3º, do artigo 2º, estipula que todos os códigos de vaga desocupados assumem o valor máximo (1,56) para o BPEq - professor 40 horas dedicação exclusiva. A situação atual do IFRS em relação aos códigos de vaga e o BPEq está demonstrada no quadro 106.

IFRS / Códigos de Vaga	Quantitativo de Códigos	Fator do BPEq	Impacto do BPEq	Ocupação do BPEq
EBTT - 20h: Providos	39	0,66	39 x 0,66	25,74
EBTT - 40h:Providos	3	1,00	3 x 1,00	3,00
EBTT - 40h/DE: Providos	1.049	1,56	1.049 x 1,56	1.636,44
Livres	18	1,56	18 x 1,56	28,08
Descentralizados - MEC (portaria 447/2018)	76	1,56	76 x 1,56	118,56
Totais	1.185	-	-	1.811,82

Quadro 104 - Situação do Quadro Permanente em relação ao BPEq

Veja que os 1.185 códigos de vaga existentes no IFRS, livres ou providos, totalizam a ocupação de 1.811,82 do BPEq. Como o atual BPEq do IFRS é 1.833,02 resta uma diferença de 21,2, que, em tese, pode ser destinado à descentralização de 13 códigos de vaga do MEC para o IFRS, ou, ainda, pode ser destinado a eventuais trocas do regime de trabalho docente, conforme prevê a Lei nº 12.772/2012. Pelo entendimento dado ao tema pelo MEC, pode-se afirmar que o IFRS dispõe de praticamente a totalidade de seu BPEq

na forma de códigos de vaga. Todavia, ainda há um problema em relação ao disposto na Portaria MEC nº 246/2016 que determina a tipologia das unidades da Rede Federal.

A Portaria MEC nº 246/2016 estabelece o quantitativo de servidores em cada unidade de todas as instituições da Rede Federal. A título de descrição, os *campi* Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Restinga, Rolante, Vacaria e Viamão estão previstos com 70 professores; os *campi* Porto Alegre, Sertão e Rio Grande estão previstos com 90 professores; o *Campus* Bento Gonçalves está previsto com 150 professores; o *Campus* avançado Veranópolis está previsto com 20 professores. Se somado o número de professores previstos pela portaria em todos os *campi,* são necessários 1.280 docentes, totalizando BPEq de 1996,8 de quadro de pessoal permanente. Se comparado ao atual BPEq (1833,02), fica cristalina a insuficiência do BPEq para atender a todas as unidades.

	Portaria 246/2016	**BPEq - Portaria 246/2016**	**Códigos de Vaga - Atual**	**BPEq - Atual**
Professores Efetivos	1.280	1.996,80	1.185	1.833,02
Professores Substitutos	256	256,00	218*	233,00

Quadro 105 - Situação da Portaria MEC nº 246/2016 em relação ao atual BPEq

* A Lei nº 8.745/1993 define no artigo 2º, § 2º, que "*não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino*". Assim, o total de professores não pode ultrapassar o total de 20% do quadro efetivo, deduzidos eventualmente os códigos de vaga livres. No caso em tela, o total de professores substitutos não pode ser maior que 218 (20%), tendo em vista o número de 1.091 (100%) professores efetivos independentemente do BPEq.

Como mecanismo possível para se realizar a correção do BPEq em relação ao disposto na Portaria MEC nº 246/2016, a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 109/2017 disciplina o estudo necessário a ampliação do BPEq em consonância com a LDO e a LOA dos respectivos anos correntes. Através de uma série de indicadores, entre eles - relação professor-aluno, cursos novos e não-integralizados, carga horária docente (Portaria MEC nº 17/2016), esforço de curso, entre outros, o MEC analisa as instituições que fazem jus a

eventual ampliação do BPEq e encaminha proposta ao MDPG. Cabe ao último a análise de disponibilidade orçamentária para atender às demandas realizadas pelo primeiro.

Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 109/2017		
IFRS (abril)	**MEC (maio)**	**MDPG (junho)**
Encaminha ao MEC quadro relativo à relação professor-aluno, cursos novos e não-integralizados, carga horária docente, esforço de cursos, outros e solicita ampliação do BPEq.	A SETEC/MEC analisa os pedidos das 41 autarquias vinculadas à Rede Federal e encaminha ao MDPG a proposta de ampliação do BPEq de todas as instituições.	O MDPG de posse da solicitação do MEC faz a análise de impacto orçamentário e da projeção necessária a ser realizada na LDO e LOA.

Quadro 106 - Esquema sobre o funcionamento da Portaria MEC/MDPG nº 109/2017

7.1.3 Cenários do Quadro de Pessoal para 2019-2023

Após discorrer acerca do BPEq, da organização dos códigos de vaga e da tipologia das unidades do IFRS, é necessário elaborar um cenário possível, dentro do problema existente no quadro de pessoal docente. A diretriz principal que fundamentará a proposição está contida no artigo 5º, da Portaria MEC nº 246/2016:

> Artigo 5º - Para os cargos efetivos de Técnico-Administrativos em Educação e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será permitido à instituição alterar aos quantitativos de cargos das unidades previstos no Anexo III, mediante autorização do Conselho Superior, **respeitando o quantitativo geral e considerando a política de interiorização da oferta de vagas, garantindo o mínimo de oitenta por cento de cargos previstos no modelo em cada unidade**.

Antes de trazer à luz a proposta do quadro pessoal para 2019-2023, será necessário identificar uma série de problemas relacionados ao que, antes da publicação da portaria MEC nº 246/2016, existia no IFRS. Ora, antes da portaria existia uma instituição em funcionamento, que não estava adequada ao que o MEC pretendia quanto política da

Rede Federal! Logo, algumas distorções da tipologia das unidades são decorrentes de uma história institucional que precisa ser contada.

1. Na data da publicação da Portaria MEC nº 256/2016, o *Campus* Porto Alegre estava com quantitativo superior de professores (116) em relação ao limite estipulado (90). Além disso, contava com cursos em consolidação, necessitando de professores efetivos em algumas áreas para sua integralização.
2. Na data da publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Rio Grande estava com quantitativo superior de professores (112) em relação ao limite estipulado (90). Da mesma forma que o *Campus* Porto Alegre necessitava de professores efetivos para integralizar cursos em andamento.
3. Na data da publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Sertão estava com quantitativo inferior (85) em relação estipulado (90). Todavia, contava em seu quadro com 15 professores temporários, sendo o limite insuficiente para manutenção de todos os cursos em funcionamento com o quadro de pessoal efetivo de 90 professores.
4. Na data da publicação da Portaria MEC nº 246/2016 não estava garantido a todos os *Campi* da Fase II 80% do quadro de pessoal docente. Ao término de 2018, esse problema estará solucionado, tendo sido garantido pelo meno 85% do quadro de cada uma dessas unidades.
5. Na data da publicação da Portaria MEC nº 246/2016, os *Campi* da Fase III estavam muito distantes dos 80% previstos na portaria. Com obras em andamento e com a diminuição do orçamento para investimentos em 2016 e 2017, essas unidades tiveram dificuldade com a infraestrutura necessária para abertura de novos cursos e preenchimento do quadro de pessoal docente previsto. Para 2019, já está garantido 60% do quadro de pessoal docente desses *campi.*

Quadro 107 - Problemas ocasionados ao IFRS pela Portaria MEC nº 246/2016

Expostos os problemas iniciais em relação à adequação do IFRS à Portaria MEC nº 246/2016, compreende-se a situação histórica em termos quantitativos de pessoal

docente existente nos *campi* em 2018. A partir disso, no quadro abaixo, traça-se o número de professores por unidade na série histórica de 2016 a 2018 diante da Portaria MEC nº 246/2016 e o que se pretende de 2019 até 2023.

QUANTITATIVO DE PROFESSORES POR *CAMPUS*									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018***			**PDI 2019-2023**				
***Campus* Avançado**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Veranópolis	20	08	13	20	21	21	21	21	21
***Campi* - Fase III**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Alvorada	70	19	30	35	42	46	52	56	60
Rolante	70	19	27	36	42	46	52	56	60
Vacaria	70	18	31	35	42	46	52	56	60
Viamão	70	19	34	36	42	46	52	56	60
***Campi* - Fase II**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Canoas	70	61	63	64	70	70	70	70	70
Caxias do Sul	70	60	64	67	70	70	70	70	70
Erechim	70	55	59	63	70	70	70	70	70
Farroupilha	70	56	58	61	70	70	70	70	70

Feliz	70	48	59	60	70	70	70	70	70
Ibirubá	70	65	66	67	70	70	70	70	70
Osório	70	56	63	63	70	70	70	70	70
Porto Alegre (Restinga)	70	56	61	63	70	70	70	70	70
***Campi* - Preexistentes**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Bento Gonçalves	150	99	105	110	114	118	120	120	120
Porto Alegre (Centro)	90	116	120	119	119	119	119	119	119
Rio Grande	90	112	116	117	117	117	117	117	117
Sertão	90	85	91	98	98	98	98	98	98
TOTAIS	**1.280**	**952**	**1.060**	**1.114**	**1.197**	**1.217**	**1.243**	**1.259**	**1.275**

Quadro 108 - Relação do Quantitativo de Professores por *Campus*

* Número de professores realizado a partir da estimativa de provimentos até o término de 2018.

QUANTITATIVO DE PESSOAL DOCENTE - BPEq									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023***				
***Campus* Avançado**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Veranópolis	31,2	12,3	20,3	28,5	32,8	32,8	32,8	32,8	32,8

***Campi* - Fase III**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Alvorada	109,2	29,6	46,8	54,6	65,5	71,8	81,1	87,4	93,6
Rolante	109,2	25,1	39,4	53,5	65,5	71,8	81,1	87,4	93,6
Vacaria	109,2	28,1	48,4	54,6	65,5	71,8	81,1	87,4	93,6
Viamão	109,2	29,7	51,3	54,4	65,5	71,8	81,1	87,4	93,6
***Campi* - Fase II**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Canoas	109,2	89,1	94,7	96,2	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Caxias do Sul	109,2	92,7	98,0	102,7	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Erechim	109,2	82,2	89,3	95,6	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Farroupilha	109,2	82,9	86,0	90,6	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Feliz	109,2	74,9	91,1	94,3	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Ibirubá	109,2	97,8	100,3	101,8	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Osório	109,2	86,8	97,4	97,4	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
Porto Alegre (Restinga)	109,2	85,6	94,3	97,4	109,2	109,2	109,2	109,2	109,2
***Campi* - Preexistentes**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Bento Gonçalves	234,0	157,4	162,3	170,1	177,8	184,1	187,2	187,2	187,2

Porto Alegre (Centro)	140,4	175,3	183,0	180,9	180,9	180,9	180,9	180,9	180,9
Rio Grande	140,4	168,8	176,5	178,0	178,0	178,0	178,0	178,0	178,0
Sertão	140,4	132,6	140,2	151,1	151,1	151,1	151,1	151,1	151,1
TOTAIS	**1996,8**	**1451**	**1620**	**1702**	**1856**	**1888**	**1928**	**1953**	**1978**

Quadro 109 - Relação do BPEq ocupado por *Campus*.

* A projeção considera todos os professores em regime de 40 horas com dedicação exclusiva.

Demonstrado o quadro geral das unidades do IFRS em relação à Portaria MEC nº 246/2016 e a projeção realizada até 2023, agora serão explicitados os cenários possíveis acerca do *Campus* Avançado, dos *Campi* da Fase III, do *Campi* da Fase II e dos *Campi* Preexistentes.

QUANTITATIVO DE PROFESSORES									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campus* Avançado**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Veranópolis	20	08	13	20	21	21	21	21	21
CENÁRIOS									
1. Reorganização das atividades dos cursos e devolução de professor a outra unidade devido ao *Campus* estar acima do previsto pela Portaria MEC nº 246/2016. 2. Aumento do quadro de pessoal docente por determinação do CONSUP em virtude do estudo									

de viabilidade de cursos e da necessidade de atendimento das demandas locais.

3. Mudança da tipologia para *Campus* por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 70 professores (MEC).

Quadro 110 - Cenários do *Campus* avançado Veranópolis

QUANTITATIVO DE PROFESSORES									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campi* - Preexistentes**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Bento Gonçalves	150	99	105	110	114	118	120	120	120
Porto Alegre (Centro)	90	116	120	119	119	119	119	119	119
Rio Grande	90	112	116	117	117	117	117	117	117
Sertão	90	85	91	98	98	98	98	98	98

CENÁRIOS

1. ***Campus* Bento Gonçalves**:

a. Garantia dos 80% previstos na Portaria MEC nº 246/2016. Para que se consiga avançar de 110 para 120 docentes, será necessária a ampliação do BPEq através do que dispõe a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 107/2017, pois o IFRS atualmente não possui saldo do BPEq e código de vaga em número suficiente para atender a essa demanda.

b. Aumento ou diminuição do quadro de pessoal docente por determinação do CONSUP, estando garantido 80% (120 professores), em virtude do estudo de viabilidade de cursos e da necessidade de

atendimento das demandas locais.

2. ***Campi* Porto Alegre, Sertão e Rio Grande**:

a. Reorganização das atividades dos cursos e devolução de professor a outra unidade devido ao *Campus* estar acima do previsto pela Portaria MEC nº 246/2016.

b. Aumento do quadro de pessoal docente por determinação do CONSUP, em virtude do estudo de viabilidade de cursos e da necessidade de atendimento das demandas locais.

c. Mudança da tipologia para *Campus* por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 120 professores (MEC).

Quadro 111 - Cenários dos *Campi* Preexistentes

QUANTITATIVO DE PROFESSORES									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campi* - Fase III**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Alvorada	70	19	30	35	42	46	52	56	56
Rolante	70	19	27	36	42	46	52	56	56
Vacaria	70	18	31	35	42	46	52	56	56
Viamão	70	19	34	36	42	46	52	56	56
CENÁRIOS									
1. Garantia dos 80% previstos na Portaria MEC nº 246/2016. Para que se consiga avançar de 42 para 56 docentes será necessária a ampliação do BPEq através do que dispõe a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 107/2017, pois o IFRS atualmente não possui saldo do BPEq e código de vaga em número suficiente para atender a essa demanda. 2. Aumento ou diminuição do quadro de pessoal docente por determinação do CONSUP, estando									

garantido 80% (56 professores), em virtude do estudo de viabilidade de cursos e da necessidade de atendimento das demandas locais.

Quadro 112 - Cenários dos *Campi* da Fase III

QUANTITATIVO DE PROFESSORES									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campi* - Fase II**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Canoas	70	61	63	64	70	70	70	70	70
Caxias do Sul	70	60	64	67	70	70	70	70	70
Erechim	70	55	59	63	70	70	70	70	70
Farroupilha	70	56	58	61	70	70	70	70	70
Feliz	70	48	59	60	70	70	70	70	70
Ibirubá	70	65	66	67	70	70	70	70	70
Osório	70	56	63	63	70	70	70	70	70
Porto Alegre (Restinga)	70	56	61	63	70	70	70	70	70
CENÁRIOS									
1. Garantia da totalidade do quadro de pessoal docente aos *Campi* da Fase II (70 professores). 2. Aumento do quadro de pessoal docente por determinação do CONSUP em virtude do estudo de viabilidade de cursos e da necessidade de atendimento das demandas.									

3. Mudança da tipologia para *Campus* por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 90 professores (MEC).

Quadro 113 - Cenários dos *Campi* da Fase II

7.1.4 Seleção, Desenvolvimento na Carreira Docente e Formação Acadêmica

Os professores do IFRS são selecionados através de concurso público, nos casos de professores do quadro efetivo nos termos da Lei nº 8.112/1990, ou seleção pública, nos casos de professores substitutos nos termos da Lei nº 8.745/1993. Nas seleções da Instituição, conforme as normas relativas à contratação de servidores públicos, são realizadas provas de conhecimentos teóricos, práticos (provas didáticas) e provas de títulos, em que a experiência é considerada como um dos critérios de pontuação. Cada edital de concurso público de provas e títulos possui critérios diferenciados e cada área possui especificidades definidas nesses documentos.

A carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está estruturada pelas Leis nº 11.784/2008 e Lei nº 12.772/2012. O desenvolvimento na carreira, ocorre mediante progressão funcional e promoção. O CONSUP do IFRS, através da Resolução nº 098A/2013, estabeleceu o Regulamento da Progressão e Promoção Docente no IFRS. O CONSUP do IFRS, através da Resolução nº 82/2011 e a Portaria MEC nº 17/2016 regulamentam as Atividades Docentes do IFRS, estabelecendo critérios para o regime de trabalho; o plano de trabalho docente; as atividades de ensino, pesquisa e extensão; além das atividades de administração e capacitação.

O IFRS possui política de capacitação de seus servidores prevista no Programa de Capacitação dos Servidores aprovado pela Resolução CONSUP nº 114/2014. Existe uma série de ações realizadas aos professores de forma a garantir o aumento da qualificação e da escolaridade:

- eventos de capacitação;
- oferta de cursos *in company*;
- capacitações isoladas;
- licença-capacitação;
- bolsa de estudos;
- afastamento para cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Todavia, o IFRS ainda precisa avançar nos seguintes temas: formação pedagógica em nível de licenciatura ou pós-graduação em conformidade da IN do IFRS nº 01/2015; elaborar Programa de Recepção de Docentes em conformidade com o artigo 24, da Lei nº 12.772/2012; elevar o número de doutores.

Para garantir a possibilidade da formação pedagógica dos professores do IFRS, faz-se necessária a oferta de curso, em nível de graduação e pós-graduação, em condições de acesso para todos. Como diretriz, o IFRS deverá elaborar curso, em modalidade EAD, para que se possa cursar em qualquer localidade. Por se tratar de uma necessidade que pode ser suprida em cinco anos, sugere-se, como forma de angariar formas de execução, a contratação de professores visitantes. Para tanto, é necessária a regulamentação da admissão de professores visitantes e professores visitantes estrangeiros.

Em relação ao Programa de Recepção de Docentes, atualmente o IFRS já faz de forma isolada o acolhimento dos novos professores em atividades realizadas por iniciativa dos *campi*. Quanto a atingir esse objetivo, talvez seja suficiente a formalização e organização de um programa unificado e institucionalizado das diversas ações já realizadas pelas unidades.

A elevação do número de professores doutores é uma ação importante e necessária no aumento da escolaridade e na qualificação das atividades realizadas no ensino, na pesquisa e na extensão. No quadro 116 pode-se verificar a situação atual e o que se pretende quanto ao tema para os anos 2019 a 2023.

	2018*	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Doutores	475	560	645	730	815	900
Mestres	539	580	530	486	432	375

Graduados e Especialistas	72	57	42	27	12	0
Totais	1.086	1.197	1.217	1.243	1.259	1.275

Quadro 114 - Projeção do aumento de escolaridade dos professores do IFRS

* Os valores utilizados foram dos professores providos até 01/08/2018 retirados do SIGRH.

7.1.5 Proposta de Metas - PDI 2019-2023

Para organizar o que se pretende realizar no IFRS no período de 2019 e 2023 faz-se uma separação entre **Metas Institucionais** e **Metas Políticas**.

As **Metas Institucionais** são os objetivos de competência do IFRS, sem necessidade de atos administrativos de outros órgãos (MEC, MDPG, AGU, CGU, TCU, outros). Ou seja, havendo esforços do IFRS, os objetivos podem ser alcançados sem a dependência de outras instituições.

As **Metas Políticas** são os objetivos que o IFRS pretende realizar, mas estão fora de sua competência. São as ações elencadas como importantes, mas dependem dos atos administrativos de outros órgãos.

São Metas Institucionais:

- garantir 80% do quadro de pessoal docente previsto na Portaria MEC nº 246/2016 de todas as unidades do IFRS;
- definir o dimensionamento quantitativo dos *campi* em relação ao quadro previsto pela Portaria MEC nº 246/2016;
- adequar a Resolução nº 82/2011 a Portaria MEC nº 17/2016 acerca das atividades docentes no IFRS;
- padronizar os planos de trabalho docente em todos os *campi* do IFRS;
- estabelecer normativa acerca da contratação de professor visitante e professor visitante estrangeiro;

- elevar a formação pedagógica em nível de licenciatura ou pós-graduação em conformidade da IN IFRS nº 01/2015, em, no mínimo, 80% do quadro de professores do IFRS;
- elaborar Programa de Recepção de Docentes em conformidade com artigo 24, da Lei nº 12.772/2012;
- elevar o número de doutores, em, no mínimo, 70% do quadro de professores do IFRS;
- elaborar orientação que vise a padronização das áreas acadêmicas no IFRS.

São Metas Políticas:

- pleitear a alteração do BPEq junto ao MEC, para que se viabilize a implementação integral da Portaria MEC nº 246/2016;
- solicitar a alteração da tipologia do *Campus* avançado Veranópolis através do pedido de modificação da Portaria MEC nº 246/2016;
- solicitar a alteração da tipologia dos *campi* Porto Alegre, Sertão e Rio Grande através do pedido de modificação da Portaria MEC nº 246/2016;
- solicitar a alteração da tipologia dos *campi* com potencialidade para um tamanho maior que o previsto na Portaria MEC nº 246/2016.

7.2 Técnico Administrativo em Educação

Inicialmente será apresentado o atual cenário acerca do perfil dos servidores técnico-administrativos em educação do IFRS, análogo ao realizado no título 7.1. Avaliar-se-á as metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018, analisando suas projeções, para se propor o futuro dos próximos quatro anos do IFRS. Nesse sentido, as informações serão divididas da seguinte maneira: Resultado das Metas do PDI 2014-2018; Organização de Normas e Implicações no Quadro de Referência de Servidores Técnico-administrativos em Educação do IFRS; Cenários do Quadro de Pessoal para 2019-2023; Seleção e Formação Acadêmica; PDIPCCTAE; Proposta de Metas e Objetivos Políticos - PDI 2019-2023.

7.2.1 Resultado das Metas do PDI 2014-2018

Em linhas gerais, o PDI 2014-2018 traz poucos elementos dos objetivos institucionais acerca de Gestão de Pessoas. Logo serão poucas as análises aqui realizadas pela ausência de subsídios e de proposições que suscitam discussão. Essa lacuna dificulta a compreensão do período sobre a matéria de pessoal, por vezes dando a impressão de que a Instituição pouco interessou-se pelo tema ou que não realizou esforços para a implementação de ações nesse sentido. A falta de indicadores objetivos já indica a necessidade de inclusão no PDI 2019-2013 de metas e resultados claros a serem avaliados e alcançados em seu período de vigência.

No PDI 2014-2018, o único objetivo constante sobre os servidores TAEs é a expansão do quadro. Pretendia-se atingir o número de 997 TAEs no IFRS em 2018, situação que o então vigente Decreto nº 7.311/2010 não autorizava a contratação de pessoal TAE nesse quantitativo. Com a ampliação do QRSTAE sancionada pela Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 161/2014 e pela Portaria Interministerial MEC/MPDG nº 61/2018, a disponibilidade de admissão supera o pretendido pelo PDI 2014-2018. Todavia, o resultado evidenciado não satisfaz a meta proposta. A justificativa pelo resultado apresentado reside na descentralização insuficiente de códigos de vaga de cargos estratégicos ao IFRS, cuja competência reside ao MEC.

ANO	TAE	2014	2015	2016	2017	2018
Previsão PDI 2014-2018	C	108	118	128	148	148
Realizado	C	127	128	142	148	152
Previsão PDI 2014-2018	D	299	320	380	420	462
Realizado	D	360	376	410	419	438
Previsão PDI 2014-2018	E	224	260	300	320	348
Realizado	E	263	271	328	332	345

Previsão PDI 2014-2018	Totais	665	698	808	888	992
Realizado	Totais	750	775	880	899	935

Quadro 115 - Avaliação dos resultados do PDI 2014-2018

7.2.2 Organização de Normas e Implicações no Quadro de Referência de Servidores Técnico-administrativos em Educação do IFRS

De forma a organizar e situar o leitor acerca do quantitativo de cargos efetivos do QRSTAE níveis de classificação "C", "D" e "E" será realizado um resgate da legislação vigente, bem como serão realizadas análises das implicações da tipologia das unidades do IFRS. Esses esclarecimentos são relevantes para posicionar o leitor na problemática e conduzir a questão do dimensionamento quantitativo de TAEs.

O Decreto nº 7.311/2010 institui o QRSTAE em cada instituição da Rede Federal com a finalidade de possibilitar a realização de concurso público sem a necessidade de autorização do MEC, desde que exista disponibilidade orçamentária para sua realização. A disponibilidade é calculada em cada instituição a partir do número de técnicos administrativos dos níveis “C”, “D” e “E”. Para fins quantitativos do QRSTAE, os cargos extintos ou em extinção não são contabilizados, conforme dispõe o parágrafo único, artigo 1º, do Decreto 7.311/2010:

> Artigo 1º Os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são os constantes do Anexo.
>
> Parágrafo único. **Os efeitos deste Decreto não se aplicam aos cargos extintos ou em extinção, nos termos da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.**

Após a Lei nº 9.632/1998, o Decreto nº 9.262/2018 faz uma atualização dos cargos extintos. Além disso, veda a abertura de concursos, bem como o provimento de vagas em

quantitativo superior ao estabelecido no edital de abertura do concurso público para uma série de cargos do PPCTAE. Há duas implicações do referido Decreto no QRSTAE:

1) os cargos incluídos na lista de **extintos** ficam vedadas suas reposições nos casos de vacância. Esses cargos **não são contabilizados no QRSTAE**;

2) os cargos com **provimento vedado nos casos de vacância**, por não serem considerados extintos, **são contabilizados no QRSTAE**.

Veja nos quadros 118 e 119 quais as implicações desse dispositivo para o IFRS:

TAE - CARGOS EM EXTINÇÃO NO IFRS - LEI 9.632/1998 e DECRETO 9.262/2018*	
Nível A	Auxiliar de Encanador; Servente de Limpeza; Servente de Obras; Operador de Máquina de Lavanderia
Nível B	Auxiliar de Agropecuária; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Eletricista; Auxiliar de Mecânica; Carpinteiro; Marceneiro
Nível C	Auxiliar de Enfermagem; Almoxarife; Cozinheiro; Eletricista; Mecânico; Motorista; Porteiro; Telefonista
Nível D	Vigilante
Nível E	Não há

Quadro 116 - Relação dos cargos extintos no IFRS

TAE - CARGOS DE PROVIMENTO VEDADO NO IFRS - DECRETO 9.262/2018*	
Nível A	Não há
Nível B	Não há

Nível C	Auxiliar em Administração; Assistente de Laboratório; Auxiliar de Biblioteca; Operador de Máquinas Agrícolas
Nível D	Técnico em Arquivo; Técnico em Secretariado
Nível E	Secretário Executivo

Quadro 117 - Relação dos cargos com provimento vedado no IFRS

O QRSTAE, quando comparado ao BPEq, apresenta uma estrutura de cálculo diferente para sua composição. Existe uma previsão por níveis “C”, “D” e “E”, pois o impacto orçamentário em virtude das remunerações dos cargos não é igual. Em uma escala dos menores para os maiores salários, os vencimentos dos níveis são: C>D>E. Outro fator importante, é que o regime de trabalho assumido pelo servidor, sejam 20, 25 ou 40 horas semanais, para fins de cálculo, todos assumem valor unitário (1,0). Ou seja, não há diferença de impacto orçamentário em virtude do regime de trabalho assumido.

Reveladas as diretrizes do QRSTAE organiza-se abaixo uma síntese das principais premissas do que propõe o Decreto nº 7.311/2010:

O quantitativo de servidores TAEs, para fins do QRSTAE, são os cargos dos níveis “C”, “D” e “E”.
Nenhuma instituição da Rede Federal pode realizar admissão de TAE que exceda ao total de seu QRSTAE.
Os cargos extintos ou em extinção não são contabilizados para o QRSTAE independente de seu nível - “A” (todos), “B” (todos), “C”, “D” ou “E”.
Os cargos com provimento vedado pelo Decreto nº 9.262/2018 são contabilizados no QRSTAE.
O regime de trabalho não interfere nos quantitativos do QRSTAE, seja 20 horas semanais nos casos de médico e medico veterinário, 25 horas semanais no caso de jornalista, ou, ainda, 40 horas semanais para a maioria dos cargos do PCCTAE. O valor de cada servidor é unitário (1,0) sem fatores de correção.

Quadro 118 - Principais diretrizes do QRSTAE

Para que se entenda a estrutura do QRSTAE explica-se a elaboração do cálculo para sua composição. Em uma instituição hipotética, há 15 TAEs de nível “A”, 45 TAEs de nível “B”, 150 TAEs de nível “C”, 250 TAEs de nível “D” e 150 TAEs de nível “E”. Todos os cargos dos níveis “A” e “B” estão extintos, logo não serão contabilizados no QRSTAE. Os cargos dos níveis “C”, “D” e “E” contam com cargos extintos, cargos com provimento vedado e cargos regulares - valem os dois últimos para fins do QRSTAE. No quadro 121 pode ser verificada a situação do exemplo mostrado.

Instituto Federal Exemplo	TAEs em Extinção	TAEs com Provimento Vedado	TAEs de Cargos Regulares	QRSTAE
Nível A	15	0	0	0
Nível B	45	0	0	0
Nível C	20	30	100	130 (30+100)
Nível D	30	20	200	220 (20+200)
Nível E	0	10	140	150 (10+140)

Quadro 119 - Situação de ocupação do QRSTAE de uma instituição hipotética

O Decreto nº 7.311/2010 traz a previsão, em seu artigo 5º, **a possibilidade de atualização, correção e ajustes do QRSTAE em ato conjunto do MEC e MDPG**, análogo ao que dispõe o artigo 6º, do Decreto nº 8.259/2014 para o BPEq. Esse dispositivo possibilita que, através de portaria interministerial, sejam revistos os quantitativos de cargos por níveis do QRSTAE. Após a autorização dos quantitativos de cargos pelo Decreto nº 7.311/2010, o QRSTAE foi atualizado pela Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 161/2014 e a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 61/2018. No quadro 122 pode ser visualizada a evolução do QRSTAE do IFRS.

TAE	Decreto 7.311/2010	MEC/MDPG 161/2014	**MEC/MDPG 61/2018 (vigente)**
Nível C	117	159	**159**

Nível D	296	515	**515**
Nível E	251	338	**352**
Totais	664	1.012	**1.026**

Quadro 120 - Atualização do QRSTAE do IFRS

Explicada a situação do QRSTAE, que tem como finalidade conceder autonomia às instituições e controlar o orçamento destinado às despesas de pessoal, cabe explicar o problema dos códigos de vaga. Para que se possa realizar a nomeação de servidor público, faz-se necessário além da disponibilidade do QRSTAE, a existência de código de vaga livre para o provimento. O que ocorre é que não há necessariamente uma descentralização por parte do MEC de códigos de vaga em número proporcional à ocupação total do QRSTAE. No quadro abaixo organiza-se a situação de códigos de vaga ocupados e livres, bem como sua referência ao QRSTAE.

TAE - IFRS	Ocupado	Livre	Total	QRSTAE
Nível C	152	5	157	159
Nível D	438	0	438	515
Nível E	345	7	352	352

Quadro 121 - Cargos do IFRS em relação ao QRSTAE

Ao observar os códigos de vaga existentes no IFRS, percebe-se que, para a integralização da disponibilidade de provimento previsto no QRSTAE, que ainda há disponibilidade de dois códigos de vaga de nível “C” e 77 códigos de vaga de nível “D”. Os cargos de nível “E” já estão todos descentralizados do MEC para o IFRS. Logo, **o IFRS ainda dispõe de saldo junto ao MEC para solicitar cargos dos níveis “C” e “D”. Todavia há um problema significativo na descentralização desses códigos de vaga.**

Os cargos TAE já vêm referendados na descentralização, não podendo a autarquia escolher o profissional que melhor o atenda. Para exemplificar, utilizaremos os cargos docentes como parâmetro. No caso dos professores, os códigos de vaga são

descentralizados sem haver a escolha da área de atuação, sendo uma escolha discricionária de cada instituição. Nos cargos técnicos isso não se aplica, sendo já definidos previamente em sua criação por dispositivo de Lei - Técnico de Laboratório, Assistente de Alunos, Médico, outros. Logo, há uma série de cargos esgotados devido a uma maior procura na Rede Federal. Cita-se alguns que a falta do cargo provoca maior impacto: Assistente em Administração, Bibliotecário-Documentalista, Contador, Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social. **Então, mesmo havendo a possibilidade de ter um número maior de servidores, isso fica limitado à disponibilidade de cargos no MEC que atendam às necessidades do IFRS.**

Elucidado o problema existente entre o QRSTAE e os códigos de vaga, reside a necessidade em se discorrer acerca das implicações da tipologia das unidades determinado pela Portaria MEC nº 256/2016. O quantitativo de servidores em cada unidade, em conformidade com a referida portaria, a título de descrição são: os *campi* Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Osório, Restinga, Rolante, Vacaria e Viamão estão previstos com 45 TAEs; os *campi* Ibirubá, Porto Alegre e Rio Grande estão previstos com 60 TAEs; o *Campus* Sertão está previsto com 70 TAEs; o *Campus* Bento Gonçalves está previsto com 100 TAEs; o *Campus* avançado Veranópolis está previsto com 13 TAEs; a Reitoria está prevista com 200 TAEs. Se somado o número de TAEs previstos pela portaria em todos as unidades, são necessários 1.058 TAEs, sendo 148 cargos de nível “C”, 512 cargos de nível “D” e 398 cargos de nível “E”. Se comparado ao atual QRSTAE identifica-se a insuficiência de cargos do nível “E”. No quadro a seguir fica demonstrada essa relação.

TAE	QRSTAE	PORTARIA MEC 246/2016	DIFERENÇA (QRSTAE - 246/2016)
Nível C	159	148	+11
Nível D	515	512	+3
Nível E	352	398	-46
Totais	1.026	1.058	-32

Quadro 122 - Relação do atual QRSTAE à Portaria MEC nº 246/2016 do IFRS

7.2.3 Cenários do Quadro de Pessoal para 2019-2023

Após discorrer acerca do QRSTAE, da organização dos códigos de vaga e da tipologia das unidades do IFRS, é necessário elaborar um cenário possível, dentro do problema existente no quadro de pessoal TAE. A diretriz principal que fundamentará a proposição está contida no artigo 5º, da Portaria MEC nº 246/2016:

> Artigo 5º - Para os cargos efetivos de Técnico-Administrativos em Educação e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será permitido à instituição alterar aos quantitativos de cargos das unidades previstos no Anexo III, mediante autorização do Conselho Superior, **respeitando o quantitativo geral e considerando a política de interiorização da oferta de vagas, garantindo o mínimo de oitenta por cento de cargos previstos no modelo em cada unidade**.

Antes de trazer à luz a proposta do quadro pessoal para 2019-2023, será necessário identificar uma série de problemas relacionados ao que antes da publicação da Portaria MEC nº 246/2016 existia no IFRS. Ora, antes da portaria existia uma instituição em funcionamento, que não estava adequada ao que o MEC pretendia quanto política da Rede Federal! Logo, algumas distorções da tipologia das unidades são decorrentes de uma história institucional que precisa ser contada.

1. Na data de publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Porto Alegre estava com quantitativo superior de TAEs (72) em relação ao limite estipulado (60).
2. Na data de publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Rio Grande estava com quantitativo superior de TAEs (74) em relação ao limite estipulado (60).
3. Na data de publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Sertão estava com quantitativo superior de TAEs (72) em relação ao limite estipulado (70). Além disso, a unidade conta com 27 servidores com cargos em extinção - sem reposição.

4. Na data de publicação da Portaria MEC nº 246/2016, a Reitoria estava com quantitativo inferior de TAEs (115) em relação ao limite estipulado (200), sendo 13 cargos de nível “C” sem previsão para lotação nessa unidade. Para se atingir, ao menos, os 80% do quadro de pessoal faltavam 45 servidores. Mesmo assim, os provimentos de 2016 e 2017 foram prioritariamente realizados nos *Campi* da Fase III.
5. Na data de publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Erechim estava com quantitativo superior de TAEs (47) em relação ao limite estipulado (45). O motivo da distorção dá-se em virtude de uma série de remoções motivadas por decisões judiciais.
6. Na data de publicação da Portaria MEC nº 246/2016, o *Campus* Caxias do Sul estava com quantitativo superior de TAEs (46) em relação ao limite estipulado (45).
7. Os *Campi* da Fase III (Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão) já possuem garantia para 2019 de, no mínimo, 70% do quadro de pessoal previsto pela Portaria MEC nº 246/2016.
8. Os *Campi* da Fase II (Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Restinga) já possuem garantia para 2019 de, no mínimo, 90% do quadro de pessoal previsto pela Portaria MEC nº 246/2016.
9. Pela dificuldade em se atender aos cargos por nível a cada uma das unidades, em decorrência dos códigos de vaga existentes e ofertados pelo MEC, não se atentou para a estrutura proposta pela Portaria MEC nº 246/2016 quanto aos níveis. Priorizou-se a implantação e acompanhamento dos números totais de TAEs por unidade. O fato acabou por se agravar com a sanção do Decreto nº 9.262/2018.
10. Como proposta de resolver os problemas das unidades preexistentes sugeriu-se a diminuição da Reitoria de forma a garantir 75 TAEs para os *campi* Rio Grande, Sertão e Rio Grande. O exposto não foi aprovado ou apreciado pelo CONSUP.
11. Como proposta de garantir o funcionamento da unidade SIASS - Erechim, sugeriu-se a diminuição da Reitoria de forma a garantir 47 TAEs para o *Campus* Erechim. O exposto não foi aprovado ou apreciado pelo CONSUP.

12. Em decorrência da sanção do Decreto nº 9.262/2018, que afeta, em especial, a reposição dos cargos de nível "C" e compromete a estrutura de cargos da Portaria MEC nº 246/2016 para os *campi.* Nesse momento, só há disponibilidade no MEC para o provimento dos seguintes cargos: Assistente de Alunos, Auxiliar em Enfermagem, Administrador de Edifícios. **O impacto no IFRS é de 114 cargos, que, em havendo vacância, não poderão ser realizados os provimentos para reposição**.

Quadro 123 - Problemas ocasionados ao IFRS pela Portaria MEC nº 246/2016

Exposto os problemas iniciais em relação à adequação do IFRS à Portaria MEC nº 246/2016 compreende-se a situação histórica em termos quantitativos de pessoal docente existente nos *campi* em 2018. A partir disso, no quadro abaixo, traça-se o número de professores por unidade na série histórica de 2016 a 2018 diante da Portaria MEC nº 246/2016 e o que se pretende de 2019 até 2023.

QUANTITATIVO DE PESSOAL TAE									
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campus* Avançado**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Veranópolis	13	11	12	12	13	13	13	13	13
***Campi* - Fase III**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Alvorada	45	27	28	32	34	36	38	39	39
Rolante	45	25	28	31	34	36	38	39	39
Vacaria	45	19	24	32	34	36	38	39	39

Viamão	45	25	26	31	34	36	38	39	39
***Campi* - Fase II**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Canoas	45	40	40	42	44	45	45	45	45
Caxias do Sul	45	46	46	46	46	46	46	46	46
Erechim	45	47	48	46	46	46	46	46	46
Farroupilha	45	44	44	45	45	45	45	45	45
Feliz	45	39	39	41	43	45	45	45	45
Ibirubá	60	53	54	53	55	56	56	56	56
Osório	45	43	43	44	45	45	45	45	45
Porto Alegre (Restinga)	45	43	44	44	45	45	45	45	45
***Campi* - Preexistentes**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Bento Gonçalves	100	82	86	89	90	90	90	90	90
Porto Alegre (Centro)	60	72	72	74	74	74	74	74	74
Rio Grande	60	74	74	74	74	74	74	74	74
Sertão	70	72	70	71	71	71	71	71	71
Reitoria	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Reitoria	200	115	118	125	140	145	150	155	160

Totais	**1.058**	**880**	**899**	**935**	**967**	**984**	**997**	**1.006**	**1.011**

Quadro 124 - Quantitativo de pessoal TAE por unidade do IFRS

Demonstrado o quadro geral das unidades do IFRS, agora serão explicitados os cenários possíveis quanto ao dimensionamento de pessoal TAE acerca do *Campus* Avançado, dos *Campi* da Fase III, do *Campi* da Fase II e os *Campi* Preexistentes.

QUANTITATIVO DE PESSOAL TAE										
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**TAE**	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campus* Avançado**	**Nível**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Veranópolis	C	3	1	2	3	3	3	3	3	3
	D	5	5	4	4	5	5	5	5	5
	E	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOTAIS		13	11	11	12	13	13	13	13	13

CENÁRIOS

1. Garantia da totalidade do quadro de pessoal TAE (13).

2. Aumento do quadro de pessoal docente por determinação do CONSUP em virtude do estudo de viabilidade de cursos e da necessidade de atendimento das demandas locais.

3. Mudança da tipologia para *Campus* por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 45 TAE.

Quadro 125 - Cenários dos *Campus* avançado Veranópolis

QUANTITATIVO DE PESSOAL TAE										
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**TAE**	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campi* - Fase III**	**Nível**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Alvorada	C	8	6	7	7	7	7	7	7	7
	D	22	13	14	15	17	19	21	22	22
	E	15	8	8	10	10	10	10	10	10
TOTAIS		45	27	28	32	34	36	38	39	39
Rolante	C	8	8	7	8	8	8	8	8	8
	D	22	10	14	15	18	20	22	23	23
	E	15	7	7	8	8	8	8	8	8
TOTAIS		45	25	28	31	34	36	38	39	39
Vacaria	C	8	4	5	7	7	7	7	7	7
	D	22	10	14	18	20	22	24	25	25
	E	15	5	5	7	7	7	7	7	7
TOTAIS		45	19	24	32	34	36	38	39	39
Viamão	C	8	6	6	9	9	9	9	9	9

	D	22	10	10	12	15	17	19	20	20
	E	15	9	10	10	10	10	10	10	10
TOTAIS		45	25	26	31	34	36	38	39	39

CENÁRIOS

1. Garantia dos 80% previstos na Portaria MEC nº 246/2016. Para que se consiga avançar de 39 para 45 TAE, será necessária a ampliação do QRSTAE através do que dispõe a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 107/2017 e criação por força de Lei de novos cargos que atendam às demandas dos *campi*.

2. Aumento ou diminuição do quadro de pessoal TAE por determinação do CONSUP, estando garantido 80% (36 TAE).

3. Mudança da tipologia para os *campi* Rolante e Vacaria por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 60 TAE por se tratarem de unidades agrícolas.

Quadro 126 - Cenários dos *Campi* Fase III

QUANTITATIVO DE PESSOAL TAE										
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**TAE**	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campi* - Fase II**	**Nível**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Canoas	C	8	6	6	6	6	6	6	6	6
	D	22	19	19	20	22	23	23	23	23
	E	15	15	15	16	16	16	16	16	16

TOTAIS		45	40	40	42	44	45	45	45	45
Caxias do Sul	C	8	7	7	7	7	7	7	7	7
	D	22	25	25	25	25	25	25	25	25
	E	15	14	14	14	14	14	14	14	14
TOTAIS		45	46	46	46	46	46	46	46	46
Erechim	C	8	6	6	6	6	6	6	6	6
	D	22	25	24	24	24	24	24	24	24
	E	15	18	19	19	19	19	19	19	19
TOTAIS		45	47	48	46	46	46	46	46	46
Farroupilha	C	8	9	9	9	9	9	9	9	9
	D	22	21	21	21	21	21	21	21	21
	E	15	14	14	15	15	15	15	15	15
TOTAIS		45	44	44	45	45	45	45	45	45
Feliz	C	8	10	10	10	10	10	10	10	10
	D	22	14	14	15	17	19	19	19	19
	E	15	15	15	16	16	16	16	16	16
TOTAIS		45	39	39	41	43	45	45	45	45

Ibirubá	C	11	11	11	9	9	10	10	10	10
	D	26	26	27	27	29	29	29	29	29
	E	23	16	16	17	17	17	17	17	17
TOTAIS		60	53	54	53	55	56	56	56	56
Osório	C	8	10	11	11	11	11	11	11	11
	D	22	18	17	17	18	18	18	18	18
	E	15	15	15	16	16	16	16	16	16
TOTAIS		45	43	43	44	45	45	45	45	45
Porto Alegre (Restinga)	C	8	9	8	8	8	8	8	8	8
	D	22	19	20	20	21	21	21	21	21
	E	15	16	16	16	16	16	16	16	16
TOTAIS		45	43	44	44	45	45	45	45	45
CENÁRIOS										
1. Garantia da totalidade do quadro de pessoal TAE aos *campi* da Fase II (45/60 TAE). 2. Reorganização das atividades dos *campi* Caxias do Sul e Erechim e devolução de TAE a outra unidade devido ao *Campus* estar acima do previsto pela Portaria MEC nº 246/2016. 2. Aumento do quadro de pessoal TAE por determinação do CONSUP. 3. Mudança da tipologia dos *campi* por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 60 TAE.										

Quadro 127 - Cenários dos *Campi* fase II

QUANTITATIVO DE PESSOAL TAE										
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**TAE**	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
***Campi* - Preexistentes**	**Nível**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Bento Gonçalves	C	14	7	9	9	9	9	9	9	9
	D	51	44	45	48	49	49	49	49	49
	E	35	31	32	32	32	32	32	32	32
TOTAIS		100	82	86	89	90	90	90	90	90
Porto Alegre (Centro)	C	10	6	6	7	7	7	7	7	7
	D	29	38	39	39	39	39	39	39	39
	E	21	28	27	28	28	28	28	28	28
TOTAIS		60	72	72	74	74	74	74	74	74
Rio Grande	C	10	6	6	6	6	6	6	6	6
	D	29	38	38	38	38	38	38	38	38
	E	21	30	30	30	30	30	30	30	30
TOTAIS		60	74	74	74	74	74	74	74	74

Sertão	C	12	17	17	17	17	17	17	17	17
	D	30	31	29	30	30	30	30	30	30
	E	28	24	24	24	24	24	24	24	24
TOTAIS		70	72	70	71	71	71	71	71	71

CENÁRIOS

1. ***Campus* Bento Gonçalves**:

a. Para garantir a totalidade do quadro de pessoal do TAE será necessária a ampliação do QRSTAE através do que dispõe a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 107/2017 e criação por força de Lei de novos cargos que atendam às demandas ao *Campus*.

2. ***Campi* Porto Alegre, Sertão e Rio Grande**:

a. Reorganização das atividades e devolução de TAE a outra unidade devido ao *campus* estar acima do previsto pela Portaria MEC nº 246/2016;

b. Aumento do quadro de pessoal TAE por determinação do CONSUP em virtude do estudo de viabilidade de cursos e da necessidade de atendimento das demandas locais.

c. Mudança da tipologia para *Campus* por alteração da Portaria MEC nº 246/2016, sendo o limite alterado para 75 TAE.

Quadro 128 - Cenários dos *Campi* Preexistentes

QUANTITATIVO DE PESSOAL TAE										
Unidades Organizadas por Fase de Implantação	**TAE**	**Portaria MEC 246/2016**	**PDI 2014-2018**			**PDI 2019-2023**				
Reitoria	**Nível**	**246/2016**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**

	C	0	13	13	13	13	13	13	13	13
	D	100	44	45	50	65	70	75	80	85
	E	100	58	60	62	62	62	62	62	62
TOTAIS		200	115	118	125	140	145	150	155	160
CENÁRIOS										
1. Garantia dos 80% previstos na Portaria MEC 246/2016. Para que se consiga avançar de 160 para 200 TAEs, será necessária a ampliação do QRSTAE através do que dispõe a Portaria Interministerial MEC/MDPG nº 107/2017 e criação por força de Lei de novos cargos que atendam às demandas dos *campi*. 2. Aumento ou diminuição do quadro de pessoal TAE por determinação do CONSUP, estando garantido 80% (160 TAEs).										

Quadro 129 - Cenários da Reitoria

7.2.4 Seleção e Formação Acadêmica

Os TAEs do IFRS são selecionados através de concurso público, nos casos dos servidores do quadro efetivo nos termos da Lei nº 8.112/1990, ou seleção pública, nos casos de profissionais para atendimento a pessoas com deficiência nos termos da Lei nº 8.745/1993. Nas seleções da Instituição, conforme as normas relativas à contratação de servidores públicos, são realizadas provas de conhecimentos teóricos. Cada edital de concurso público de provas estabelece critérios diferenciados e cada área possui especificidades definidas.

O IFRS possui política de capacitação de seus servidores prevista no Programa de Capacitação dos Servidores aprovado pela Resolução CONSUP nº 114/2014. Existe uma série de ações realizadas aos TAE de forma a garantir o aumento da qualificação e da escolaridade:

- eventos de capacitação;
- oferta de cursos *in company*;

- capacitações isoladas;
- licença-capacitação;
- bolsa de estudos;
- liberação de carga horária;
- afastamento para cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Todavia, o IFRS ainda precisa avançar nos seguintes temas: Programa de Iniciação ao Serviço Público; elevar a escolaridade dos TAEs.

A realização do Programa de Iniciação ao Serviço Público, para atender aos servidores de todos as unidades, será preferencialmente realizado em modalidade a distância. Pretende-se capacitar os novos TAEs, que se encontram em período de avaliação do estágio probatório, acerca de temas como: introdução ao IFRS; legislação educacional; inclusão; primeiros socorros; saúde, segurança no trabalho e meio ambiente; ética no serviço público; processos administrativos; orçamento público, licitações e contratos; legislação de pessoal; funcionamento da carreira TAE e docente.

A elevação da escolaridade é uma ação importante e necessária ao aumento da qualificação das atividades administrativas realizadas pelos TAEs. Pretende-se elevar a qualificação, para que, no mínimo, 70% dos TAE possuam titulação superior ao exigido ao cargo até 2023.

Servidores com Qualificação Superior exigido pelo Cargo	**2018***	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Doutores	17	20	22	25	30	35
Mestres	96	105	120	145	160	175
Especialistas	220	235	250	265	290	315
Graduados	115	130	145	160	170	180
Técnicos em Nível Médio	17	15	11	7	3	0

Ensino Médio	21	16	12	8	4	0
Totais	**486**	**521**	**560**	**610**	**657**	**705**

Quadro 130 - Projeção do aumento de escolaridade dos TAEs do IFRS

* Devido aos problemas cadastrais encontrados no SIGRH, utilizou-se para mensurar os quantitativos as concessões de Incentivo à Qualificação no SIAPE em setembro de 2019. Nos quantitativos demonstrados constam somente os servidores com qualificação superior ao exigido para a admissão ao cargo.

7.2.5 Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PDIPCCTAE)

O PDIPCCTAE está delineado no Decreto n° 5.825, de 29 de junho de 2006, e visa atender aos dispositivos da Lei n° 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O PDIPCCTAE é composto por três programas: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e Programa de Avaliação de Desempenho. A elaboração do referido plano deve ter como princípios norteadores:

> Lei 11.091/2005
>
> Artigo3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:
>
> I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino;
>
> II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes;
>
> III - qualidade do processo de trabalho;
>
> IV - reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão;
>
> V - vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições;
>
> VI - investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público;
>
> VII – desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais;
>
> VIII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;
>
> IX - avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas

> institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e
>
> X - oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas;
>
> Decreto nº 5.825/2016
>
> Artigo 2º A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
>
> I - cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação;
>
> II - co-responsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
>
> III - adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.

A elaboração do PDIPCCTAE tem por objetivo principal garantir e reconhecer a função estratégica dos TAEs para a instituição. Além disso, o TAE pode se apropriar do seu processo de trabalho, tornando-se sujeito do planejamento institucional. Com isso, é de se esperar que haja um aprimoramento dos processos de trabalho, a partir da construção coletiva das equipes, propiciando que haja o aprimoramento de todos os envolvidos e a construção coletiva de soluções para a melhoria das políticas institucionais.

Igualmente, o plano objetiva a reflexão crítica dos TAEs sobre o seu trabalho, que é vinculado aos objetivos institucionais. Portanto, a tônica do PDIPCCTAE é articular diversas ferramentas de gestão com o planejamento institucional, propiciando que os integrantes da carreira PCCTAE possam contribuir com a concretização desses objetivos, com a qualidade dos serviços prestados à sociedade, com o desenvolvimento das potencialidades de cada servidor e com a realização profissional.

O PDIPCCTAE é de responsabilidade do dirigente máximo da IFE (Reitor) e das chefias de unidades acadêmicas e administrativas (Diretor-geral) em conjunto com a DGP, conforme o § 1º, do artigo 5º, do Decreto nº 5.825/2006. Além disso, também está previsto no § 3º, do artigo 5º, do Decreto nº 5.825/2006, a competência da CIS em acompanhar e fiscalizar o PDIPCCTAE.

7.2.5.1 Do Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal

Como já visto no título 7.2.2, o quadro de pessoal TAE do IFRS teve um aumento significativo em função da expansão. Paralelo a isso, verificou-se que o IFRS, desde sua fundação, nunca elaborou formalmente uma proposta de implementação do dimensionamento de pessoal. São reconhecidas ações isoladas em alguns *campi*, mas não há um projeto institucionalizado.

Nesse cenário, o dimensionamento de pessoal torna-se uma ferramenta fundamental na medida em que permite a criação de critérios claros e objetivos para a construção de uma matriz de alocação de cargos e para a criação de critérios para a distribuição de vagas no âmbito do IFRS.

Conforme disposto no artigo 6°, do Decreto n° 5.825, o PDIPCCTAE é organizado mediante a análise do quadro de pessoal do IFRS, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; à análise da estrutura organizacional do IFRS e suas competências; à análise dos processos e condições de trabalho; às condições tecnológicas do IFRS. As etapas previstas são:

> I - identificação da força de trabalho do IFRS e sua composição, incluindo todos os vínculos (pessoal do quadro, pessoal terceirizado, bolsistas, dentre outros);
>
> II - descrição das atividades dos setores, formais e informais, relacionando-as aos ambientes organizacionais e à força de trabalho;
>
> III - descrição das condições tecnológicas e de trabalho, a composição etária e de saúde ocupacional da força de trabalho do IFRS;
>
> IV - identificação da forma de planejamento, avaliação e do nível de capacitação da força de trabalho do IFRS;
>
> V - análise dos processos de trabalho com indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas;
>
> VI - identificação da necessidade de redefinição da estrutura organizacional e das competências das unidades do IFRS;

VII - definição e aplicação da matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho do IFRS;

VIII - comparação entre a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes;

IX - remanejamento interno de pessoal com vistas ao ajuste da força de trabalho à matriz de alocação de cargos; e

X - identificação da necessidade de realização de concurso público, a fim de atender às demandas institucionais.

7.2.5.2 Do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento

O IFRS possui o Programa de Capacitação desde o ano de 2011. O primeiro programa foi elaborado pela DGP da Reitoria em conjunto com os órgãos de gestão de pessoas dos *campi* do IFRS e aprovado pelo CONSUP sem, contudo, ter as ações propostas vinculadas ao planejamento estratégico da Instituição. O plano, à época, foi elaborado com base em três linhas de ação: a capacitação para o desenvolvimento dos servidores, o treinamento funcional e as ações de qualidade de vida. É possível identificar uma maior ênfase em cursos de capacitação para a gestão institucional, mas nenhuma ação de qualificação de educação formal.

No ano de 2012 houve aprovação no CONSUP de novo Programa de Capacitação. O documento já contava com avanços importantes que convergiam ao que preveem os dispositivos legais, tais como as linhas de desenvolvimento e a inclusão de ações voltadas à política de qualificação de educação formal. Entretanto, o item mais importante desse documento é o acréscimo do Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC) como um instrumento que tem como objetivo fundamental convergir as demandas por melhorias das atividades afins do IFRS com os interesses institucionais, superando a fragmentação criada por ações de capacitação destinadas exclusivamente à aquisição de conhecimentos individuais. O levantamento proposto no documento traz a ideia de protagonismo dos trabalhadores em seus locais de trabalho, bem como a devida vinculação ao cumprimento das metas institucionais.

Após o ano de 2012, o Programa de Capacitação foi revisado no final de 2014, com uma série de avanços, em especial a liberação de carga horária para capacitação

formal dos servidores. Os avanços trazidos pelo Programa de Capacitação não foram acompanhados da vinculação de ações de capacitação a um planejamento estratégico institucional. Ou seja, as ações ainda estão individualizadas aos anseios pessoais dos servidores sem necessariamente haver uma vinculação aos objetivos estratégicos do IFRS. Sugere-se, como meta, criar dispositivo que regule a forma como o planejamento das equipes de trabalho deve ser feito, a fim de apontar as metas e reais necessidades de capacitação para o período planejado. Identifica-se este como sendo um problema atual na implementação do Programa de Capacitação e entende-se que o planejamento estratégico anual das equipes de trabalho, vinculado ao PDI Institucional, deve ser tarefa de todos os servidores do IFRS. Sendo assim, tal planejamento deve ser registrado formalmente e publicizado para que seja de conhecimento e também para que possa ser objeto de avaliação ao final do período.

7.2.5.3 Programa de Avaliação de Desempenho

Na lógica do PDIPCCTAE, a avaliação de desempenho é o momento mais nobre do processo de pensar, planejar e pactuar metas e ações que visem ao cumprimento da missão institucional. Avaliar o desempenho dos TAEs é o momento em que as equipes se reúnem e avaliam todo o processo. O desempenho individual é um dos elementos a ser considerado, mas não o único.

O processo de avaliação de desempenho, para além de propiciar o desenvolvimento nas carreiras docente e técnico-administrativo, também deve ser capaz de contribuir para o diagnóstico dos problemas e para a sua superação, permitindo que se desenvolvam condições técnicas aos TAEs para a melhoria dos serviços prestados. Tal processo deve integrar o processo de avaliação institucional e estar orientado por metas e objetivos planejados estrategicamente por todas as equipes de trabalho, as quais definirão coletivamente as responsabilidades individuais e coletivas, sempre referenciadas nas expectativas do seu público usuário.

A diversidade de fazeres e atribuições dos servidores do IFRS, sejam eles docentes ou técnicos administrativos, faz com que a avaliação de desempenho deva ser composta de instrumentos de coleta e análise que contemplem a dimensão quantitativa, mas - e sobretudo - também a dimensão qualitativa. A avaliação de desempenho é o instrumento que permite mensurar se o planejamento estratégico das equipes de trabalho e o levantamento das necessidades de capacitação foram bem articulados para que

possamos cumprir com nossos objetivos. Também consiste numa ferramenta importante de diagnóstico que subsidia o programa de capacitação, mede o bom atendimento ao público e baliza a política de gestão de pessoas.

O Decreto n° 5.825/2006, em seu artigo 3º, inciso VII, caracteriza a avaliação de desempenho como:

> VII - avaliação de desempenho: instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho, mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, previamente pactuadas com a equipe de trabalho, considerando o padrão de qualidade de atendimento ao usuário definido pela IFE, com a finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento institucional e do servidor.

O processo de avaliação de desempenho, sob a ótica colocada na legislação, deve ser um processo pedagógico e participativo de execução descentralizada. Os artigos 8°, 9° e 10 do Decreto n° 5.825/2006 apresentam os conceitos e princípios do programa de avaliação de desempenho da carreira PCCTAE:

> Artigo 8º O Programa de Avaliação de Desempenho terá por objetivo promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.
>
> § 1º O resultado do Programa de Avaliação de Desempenho deverá:
>
> I - fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE;
>
> II - propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho;
>
> III - identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho;
>
> IV - subsidiar a elaboração dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; e
>
> V - aferir o mérito para progressão.

§ 2º O Programa de Avaliação de Desempenho, como processo pedagógico, coletivo e participativo, abrangerá, de forma integrada, a avaliação:

I - das ações da IFE;

II - das atividades das equipes de trabalho;

III - das condições de trabalho; e

IV - das atividades individuais, inclusive as das chefias.

§ 3º Os instrumentos a serem utilizados para a avaliação de desempenho deverão ser estruturados, com base nos princípios de objetividade, legitimidade e publicidade e na adequação do processo aos objetivos, métodos e resultados definidos neste Decreto.

Artigo 9º A aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer no mínimo uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.

Artigo 10. Participarão do processo de avaliação todos os integrantes da equipe de trabalho e usuários, conforme estabelecido no parágrafo único.

Parágrafo único. Caberá à IFE organizar e regulamentar formas sistemáticas e permanentes de participação de usuários na avaliação dos serviços prestados, com base nos padrões de qualidade em atendimento por ela estabelecidos.

A implementação completa do PDIPCCTAE, conforme estabelecido na legislação, é de fundamental importância estratégica para o IFRS. O PDIPCCTAE deve ter a metodologia definida por equipe multidisciplinar, contando com representação da comunidade acadêmica do IFRS. A metodologia deve definir todos os passos de implementação, incluindo:

1. o delineamento metodológico do dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal com vistas à definição de modelo de alocação de vagas, com a realização de projetos piloto e de validação de instrumentos de coleta de dados que contemplem os seguintes objetivos: levantamento do perfil pessoal e profissional dos TAEs de cada equipe de trabalho e das chefias, incluindo formação, tempo de

serviço, tempo para aposentadoria, capacitação, histórico de experiências e setores nos quais já trabalharam, etc.; levantamento dos processos e fluxos de tarefas; levantamento das condições de trabalho, tecnológicas e de saúde ocupacional.

2. a revisão do programa de capacitação, tornando mais clara a vinculação do levantamento de necessidades de capacitação com o planejamento estratégico da unidade e com o PDI do IFRS, bem como desburocratizando certos processos e fluxos;
3. a revisão do programa de avaliação de desempenho, tornando-o uma verdadeira ferramenta de correção de rumos, com pareceres descritivos e avaliação feita pela equipe de trabalho, contemplando as dimensões coletivas e individuais;
4. o cronograma completo de todas as etapas.

Para a implementação do PDIPCCTAE sugere-se que seja realizada sua apreciação no CONSUP. Estipula-se como meta de encaminhar-se uma proposta do PDIPCCTAE até o fim de 2020. A implementação do PDIPCCTAE deverá ocorrer até 2023.

7.2.6 Proposta de Metas e Objetivos Políticos - PDI 2019-2023

Para organizar o que se pretende realizar no IFRS no período de 2019 e 2023 faz-se uma separação entre Objetivos Institucionais e Objetivos Políticos.

As Objetivos Institucionais são aqueles de competência do IFRS, sem necessidade de atos administrativos de outros órgãos (MEC, MDPG, AGU, CGU, TCU, outros). Ou seja, havendo esforços do IFRS os objetivos podem ser alcançados sem a dependência de outras instituições.

As Objetivos Políticos são aqueles que o IFRS pretende realizar, mas estão fora de sua competência. São as ações elencadas como importantes, mas dependem dos atos administrativos de outros órgãos.

São listadas os seguintes Objetivos:

- garantir 80% do quadro de pessoal TAE previsto na Portaria MEC nº 246/2016 de todas as unidades do IFRS;
- definir o dimensionamento quantitativo dos *campi* em relação ao quadro previsto pela Portaria MEC nº 246/2016;
- elevar a qualificação, para que, no mínimo, 70% dos TAEs possuam titulação superior ao exigido ao cargo até 2023 (alterado);
- elaborar o Programa de Iniciação ao Serviço Público do IFRS;
- revisar o Programa de Capacitação do Servidores do IFRS;
- elaborar o Programa de Avaliação dos TAEs do IFRS;
- elaborar o Dimensionamento dos TAEs do IFRS;
- elaborar o PDIPCCTAE.

São descritos os seguintes Objetivos Políticos:

- pleitear a alteração do QRSTAE junto ao MEC, para que se viabilize a implementação integral da Portaria MEC nº 246/2016;
- solicitar a alteração da tipologia do *Campus* avançado Veranópolis através do pedido de modificação da Portaria MEC nº 246/2016;
- solicitar a alteração da tipologia dos *Campi* Porto Alegre, Sertão e Rio Grande através do pedido de modificação da Portaria MEC nº 246/2016;
- solicitar a alteração da tipologia dos *Campi* Rolante e Vacaria para *Campus* agrícola através do pedido de modificação da Portaria MEC nº 246/2016;
- pleitear a contratação, por tempo determinado, nos termos da Lei nº 8.745/1993, dos profissionais para atendimento às pessoas com deficiência;
- fomentar a criação, por lei, dos cargos de Contador, Pedagogo e Psicólogo, garantindo a lotação mínima de um profissional por *campus*.

7.3. Ações e Políticas de Gestão de Pessoas

No presente título, pretende-se destacar as ações e políticas de Gestão de Pessoas pretendidas que contemplam todos os servidores do IFRS. Para sua realização, conta-se como proponente a DGP, e como parceiros: o Comitê de Gestão de Pessoas, a CIS e a

CPPD. Em cada subtítulo subsequente será realizado uma breve introdução, a avaliação dos resultados obtidos do PDI 2014-2018 e as metas a serem alcançadas até 2023.

7.3.1 Administração de Pessoas

A administração de Pessoas tem como objetivo a realização das ações relativas ao ingresso e mobilidade dos servidores, aos registros funcionais, ao pagamento de folha dos servidores e as aposentadorias e pensões nos casos de falecimento. A avaliação dos resultados do PDI 2014-2018 já constam nos títulos 7.1.1 e 7.2.1.

São descritos os seguintes Objetivos:

- sistematizar e elaborar sistema unificado dos procedimentos de ingresso e vacância de servidor de modo a facilitar as consultas de informação acerca dos atos administrativos;
- revisar a atual normativa de Mobilidade dos Servidores do IFRS, de forma a garantir a realização de redistribuições somente através de editais públicos;
- implementar o legado do Assentamento Funcional Digital;
- tornar os procedimentos de cadastro e folha de pagamento mais eficientes para que se evite a necessidade da abertura de processos de restituição ao erário e exercícios anteriores;
- sistematizar os procedimentos de restituição ao erário de forma a tornar os processos mais eficientes;
- elaborar formação e guia de preparação para aposentadoria dos servidores.

7.3.2 Desenvolvimento de Pessoas

O Desenvolvimento de Pessoas tem como objetivo a realização das ações relativas ao estágio probatório, ao desenvolvimento nas carreiras e à capacitação dos servidores. A avaliação dos resultados do PDI 2014-2018 já constam nos títulos 7.1.4 e 7.2.4.

São descritas as seguintes Metas:

- elaborar o Programa de Iniciação ao Serviço Público do IFRS;
- participar da revisão do Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS;
- propor normativa unificada de afastamentos para capacitação *stricto sensu* junto ao Comitê de Gestão de Pessoas, CIS e CPPD;
- propor normativa de afastamentos dos servidores para o exterior junto ao Comitê de Gestão de Pessoas, CIS e CPPD;
- propor elaboração de normativa para pagamento de Gratificação de Encargos de Cursos e Concursos e seleção de servidores para ministrar cursos no IFRS junto ao Comitê de Gestão de Pessoas, CIS e CPPD;
- propor a elaboração de normativa para Licença Capacitação para atividades voluntárias junto ao Comitê de Gestão de Pessoas, CIS e CPPD;
- estruturar as informações necessárias à implementação de sistema informatizado para otimizar os procedimentos de capacitação e afastamentos de capacitação.

7.3.3 Saúde do Servidor

A Coordenadoria de Saúde do Servidor tem como objetivo a realização das ações relativas à segurança, ao bem-estar e à saúde dos servidores. A avaliação dos resultados do PDI 2014-2018:

1) **Estruturação de equipe para trabalhar na elaboração e execução de Projeto relacionado à Saúde, Segurança e Qualidade de Vida dos Servidores do IFRS, viabilizando o ingresso de servidores técnico-administrativos**. A Equipe de saúde foi ampliada, contando atualmente com Médico, Psicólogo, Nutricionista, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho.
2) **Implantar uma Unidade SIASS, na região de Erechim, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).** O IFRS implementou unidade SIASS com sede em Bento Gonçalves. Além disso, criou a extensão SIASS em Erechim, em parceria da UFFS, com o atendimento de Médico e Assistente em Administração.

São descritos os seguintes Objetivos:

- realizar medições em campo de agentes nocivos para fins de desenvolvimento e atualização de laudos e PPRA de todos os ambientes de trabalho do IFRS;
- encaminhar ao CONSUP proposta de alteração do Regimento da CISSPA para facilitar composição das comissões nas unidades e ampliar a atuação da CISSPA;
- fortalecer as ações realizadas pela CISSPA das unidades do IFRS;
- propor Programas de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Violência Psicológica e Adoecimento Mental dos servidores do IFRS.

7.3.4 Comitê de Gestão de Pessoas

O Comitê de Gestão de Pessoas é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem como objetivo propor, participar, acompanhar, atuar e assessorar as ações e políticas de gestão de pessoas do IFRS. Não há objetivos previstos no PDI 2014-2018 para o Comitê de Gestão de Pessoas, pois somente com a revisão do Regimento Geral realizada em março de 2017 se instituiu o colegiado.

São descritas os seguintes Objetivos:

- revisar, atualizar e sistematizar o Manual de Procedimentos de Gestão de Pessoas;
- integrar aos procedimentos de Gestão de Pessoas o apontamentos revelados no Plano de Integridade do IFRS, em especial, sobre as questões de nepotismo e conflito de interesse;
- apreciar todas as normas de pessoal.

CAPÍTULO 8

ASSUNTOS ESTUDANTIS

O Capítulo de Assuntos Estudantis busca contemplar os objetivos estratégicos **R1 – Promover ações de formação para a cidadania**; **R4 – Promover ações que visem ao desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e político da comunidade**; **P5 – Fortalecer núcleos de ações afirmativas e assistência estudantil**; **P6 – Fomentar a política alimentar e nutricional**.

8.1 Assistência Estudantil

8.1.1. Cenário atual - Política de AE

A política de AE do IFRS completa, em 2018, seu quinto ano de aprovação por meio da Resolução nº 086/2013 do CONSUP. Ao pautar como princípios a equidade, a gestão democrática e a garantia de condições de acesso e permanência dos estudantes, o referido documento vincula-se diretamente à democratização dos conhecimentos como pressuposto de uma educação progressista comprometida com um projeto societário baseado na igualdade de direitos e oportunidades, os quais são defendidos pelo PPI.

Ao longo dos últimos quatro anos, a AE realizou importantes ações, quais destacam-se:

I - composição de calendário de pagamento de auxílios sincronizado;

II - construção de diretrizes de distribuição orçamentária;

III - normatização dos auxílios e ações universais, bem como formas de execução orçamentária;

IV - estabelecimento de mais um tipo de auxílio;

V - uniformização de editais e tipos de auxílio;

VI - estabelecimento de diretrizes únicas de avaliação socioeconômica para deferimento de auxílios;

VII - constituição de Comissões de AE nas 17 unidades do IFRS;

VIII - I Fórum da AE;

IX - reuniões de trabalho (GTPAE, Assistentes Sociais);

X - comissões de trabalho (Fórum, Instrumento de Vulnerabilidade; Módulo AE no SIGAA, Ações Universais, Avaliação de Impacto da AE).

A seguir consta a descrição da situação atual do IFRS, em relação aos pontos pactuados no PDI 2014 -2018, nos tópicos: Estrutura, Comunicação, Indicadores, Oferta de auxílios e Metas gerais.

8.1.2 Estrutura - Política de AE

Atualmente o IFRS conta com a seguinte composição nos órgãos propostos pela Política de AE:

Assessoria de AE: uma assistente social, apesar da proposta do PDI 2014-2018, descrever a estrutura da Assessoria de AE com Assistente Social e Psicólogo.

I. GTPAE: composto pela assessoria de AE e pelas coordenações de AE dos *campi*. A proposta do PDI vigente é do GTPAE é efetuar a revisão da Política de AE do IFRS, ao término de um ano de sua vigência, sendo encaminhada ao COEN para apreciação. Essa meta não foi cumprida pelo GTPAE. Uma das propostas era de manter o GTPAE em funcionamento, proporcionando espaço para as construções necessárias a implementação da Política da AE. O contexto atual demonstra que há um regimento interno aprovado, o qual prevê no mínimo duas reuniões por ano, sendo que efetivamente a maior parte das reuniões ocorreram a distância via webconferência. Ainda, em 2015, foi realizada apenas uma reunião presencial. No ano de 2018 foram realizadas duas reuniões presenciais até o mês de agosto, com previsão de uma terceira no mês de outubro.
II. Coordenação de AE: as coordenações AE nos *campi* do IFRS, atualmente, são exercidas conforme quadro abaixo.

Campus	Equipe			
	Assistente Social	**Psicóloga/ Psicólogo**	**Pedagoga/ Pedagogo**	**Outros profissionais**
Alvorada	1	0	0	Assistente de alunos (1)
Bento Gonçalves	1	2	0	Assistente de alunos (4), Nutricionista (1), Cozinheira (1), Técnica em Enfermagem (2), Enfermeira (1)
Canoas	1	1	1	Não
Caxias do Sul	1	1	1	Assistente em Administração (1)
Erechim	1	1	1	Assistente de alunos (1)
Farroupilha	1	1	1	Assistente de alunos (1)
Feliz	1	1	1	Assistente de alunos (1)
Ibirubá	1	1	1	Técnico em Assuntos Educacionais (1), Assistente de alunos (1)
Osório	1	1	2	Técnico em Assuntos Educacionais (3), Assistente de alunos (6)
Porto Alegre	1	2	1	Técnico em Assuntos Educacionais (1)
Reitoria	1	0	0	Não
Restinga	1	1	1	Não

Rio Grande	1	1	0	Técnico em Assuntos Educacionais (1)
Rolante	1	1	1	Técnico em Assuntos Educacionais (1)
Sertão	1	1	1	Assistente de alunos (8), Nutricionista (1), Médica (1), Enfermeira (1), Dentista (1)
Vacaria	1	0	0	Assistente de alunos (2)
Veranópolis	1	0	0	Técnico em Assuntos Educacionais (1), Assistente de alunos (1), Professor EBTT (2)
Viamão	1	1	1	Não
Total	18	16	12	

Quadro 131 - Estrutura atual da assistência estudantil nos *campi*

A estrutura atual das Coordenações de AE dos campi se configura da seguinte forma: 18 Assistentes Sociais, 18 Psicólogos e 13 Pedagogos. As equipes ainda são compostas por assistentes de alunos, técnico em assuntos educacionais, assistente em administração, enfermeiros, dentistas, médicos, nutricionistas e professores EBTT. Destaca-se que nem todos os campi possuem a estrutura mínima da AE.

III. Comissões de AE, meta cumprida, estruturadas em todos os *campi*, respeitando a periodicidade mínima de seis meses de suas reuniões e efetuando registros e encaminhamentos referentes ao definido em conjunto. Compõem as Comissões de AE membros dos seguintes segmentos: TAEs, docentes, discentes e coordenador da AE. As Comissões de AE são regulamentos por Regimentos Internos. Referente às Comissões de AE, conforme descrito na Política de AE:

> Artigo 18 As Comissões de Assistência Estudantil são órgãos dos câmpus que possuem em seu âmbito a função de apoiar as Coordenações de Assistência Estudantil no planejamento, execução e acompanhamento da Política de

Assistência Estudantil. § 1o As Comissões de Assistência Estudantil, regulamentadas por Regimento Interno Próprio, serão compostas pelo Coordenador da Assistência Estudantil, por 2 (dois) servidores docentes e 2 (dois) servidores Técnico- Administrativos em Educação, com mandato de 2 (dois) anos, e por 2 (dois) discentes, com mandato de 1 (um) ano. § 2 o Os membros das Comissões de Assistência Estudantil serão eleitos entre seus pares. Artigo 19 Cada mandato eletivo admitirá somente uma recondução. Artigo 20 Poderão participar na condição de candidatos à Comissão de Assistência Estudantil: I. os servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFRS, em exercício no câmpus; II. os discentes com matrícula ativa e frequência regimental em curso presencial do *campus*. Artigo 21 Compete às Comissões de Assistência Estudantil: I. participar da construção e da avaliação das ações da Assistência Estudantil, percebendo sua adequação às necessidades da comunidade acadêmica; II. apoiar a Assistência Estudantil na organização das ações para execução dos recursos; III.auxiliar na elaboração dos relatórios semestrais referentes aos programas, projetos e ações da Assistência Estudantil em execução no seu câmpus.

IV. Garantir espaços físicos adequados para as ações da AE – de convivência e troca com as equipes e para atendimentos específicos.

V. Comissão Mista de Gestão de Orçamento da AE composta por três membros do GTPAE, respeitando os três profissionais da Equipe Mínima; três membros do CD, respeitando as três fases de implantação dos *campi*; um membro da PROAD; um assessor de AE.

VI.

8.1.3 Comunicação - Política de AE

Atualmente, não há um plano conjunto de comunicação para AE do IFRS, ocasionando que cada *campus* possui plano de comunicação próprio, com informações

sendo veiculadas de diferentes modos, sendo que a maioria não possui local unificado de exposição de informações no site, como identificado no quadro abaixo:

Campus	**Comunicação**	
	Aba "Assistência Estudantil"	**E-mail: assistencia.estudantil@nomedo*campus*.ifrs.edu.br**
Alvorada	Não	Sim
Bento	Não	Sim
Canoas	Não	Sim
Caxias do Sul	Não	Sim
Erechim	Sim	Sim
Farroupilha	Não	Não
Feliz	Não	Sim
Ibirubá	Não	Sim
Osório	Sim	Sim
Porto Alegre	Não	Não
Reitoria	Não	Não
Restinga	Sim	Sim
Rio Grande	(Está na Aba e Ensino)	Sim
Rolante	Não	Sim
Sertão	Não	Sim

Vacaria	Não	Sim
Veranópolis	Não	Sim
Viamão	Não	Sim
TOTAL	2/18	15/18

Quadro 132 - Diagnóstico da comunicação da assistência estudantil nos *campi*

No PDI 2014-2018 é colocado:

"8.2.2.2 Estrutura mínima de Comunicação: A Política de Assistência Estudantil propõe como princípio a transparência na divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Estudantil, bem como, nos critérios para obtenção para a manutenção dos mesmos. Esse princípio propõe a necessidade de visibilidade e de identidade comunicacional.

8.2.2.3 Metas para os anos de 2014 e 2015, a meta é a criação de um Plano conjunto de Comunicação para Assistência Estudantil que prevê os seguintes pré-requisitos de divulgação:

I. Criação de Aba da Assistência Estudantil, na capa do site de cada *campus* contendo como subtítulos mínimos: Editais – subtítulo que deve agregar todos os Editais, retificações e listagens de resultados dos mesmos; Informações – subtítulo que deve conter informações sobre a Coordenação de Assistência estudantil, equipe, horários, contatos, programas e ações ofertadas, informativos, avisos e relatórios de transparência.

II. Criação do e-mail da Assistência Estudantil nos *campi* – e-mail padronizado assistência estudantil@orespectivo*campus*.ifrs.edu.br que deve ser recebido e respondido por toda a equipe que trabalha na Coordenação de Assistência Estudantil do mesmo, bem como servir de principal canal de comunicação com a comunidade interna e externa;

III. Confecção de banners das Assistências Estudantis – providenciar banners de informação expostos em local de grande acesso nos *Campi*, preferencialmente próximo ao setor de Registros Escolares dos mesmos, contendo informações gerais como definição da Assistência Estudantil, auxílios ofertados e contatos. A confecção de banners não foi executada em função da assistência estudantil do IFRS não possuir uma identidade visual padronizada.

IV. Confecção de folders das Assistências Estudantis – todas as Assistências Estudantis devem providenciar folders do passo a passo para a solicitação de auxílios estudantis e disponibilizando os mesmos aos estudantes no ato da matrícula e no balcão de atendimento ou recepção dos *Campi*. Não foram produzidos folders padronizados para todos os *Campi*, porém alguns *Campi* produziram o seu próprio folder para divulgação da AE.

V. Relatório de Transparência dos *Campi* - publicação anual de um Relatório de Transparência com dados referentes ao número de auxílios ofertados de cada modalidade, seus valores e montantes de execução mensal;

VI. Oportunizar que todos os estudantes tenham acesso aos Editais da Assistência Estudantil com sua exposição no site, na aba da Assistência Estudantil, subtítulo “Editais” e em locais de grande circulação de estudantes nos câmpus. Para os anos 2016 a 2018, as metas são manter, propor novas iniciativas e aprimorar as formas de comunicação entre as Assistências Estudantis e os estudantes de modo a facilitar o acesso e a articular os demais setores dos câmpus aos interesses de publicidade da Assistência Estudantil. Nem todos os Campi divulgaram o edital da forma proposta pelo PDI. ”

8.1.4 Indicadores - Política de AE

Atualmente, não há um diagnóstico sociodemográfico conjunto entre as AEs do IFRS, de modo a identificar semelhanças e diferenças entre o perfil dos estudantes do IFRS. Na mesma linha, cada *campus* efetua seus levantamentos de dados relativos ao aproveitamento e frequência, identificando de modo diferenciado os processos de evasão e traçando estratégias específicas de combate a mesma, bem como em relação à retenção escolar.

8.1.5 Oferta de Auxílios

No período 2014 – 2018, o IFRS contou com a oferta de auxílios estudantis apresentada no quadro abaixo.

Quantitativo de auxílios 2014/2018					
Campus	2014	2015	2016	2017	2018 (apenas 1º, 2º e 3º etapa)
Alvorada	0	90	140	151	183
Bento	682	183	280	271	277
Canoas	198	139	174	180	240
Caxias do Sul	129	187	275	356	338
Erechim	483	278	362	341	311
Farroupilha	380	146	214	191	164
Feliz	55	86	159	169	203
Ibirubá	187	119	99	147	150
Osório	123	83	148	215	283
Porto Alegre	828	442	470	465	491
Reitoria	0	0	0	0	0
Restinga	476	298	410	501	333
Rio Grande	627	617	598	753	815
Rolante	0	0	56	193	320
Sertão	827	391	627	579	567

Vacaria	0	27	49	84	131
Veranópolis	0	0	39	36	35
Viamão	0	133	185	197	219
TOTAL	5378	3131	4433	4757	5007
TOTAL GERAL	22706				

Quadro 133 - Quantitativo de auxílios 2014/2018

8.1.6 Iniciativas - Política de AE

Tendo em vista o cenário e o diagnóstico realizado do último PDI, propõem-se para os próximos cinco anos de vigência deste PDI:

- garantir a participação estudantil efetiva nos espaços decisórios institucionais;

- ampliar, consolidar e fortalecer da Equipe Mínima na Reitoria, nos *campi* e nas residências estudantis, com assistente social, psicólogo, pedagogo e assistente de alunos, técnico em assuntos educacionais;

- planejar, promover, implementar e atuar no acompanhamento e na avaliação de programas, projetos e ações que envolvam a atenção educacional, social e de saúde estudantil que contribuam para a permanência e êxito e qualidade de vida dos e das estudantes;

- atuar nos colegiados dos cursos e conselhos de classe.

- contribuir em pesquisas e publicização de dados sobre o Diagnóstico Sociodemográfico;

- deliberar sobre os critérios de utilização dos recursos orçamentários/financeiros;

- deliberar sobre melhorias físicas dos espaços de atendimentos estudantil;

- participar do GTPAE do IFRS;

- publicar edital anual de circulação interna para concessão de auxílios estudantis, realizar inscrições, seleção e acompanhamento dos estudantes contemplados;

- informatizar e dar transparência dos processos de AE e ampliação da divulgação e dos editais auxílios estudantis;

- consolidar as ações de caráter universal e criação da Comissão Permanente de Ações Universais ligada a PROEN.

8.1.7 Mensuração das iniciativas - Política de AE

Como formas de mensuração propõem-se:

- levantamento da participação estudantil nos espaços institucionais decisórios;

- mapeamento da composição das equipes AE e residência estudantil dos *campi*;

- mapeamento de programas, projetos e ações que envolvam a atenção educacional, social e de saúde dos estudantes;

- levantamento da participação das AE nas decisões e critérios de utilização dos recursos orçamentários/financeiros;

- mapeamento dos espaços de atendimentos individuais aos estudantes;

- mapeamento da informatização, transparência e divulgação dos processos de AE.

Mensuração das iniciativas	Indicador	Como
- Levantamento da participação estudantil nos espaços institucionais decisórios	Número de participação de estudantes nas reuniões do CONSUP. Número de participação de estudantes nas reuniões do CONCAMP. Número de participação de estudantes nos colegiados de curso. Número de participação de estudantes nos eventos institucionais. Número de estudantes que participam dos núcleos. Número de comissões da AE que possuem participação de estudantes.	Levantamento de informações junto a diferentes espaços da Instituição, como Direção de Ensino, Pró-reitorias, Direção-geral entre outros. Análise das portarias de composição das comissões de AE dos *campi.*
- Mapeamento da composição das equipes AE e residência estudantil dos *campi*	Número de servidores e cargos que compõem a equipe da AE e residência estudantil.	Consulta às equipes de AE dos *campi*.
Mapeamento de programas, projetos e ações que envolvam a atenção educacional, social e de saúde dos estudantes	Número de programas, projetos e ações que envolvam a atenção educacional, social e de saúde dos estudantes.	Consulta ao COEN, COPPI e COEX. Consulta as AEs. Consulta aos NAAFs.
Levantamento da participação das AE nas decisões e critérios de	Números de AEs que participam das decisões. Números de AEs que participam das equipes diretivas dos *campi*.	Consulta as direções-gerais dos *campi*. Consulta as AEs dos

utilização dos recursos orçamentários/financeiros	Categorização dos critérios de utilização dos recursos orçamentários/financeiros.	*campi*.
Mapeamento dos espaços de atendimentos individuais aos estudantes	Quantitativo de *campi* com espaço adequado para atendimentos individuais aos estudantes.	Consulta as AEs dos *campi*.
Mapeamento da informatização, transparência e divulgação dos processos de AE.	Quantitativo de *campi* que possuem informatização dos processos de AE. Quantitativo de *campi* que possuem relatórios de divulgação dos processos de AE. Quantitativo de *campi* que possuem relatórios de transparência dos processos de AE.	Consulta as AEs dos *campi*. Consulta aos estudantes e servidores.

Quadro 134 - Propostas Assistência Estudantil

8.2 Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

8.2.1 Cenário atual - Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

O IFRS, por meio da sua PAF (Resolução nº 22 de 25/02/14), contempla ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas e para a defesa dos direitos humanos. A referida Política propõe medidas especiais para acesso, permanência e êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escola pública.

Para acompanhar a implementação da PAF, a Instituição conta com uma comissão, composta por representantes: da AAI, dos Núcleos Institucionais vinculados às Ações Afirmativas, do COEN, do COEX, do CODI, da AE e da CPA.

Também, o IFRS conta com a AAID e o CTA, vinculados à Reitoria; e com núcleos vinculados às Ações Afirmativas, nos *campi*, conforme detalhamento abaixo:

- AAID: é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS, de acordo com a Nota Técnica da SETEC/MEC nº 272/2010. Sua finalidade é promover a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades educacionais específicas para o Mundo do Trabalho, a valorização da identidade étnico-racial, a inclusão da população negra e da comunidade indígena, em todos os setores, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação.

- CTA: teve sua criação e atuação regulamentada pela Portaria nº 1153/2015 e pela IN/PROEX nº 10/2015 respectivamente. É o setor responsável por propor, orientar e executar ações de extensão, pesquisa e desenvolvimento em acessibilidade arquitetônica, instrumental, comunicacional, programática, metodológica, atitudinal e recursos de tecnologia assistiva no IFRS. Dentre as principais competências do CTA, destacam-se:

- desenvolvimento de metodologias para a implementação de soluções acessíveis para pessoas com deficiência;
- produção de Tecnologia Assistiva de baixo custo;
- criação de sites, portais e sistemas web acessíveis;
- realização de avaliação de acessibilidade virtual;
- construção de materiais didático-pedagógicos acessíveis/adaptados;
- promoção de cursos, capacitações, palestras e oficinas.

- NAPNEs: são órgãos de assessoramento dos *campi*, instituídos em cada *campus*, por portaria do Diretor-geral e constituem-se como um setor propositivo e consultivo que media a educação inclusiva na Instituição. São facilitadores e disseminadores de ações inclusivas, buscando não apenas a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nos bancos escolares, mas, também, sua permanência e saída exitosa para o Mundo do Trabalho, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão.

- NEABIs: são instituídos por portaria do Diretor-geral em cada *campus*. Constituem-se como um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa.

- NEPGSs: criados por portaria instituída em cada *campus*, constituem-se como um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade.

- NAAfs: criados por portaria instituída nos *campi* e na Reitoria, constituem-se como um setor propositivo e consultivo que media as ações afirmativas na Instituição, congregando as ações NAPNEs, NEABIs e NEPGSs, os quais estão regulamentados em documento próprio.

A seguir apresentamos o levantamento dos núcleos no IFRS.

Campus	**NAPNE**	**NEABI**	**NEPGS**	**NAAF**
Alvorada	Não	Não	Não	Sim
Bento Gonçalves	Sim	Sim	Sim	Não
Canoas	Sim	Sim	Sim	Não
Caxias do Sul	Sim	Sim	Sim	Não
Erechim	Sim	Sim	Sim	Não
Farroupilha	Sim	Sim	Sim	Não
Feliz	Sim	Sim	Sim	Não
Ibirubá	Sim	Sim	Sim	Não
Osório	Sim	Sim	Sim	Não
Porto Alegre	Sim	Sim	Sim	Não
Restinga	Sim	Sim	Sim	Não
Rio Grande	Sim	Sim	Sim	Não
Rolante	Não	Não	Não	Sim

Sertão	Sim	Sim	Sim	Não
Vacaria	Não	Não	Não	Sim
Veranópolis	Não	Não	Não	Sim
Viamão	Não	Não	Não	Sim

Quadro 135 - Diagnóstico dos núcleos nos *Campi*

8.2.2 Iniciativas - Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

São descritas as Iniciativas abaixo:

- criação de processo de ingresso específico para indígenas e quilombolas;

- acessibilidade universal do processo de ingresso;

- aprimorar o trabalho da comissão de heteroidentificação;

- ampliar e qualificar os projetos desenvolvidos pelos núcleos;

- garantir as diversas dimensões de acessibilidade (atitudinal, física, comunicacional, metodológica, programática e instrumental) para todos;

- implementar e aprimorar adaptações curriculares e avaliações diferenciadas para permanência e êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas, indígenas e quilombolas;

- promover ações conjuntas de atendimento estudantes com necessidades educacionais específicas, indígenas e quilombolas;

- criação e estruturação de setor com servidor(es) vinculado(s), com carga horária integral destinada aos núcleos;

- ampliação da carga horária específicas dos servidores envolvidos para atuação nos núcleos;

- fomentar formações continuadas nas temáticas que envolvam as ações dos núcleos;

- maior visibilidade institucional para os núcleos;

- estabelecimento de ações contra toda forma de preconceito e diversos tipos de assédios;

- garantir recursos específicos para os núcleos;

- consolidação das datas das ações afirmativas no calendário institucional;

- garantir o profissional para o Atendimento Educacional Especializado (AEE);

- garantir a representatividade de gênero, étnico-racial, necessidades específicas e diversidade nos espaços institucionais;

- criar programa institucional de monitoria para estudantes indígenas, quilombolas, e estudantes com necessidades educacionais específicas;

- ampliar a equipe da AAID.

8.2.3 Mensuração das iniciativas - Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade

Para mensurar as Iniciativas, serão considerados os seguintes critérios:

- mapeamento dos candidatos indígenas e quilombolas;

- avaliação dos processos referente a comissão de heteroidentificação.

- mapeamento das ações desenvolvidas pelos núcleos;

- levantamento das ações relacionadas às dimensões de acessibilidade;

- mapeamento do quadro de pessoal e da realidade física e financeira.

Mensuração das iniciativas	Indicador	Como
Mapeamento dos candidatos indígenas e quilombolas	Número de indígenas e quilombolas inscritos no processo de ingresso. Número de indígenas e quilombolas aprovados no processo de ingresso. Número de indígenas e quilombolas matriculados no processo de ingresso.	Utilização do banco de dados do processo de ingresso. Utilização do banco de dados dos estudantes matriculados.
Avaliação dos processos referente a Comissão de Heteroidentificação	- Número de candidatos reprovados pela Comissão. - Número de candidatos aprovados após recurso. - Análise da informações coletadas junto às comissões de heteroidentificação.	Tabulação das informações presentes nos instrumentos de avaliação da Comissão de Heteroidentificação. Utilização do banco de dados do número de candidatos avaliados, aprovados, reprovados e aprovados com recurso.
Mapeamento das ações desenvolvidas pelos núcleos	Número de projetos desenvolvidos pelos núcleos do IFRS. Número de estudantes com necessidades educacionais específicas, indígenas e quilombolas atendidos pelo IFRS. Número de ações específicas para estudantes com necessidades educacionais específicas, indígenas e quilombolas. Número de medidas disciplinares	Tabulação dos dados das tabelas de acompanhamento das ações afirmativas.

	aplicadas contra praticantes de assédios e preconceitos. Número de ações formativas realizadas sobre as temática dos núcleos.	
Levantamento das ações relacionadas às dimensões de acessibilidade	Checklist da acessibilidade dos *campi* do IFRS. Número de estudantes atendidos com adaptação curricular. Número de estudantes atendidos com avaliação diferenciada.	Coleta de dados junto às diretorias de ensino, núcleos, comissões e GTs.
Mapeamento do quadro de pessoal e da realidade física e financeira	Número de servidores envolvidos com os núcleos. Carga horária média de dedicação aos núcleos. Verba destinada aos núcleos por *campus* e pela Reitoria. Quantidade de espaço físico destinado aos núcleos. Número de *campus* com servidor específico para os núcleos. Número de servidores específicos para a AAID.	Coleta de dados junto aos núcleos e Assessoria.

Quadro 136 - Propostas Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade

8.3 Ingresso

8.3.1 Cenário atual - Ingresso

A busca de acesso ao IFRS a partir do processo de ingresso é um dos primeiros contatos dos estudantes com a Instituição e, compreendendo a importância de atender

adequadamente aos seus futuros estudantes, é um dos objetivos aprimorar o processo de ingresso.

Com isso, uma das ações relacionadas a esse objetivo foi a qualificação, buscando-se garantir o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas, a inserção da população com maior vulnerabilidade e a adoção da política de ações afirmativas. Assim, o IFRS trabalha na aplicação e aperfeiçoamento do sistema de cotas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012, facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante.

Da mesma forma, está implantada a reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme Lei nº 13.409/2016.

Nesse cenário, o IFRS possui aprovada a Política de Ingresso Discente (PID), aprovada pela Resolução nº 053, de 11 de julho de 2017, do CONSUP, que é definida como o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a concepção, a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos para a implantação de ações que promovam o ingresso de novos estudantes, em consonância com a Lei nº 11892/2008, com o PPI, o PDI, a Política de Ações Afirmativas do IFRS, a Política de AE e de acordo com as demais legislações vigentes.

Na busca da qualificação dos processos de ingresso e no atendimento das finalidades dos IFs, em 2018, aprovou-se a Resolução nº 046, de 21 de agosto de 2018, que altera a PID do IFRS, aprovada pela Resolução nº 053, de 11 de julho de 2017, definindo o sorteio como um dos instrumentos para ingresso nos cursos técnicos de nível médio; e o processo de acompanhamento e avaliação da PID, quando, anualmente, os dados serão analisados e apresentados ao CONSUP de forma a subsidiar as decisões acerca da PID, bem como desencadear ações de superação no âmbito do IFRS.

A seguir insere-se o histórico de inscritos do processo de ingresso no IFRS desde 2015, com exceção do PROEJA, onde o processo de ingresso é realizado pelos *campi*.

CAMPUS	MODALIDADE	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2
ALVORADA	INTEGRADO	-	-	-	-	152	-	198	-

ALVORADA	SUBSEQUENTE	-	-	67	124	-	132	104	53
ALVORADA	CONCOMITANTE	-	-	-	-	-	47		-
ALVORADA	CONCOMITANTE E/OU SUBSEQUENTE	-	-	-	-	-	-	44	-
BENTO GONÇALVES	CONCOMITANTE	86	-	96	-	160	-	-	-
BENTO GONÇALVES	INTEGRADO	238	-	218	-	301	-	442	-
BENTO GONÇALVES	SUBSEQUENTE	13	-	-	100	-	211	-	134
BENTO GONÇALVES	SUPERIOR	370	101	382	143	514	352	723	268
CANOAS	INTEGRADO	722	-	543	-	830	-	1014	-
CANOAS	SUPERIOR	565	-	586	-	569	-	690	178
CAXIAS DO SUL	SUBSEQUENTE	38	-	36	-	37	-	51	-
CAXIAS DO SUL	SUPERIOR	146	142	214	40	1203	-	904	-
CAXIAS DO SUL	INTEGRADO	433	-	482	-	677	-	965	-
ERECHIM	CONCOMITANTE	-	-	-	-	45	-	35	-

ERECHIM	SUPERIOR	443	-	374	-	429	-	381	-
ERECHIM	SUBSEQUENTE	422	379	294	381	363	366	273	295
FARROUPILHA	CONCOMITANTE E/OU SUBSEQUENTE	172	-	-	-	-	-		-
FARROUPILHA	INTEGRADO	176	-	197	-	248	-	246	-
FARROUPILHA	SUPERIOR	497	-	530	-	515	-	453	-
FARROUPILHA	SUBSEQUENTE	-	-	208	-	191	-	154	-
FELIZ	SUBSEQUENTE	36	-	36	-	32	-	15	-
FELIZ	SUPERIOR	257	69	266	39	265	44	283	-
FELIZ	INTEGRADO	147	-	114	-	144	-	210	-
IBIRUBÁ	INTEGRADO	221	-	223	-	310	-	370	-
IBIRUBÁ	SUPERIOR	455	90	376	-	473	-	367	-
IBIRUBÁ	SUBSEQUENTE	53	-	57	-	66	-	65	-
OSÓRIO	SUBSEQUENTE	17	77	32	-	27	-	183	-
OSÓRIO	SUPERIOR	164	78	212	98	316	-	414	-
OSÓRIO	INTEGRADO	390	-	340	-	515	-	738	-
PORTO ALEGRE	SUPERIOR	291	874	271	742	1918	1012	415	915

PORTO ALEGRE	SUBSEQUENTE	1597	1643	1721	4378	274	2188	1914	1123
RESTINGA	CONCOMITANTE	31	-	12	-	12	-	-	-
RESTINGA	SUPERIOR	62	152	75	143	224	181	288	283
RESTINGA	INTEGRADO	216	-	143	-	304	-	386	-
RESTINGA	SUBSEQUENTE	114	41	69	60	117	60	-	57
RIO GRANDE	SUPERIOR	225	86	204	80	213	80	261	182
RIO GRANDE	INTEGRADO	697	-	469	-	748	-	866	-
RIO GRANDE	SUBSEQUENTE	549	471	529	514	778	504	869	519
ROLANTE	SUBSEQUENTE	-	-	51	79		38	-	51
ROLANTE	CONCOMITANTE E/OU SUBSEQUENTE	-	-	-	-	56	-	-	-
ROLANTE	INTEGRADO	-	-	-	-	72	-	164	-
ROLANTE	SUPERIOR	-	-	-	-	-	85	97	-
SERTÃO	INTEGRADO	267	-	239	-	348	-	365	-
SERTÃO	SUPERIOR	322	-	401	-	356	-	328	-
SERTÃO	SUBSEQUENTE	43	-	56	-	75	-	58	-
VACARIA	CONCOMITANTE E/OU	-	-	18	-	-	-	-	-

	SUBSEQUENTE								
VACARIA	SUBSEQUENTE	-	-	101	-	96	84	91	-
VACARIA	SUPERIOR	-	-	145	-	211	-	206	-
VACARIA	INTEGRADO	-	-	-	-	127	-	178	-
VERANÓPOLIS	SUBSEQUENTE	-	-	80	-	86	-	-	-
VERANÓPOLIS	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	139	-
VIAMÃO	CONCOMITANTE	22	-	35	-	27	-		-
VIAMÃO	SUBSEQUENTE	129	237	178	249	236	304	31	196
VIAMÃO	INTEGRADO	-	-	-	-	-	-	270	-
VIAMÃO	SUPERIOR	-	-	-	-	358	-	415	-

Quadro 137 - Ingresso por nível por *campus*

8.3.2 Iniciativas – Ingresso

São descritas as seguintes Iniciativas:

- implementação da PID;

- criação de processo de ingresso específico para indígenas e quilombolas;

- acessibilidade universal do processo de ingresso;

- constituição do Setor de Ingresso Discente nos *campi* do IFRS e ampliação do Departamento de Ingresso da Reitoria;

- aprimorar o trabalho da Comissão de Heteroidentificação;

- ampliação da comunicação do processo de ingresso.

8.3.3 Mensuração das iniciativas – Ingresso

Para mensurar as Iniciativas, serão considerados os seguintes critérios:

- mapeamento das formas de ingresso utilizadas pelos *campi*;

- mapeamento dos candidatos indígenas e quilombolas;

- mapeamento das dificuldades apresentadas pelos candidatos e servidores envolvidos no processo de ingresso;

- avaliação dos processos referente a Comissão de Heteroidentificação.

Mensuração das iniciativas	**Indicador**	**Como**
Mapeamento das formas de ingresso utilizadas pelos *campi*	Número de cursos que se utilizam do sorteio. - Número de cursos que utilizam prova do processo próprio e ENEM. Número de candidatos com características étnico-raciais, socioeconômicas, gênero e demográficas que procuram a Instituição. Número de ingressantes na Instituição com características étnico-raciais, socioeconômicas, gênero e demográficas. Número de candidatos aprovados que	- Utilização do banco de dados do processo de ingresso. - Utilização do banco de dados dos estudantes matriculados. (Relatório de acompanhamento de Curso).

	foram reprovados na Comissão de Heteroidentificação.	
Mapeamento dos candidatos indígenas e quilombolas	Número de indígenas e quilombolas inscritos no processo de ingresso. Número de indígenas e quilombolas aprovados no processo de ingresso. Número de indígenas e quilombolas matriculados no processo de ingresso.	- Utilização do banco de dados do processo de ingresso. - Utilização do banco de dados dos estudantes matriculados.
Mapeamento das dificuldades apresentadas pelos candidatos e servidores envolvidos no processo de ingresso	Análise das informações coletadas junto às comissões de ingresso. Análise das informações coletadas junto aos candidatos.	- Tabulação das informações presentes nos instrumentos de avaliação institucional.
Avaliação dos processos referente a Comissão de Heteroidentificação	Número de candidatos reprovados pela Comissão. Número de candidatos aprovados após recurso. Análise da informações coletadas junto às comissões de heteroidentificação.	- Tabulação das informações presentes nos instrumentos de avaliação da Comissão de Heteroidentificação. - Utilização do banco de dados do número de candidatos avaliados, aprovados, reprovados e aprovados com recurso.

Quadro 138 - Propostas Ingresso

8.4 Egresso

8.4.1 Cenário Atual - Egresso

Os IFs têm, dentre suas finalidades e características, a necessidade de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação da instituição. As transformações sociais e econômicas, entretanto, são marcadas pelo seu dinamismo e constantes transformações, resultando em desafios ao processo educacional. Dessa forma, são necessárias estratégias para que as instituições tenham condições de acompanhar essas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional do egresso e da necessidade de uma formação profissional continuada.

Os egressos, portanto, se revelam como atores potenciais na articulação com a sociedade, como uma das fontes de informações que possibilitam retratar a forma como são percebidas e avaliadas as instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional como no nível de interação com a sociedade. A Política de Egressos, por meio do acompanhamento de egressos, possibilita o levantamento de informações em relação aos egressos e o Mundo do Trabalho, resultando em dados imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da Instituição. O objetivo do acompanhamento de egressos, no âmbito do IFRS objetiva analisar a formação acadêmica dos cursos ofertados, principalmente em relação a três aspectos: a empregabilidade dos egressos, a continuidade dos estudos após a conclusão do curso e a avaliação, pelos egressos, da formação educacional recebida. O acompanhamento de egressos, no âmbito do IFRS, baseia-se na articulação de seus órgãos internos, a fim de assegurar a coleta de informações juntamente com os egressos.

Dessa maneira, a organização dos dados se traduz em indicadores, qualitativos e quantitativos, servindo de subsídios para a orientação da oferta educacional regular e para a organização de programas de educação continuada voltados aos egressos.

8.4.2 Iniciativas – Egresso

São descritas as seguintes Iniciativas:

- desenvolver o Portal de Acompanhamento de Egressos para o IFRS, integrado ao SIGAA;

- implementar metodologia de acompanhamento de egressos através do Portal de Acompanhamento de Egressos;

- monitorar a empregabilidade dos egressos através do Portal de Acompanhamento de Egressos, realizando feedback sobre os conhecimentos adquiridos nos cursos em consonância com as necessidades do mercado de trabalho;

- divulgar oportunidades de estágios, empregos e cursos do IFRS através do Portal de Acompanhamento de Egressos;

- desenvolver ações de extensão (eventos, cursos, programas e projetos) para os egressos, a fim de manter o vínculo com a Instituição;

- oportunizar a troca de saberes e experiências entre egressos e estudantes em curso no IFRS;

- criar Núcleo de Apoio aos Egressos.

8.4.3 Mensuração das Iniciativas – Egresso

Para mensurar as Iniciativas, serão considerados os seguintes critérios:

- mapeamento dos egressos do IFRS;

- levantamento de egressos que mantém vínculo com a Instituição

Mensuração das iniciativas	**Indicador**	**Como**
Mapeamento dos egressos do IFRS	Número de egressos por *campus*. Número de egressos que trabalham na área de formação. Número de egressos que continuam estudando na área de formação. Número de egressos que residem na cidade	Coleta de dados através do Portal de Acompanhamento de Egressos.

	de origem.	
Levantamento de egressos que mantém vínculo com a Instituição	Número de egressos que realizam cursos de extensão na Instituição. Número de egressos que realizam novo curso na Instituição. Número de ações voltadas para egressos.	Coleta de dados através do Portal de Acompanhamento de Egressos
Divulgação de oportunidades de estágios, empregos e cursos	Número de oportunidades oferecidas aos egressos por *campus.* Número de oportunidades oferecidas por área de formação/curso.	Coleta de dados através do Portal de Acompanhamento de Egressos

Quadro 139 - Propostas Egresso

8.5 Permanência e Êxito

8.5.1 Cenário atual - Permanência e Êxito

A permanência e êxito dos estudantes do IFRS se constitui em tema relevante para a instituição e está presente em diferentes cenários do IFRS. Nesse sentido são promovidas ações em todos os âmbitos de atuação do IFRS. As políticas de AEs diferenciadas e bastante abrangentes envolvem diversas modalidades de auxílio. Os projetos de apoio pedagógico visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, e, dentre as diferentes propostas, destacam-se atividades relacionadas à arte, à cultura e ao esporte. Essas existem para o incentivo às atividades que integram e desenvolvem habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer. Vale destacar a aprovação do Plano de Permanência e Êxito aprovado na reunião de outubro do CONSUP do IFRS.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados à discussão das práticas pedagógicas nos *campi*, com foco especial no acompanhamento e

na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

Nesse contexto, a partir dos diagnósticos quantitativo e qualitativo por *campus* e por curso, o IFRS instituiu a CIAAPE, com grupos de trabalho em cada *campus*, com objetivo de propor medidas para superar a evasão e a retenção/reprovação dos estudantes.

As referidas medidas são propostas através de um Plano Estratégico o qual é resultado de um processo coletivo. Para consolidar a proposta desse Plano Estratégico, os *campi* foram instados a realizar diagnósticos locais sobre evasão e retenção/reprovação nos cursos da Instituição e a participar, por meio do envolvimento direto de representantes.

Ainda, destaca-se a constituição da DAE, a qual destina-se, entre outras atividades, ao planejamento e supervisão das ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes, e o I Seminário de Permanência e Êxito do IFRS, intitulada "Potencialidades e fragilidades da Permanência e Êxito no IFRS", com o intuito de promover discussões sobre o tema.

8.5.2 Iniciativas - Permanência e Êxito

São descritas as seguintes Iniciativas:

- consolidação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito;

- estabelecimento do Observatório de acompanhamento da trajetória dos estudantes;

- realizar Seminário anual de Permanência e Êxito;

- possibilitar a participação estudantil nos espaços institucionais;

- desenvolver ações articuladas junto aos Núcleos de Ações Afirmativas e AE;

- criar programa institucional de Monitoria.

8.5.3 Mensuração das iniciativas - Permanência e Êxito

Para mensurar as Iniciativas, serão considerados os seguintes critérios:

- mapeamento da trajetória dos estudantes na Instituição;

- acompanhamento do Relatório Anual de Permanência e Êxito;

- mapeamento da participação dos estudantes nos diferentes espaços da Instituição;

- mapeamento das ações de formação continuada dos professores da Instituição.

Mensuração das iniciativas	**Indicador**	**Como**
Mapeamento da trajetória dos estudantes na Instituição	Número de aprovações (%), Número de retenções (%). Número de evasões (%). Número de trancamentos (%). Número de cancelamentos (%). Número de concluintes no tempo regular (%). Número de transferidos (%). Número de estudantes que extrapolam o tempo de integralização (%).	Utilização do banco de dados dos registros acadêmicos e relatório de acompanhamento de curso.
Acompanhamento do Relatório Anual de Permanência e Êxito	Relação de disciplinas/componentes curriculares com maior e menor índice de retenção. Relação de cursos com maior e menor	Utilização do banco de dados dos registros acadêmicos e

	índice de retenção. Relação de cursos com maior e menor índice de concluintes.	relatório de acompanhamento de curso.
Mapeamento das ações de formação continuada dos servidores da Instituição	Número de ações de formação continuada por *campus*. Número de participantes nas ações de formação continuada por *campus.* Análise da organização, programação e proposição das ações de formação continuada.	Coleta de informações junto aos *campi*.
Mapeamento da participação dos estudantes nos diferentes espaços da Instituição	Identificação dos espaços de participação dos estudantes e ocupação destes pelos estudantes. - Análise dos fatores que influenciam a maior ou menor participação dos estudantes.	- Coleta de informações junto aos diferentes espaços da Instituição.

Quadro 140 - Propostas Permanência e êxito

8.6 Organização Estudantil

8.6.1 Cenário atual - Organização Estudantil

O IFRS tem buscado a valorização da participação estudantil nos diversos espaços institucionais. Para isso, no ano de 2018 foi criada a DAE, que, entre outros pontos, objetiva estimular e garantir a participação estudantil.

Isso, pois o IFRS compreende como necessário a constituição de espaços coletivos que possibilitem a organização autogestionária dos estudantes. Nesse, é imperativo a

previsão de espaços para convivência estudantil, organização de grêmio e diretórios acadêmicos, para o desenvolvimento de iniciativas acadêmicas, científicas, de formação política e de arte, cultura, esporte e lazer, entre outros.

Diante disso, atualmente temos o seguinte cenário de organizações estudantis no IFRS.

Realidade do Movimento Estudantil do IFRS - 2018		
Campus	**Grêmio Estudantil**	**Diretório Acadêmico**
Alvorada	Em processo de constituição	Não
Bento Gonçalves	Sim	Sim
Canoas	Sim	Não
Caxias do Sul	Sim	Sim
Erechim	Não	Sim
Farroupilha	Não	Não
Feliz	Sim	Não
Ibiruba	Sim	Não
Osório	Sim	Não
Porto Alegre	Sim	Sim
Restinga	Sim	Sim
Rio Grande	Sim	Não
Rolante	Em processo de constituição	Em processo de constituição

Sertão	Sim	Sim
Vacaria	Sim	Não
Veranópolis	Não	Não
Viamão	Sim	Não

Quadro 141 - Realidade do Movimento Estudantil do IFRS - 2018

8.6.2 Iniciativas - Organização Estudantil

São descritas as seguintes Iniciativas:

- criação e consolidação dos Grêmios Estudantis, Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes em todos os *campi*;

- ampliação dos espaços físicos para as organizações estudantis e formação política estudantil;

- padronização das ferramentas de comunicação e identificação entre os estudantes e Instituição;

- participação na construção dos PPCs e nos colegiados dos cursos;

- garantia da participação estudantil nos espaços decisórios institucionais;

- aproximação entre Movimento Estudantil e os Núcleos de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade;

- ampliação e consolidação das equipes mínimas da AE;

- ampliação e promoção de ações e espaços para arte, cultura, esporte e lazer intra e intercampi;

- proporcionar alimentação saudável e de qualidade, promovendo a agricultura familiar e produtos agroecológicos;

- melhoria de acesso a internet;

- ampliação do programa de internacionalização;

- ampliação da divulgação e aproximação dos campi com as comunidades locais sistematicamente;

- revisão da IN referente às formaturas.

8.6.3 Mensuração das iniciativas - Organização Estudantil

Para mensurar as Iniciativas, serão considerados os seguintes critérios:

- mapeamento do movimento estudantil no IFRS;

- mapeamento da realidade da comunicação entre estudantes e Instituição;

- levantamento da participação estudantil na construção de documentos institucionais, espaços decisórios e núcleos de ações afirmativas, inclusivas e diversidade;

- mapeamento da AE no IFRS;

- levantamento de ações e espaços voltados para atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer;

- mapeamento dos alimentos ofertados nos *campi* (origem, condições e categorias) e dos espaços físicos;

- levantamento da situação da oferta de internet no IFRS;

- mapeamento dos estudantes atendidos pelo programa de internacionalização;

- mapeamento das ações de divulgação e aproximação dos *campi* com a comunidade.

Mensuração das iniciativas	Indicador	Como
Mapeamento do movimento estudantil no IFRS	Quantitativo dos *campi* com Organização Estudantil. Quantitativo de Organizações Estudantis no IFRS. Quantitativo dos *campi* com espaço próprio para Organização Estudantil.	Levantamento junto a DAE.
Mapeamento da realidade da comunicação entre estudantes e Instituição.	Quantitativo dos *campi* que possuem e-mail institucional para estudantes. Quantitativo dos *campi* que possuem crachá institucional para estudantes.	Levantamento de informações junto a DAE.
Levantamento da participação estudantil na construção de documentos institucionais, espaços decisórios núcleos de ações afirmativas, inclusivas e diversidade.	Número de participação de estudantes nas reuniões do CONSUP. Número de participação de estudantes nas reuniões do CONCAMP. Número de participação de estudantes nos colegiados de curso. Número de participação de estudantes nos eventos institucionais. Número de estudantes que participam dos núcleos. Número de núcleos que possuem participação de estudantes.	Levantamento de informações junto a diferentes espaços da Instituição, como Direção de Ensino, Pró-reitorias, Direção-Geral entre outros. - Análise das portarias dos grupos de elaboração de PPCs. - Análise das portarias de composição dos colegiados de cursos.
- Mapeamento da ae no IFRS	- número de servidores que compõem a Equipe da AE nos *campi*. Número de auxílios estudantis	- Coleta de informações com a DAE e AE.

	disponibilizados no IFRS. Número de estudantes contemplados com auxílio estudantil.	
Ampliação e consolidação das equipes mínimas da AE	Mapeamento das equipes com os diferentes atores envolvidos. Mapeamento de códigos de vaga, bem como, de critérios de prioridade.	Levantamento junto a DAE.
- Levantamento de ações e espaços voltados para atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer.	Número de ações desenvolvidas pelo IFRS referente às temáticas. Número de espaços físicos direcionados para o atendimento das referentes temáticas. Análise das condições dos espaços das referentes temáticas. Número de estudantes envolvidos com as referentes temáticas.	Levantamento de informações junto a PROEX e as Coordenações de Extensão.
Mapeamento dos alimentos ofertados nos *campi* (origem, condições e categorias) e dos espaços físicos;	Número de restaurantes e cantinas existentes no IFRS. Número de refeitórios existentes no IFRS. Número de estudantes atendidos pela merenda escolar. Recurso disponibilizado pela Instituição para aquisição da merenda escolar. Participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos. Número de profissionais que trabalham com a alimentação dos estudantes.	Direções gerais, Direção de Administração de Direção de Ensino
Levantamento da situação da oferta de	Velocidade da banda larga em cada *campus*.	Coleta de informações junto a TI de cada *campi*.

internet no IFRS.	Número de servidores envolvidos com a TI. Recurso destinado a instalação e manutenção da internet nos *campi*.	
Mapeamento dos estudantes atendidos pelo programa de internacionalização	Número de estudantes atendidos pelo programa de internacionalização. Número de vagas ofertadas pela instituição. Número de instituições parceiras.	Coleta de informações junto a PROEX.
Mapeamento das ações de divulgação e aproximação dos *campi* com a comunidade	Número de projetos que propiciem a comunidade conhecer os *campi*. Número de pessoas atendidas pelas atividades de divulgação da Instituição. Número de servidores envolvidos com as atividades. Número de estudantes envolvidos com as atividades.	Extensão e Comunicação

Quadro 142 - Propostas Organização estudantil

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Para elaboração deste capítulo foram utilizados como referenciais os seguintes documentos:

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os IFs, e dá outras providências;

- Estatuto do IFRS, aprovado pela Resolução do CONSUP do IFRS nº 7, de 20 de agosto de 2009, e alterado pelas Resoluções do CONSUP do IFRS nº 044, de 27 de maio de 2014, nº 027, de 29 de março de 2016 e nº 037, de 19 de abril de 2016;

- Regimento Geral do IFRS aprovado pelo CONSUP do IFRS, conforme Resolução nº 064, de 23 de junho de 2010, e alterado pelo CONSUP do IFRS, conforme Resoluções nº 79 e 80, de 22 de outubro de 2013, e Resolução nº 007, de 28 de março de 2017;

- Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS, aprovado pelo CONSUP do IFRS, conforme Resolução nº 065, de 23 de junho de 2010;

- Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS, aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009 referendado pela Resolução do CONSUP nº 003, de 19/02/2010;

-Regimento da Reitoria do IFRS aprovado pelo CONSUP do IFRS, conforme Resolução nº 027, de 26 de junho de 2018;

- Resolução nº 054, de 15 de agosto de 2017, aprovada pelo CONSUP.

O IFRS criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao MEC, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A organização geral do IF compreende:

- Órgãos Colegiados: representados pelos CONSUP e CD;

- Reitoria: é composta pelas Pró-reitorias, quais sejam: Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Extensão; Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Pró-reitoria de Administração; Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional; Diretorias Sistêmicas; Auditoria Interna; Procuradoria Federal.

– *Campi*: O IFRS é composto pelos *campi* Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Erechim, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Viamão e pelo *Campus* Avançado Veranópolis, cada um possuindo Regimento dos *Campi* definido pela Resolução nº 054, de 15 de agosto de 2017, aprovada pelo CONSUP. O Regimento dos *Campi*, em conjunto com o Regimento Complementar do *campus*, este último aprovado nos Conselhos de *Campus* de cada unidade, disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas, complementando as disposições estatutárias e regimentais do IFRS. A figura 3 a seguir demonstra a estrutura em relação aos *campi* do IFRS.

Figura 3 - *Campi* do IFRS

9.1 Órgãos Colegiados

9.1.1 Conselho Superior

O **CONSUP** é o órgão máximo do IFRS de caráter consultivo e deliberativo, sendo composto pelo Reitor, como presidente; um representante dos servidores docentes por *campus*, eleitos por seus pares; um representante do corpo discente por *campus*, eleitos por seus pares; um representante dos servidores técnico-administrativos por *campus*, eleitos por seus pares; um representante dos egressos da Instituição; três representantes da sociedade civil, sendo um indicado por entidades patronais, um indicados por entidades dos trabalhadores, um representante do setor público e/ou empresas estatais; um representante do MEC, designado pela SETEC; todos os diretores-gerais de *campi* do IFRS; um representante dos servidores técnico-administrativos da Reitoria, eleito por seus pares

As competências do CONSUP são: aprovar as diretrizes para atuação do IF e zelar pela execução de sua política educacional; deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFRS e dos Diretores-gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRS; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IF, bem como o registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IF, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação. Apreciar, no âmbito de sua competência, propostas e resoluções oriundas dos demais colegiados; aprovar o regimento interno do CONSUP e do CD, bem como o regimento dos *campi* que compõem o IF; aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, à lotação, ao ingresso, ao regime de trabalho, à progressão funcional, à avaliação e à qualificação dos servidores do IF; atuar como instância máxima no âmbito do I, do Estatuto Geral do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno.

O CONSUP tem reuniões ordinárias bimensais e extraordinárias ou especiais quando necessário. Devido às questões que envolvem aspectos como distância entre *campi*, logística para deslocamentos e representatividade dos segmentos, é importante termos como meta a realização de amplo debate sobre reestruturação do CONSUP, a fim de otimizar recursos e qualificar a representação dos segmentos, garantindo a democracia e a paridade de representação.

9.1.2 Colégio de Dirigentes

O **CD** é órgão de caráter consultivo IFRS. Compete ao CD: atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do IFRS, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão; propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto; propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto; elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples.

9.2 Reitoria

A Reitoria apresenta Regimento próprio, o qual disciplina a estrutura e o funcionamento dos órgãos que a integram, conforme o estabelecido no Estatuto e no Regimento Geral do IFRS. A Reitoria é composta pela seguinte estrutura organizacional: Gabinete do(a) Reitor(a); Secretaria do CONSUP; Procuradoria Federal; Auditoria; EP; Pró-reitoria de Administração; Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional; Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Extensão; Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Diretoria de Gestão de Pessoas; Assessoria de Ações Inclusivas; Fórum Interno dos(as) Servidores(as) da Reitoria.

A Figura 4 a seguir demonstra a estrutura organizacional da Reitoria.

Figura 4 - Estrutura Organizacional da Reitoria

9.2.1 Órgãos da Estrutura Organizacional da Reitoria

O **Gabinete** é composto por um(a) chefe nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar, ouvir e articular a ação política e administrativa da Reitoria e tem como atribuições:

I – assessorar o(a) Reitor(a) no seu relacionamento institucional e administrativo;

II – supervisionar os trabalhos da Secretaria do Gabinete;

III – preparar a correspondência oficial do Gabinete;

IV – receber documentações submetidas ao Gabinete, preparando-as para assinatura do(a) Reitor(a), ou diligenciando os encaminhamentos necessários;

V – organizar a agenda do(a) Reitor(a);

VI – organizar o conjunto normativo do Gabinete;

VII – assessorar na organização dos eventos do Gabinete;

VIII – recepcionar os visitantes do Gabinete;

IX – executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

A **Procuradoria Federal** tem por finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público e tem como atribuições:

I – assistir à Reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem executados.

II – emitir parecer sobre processos de licitação, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica no âmbito do IFRS;

III – representar judicial e extrajudicialmente o IFRS;

IV – exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS;

V – examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS, os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição;

VI – examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS, os atos pelos quais se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação;

VII – revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;

VIII – acompanhar os procedimentos administrativos, tais como sindicâncias,

processos administrativos disciplinares, entre outros, instaurados no IFRS e orientar, sempre que solicitado, os trabalhos das respectivas comissões;

IX – executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

A **Auditoria Interna** é dirigida por um(a) chefe nomeado(a) pelo(a) Reitor(a). É o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

O Escritório de Projetos (EP) tem a finalidade de articular, mobilizar e dar suporte a projetos e iniciativas institucionais de inovação tecnológica, social e pedagógica a serem realizados em parceria com organizações públicas e privadas, voltados ao desenvolvimento dos territórios de atuação do IFRS.São atribuições do Escritório de Projetos:

I – atuar como espaço articulador e indutor de interações institucionais e interinstitucionais no âmbito da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento humano, econômico e sustentável dos territórios;

II – sistematizar e divulgar informações sobre as iniciativas e projetos do IFRS, que estabeleçam relações, ou que possuem potencial de cooperação com organizações externas, para a criação de tecnologias voltadas ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, ao avanço e melhoria de políticas nas diversas regiões e comunidades de atuação do IFRS;

III – dar apoio para captação e prospecção de recursos e oportunidades no âmbito da ciência, tecnologia e inovação;

IV – criar bases de conhecimento sobre competências e recursos disponíveis, no âmbito do IFRS, para projetos, prestação de serviços institucionais e parcerias voltadas à inovação tecnológica, social e pedagógica;

V – atuar de modo articulado com as Pró-reitorias do IFRS para acompanhamento e suporte aos projetos cooperados e prestação de serviços institucionais;

VI – dar apoio à implantação, estruturação e articulação dos ambientes de inovação e empreendedorismo do IFRS.

A **Assessoria de Ações Inclusivas** tem como objetivo assessorar e gerenciar as ações e programas voltados à inclusão e diversidade, promovendo a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e êxito de estudantes com necessidades educacionais específicas, a

valorização da identidade etnicorracial, a inclusão da população negra e da comunidade indígena, o combate ao racismo, homofobia, sexismo e demais formas de discriminação.

O **Fórum Interno dos(as) Servidores(as) da Reitoria** promoverá reuniões periódicas de cunho informativo, consultivo e indicativo, propiciando a participação dos servidores lotados ou em exercício na Reitoria. São objetivos do Fórum Interno dos(as) Servidores(as) da Reitoria:

I – promover informes de representantes no CONSUP, Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, demais comissões e entidades de interesse, sobre assuntos pertinentes aos servidores da unidade;

II – apresentar projetos e propostas desenvolvidos nos setores da Reitoria;

III – promover atividades e momentos de integração entre os servidores;

IV – encaminhar à gestão sugestões de melhorias para os serviços e procedimentos desempenhados pelos servidores lotados na Reitoria;

V – dar subsídios à gestão para deliberar sobre normativas internas e outros assuntos relativos à unidade;

VI – indicar membros para composição de comissões internas.

9.2.2 Pró-reitorias e Diretoria Sistêmica

A **Pró-reitoria de Administração** tem como atribuições planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária e financeira do IFRS, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a). A PROAD possui a seguinte composição:

I – Pró-reitor(a) de Administração;

II – Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Administração;

III – Diretor(a) de Licitações e Contratos;

IV – Diretor(a) de Planejamento e Obras;

V – Diretor(a) de Orçamento e Finanças:

a) Chefe do Departamento de Contabilidade.

A **Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional** tem como finalidade promover a integração entre a Reitoria e os *campi*, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação. A composição dessa Pró-reitoria é a seguinte.

I – Pró-reitor(a) de Desenvolvimento Institucional;

II – Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Desenvolvimento Institucional;

III – Diretor(a) de Tecnologia da Informação;

IV – Diretor(a) de Gestão de Conhecimento:

a) Chefe do Departamento de Planejamento Estratégico;

b) Chefe do Departamento Avaliação Institucional.

A **Pró-reitoria de Ensino**, dirigida por um(a) Pró-reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão. A PROEN possui a seguinte composição:

I – Pró-reitor(a) de Ensino;

II – Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Ensino;

III – Diretor(a) de Ensino:

a) Chefe do Departamento de Ingresso Discente;

IV – Diretor(a) de Assuntos Estudantis

A **Pró-reitoria de Extensão** tem como atribuições planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo CONSUP, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do(a) Reitor(a), promover

ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A PROEX possui a seguinte composição:

I – Pró-reitor(a) de Extensão;

II – Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Extensão;

III – Chefe do Departamento de Extensão;

IV – Chefe do Departamento de Comunicação;

V – Assessor(a) de Assuntos Internacionais.

A **Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação** busca planejar, desenvolver, articular, acompanhar e avaliar a execução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, homologadas pelo CONSUP, e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir de orientações do(a) Reitor(a), em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do MCTIC. A PROPPI possui a seguinte composição:

I – Pró-reitor(a) de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;

II – Pró-reitor(a) Adjunto(a) de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;

III – Chefe do Departamento de Pesquisa e Inovação;

IV – Chefe do Departamento de Pós-graduação;

V – Chefe do Núcleo de Inovação Tecnológica.

A **Diretoria de Gestão de Pessoas** tem como principais atribuições planejar, executar e avaliar política de pessoal do IFRS, coordenar processos relacionados à administração, desenvolvimento, saúde e qualidade de vida dos servidores, elaborar ações de gestão de pessoas, assessorar a aplicação de normas e legislação de pessoal em articulação com os demais órgãos da estrutura organizacional do IFRS. A DGP possui a seguinte composição:

I – Diretor(a) de Gestão de Pessoas;

II – Chefe do Departamento de Administração de Pessoas;

III – Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas;

IV – Chefe do Departamento de Normas e Legislação;

V – Coordenador(a) da Coordenadoria de Atenção à Saúde do Servidor

9.2.3 Comitês de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de Administração, de Desenvolvimento Institucional e de Gestão de Pessoas

Os **Comitês de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de Administração, de Desenvolvimento Institucional** e de **Gestão de Pessoas** são integrados pelos Pró-reitores e representantes dos órgãos afins de cada *campus*, sendo presididos pelo respectivo Pró-reitor/Diretor e terão seu funcionamento definido em regimento próprio e aprovados pelo CONSUP.

O **COEN** é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a respectiva Pró-reitoria para o desenvolvimento das políticas e ações do IFRS na área de ensino e tem as seguintes atribuições:

I – acompanhar e propor ações e políticas previstas no PDI, nos Planos de Ação, projetos e programas vinculados ao ensino;

II – analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas ao comitê pela PROEN;

III – apreciar e emitir parecer sobre os relatórios das atividades desenvolvidas;

IV – subsidiar a PROEN no tocante às políticas de sua área de atuação;

V – propor critérios de elaboração de editais para o financiamento de ações ou projetos de ensino com recursos do IFRS.

O **COEX** é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a respectiva Pró-reitoria para o desenvolvimento das políticas e ações do IFRS na área de extensão e busca:

I – avaliar e emitir parecer sobre os planos de trabalho e relatórios das ações de extensão;

II – propor critérios de elaboração de editais para financiamento de ações de extensão com recursos do IFRS;

III – opinar sobre os pedidos de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico do IFRS;

IV – subsidiar a PROEX no tocante às políticas de sua área de atuação.

O **COPPI** é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a respectiva Pró-reitoria nas políticas e ações do IFRS na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em todos os níveis de ensino, com as seguintes atribuições:

I – apreciar e propor ações de políticas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do IFRS;

II – contribuir para a definição das estratégias de atuação em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do IFRS;

III – sugerir ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação;

IV – propor ações visando à cooperação científica e tecnológica entre o IFRS e demais instituições;

V – subsidiar a PROPPI no tocante às políticas de sua área de atuação;

VI – propor critérios de elaboração de editais para financiamento de projetos de pesquisa com recursos do IFRS.

O **COAD** é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a respectiva Pró-reitoria para o desenvolvimento das políticas e ações do IFRS na área de planejamento e administração. Compete ao COAD:

I – acompanhar e propor as ações previstas no PDI, nos Planos de Ação e em projetos e programas vinculados à administração;

II – analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas ao COAD;

III – apreciar e emitir parecer sobre os relatórios das atividades desenvolvidas;

IV – subsidiar a PROAD no tocante às políticas de sua área de atuação.

O **CODI** é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a respectiva Pró-reitoria nas políticas e ações do IFRS na área de desenvolvimento institucional. Compete ao CODI:

I – apreciar e propor ações de políticas de desenvolvimento institucional do IFRS;

II – propor ações de integração entre a Reitoria e os *campi*;

III – supervisionar e coordenar políticas de avaliação institucional em consonância com as diretrizes de avaliação externa do MEC;

IV – supervisionar e coordenar as ações de elaboração do PDI e acompanhar a sua implementação;

V – contribuir com as ações referentes à TI e Comunicação;

VI – subsidiar a PRODI no tocante às políticas de sua área de atuação.

O **Comitê de Gestão de Pessoas** é o órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a respectiva diretoria nas políticas e ações do IFRS na área de gestão de pessoas. Compete ao Comitê de Gestão de Pessoas:

I – participar da elaboração das políticas de gestão de pessoas;

II – acompanhar a evolução das políticas de gestão de pessoas, propondo estratégias para sua execução;

II – atuar na avaliação das políticas de pessoal do IFRS;

IV – assessorar nos processos relacionados à administração, desenvolvimento, saúde e qualidade de vida dos servidores;

V – propor a atualização dos fluxos e procedimentos dos processos da vida funcional dos servidores do IFRS.

É importante ressaltar que o IFRS necessita revisar o Estatuto, o Regimento Geral e o Regimento dos *Campi* e Reitoria, a fim de manter sua estrutura administrativa sempre voltada ao cumprimento dos seus objetivos institucionais. Nesse sentido, foi estabelecida a meta de efetuar a revisão dos documentos supramencionados até o final do ano de 2020.

9.3 *Campi* do IFRS

O IFRS possui estrutura multicampi e seus *campi* são definidos na forma da lei, no Estatuto e Regimento Geral do IFRS. O Regimento dos *campi*, em conjunto com o Regimento Complementar do *campus*, disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas, complementando as disposições estatutárias e regimentais do IFRS.

A estrutura organizacional dos *campi* compreende:

I. Órgãos colegiados:

a) Conselho do *Campus*;

b) Comissões Permanentes:

1. Comissão de Avaliação e Gestão de Ações de Ensino (CAGE);

2. Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI);

3. Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE).

II. Órgãos executivos:

a) Direção-geral;

b) Gestão de Administração;

c) Gestão de Ensino;

d) Gestão de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;

e) Gestão de Extensão;

f) Gestão de Desenvolvimento Institucional.

A figura 5 a seguir demonstra o organograma básico implantado em todos os *Campi* do IFRS, conforme é definido nos Regimento dos *campi.*

Figura 5 - Organograma Genéricos dos *campi* do IFRS

As atribuições privativas do CONCAMP são definidas como: deliberar sobre alterações na estrutura organizacional do *campus* e respectivas atribuições, através de normas complementares (sempre respeitado a estrutura mínima estabelecida na Resolução nº 054, de 15 de agosto de 2017); manifestar-se sobre o planejamento e execução das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, assim como aprovar a política de contratação de pessoal, os critérios básicos para alocação de vagas de servidores, realização de concursos públicos e de seleção de temporários no âmbito de sua competência; zelar pela efetivação das políticas de AE e de atenção às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Fica sob responsabilidade dos CONCAMPs: autorizar a criação e a alteração dos projetos dos cursos da educação básica e técnica no âmbito do *campus*, bem como o registro de certificado; elaborar parecer e enviar ao CONSUP do IFRS quando forem propostas de extinção ou desativação temporária de cursos da educação básica; emitir parecer e encaminhar para aprovação do CONSUP, propostas de criação, extinção ou desativação temporária, bem como de alteração curricular, no âmbito do *campus* de cursos superiores e de pós-graduação.

O CONCAMP também poderá: constituir, exclusivamente em caráter ad hoc, comissões ou GTs para o estudo de temas específicos; apreciar e emitir parecer da Proposta Orçamentária, do Plano de Ação, do Relatório de Gestão e da Prestação de Contas relativas ao *campus* antes de ser submetido ao CONSUP do IFRS; apreciar e aprovar alterações no projeto político-pedagógico do *campus*; revisar e aprovar, por meio de resolução específica, o Regimento Complementar do *campus*.

O projeto político-pedagógico do *campus* e suas alterações serão apreciados e aprovados pelos CONCAMPs.

Os CONCAMPs, por meio de resolução específica, realizaram a definição, aprovação ou revisão do Regimento Complementar do *campus*

CAPÍTULO 10

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

10.1 Histórico da EaD no IFRS

O IFRS apresenta uma trajetória na Educação a Distância (EaD) que antecede a existência da própria Instituição, criada em dezembro de 2009. As instituições que originaram o IFRS já apresentavam experiências em cursos técnicos e especializações, através da participação em programas como a Rede e-Tec.

No início do IFRS, as ações de EaD concentraram-se na oferta de cursos técnicos a distância por diferentes *campi* e em polos espalhados por todo estado do Rio Grande do Sul. Somado a isso, iniciativas pontuais em cursos institucionais e em parceria com o MEC também foram realizadas.

Outro ponto de destaque é a utilização de componentes curriculares com carga horária a distância em cursos regulares presenciais, popularmente denominado de “disciplinas semipresenciais”. Nos cursos técnicos e superiores, o IFRS se sobressai aos IFs, por apresentar uma ampla implantação da EaD em até 20% da carga horária total do curso. A Instituição também iniciou a mesma experiência em cursos de pós-graduação *lato sensu*, possibilitando até 40% da carga horária a distância.

A partir dessa experiência, o passo seguinte foi a conquista do credenciamento para oferta de cursos de graduação e pós-graduação, que permitiria expandir as atividades tanto institucionais quanto via sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para tal, era necessário construir um projeto de curso de graduação a distância a ser submetido e avaliado. O curso desenvolvido foi de Matemática - Licenciatura, conduzido pelo *Campus* Rio Grande, sob a perspectiva de implantação via UAB.

O processo foi realizado e o credenciamento publicado em agosto de 2017. Com essa obtenção, fez-se necessário organizar a Instituição, a fim de vislumbrar a possibilidade de ofertar cursos a distância, seja institucionalmente ou via programa. No caso dos programas,

os mesmos possuem regras próprias as quais devem ser observadas. Já institucionalmente, cabe ao IFRS estabelecer como será sua execução, considerando os diversos aspectos, como: financeiro, carga horária docente, recursos de capital e custeio, estrutura, etc.

O IFRS também se destaca nacionalmente na normatização das diversas possibilidades que a EaD se faz presente em uma instituição de ensino. Como já citado, a experiência em disciplinas semipresenciais é referência nacional, da mesma forma que a normativa desenvolvida também é utilizada como inspiração por outros Institutos. O IFRS também já possui normatização na criação de cursos de extensão a distância, documento este que desburocratizou o processo de ingresso e certificação, possibilitando a criação de cursos abertos. Nesse caso, o estudante ingressa a qualquer momento e tem seu certificado gerado logo após sua conclusão, sem necessidade de aguardar qualquer trâmite. Aliado a esta iniciativa, tais cursos e estudantes são registrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), tendo impacto direto na matriz orçamentária dos *campi* ofertantes.

A qualidade dos cursos EaD também está presente nas normatizações estabelecidas. Uma delas refere-se a produção e distribuição do material didático, que prioriza a utilização de recursos didáticos digitais e que atendam à acessibilidade nos mais diversos contextos. A outra é o programa de capacitação na EaD, que estabelece que qualquer pessoa, seja da comunidade interna ou externa, que participe de ação relacionada a EaD deva apresentar experiência ou capacitação prévia relacionada a EaD.

Mais recentemente, o IFRS criou um comitê para a discutir e propor um modelo de institucionalização de cursos regulares a distância do IFRS. O comitê foi constituído com representantes de várias instâncias e como resultado foi proposto um documento à Instituição. O documento é amplo e traz questões como modelos financeiros e pedagógicos que garantam a flexibilidade na oferta, considerando múltiplos cenários.

Nesse contexto, o presente PDI traz como objetivo principal para a política de EaD: a Institucionalização da Educação a Distância. A institucionalização não visa apenas à criação de cursos com esforço próprio, mas um conjunto de ações que possibilitem que a comunidade interna e externa tenha possibilidade de acesso à educação através da EaD e que essa modalidade de ensino seja um caminho para o crescimento do IFRS.

10.2 Estrutura da EaD no IFRS

No IFRS, a EaD segue uma dinâmica onde todos os *campi* podem realizar ações. Para isso, cada *campus* dispõe de um Núcleo de Educação a Distância (NEaD) formada por um ou mais integrantes de múltiplas áreas do conhecimento. Ao NEaD compete:

- acompanhamento docente e discente nas atividades do Moodle;
- acompanhamento e orientação na elaboração de cursos com carga-horária a distância;
- criação, acompanhamento e prestação de contas das atividades a distância junto a CEaD;
- participação nas reuniões sobre EaD;
- promoção da EaD no *campus*.

Além dessas atividades, cada NEaD possui autonomia para realizar atividades estabelecidas pelo próprio *campus*. Dentro do *campus*, os NEaDs estão vinculados à Direção de Ensino, contudo também atendem demandas de capacitação, extensão e pesquisa.

Sob o âmbito da estrutura organizacional, os NEaDs também possuem vínculo com a Coordenadoria de Educação a Distância (CEaD). Esse vínculo permite a troca de experiência e orientação na condução dos trabalhos.

De forma similar aos *campi*, a CEaD faz parte da Diretoria de Ensino da PROEN. Como ações principais da CEaD estão:

- assessoria aos *campi* e polos;
- atendimento à comunidade externa;
- oferta de capacitação aos servidores;
- acompanhamento dos cursos regulares e de extensão com carga horária a distância;
- divulgação das ações de EaD;
- aquisição de material;
- representação do IFRS em eventos e reuniões.

10.3 Oferta da EaD no IFRS

A EaD no IFRS ocorre em diversos cenários que aqui são apresentados.

Até o ano de 2017, foram oferecidos seis cursos técnicos a distância, sob coordenação de quatro *campi* do IFRS. Ao todo, participaram 2730 estudantes em 19 polos localizados no estado do Rio Grande do Sul. Esses cursos foram fomentados através da Rede e-Tec Brasil.

Sob o ponto de vista institucional, o IFRS vem incentivando que cursos regulares presenciais tenham parte de sua carga horária a distância. Nesse sentido, atualmente há 17 cursos técnicos e 16 cursos de graduação com até 20% da carga horária a distância, e quatro cursos de especialização que têm até 40% da carga horária a distância.

Outro investimento da Iinstituição consiste nos Cursos Abertos, ou seja, cursos de formação inicial e continuada, sob normatização da PROEX, e que têm o ingresso e conclusão flexibilizados. Os Cursos Abertos foram iniciados em 2017 e, desde então, foram ofertados 77 turmas de 31 cursos, contemplando mais de 20 mil estudantes. Ainda, esses cursos permitem apresentar e promover o IFRS nas mais diversas localidades do Brasil e exterior, possibilitando à comunidade externa conhecer a qualidade de ensino da Instituição.

Além desses cursos, e ainda dentro das ações e extensão, ao longo da história do IFRS também foram ofertados diversos cursos de iniciativa e organização direta dos *campi*, seja em parceria com a comunidade local ou com órgãos do governo. Por se tratar em ações pontuais e diversas, não é possível precisar o número de ações e participantes.

Outros números relevantes se referem à capacitação dos servidores. Atualmente, a CEaD disponibiliza capacitações a distância, através do Moodle, e também ações presenciais, seja reunindo os NEaDs ou diretamente nos *campi*. Os servidores podem realizar capacitações específicas na área da EaD ou em outras temáticas, aproveitando a oferta dos cursos abertos. Em relação à capacitação on-line via Moodle para atuar na EaD, a CEaD ofertou oito ações onde houve 372 inscrições de servidores. Ao todo, 120 servidores já participaram de alguma capacitação on-line, representando 10% da Instituição. Como já mencionado, também há capacitações locais, realizadas dentro de jornadas dos *campi* ou em encontros específicos. Nesses casos, estima-se a realização de 11 ações com o envolvimento de 335 servidores, cerca de 28% da Instituição.

Seja qualquer uma das formas em que a EaD do IFRS esteja presente, cabe ressaltar as metodologias e tecnologias aplicadas. Em cada um dos projetos pedagógicos dos cursos, o que inclui a capacitação de servidores, os coordenadores em conjunto aos demais membros proponentes podem utilizar metodologias diversas, considerando o contexto do curso e a realidade em que ele será aplicado. Além do próprio ambiente virtual disponibilizado em todos os *campi* e Reitoria, também podem ser acrescentadas ferramentas tecnológicas que possam aprimorar a experiência de aprendizagem. Mais recentemente, o uso de gamificação nos cursos abertos tem proporcionado novas vivências não apenas para a comunidade externa, mas também para a interna que se capacita já experimentando um ambiente diferenciado, em que os recursos aplicados em jogos tornam a aprendizagem mais inovadora.

10.4 Iniciativas para 2019-2023

A principal iniciativa a que se pretende no período de 2019-2023 diz respeito a Institucionalização da EaD, com as seguintes ações:

- consolidação da oferta de disciplinas semipresenciais em cursos regulares;
- consolidação da capacitação e atualização permanente dos servidores para a prática da EaD;
- ampliação da oferta de cursos a distância;
- acompanhamento da oferta de cursos a distância;
- identificação das áreas potenciais para abertura de novos cursos técnicos EaD em cada *campus*;
- fornecimento de suporte tecnológico e pedagógico aos *campi* para o uso de tecnologias educacionais;
- criação de regimento para os NEaDs;
- credenciamento dos *campi* do IFRS como polos.

10.5 Desafios da EaD para 2019-2023

Atualmente a EaD, seja nos *campi* ou na Reitoria, está localizada dentro da Direção de Ensino. Contudo, no dia a dia, a EaD realiza ações nas mais diversas áreas da Instituição,

como capacitação de servidores (Gestão de Pessoas), cursos de extensão (PROEX), e cursos de especialização (PROPPI). Além disso, é necessária a manutenção do Moodle (DTI), divulgação de cursos (Comunicação), realização de compras (Licitação e Compras) e manejo da matriz orçamentária (PROAD). Nesse sentido, o desafio está em manter uma boa articulação entre todos os setores da Instituição, uma vez que as ações de EaD são frequentemente auditadas e verificadas pelo MEC e órgãos de controladoria. Isso significa que, em caso de ação irregular em algumas dessas instâncias, cabe a CEaD esclarecer.

Outro desafio está na própria expansão do IFRS. Com a limitação da estrutura física da Instituição e considerando o perfil da comunidade ainda não atendida (pessoas que não tem disponibilidade de tempo ou que vivem em localidades distantes dos *campi*), a EaD é um caminho para o crescimento da Instituição. Contudo, para que isso seja possível, se faz necessário o investimento em profissionais alocados a essa ação, bem como espaços apropriados, sejam eles físicos ou digitais.

10.6 Plano de Atuação da EaD

Para o PDI 2019-2023, o objetivo principal do IFRS é institucionalizar a EaD. A fim de realizá-lo, faz-se necessário um planejamento que englobe tanto a ampliação da oferta institucional, quanto à necessidade de crescimento de pessoal e estrutura física, cujo plano é apresentado na sequência.

10.6.1 Infraestrutura física

Local	**Física**		**Tecnológica**
	Sala NEaD	**Estúdio**	
CEaD - Reitoria	Existe	Existe	Existente: - câmera, kit iluminação, tripé, microfone lapela, microfone boom. A adquirir: - mesa de som, fundo fixo,

			softwares para edição de áudio e vídeo.
NEaD Alvorada	Não	Não	
NEaD Bento Gonçalves	Não	Existe	Existente: - câmera, tripé, microfone lapela.
NEaD Canoas	Pretende	Pretende	Existente: - webcam.
NEaD Caxias do Sul	Não	Não	
NEaD Erechim	Não	Não	
NEaD Farroupilha	Não	Não	Existente: - câmera, tripé, microfone.
NEaD Feliz	Não	Não	A adquirir: • **Computador PC com placa gráfica dedicada Quadro 2000 equivalente ou superior.** Especificações da Placa Gráfica: 1) Computador tipo PC com 32 Gb de RAM ou superior; 2) Placa Gráfica com as configurações mínimas descritas abaixo: - Memória GPU: 5GB (ou superior) - GDDR5 - Interface de memória: 160-bit (ou superior) - Largura de Banda da Memória: Até 140 GB/s (ou superior) Desejável: Quatro conexões simultâneas (4 DP 1.4 Multi-Stream) Compatível com as Resoluções de Display (monitor): 4x 4096x2160 @

			60Hz e 4x 5120x2880 @ 60Hz. ● Microfone Existente: ● - câmera
NEaD Ibirubá	Existe (Compartilhada)	Não	A adquirir: - kit iluminação, fundo verde para chroma key, software para captura de tela, microfone para webconferência, mesa digitalizadora.
NEaD Osório	Existe	Não	Existente: webcam; computador desktop e notebook, TV, impressora. Adquirir: microfone e câmera para gravações não previstas.
NEaD Porto Alegre	Existe	Existe	Existente: webcam; computador desktop e notebook.
NEaD Restinga	Não	Não	A adquirir: - kit de iluminação, mesa de som, fundo fixo, softwares para edição de áudio e vídeo.
NEaD Rio Grande	Existe	Não	Câmera, tripé e mesa de som. A adquirir: microfones, computador para edição de vídeo com o software de edição, material para a montagem do estúdio (croma, iluminação, etc).
NEaD Rolante	Pretende	Pretende	A adquirir: câmera, tripé, microfones lapela, microfone Boom com suporte vara, cabo XLR, mesa de som, fundo fixo, kit de iluminação, computador, softwares

			para edição de áudio e vídeo, cadeira giratória, mesa, armário, monitor de vídeo, placa de áudio.
NEaD Sertão	Pretende	Não	Existente: cartão de memória, webcam. A adquirir: - Um (1) Computador de alta performance para edição de áudio, vídeo e imagem; - Câmera DSLR full frame + Kit de lentes; - Kit iluminação; - Microfones lapela; - Microfone boom com vara; - Dois (2) microfones dinâmicos com fio; - Tripé para câmera Softwares para edição de áudio, vídeo e imagem - Alocação de Recursos para Hospedagem Local do Moodle e Contratação Nuvem(Plataforma como Serviço-PaaS) para Hospedagem Remota.
NEaD Vacaria	Existe	Existe	Existente: - câmera, tripé, microfone lapela, webcam A adquirir: - mesa de som, fundo fixo, softwares para edição de áudio e vídeo, monitor de vídeo - monitor para trabalhos gráficos (edição de imagens e vídeos), gravador/leitor de cd/dvd externo, computador

			portátil tipo notebook, lente para câmera, estabilizador fotográfico, gravador som - gravador de áudio portátil digital, vara boom - vara boom para microfone, armário extra alto, Cadeira giratória,lupa eletrônica portátil, caixa de som, microfone shotgun profissional, suporte de bateria, nobreak.
NEaD Veranópolis	Pretende sala compartilhada	Não	Existente: - Webcam.
NEaD Viamão	Não	Existe (compartilhado)	

Quadro 143 - Infraestrutura de EaD existente nos *Campi*

10.6.2 Polos

No quadro 10.2 são apresentados os *campi* do IFRS e sua perspectiva de credenciamento para atuar como Polo de EaD. Além desses, é possível a utilização de polos credenciados pela Rede e-Tec Brasil e UAB para oferta de cursos a distância, a partir de pactuação ou convênio a serem estabelecidos.

Polos	**Previsão de Credenciamento**
Alvorada	2019

Bento Gonçalves	2019
Canoas	2020
Caxias do Sul	2021
Erechim	2020
Farroupilha	2019
Feliz	2019
Ibirubá	2019
Osório	2019
Porto Alegre	2019
Restinga	2018
Rio Grande	2019
Rolante	2019
Sertão	2021
Vacaria	2019
Veranópolis	2019
Viamão	2021

Quadro 144 - Previsão de abertura de polos 2019-2023

10.6.3 Equipe

NEaD / Polos	Equipe multidisciplinar
CEaD / Reitoria	Dedicado: ● 1 Técnico em Assuntos Educacionais ● 1 Programador Visual (E) ● 1 Técnico Audiovisual (D) ● 1 Assistente de Alunos (C) ou Assistente em Administração (D) ● 1 Revisor de Texto (E) Compartilhado: ● 1 Coordenador de Educação a Distância ● 1 Coordenador de Ações de Fomento Externo (Rede e-Tec Brasil/UAB)
Alvorada	Dedicado: ● Compartilhado: ●
Bento Gonçalves	Dedicado: ● Compartilhado: ● 1 técnico administrativo
Canoas	Dedicado: ● Compartilhado: ● 2 professores ● 1 técnico administrativo
Caxias do Sul	Dedicado: ● Compartilhado: ● 5 professores

	• 1 pedagogo • 3 técnicos administrativos
Erechim	Dedicado: • Compartilhado: • 1 professores • 1 técnico administrativo
Farroupilha	Dedicado: Compartilhado: • 5 Professores • 1 Técnico em TI
Feliz	Dedicado: • Compartilhado: • 4 Professores • 1 Técnico em Assuntos Educacionais • 1 Pedagogo
Ibirubá	Dedicado: • Compartilhado: • 4 Professores • 1 Pedagoga • 1 Técnico em Assuntos Educacionais
Osório	Dedicado: • Compartilhado: • 2 professores • 1 técnico em TI • pedagoga (prevista - após licença em vigor)
Porto Alegre	Dedicado: • Compartilhado:

	• 4 Professores; • 1 Pedagogo.
Restinga	Dedicado: Compartilhado: • 4 professores; • 1 técnico administrativo.
Rio Grande	Dedicado: • Compartilhado: • 1 Técnico em TI - responsável pelo NEaD • 1 TAE - em licença para estudo • 4 professores
Rolante	Dedicado: • Compartilhado: • 03 Professores • 02 Técnicos em TI • 01 Assistente em Administração • 01 Auxiliar de Biblioteca
Sertão	Dedicado: • Compartilhado: • 02 Professores • 01 Técnico em Assuntos Educacionais • 01 Técnico em TI
Vacaria	Dedicado: • 1 Técnico em Assuntos Educacionais Compartilhado: • 04 Professores • 01 Assistente em Administração • 01 Técnico Audiovisual
Veranópolis	Dedicado:

	• Compartilhado: • 05 Docentes • 01 Técnico em TI • 01 Pedagogo • 01 Técnico em Assuntos Educacionais • 01 Auxiliar em Administração • 01 Assistente Social
Viamão	Dedicado: • Compartilhado: • 01 Docente • 01 técnico em TI

Quadro 145 - Previsão de equipe dos polos 2019-2023

A partir do cenário apresentado, seja nas experiências atuais, como naquelas planejadas, acredita-se que o público-alvo será adequadamente atendido. Cabe ressaltar que a EaD proporciona o acesso à educação para além da abrangência local onde a Instituição já atua. A EaD pode e consegue democratizar o acesso à educação, rompendo barreiras temporais, físicas e geográficas.

CAPÍTULO 11

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O IFRS é uma Autarquia Federal, vinculada ao MEC, e, como tal, sua Sustentabilidade financeira é viabilizada com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Assim, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativos e pensionistas são consignados anualmente no orçamento da Instituição.

O orçamento público é composto por três instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal: o plano plurianual (PPA), de nível estratégico, que estabelece a estratégia de desenvolvimento do país e possui vigência de quatro anos, sendo construído no primeiro ano de cada governo eleito; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de nível tático, que é o norteador das prioridades anuais; a Lei Orçamentária Anual (LOA), de nível operacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para cada exercício financeiro, que tem duração de 12 meses e coincide com o ano civil. O IFRS é parte integrante do Orçamento Geral da União e, assim, obedece às regras impostas pela legislação pertinente.

As despesas do IFRS previstos na Lei Orçamentária Anual estão classificadas em três grupos de natureza de despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Investimentos e Outras Despesas Correntes. O orçamento para despesas de pessoal é definido a partir de projeções realizadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC). O valor disponível para as despesas de investimento tem sido definido pela SETEC/MEC. Já o valor disponível para as outras despesas correntes, de custeio da Instituição, é definido a partir da Matriz Orçamentária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

A Matriz CONIF é a regra para a divisão do orçamento previsto para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica entre os IFs, CEFETs e Colégio Pedro II. A estrutura dessa matriz é composta por blocos, com montantes previamente definidos para cada bloco:

- *campi* pré-expansão (com mais de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC);

- *campi* expansão (com menos de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC);

- Reitoria;

- AE;

- EaD;

- Pesquisa Aplicada, Inovação Tecnológica e Extensão Tecnológica.

Para a definição do orçamento dos *campi*, são utilizadas, como base, informações referentes a matrículas, cursos e *campi* extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. A partir desse sistema são extraídos o número de matrículas de cada instituição, que, posteriormente, passam por equalização, ponderação e bonificação, chegando a uma variável chamada Matrículas Totais, conforme pode ser verificado na Figura 6

A equalização é realizada para equiparar todos os ciclos de matrículas de acordo com suas respectivas cargas horárias em relação à carga horária padrão de 800 horas anuais e 200 dias ativos do ciclo no período analisado.

Na ponderação são aplicados pesos atribuídos a cada curso sobre as matrículas equalizadas. Esses pesos dependem do número de laboratórios profissionalizantes previstos para cada curso conforme a última versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Para cursos que possuem um laboratório é atribuído peso 1,0; dois laboratórios, peso 1,5; três laboratórios, peso 2,0; quatro ou mais laboratórios, peso 2,5. Além disso, foi estipulado que todos os cursos de FIC possuem peso 1,0; Cursos de Licenciatura e PROEJA possuem peso 2,5; cursos de pós-graduação *stricto sensu*, peso 3,75.

Como última etapa, é aplicada uma bonificação de 50%, após equalização e ponderação, para cursos da área agropecuária, devido à necessidade de manutenção em condições de fazenda.

Para os *campi* pré-expansão, o valor do orçamento é proporcional às matrículas totais e para os *campi* expansão, há um piso orçamentário e um complemento por matrícula total.

O orçamento das reitorias é definido a partir do número de *campi* do Instituto.

Figura 6 - Ciclo de elaboração da Matriz CONIF

Além do orçamento disponibilizado pelo Tesouro Nacional, o IFRS também possui fontes de receita própria, provenientes de aluguéis de espaços para cantinas, multas de bibliotecas, inscrições em concursos e processos seletivos e receita agropecuária. Esse orçamento é estimado por cada *campus* e pela Reitoria para cada exercício financeiro e também consta na LOA.

Por fim, para além do orçamento previsto na LOA, há possibilidade de receita extraorçamentária, que pode ser proveniente de fomento externo obtido a partir de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. Um dos objetivos estratégicos constantes neste PDI é justamente ampliar a captação de recursos extraorçamentários. De modo a aumentar esse tipo de receita, foi criado o Escritório de Projetos (EP), que atua como articulador entre o IFRS e organizações públicas e privadas para execução de projetos desses projetos.

11.1. Previsão Orçamentária

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	2019	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Ativos e benefícios	R$ 349.132.578,00	R$ 365.711.686,96	R$ 383.584.797,57	R$ 399.515.613,75	R$ 415.406.186,88
Inativos e pensionistas	R$ 23.921.144,00	R$ 24.638.778,32	R$ 25.377.941,67	R$ 26.139.279,92	R$ 26.923.458,32
Despesas Correntes	R$ 56.389.757,00	R$ 58.419.788,25	R$ 60.522.900,63	R$ 62.701.725,05	R$ 64.958.987,15
Despesas de Capital	R$ 5.443.423,00	R$ 5.443.423,00	R$ 5.443.423,00	R$ 5.443.423,00	R$ 5.443.423,00
Total	**R$ 434.886.902,00**	**R$ 454.213.676,53**	**R$ 474.929.062,87**	**R$ 493.800.041,72**	**R$ 512.732.055,35**

Quadro 146 - Projeção Orçamentária 2019-2023

A projeção orçamentária para 2019 das despesas com pessoal ativos, inativos, pensionistas e benefícios levou em consideração o valor constante na proposta orçamentária para 2019.

Para melhor demonstrar os gastos totais de pessoal, os benefícios obrigatórios (auxílio alimentação, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio transporte, auxílio creche) e assistência médica e odontológica foram incluídos na projeção de despesas de pessoal ativo, porém, sua contabilização é realizada como despesas correntes.

Com o orçamento de 2019 e o quantitativo de pessoal projetado, foi calculado o salário médio anual de cada servidor, sobre o qual foi aplicado um percentual de 3% (obtido através do comparativo entre o orçamento 2018 e 2019). O resultado foi multiplicado pelo quantitativo de pessoal estimado, com base na projeção de pessoal docente e técnico administrativo para 2020, gerando a estimativa orçamentária para esse ano, e, assim, sucessivamente até o ano de 2023.

Para projeção de despesas correntes, foi levada em consideração a variação percentual da LOA 2018 para o PLOA 2019, que foi de 3,6%. Para as despesas de capital, foi considerado o mesmo valor para todos os anos, tendo em vista que há expectativa de acréscimo das despesas correntes em função do aumento dos gastos com terceirizados e consumíveis, sendo difícil a alocação de recursos de investimentos além desse montante. Poderá haver alteração, caso haja aporte orçamentário de investimento por parte da SETEC/MEC.

11.2 Escritório de Projetos

No intuito de estruturar e sistematizar o funcionamento do EP deverão ser consideradas as características funcionais e estruturais do IFRS, que possui 17 *campi* no Rio Grande do Sul, e a sua estrutura administrativa organizada na Reitoria e Pró-reitorias que atendem as áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Institucional e Administração.

Considerando essa estrutura, o EP deve ser um instrumento que atue de forma sistematizada na prospecção e percepção das necessidades da comunidade e apresente de forma articulada e sistêmica soluções que atendam a essas demandas.

Dessa forma, a concepção de um EP deve pressupor a estruturação de práticas, metodologias, técnicas e ferramentas para sistematizar os principais processos que

caracterizam os objetivos de um EP, que envolvem desde a prospecção, captação, definição de escopo, planejamento, execução, controle, encerramento e transferência de conhecimentos de um projeto.

O EP apresenta-se como uma forma de articulação das diversas instâncias e representações do IFRS, percebendo as necessidades da comunidade e apresentando a esta, de forma sistêmica, soluções inovadoras em pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, no âmbito da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento integrado e sustentável dos diferentes territórios em que estão inseridas suas unidades (*campi*). O objetivo geral do EP é articular iniciativas e projetos com potencial de inovação tecnológica e social, bem como recursos técnicos, humanos e financeiros internos e externos ao IFRS, fomentando parcerias com instituições públicas e privadas para cooperação em projetos, programas e políticas de inovação para o desenvolvimento integrado em territórios locais, nacionais e internacionais. Como objetivos específicos, o EP busca:

- desenvolver uma estrutura organizacional no IFRS que funcione como articuladora das interações institucionais e interinstitucionais no âmbito da ciência, tecnologia e inovação;
- valorizar e articular as principais iniciativas que estabeleçam relações com a comunidade interna e externa para cooperação em projetos que almejam o desenvolvimento integrado em territórios locais, nacionais e internacionais;
- incentivar a criação nos *campi* de núcleos de empreendedorismo e inovação tecnológica e social;
- propor a criação de fóruns interinstitucionais de empreendedorismo e inovação tecnológica e social preocupados com o avanço das políticas de desenvolvimento integrado em seus territórios;
- apoiar a captação e prospecção de recursos e oportunidades, articulando parcerias com instituições públicas e privadas;
- desenvolver um conjunto de conhecimentos para planejamento, implantação, acompanhamento e prestação de contas de projetos.

CAPÍTULO 12

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No ano de 2004, por meio da Lei n° 10.861, foi formalizado o SINAES. Apenas quatro anos depois, em 2008, por meio da Lei n° 11.892, de 29 de dezembro, foram criados os IFs, dentre eles o IFRS. Assim, com a necessidade e objetivo de garantir uma educação de qualidade, através da avaliação garantida na lei de SINAES no ano de 2009, foi criada a CPA do IFRS.

A CPA do IFRS optou por uma estrutura dividida em comissões locais que naquele momento foram designadas de SPA. Posteriormente a designação dessas comissões foi modificada para Comissão Própria de Avaliação Local - CPA-Local. Essa mudança visou elucidar o caráter unitário da CPA, não hierárquico. A CPA-Central é composta por um membro de cada segmento que é escolhido entre os membros de todas as CPAs-Locais (essas compostas por dois membros eleitos de cada segmento).

Os membros da CPA, inovando e considerando os aspectos próprios do IFRS, optou por utilizar a avaliação institucional interna de forma a buscar balanços e informações não apenas do ensino superior, mas também dos cursos técnicos oferecidos pela Instituição. O IFRS opta por um ensino com proposta verticalizante. Ou seja, a hierarquização do conhecimento ou das modalidades de ensino são evitadas em prol de ensino de qualidade em todos os níveis e estes em consonância entre si.

A CPA optou pela utilização dos seguintes instrumentos de avaliação interna para realizar o objetivo da mencionada Verticalização: Autoavaliação - Comunidade Interna, Autoavaliação do Curso, Autoavaliação Discente, Avaliação Pela Comunidade Externa, Avaliação Docente e a Avaliação dos Egressos. Esses instrumentos são revisados com periodicidade trienal, sendo propostos e apresentados para a comunidade que tem ampla possibilidade para participar da construção dos instrumentos. Após a realização da avaliação com periodicidade anual e/ou semestral são produzidos um relatório por *campi,* contemplando a realidade local de maneira mais específica e um relatório central, contemplando a realidade do IFRS como um todo e produzido pela CPA Central.

Além da autoavaliação realizada pela CPA, o Departamento de Avaliação Institucional vinculado à PRODI, está redefinindo os objetivos do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS (PAIIFRS), criado em 2012. O PAIIFRS passa a ter como principal objetivo garantir a qualidade dos cursos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, em todos os níveis de oferta, nas modalidades presencial e a distância, de modo a consolidar na Instituição uma cultura de avaliação participativa, envolvendo toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos e implantando uma política de avaliação que leve à transformação da educação profissional, científica e tecnológica. Os objetivos específicos da Avaliação Institucional do IFRS são:

- fortalecer os processos de Avaliação Institucional (interna e externa), consolidando a identidade institucional, a missão, a visão e os valores;
- propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;
- contribuir para a transformação qualitativa dos cursos ofertados, a reorientação das práticas pedagógicas e maior eficiência na gestão da Instituição;
- colaborar para a transparência da Instituição em seus diversos níveis;
- contribuir com o Planejamento Estratégico do IFRS, fortalecendo as políticas institucionais, seu compromisso social e melhorando sua comunicação com a sociedade;
- criar um painel de indicadores que proporcionem à gestão ferramenta para a tomada de decisões.

12.1 Previsões e Planejamentos

Seguindo o PAIIFRS, a Avaliação Institucional realizada na Instituição possui a perspectiva de contribuição com as propostas definidas no PDI. Para tal, os instrumentos presentes nas avaliações da CPA e até mesmo o Programa devem ser constantemente alinhados e revisados para que essa premissa siga conforme o planejado.

Acreditando sempre na base da meta-avaliação, os processos realizados pela Comissão deverão ser monitorados e frequentemente avaliados, garantindo que as evoluções dos métodos aplicados atendam sempre às demandas recebidas da comunidade do IFRS. Através da análise dos resultados de pesquisas e avaliações anteriores, a CPA Central junto às suas Comissões Locais deve propor melhoramentos em todas as seções em que sejam encontradas ineficiências.

A periodicidade da comissão, definida pelo seu Regimento interno, propõe que a cada três anos seja realizada uma nova escolha de quais membros irão compor a comissão, seja esta a local ou central. O início do intervalo é dado a partir da publicação da portaria que compõe a CPA. Além da rotatividade, os triênios das avaliações também poderão ser definidos pelas Notas Técnicas do INEP. Esses documentos determinam um roteiro de autoavaliação a ser seguido pela instituição, causando possíveis mudanças nos instrumentos de autoavaliação.

Anualmente, a CPA organiza eventos buscando capacitar os membros de sua comissão acerca da Avaliação Institucional. Nesses eventos, assuntos como a meta-avaliação também poderão ser discutidos, havendo então apresentação de propostas, projetos e ideias. Em 2018, a CPA organizou um encontro voltado aos coordenadores de curso, diretores de ensino e demais membros interessados, com objetivo de instruir os servidores ao desenvolvimento de instrumentos de autoavaliação.

A partir deste último evento, a Comissão se organizou de forma a desenvolver novos instrumentos de autoavaliação, projetados para atender à nova organização do PDI, cuja construção se dá em consonância ao projeto da CPA. A alteração dos instrumentos pode acarretar em uma reorganização do PAIIFRS, devendo esse descrever como é dado o processo de avaliação interna.

12.2 Programa de Autoavaliação – PAIIFRS

O desenvolvimento do PAIIFRS foi dado de maneira a possuir estreita relação com as dimensões definidas na Lei dos SINAES. Para tanto, o roteiro do Relatório de Autoavaliação apresenta uma estrutura que permite à CPA (central e locais) registrar, de forma mais reflexiva, os processos efetivos que ocorreram anualmente em relação a cada uma das referidas dimensões: a coleta de dados junto aos gestores do IFRS (Reitoria, Direções de *campus* e Coordenadores de cursos), instrumentos on-line, bem como instrumento de avaliação pela comunidade externa (instrumento off-line).

Os resultados da autoavaliação, a cada ano, geram um relatório geral do IFRS e outro específico para cada *campus*. Os dados expressos nesses relatórios são discutidos com os responsáveis pela gestão do IFRS, servindo de base para o planejamento institucional para o ano subsequente, além de serem discutidos com toda a comunidade escolar e acadêmica.

Sendo assim, além de produzir significados, a autoavaliação contribui efetivamente para o planejamento de gestão, contemplando os seguintes indicadores:

1. a Missão e o PDI;
2. a Política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. a Responsabilidade Social da Instituição, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, considera-se, especialmente, a sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. a Comunicação com a sociedade;
5. as Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. a Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação universitária nos processos decisórios;
7. a Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. o Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia de autoavaliação institucional;
9. as Políticas de Atendimento a estudantes e egressos;
10. a Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

12.3 Instrumentos de Autoavaliação

Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIIFRS são disponibilizados no formato on-line para a comunidade interna, em um software desenvolvido pela Diretoria de TI da Instituição. Para a comunidade externa, o instrumento é disponibilizado no formato off-line e enviado via correio eletrônico às famílias dos alunos, bem como às instituições públicas e privadas parceiras ou mesmo em formato físico quando necessário.

Atualmente, os instrumentos utilizados pela comissão contemplam as áreas que seguem estes capítulos. Contudo, a sua imutabilidade não é garantida, uma vez que o

processo de meta-avaliação solicita que os processos da CPA sejam analisados constantemente em busca de evolução.

12.3.1 Autoavaliação Institucional - Comunidade Interna

O instrumento de autoavaliação institucional foi implementado em 2010, através de instrumento on-line e conta com a participação de todos os segmentos da comunidade interna do IFRS. O instrumento envolve a avaliação das seguintes dimensões:

1. PDI e Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão;
2. Comunicação com a Sociedade;
3. Organização e gestão do IFRS;
4. Infraestrutura e serviços.

12.3.2 Autoavaliação do Curso

O processo de autoavaliação dos cursos foi implementado em 2011 através de instrumento on-line. Inicialmente, contou com avaliações apenas dos alunos, cenário que foi modificado a partir de 2012 com a participação de docentes e técnicos. O objetivo a ser alcançado é que a CPA possa coletar dados relativos ao olhar de toda a comunidade escolar e acadêmica envolvida com os cursos.

12.3.3 Autoavaliação Discente

O instrumento de autoavaliação discente foi implementado em 2011 através de instrumento on-line e prevê a participação do estudante de forma a avaliar sua percepção em relação aos indicadores alinhados ao PPI que representam o perfil do egresso do IFRS.

12.3.4 Avaliação docente

O instrumento de autoavaliação docente foi implementado em 2012 através de instrumento on-line e prevê a participação do estudante perante questões que buscam avaliar a ação docente no que se refere à implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no PPI.

12.3.5 Avaliação de egressos

A avaliação de egressos foi implementada em 2012 no formato on-line, com ícone específico para acesso desse público. O objetivo deste instrumento consiste em possibilitar a avaliação da inserção dos egressos do IFRS no mercado de trabalho, o impacto ao desenvolvimento regional, bem como monitorar sua necessidade de formação continuada, orientando o planejamento de eventos e cursos de extensão, além de monitorar as necessidades de reformulação dos currículos dos cursos técnicos e de graduação.

12.3.6 Autoavaliação da Reitoria

A autoavaliação da Reitoria foi implementada em 2016, em seu formato on-line, tendo como seu público-alvo os servidores da Reitoria - lotados ou em exercício. O seu objetivo é mensurar as necessidades particulares da Reitoria. Para isso, no ano de 2016, construído junto à comunidade da Reitoria e a CPA um instrumento próprio que visa avaliar as especificidades da Reitoria e assim fornecer subsídios para aprimorar os trabalhos com finalidades e objetivos centrados na melhora da educação.

12.4 Ações da Autoavaliação

O Relatório de Autoavaliação, construído pelas comissões locais e pela comissão central e entregue até o início de março, leva também a carga das Ações de Superação. Essas

ações são projetos da Comissão em conjunto às áreas responsáveis, que visam corrigir deficiências ou expandir qualidades dos processos da Instituição.

Além das ações de superação, o relatório serve também como ferramenta de gestão para os responsáveis pelas áreas avaliadas. Os dados presentes nele serão considerados como base para a tomada de decisão e distribuição de esforços e devem ser apresentados de maneira formal, seja através de documentos oficiais ou de apresentações.

A realização e o registro das ações é de extrema importância para a CPA, elas consolidam a comissão perante os responsáveis pela gestão do IFRS, formalizando a parceria para atingir a excelência do ensino.

12.5 Acompanhamento do PDI

Uma das atribuições da CPA, seguindo a Lei do SINAES, é o acompanhamento da aplicação do PDI. A autoavaliação realizada em grande parte dos *campi* do IFRS auxilia nesse processo, trazendo questões pertinentes às metas e aos objetivos estratégicos definidos em cada Plano.

12.6 Avaliação do processo de criação do PDI

Tirando proveito da capacidade de avaliação da CPA, esta também possui a responsabilidade de avaliar como foi dado o processo de criação do PDI e o seu acompanhamento. O processo envolve a participação da comunidade, a organização das comissões temáticas, a definição e atendimento de cronogramas pelas comissões locais, entre outros quesitos que podem estar presentes durante o projeto.

A metodologia adotada pela CPA Central para esta avaliação envolveu a criação de um questionário em conjunto à Comissão Central do PDI, respondido pelas CPAs Locais com objetivo de avaliar os quesitos citados acima. A entrega desses questionários é feita diretamente à Comissão Central do PDI, que realiza a análise das respostas, comentários e sugestões enviadas para a melhoria dos próximos Planos.

Além desse questionário, um formulário on-line para a avaliação do processo dada pela comunidade também esteve disponível. Este questionário buscou analisar o conhecimento dos servidores, alunos e comunidade externa acerca do que é o PDI, da participação na criação do Plano, calendários, reuniões e sugestões. O intuito do formulário é o mesmo do questionário preenchido pelas CPAs Locais, de trazer um maior volume de dados para que o próximo PDI seja desenvolvido com maior sucesso.

12.7 Meta-Avaliação

Conceituada como a avaliação da avaliação, a meta-avaliação busca qualificar os processos de avaliação. Por meio da meta-avaliação pretende-se obter informações sobre a utilidade, a praticidade, a ética e a adequação técnica da avaliação realizada, apontando os pontos forte e fracos da avaliação realizada no âmbito do IFRS.